

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**A FIGUEIRA E O MACHADO**  
**RAÍZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SUL DO BRASIL:**  
**PRÁTICAS EDUCATIVAS E MILITÂNCIA AMBIENTAL NA**  
**PERSPECTIVA DO CRONISTA HENRIQUE LUIZ ROESSLER**

Autor: Daniel Porciuncula Prado  
Orientador: Dr. Carlos Alexandre Baumgarten

RIO GRANDE  
2008

**DANIEL PORCIUNCULA PRADO**

**A FIGUEIRA E O MACHADO  
RAÍZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SUL DO BRASIL: PRÁTICAS  
EDUCATIVAS E MILITÂNCIA AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DO CRONISTA  
HENRIQUE LUIZ ROESSLER**

Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-graduação, Doutorado em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre Baumgarten

RIO GRANDE

2008

**DANIEL PORCIUNCULA PRADO**

**A FIGUEIRA E O MACHADO**

**RAÍZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SUL DO BRASIL: PRÁTICAS  
EDUCATIVAS E MILITÂNCIA AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DO CRONISTA  
HENRIQUE LUIZ ROESSLER**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

---

**Dr. Carlos Alexandre Baumgarten**  
(Orientador – FURG)

---

**Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma**  
(UFSC)

---

**Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Castagna Wortmann**  
(UFRGS/ULBRA)

---

**Dr<sup>a</sup>. Sheyla Costa Rodrigues**  
(FURG)

---

**Dr. Humberto Calloni**  
(FURG)

## AGRADECIMENTOS

Às mulheres da minha vida, minha família, Claudia Simone Prado, France Prado, Vitória Prado, Marisol Prado, Morgana Prado, Nelma Prado, Daniele Prado e Emanuele Prado, que me moldam e me ensinam no dia-a-dia a compreender o mundo pelo olhar da sensibilidade feminina.

Aos amigos de uma vida inteira, Newton Almeida, Antonio Gomes, Raquel Luvielmo, Eduardo Carvalho Pereira, Cátia Goulart, Sérgio Carvalho Pereira, Luis Fernando Castro, Geovane Cravo, Luis Antonio Rampazzo, José Carlos Leivas e Jesus Carrasco.

Às amigas Maria de Lourdes Escouto, Sandra Mara Oliveira, Claudionara Carvalho e Olga Ávila.

Ao amigo José Flávio Ávila, pelas indicações de sebos virtuais e sites acadêmicos.

Ao amigo Alexandre Navarrina.

Ao estimado amigo José Carlos Henrique Duarte dos Santos.

Aos colegas e amigos historiadores, Adriana Senna, Derocina Campos Sosa, Lauro de Brito Vianna e Luiz Henrique Torres, pelo constante incentivo.

Ao colega historiador e amigo Francisco das Neves Alves, pela carta de recomendação ao PPGEA e pelas contribuições junto ao projeto de pesquisa.

Ao colega historiador Marcos César Borges, pelas contribuições junto ao projeto de pesquisa.

À professora Cleuza Sobral Dias, pela carta de recomendação ao PPGEA.

À professora Rosa Maria Fernandes Albernaz, pela revisão do texto.

À professora Renata Braz Gonçalves, pela confecção da ficha catalográfica.

Aos professores Ronaldo Cataldo Costa e Eliane Campello, pela confecção do *abstract*.

Aos queridos amigos Adão Crizel e Neli Crizel.

Ao historiador Sandro Oliveira, pelo apoio na coleta de fontes em Porto Alegre e em São Leopoldo.

Ao corpo de funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da cidade do Rio Grande, em especial à Mara Núbia Cezar Oliveira.

Às minhas tias, tios, primas e primos, pelo carinho e incentivo ao longo de toda a minha vida.

Ao meu irmão e cunhado Almir Silva.

Ao amigo Mauro Sá, pelo apoio na formatação digital da tese.

Ao colega Gilmar Ferreira Conceição, secretário do PPGEA, pela competência junto às atividades de nosso curso e pelo generoso atendimento aos alunos.

Aos parceiros de caminhada e colegas da primeira turma de doutorado em Educação Ambiental da Furg: Luciara Bilhalva Correa, Dione Kitzmann, Lúcia Anello, Álvaro Luis Ávila da Cunha, Rogério Arruda, Virgínia Machado, Sibeles Martins, Leila Mara Costa Valle, Márcia Santiago de Araújo e Moacir Langoni de Souza.

Aos amigos religiosos, educadores populares, padres Gil Raul Pereira Júnior, Tarcísio Luis Brasil Martins, Frei Paulo Zanatta e Frei João Osmar, pelas diversas atividades que juntos realizamos em várias comunidades eclesiais de nossa região.

Aos movimentos populares, comunidades eclesiais e pastorais da Diocese do Rio Grande, minha primeira grande escola de formação.

Ao persistente e combativo movimento ambiental do Rio Grande do Sul, farol para o restante do País.

Aos cursos de História e Educação Ambiental da FURG, casas que me moldaram como educador.

À minha mãe, Nelma, por toda a nossa vida e mais especialmente por um gesto que acabou por gerar esta tese. Em 2003, em visita ao brique da Redenção em Porto Alegre, encontrou um livro chamado *História do ambientalismo*, escrito por Augusto Carneiro, e me presenteou. Disse ela à época no brique: “Esse livro é a cara do Dani”. Nas primeiras páginas deste livro, Carneiro referia-se brevemente a Henrique Luiz Roessler, mas de forma suficiente para aguçá-la minha curiosidade de pesquisador. O livro foi o elo para buscar as informações iniciais do que acabou por se desdobrar nesta pesquisa.

À minha filha Vitória, exemplo de vida e de superação e que nos trouxe a certeza da existência do pote de ouro no pé do Arco-Íris. À minha filha France, que nos confirmou que a vida reafirma seu sentido mais generoso quando somos elos para a solidariedade e ajuda. Com elas descobri que o Sítio do Pica-Pau Amarelo não é apenas uma metáfora, mas uma utopia concretizável.

À minha amada companheira, Cláudia Simone, lutadora, generosa, solidária, que coloca sempre em primeiro lugar quem mais necessita, com sua palavra amiga, sua acolhida e seu gesto concreto. Minha parceira nos difíceis momentos que a vida nos desenhou e também na hora de colher os bons frutos da árvore da esperança.

Ao orientador prof. Carlos Alexandre Baumgarten, pela precisão, competência e cumplicidade na realização de nossa tese e pela confiança que em mim depositou. Fica pública minha gratidão e a afirmação de que trabalhei com um dos mais competentes intelectuais do Brasil.

A todos os visionários pioneiros do movimento ambientalista brasileiro, que iniciaram a longa caminhada que hoje, educadores ambientais, damos continuidade.

*In memoriam* de Henrique Luiz Roessler e Ruy Gonzales Prado que, em épocas e por caminhos diferentes, me ensinaram com seus exemplos sobre a vida, a generosidade, o desapego e a inquietude ativa diante de situações de injustiça.

Eu vou cuidar, eu cuidarei muito bem dele  
Eu vou cuidar  
Do seu jardim  
Eu vou cuidar, eu cuidarei muito bem dele  
Eu vou cuidar  
Eu cuidarei do seu jantar  
Do céu e do mar, e de você e de mim

Nando Reis

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>10</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>11</b>
<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>12</b>
1.1. O problema	13
1.2. Justificativas	16
1.3. Objetivos	19
1.4. Possibilidades de teorias e metodologias para a execução da pesquisa	19
<b>2. HISTÓRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TECENDO A MALHA DA TRAMA ECOLÓGICA</b>	<b>25</b>
2.1. Historiando a História Ambiental	25
2.2. Decifrando o bioma Brasil pela História: em busca de uma tradição historiográfica brasileira	31
2.3. Apoucado mapa da trajetória ambiental nas terras de Cabral	38
2.4. Nascentes da crítica ambiental no Brasil	42
2.5. Alberto Torres: um possível afluente até Roessler	48
2.6. O Rio Grande do Sul como palco da nascente ambiental	51
<b>3. ECOS DE UMA VOZ DISSONANTE: O DESMATAMENTO FLORESTAL NO RS</b>	<b>66</b>
<b>4. CAÇADAS E PASSARINHADAS: A PRIMAVERA SILENCIOSA NO RS</b>	<b>91</b>
4.1. Urbes versus animais domésticos: homem, o melhor amigo dos animais?	116
4.2. A insustentável leveza da pesca predatória	123



<b>5. “MODERNIDADE” NO VALE E O CONTRAPONTO AMBIENTALISTA</b>	<b>139</b>
<b>5.1. Navegando pelos rios meridionais: artérias de vida <i>versus</i> insustentabilidade industrial</b>	<b>150</b>
<b>6. PROMOVENDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTRATÉGIAS DE CONVENCIMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO</b>	<b>159</b>
<b>6.1. “Equilíbrio ecológico”, “matas” e “árvores”: representações ambientais como ferramenta educativa</b>	<b>168</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>181</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>189</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>196</b>

## RESUMO

A presente tese constitui-se em um resgate das primeiras ações de práticas educativas e de ativismo ambientalista no Rio Grande do Sul/Brasil, que vivencia, entre o final da década de 30 e o início dos anos 60 do século XX, o desenvolvimento de um pioneiro e persistente movimento ambiental liderado por Henrique Luiz Roessler. Inicialmente a militância de Roessler se dá como fiscal florestal voluntário do Serviço Florestal no RS e, a partir de 1955, através da fundação da UPN, União Protetora da Natureza, com sede em São Leopoldo/RS. Entre 1957 e 1963, Roessler escreve, semanalmente, no jornal *Correio do Povo*, crônicas ambientalistas, abordando os mais diversos temas: poluição dos rios, pesca e caçadas predatórias, matas ribeirinhas, derrubadas florestais, reflorestamento, terras indígenas, poluição, urbanização desenfreada e áreas de conservação. As crônicas, fontes documentais daquela época, constituem o objeto de investigação da presente tese, que as examina no âmbito de um contexto histórico marcado por intensas transformações promovidas pelo impulso do capitalismo industrial, iniciado na era Vargas na década de 30, e continuado, nos anos 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Como objetivo central, a tese se propõe a reconstruir a gênese das práticas educativas e da militância de cunho ambiental no Rio Grande do Sul, com ênfase na fonte jornalística *Correio do Povo*, entre 1957 e 1963, e a partir desta reconstituição histórica, sistematizar os diversos problemas ambientais recorrentes no Rio Grande do Sul à época; detectar e analisar os primeiros indícios de educação ambiental no RS presentes nas crônicas; investigar os possíveis conflitos entre o desenvolvimento capitalista emergente dos anos 50 e início dos 60 e os formadores de opinião ambiental; observar as alterações de paisagem à época provocadas pelo então modelo de desenvolvimento em curso. Para chegar a tais objetivos, a tese apresenta a hipótese de que as crônicas jornalísticas escritas por Henrique Luiz Roessler, bem como seu ativismo ambiental, configuram-se como ações situadas no campo da educação ambiental informal, contemplando fundamentos que estão na base da educação ambiental contemporânea. Amparada teoricamente nos conceitos de representação de Roger Chartier, e de meio ambiente, de Paula Brügger e Marcos Reigota, bem como na metodologia da escrita historiográfica e em procedimentos da análise de conteúdo, a pesquisa conclui que a atuação de Henrique Roessler situa-se no campo da educação ambiental, promovida tanto por suas crônicas semanais, como por sua atuação militante na União Protetora da Natureza (UPN), em atividades de fiscalização, elaboração de panfletos educativos, orientação em igrejas, escolas e junto às comunidades. Nesse sentido, a tese, ao reconstruir um capítulo da história ambiental do Rio Grande do Sul, busca configurar-se como um subsídio pedagógico que, no âmbito da Educação Ambiental, possa auxiliar na atuação de educadores e educadoras ambientais contemporâneos.

Palavras-chave: história ambiental; educação ambiental; conservacionismo; movimento ambiental.

## ABSTRACT

This dissertation reviews early actions of educational practices and environmentalist activism in Rio Grande do Sul state/Brazil between the late 30's and the early 60's of the 20th century. In that period the development of a pioneering and persistent environmental movement is led by Henrique Luiz Roessler. Roessler's militancy starts in the position of volunteer forest guard for the state's Forestry Service and, from 1955, as the founder of UPN (União Protetora da Natureza), housed in São Leopoldo. Besides, between 1957 and 1963, the year of his death, Roessler writes weekly environmentalist chronicles for the newspaper *Correio do Povo*, approaching a great variety of subjects: river pollution, predatory fishing and hunting, riverside forests, deforestation, reforestation, indigenous lands, pollution, disordered urbanization, and protected areas. The object of examination in the present dissertation includes these chronicles, as documental sources of that time as they are, within the scope of a historical context marked by strong modifications promoted by the impulse of the industrial capitalism, which began during the Vargas era in the 30's and continued in the 50's throughout Juscelino Kubitschek's government. As its central objective, the dissertation proposes to rebuild the genesis of educational practices and the environmental-guided militancy in Rio Grande do Sul, with an emphasis in the journalistic source *Correio do Povo*, between 1957 and 1963. From such historical reconstitution, it attempts to systematize the many environmental problems recurrent in the state at the time; to detect and analyze the first indications of environmental education in the state found in his chronicles; to investigate possible conflicts between the emerging capitalist development in the 50's and early 60's and environmental opinion-makers; to examine landscape changes provoked by the development model in course at the time. To arrive at such objectives, the dissertation presents the hypothesis that the journalistic chronicles written by Henrique Luiz Roessler, as well as his environmental activism, constitute actions situated within the field of informal environmental education, contemplating principles that are at the very basis of contemporaneous environmental education. The dissertation – based on Roger Chartier's concept of representation and Paula Brügger's and Marcos Reigota's concept of environment as well as on the methodology of historiographic writing and content analysis procedures – locates Henrique Roessler's work in the field of environmental education promoted both by his weekly chronicles and his militant action in the União Protetora da Natureza (UPN), in activities of control and enforcement, writing of educational pamphlets, and guidance in churches, schools and the community. In this perspective, the dissertation, by rebuilding a chapter in the environmental history of Rio Grande do Sul, takes the form of a pedagogical subsidy that within the scope of Environmental Education can help the performance of contemporary environmental educators.

Key-words: environmental history; environmental education; conservationism; environmental movement

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir de 1987, quando ingressei em um grupo de jovens de Pastoral da Juventude na Paróquia São José Operário, bairro Cohab II, cidade do Rio Grande/RS, iniciava o meu despertar para o exercício da cidadania e o entendimento de que as ações devem ser transformadoras e voltadas em especial para as classes populares. Naquele ambiente de efervescência pastoral, minha geração tomou contato com os pressupostos oriundos do Concílio Vaticano II, com os documentos produzidos em Puebla pelos bispos e teólogos latino-americanos, com a Teologia da Libertação e as opções advindas de um importante setor da Igreja Católica: a “opção preferencial pelos pobres e pelos jovens”<sup>1</sup>.

Fruto de minha experiência iniciada junto às comunidades eclesiais de base e pastorais sociais, ao final dos anos da década de 1980 tive contato com educadores ambientais e militantes do movimento ecológico envolvidos naquele momento com o projeto “Adeus aos lixões”, então projeto pioneiro no Brasil, problematizando a questão do lixo e coleta seletiva na cidade do Rio Grande/RS.

Nesse período iniciei vínculos com a questão ambiental através da ong CEA (Centro de Estudos Ambientais), responsável pela elaboração de grande parte das propostas ambientais que foram incorporadas junto à Lei Orgânica Municipal da cidade do Rio Grande, bem como de denúncias junto aos órgãos fiscalizadores contra a degradação dos ecossistemas.

Em 1992 dei início à graduação no curso de História da Fundação Universidade Federal do Rio Grande/FURG<sup>2</sup> tendo logo após a conclusão, em 1995, iniciado a carreira docente no ensino fundamental e médio. Participei da seleção ao programa de pós-graduação Mestrado em Educação Ambiental (FURG) em 1997 e concluí o mesmo com a defesa de dissertação em abril de 1999, tendo desenvolvido o tema “Operariado e Meio Ambiente: Um Estudo sobre os Trabalhadores da Indústria de Rio Grande e sua Percepção Ambiental”. Ao final do 2º semestre deste ano, ingressamos como professor substituto no curso de História da Furg, paralelamente ao meu trabalho no ensino médio.

No ano 2000 prestei concurso ao cargo de professor para a FURG, dando continuidade ao trabalho já desenvolvido como professor substituto na graduação. Paralelamente iniciava-se o curso de especialização na área de História, “Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e

---

<sup>1</sup> Sobre o Concílio Vaticano II e a Conferência de Puebla, ver DOCUMENTO DE PUEBLA. III Conferência geral do episcopado latino-americano: a evangelização no presente e no futuro – Puebla: conclusões. São Paulo: edições Loyola, 1979. Sobre teologia da libertação, ver GUTIERREZ, Gustavo. Teologia da libertação: perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1983.

<sup>2</sup> Atualmente esta Universidade se denomina Universidade Federal do Rio Grande.

Cultura”, onde tive a oportunidade de construir e oferecer aos alunos a disciplina “História e Ambiente no RS”, forjando um espaço de discussão teórica e prática vinculado às diversas experiências de educação ambiental e de dinâmica do pensamento ambientalista. Ao mesmo tempo, desenvolvi dezenas de palestras e projetos como historiador/educador ambiental em escolas municipais e estaduais, sindicatos, associações e em meios de comunicação social, bem como publicamos livro e artigos desenvolvendo a temática ambiental.

Ao longo desses últimos 20 anos, venho me construindo como aprendiz e educador em diversos organismos e espaços: nas pastorais, no movimento estudantil do ensino médio e universitário, como membro da diretoria do sindicato de professores, nas comunidades eclesiais, como professor junto às escolas e fábricas e, atualmente, como professor do ensino superior e na assessoria aos movimentos sociais.

Em função dessa trajetória, apresentei ao curso de doutorado em Educação Ambiental do PPGA a presente tese, que parte da seguinte hipótese: as crônicas jornalísticas escritas pelo ambientalista Henrique Luiz Roessler entre os anos de 1957 e 1963 no jornal gaúcho *Correio do Povo*, bem como seu ativismo ambiental, configuram-se como ações situadas no campo da educação ambiental informal, contemplando fundamentos que estão na base da educação ambiental contemporânea.

### **1.1. O Problema**

Paulatinamente, o século XX verá o despontar de idéias e movimentos de cunho preservacionista relacionados ao meio natural e a conseqüente elaboração de um pensamento ecológico.

A década de 1960, período inicial de diversas manifestações de contestação contracultural, marcará a emergência de uma série de movimentos sociais<sup>3</sup>. Problemas cotidianos ligados a realidades específicas fazem germinar movimentos ecléticos, como a luta feminista, dos direitos civis, da luta contra a segregação racial, dos homossexuais, o movimento estudantil e, dentre esses, o ambientalismo. (GONÇALVES, 1993:13)

---

<sup>3</sup> Pode-se afirmar que até então as reivindicações sociais eram hegemônicas pelo movimento operário nas suas mais variadas tendências: social-democrata, revolucionário comunista e anarquista. No entanto, a crítica essencialmente centrada no modo de produção cederá espaços a movimentos diversos, ligados a outros segmentos sociais que ultrapassavam as barreiras da crítica ao capitalismo, elegendo novas bandeiras como a crítica ao próprio modo de vida. GONÇALVES, Carlos W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993. p.10-11.

O contexto da Guerra Fria, o conflito no Vietnã, o surgimento do *rock-and-roll*, o movimento *hippie*, a expansão da comunicação de massas via satélite, entre outros aspectos, fazem parte das raízes históricas e culturais das quais irá emergir o movimento ecológico.

Lutas tão diversas quanto desmatamento, extinção de espécies, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição dos ecossistemas, construção de barragens, erosão dos solos, corrida armamentista, ameaça nuclear e outras farão parte das preocupações ambientalistas.

A partir de 1980 o ativismo ecológico obtém um incremento com os protestos quanto ao uso de energia nuclear. Tais movimentos foram estimulados pelas panes da usina de *Three Miles Island* em *Harrisburg*, EUA. Contemporaneamente, porém do outro lado do oceano Atlântico, especificamente na França, surgem candidatos ecologistas disputando espaços políticos nas assembleias de deputados. (LAGO & PÁDUA, 1985: 8)

No Brasil da década de 1970, a ditadura militar havia se abatido de forma radical sobre os movimentos sociais, mais particularmente sobre o sindical e estudantil. Nesse contexto viria a originar-se o movimento ecológico orgânico.

Ao mesmo tempo em que o regime autoritário consolidava-se com o AI-5<sup>4</sup>, iniciava-se um novo ciclo econômico com a penetração de capital estrangeiro, e sob sua égide o Brasil alcançaria o maior desenvolvimento econômico de sua história através do "milagre econômico". O desenvolvimento industrial à época será capitaneado por uma elite marcada por práticas históricas de desrespeito à natureza. A herança do latifúndio açucareiro e cafeicultor (onde bastava o desmatamento e a ampliação da área de cultivo para obter aumento de produção) levou, ao longo do desenvolvimento capitalista brasileiro, a uma prática de desrespeito à conservação dos recursos naturais.

Com a atração de capital estrangeiro, crescerá uma preocupação e pressão internacional (vide movimento ambiental europeu e opinião pública) no sentido de obrigar as instituições públicas e privadas a colocarem exigências ambientais, ou seja, os recursos somente seriam investidos no Brasil mediante um controle do país com relação à poluição aqui gerada. Assim, o Estado brasileiro criava diversas instituições para monitorar os

---

<sup>4</sup> O Ato Institucional nº 5 constituiu-se em um conjunto de regras políticas promulgadas pelo poder executivo em 13/12/1968, que concentrava poder de decisões pela Presidência da República, suspendia mandatos e direitos políticos e constitucionais, suspensão de habeas corpus etc. PESAVENTO, Sandra. *O Brasil contemporâneo*. POA: Ed. da Universidade/ufrgs, 1991. p.72.

empreendimentos impactantes, cumprindo as exigências internacionais para que os investimentos pudessem aportar em solo brasileiro<sup>5</sup>.

Ao final da década de 1970, com o processo de anistia política, diversos exilados que tiveram contatos com o movimento ambientalista europeu trazem para o Brasil essas novas experiências de lutas sociais. As vivências de exilados como Fernando Gabeira irão se unificar com experiências genuinamente brasileiras, tendo como destaque a entidade AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), no Estado do Rio Grande do Sul.

Fundada por José Lutzenberger, a AGAPAN iniciou seu ativismo denunciando a degradação do rio Guaíba na grande Porto Alegre, causada pela empresa multinacional de celulose *Borregaarde*.

Todavia nas décadas anteriores, a partir dos anos 40, já havia mobilizações de cunho ambiental levadas a cabo por agentes vinculados à imprensa e entidades de defesa da natureza. Nesse sentido, cabe destacar a figura de Henrique Luiz Roessler. Roessler nasceu em 1896 na cidade de Porto Alegre e era contabilista por profissão; porém, paralelamente às atividades profissionais, tornou-se fiscal voluntário contra a caça, a pesca e o desmatamento predatório que durante os anos 40, 50 e 60 se desenvolviam descontroladamente no Rio Grande do Sul. (CARNEIRO, 2003: 17)

A partir de 1957, Roessler passou a escrever semanalmente crônicas no jornal *Correio do Povo*, onde denunciava de forma categórica as agressões contra o ambiente natural.

Foram aproximadamente 300 crônicas entre 1957 e 1963 inseridas no suplemento rural do *Correio do Povo*, abordando questões relativas às reservas florestais, matas ribeirinhas, sementes, derrubada de árvores, questão indígena, poluição dos rios, piscicultura, construção de barragens etc.

Levando-se em conta o período de transição entre o conservacionismo/preservacionismo para o movimento ambiental orgânico/ecologismo (período de atuação de Roessler)<sup>6</sup>, bem como as tensões entre ambientalistas e o modelo de

---

<sup>5</sup> Em 1973 é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente, submetida ao Ministério do Interior, com a função de coordenar as atividades relativas ao combate à poluição e conservação do meio ambiente. Além disso, institui-se um aparato legal na forma de decretos e portarias entre os anos de 1973 e 1976, bem como o "resgate" e enquadramento dos já existentes Código das Águas, Código Florestal, Código de Caça, Código de Pesca, Política Nacional de Saneamento, Código de Mineração e Estatuto da Terra.

<sup>6</sup> Segundo LAGO & PÁDUA (1985), conservacionismo e ecologismo constituem-se em campos do pensamento ecológico, sendo na prática, as ações concretas oriundas de ativismo ambientalista. O conservacionismo caracteriza-se como "a luta pela conservação do ambiente natural, ou parte e aspectos dele, contra as pressões destrutivas das sociedades humanas". As raízes históricas do movimento conservacionista remontam ao final do século XIX na Europa, levadas a cabo por naturalistas, artistas e amantes da natureza que se organizavam em prol da defesa de espécies de animais e de áreas naturais. Os autores Lago e Pádua, embora reconhecendo os

desenvolvimento econômico e social vigente nas décadas de 50 e 60, buscaremos explorar diferentes aspectos do pensamento ambiental à época.

A análise das crônicas jornalísticas, repletas de denúncias contra a degradação ambiental no Rio Grande do Sul, revela o momento histórico que se entende ser a gênese do pensamento e do movimento ambiental gaúcho.

O momento em questão no Brasil será marcado pelo impulso do capitalismo industrial iniciado com a era Vargas na década de 30, tendo continuidade nos anos 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek. (PESAVENTO, 1991: 63-64)

De um lado, desenvolvimento industrial a partir de uma perspectiva que não observava o cuidado com os recursos naturais ou mesmo a "crença" na infinitude dos recursos; de outro, o despontar de uma consciência ecológica em determinados setores da sociedade que questionavam o modelo de "desenvolvimento" adotado.

Nesse sentido, a tese, procurando confirmar a hipótese inicial, será norteada a partir das seguintes questões: Qual a percepção de meio ambiente presente nas crônicas de Roessler? Em que medida o pensamento de Roessler transita de uma postura preservacionista para uma militância mais efetiva? Quais os elementos de educação ambiental presentes nas crônicas? Caso não existam de forma clara e sistemática, existem elementos que apontam para uma concepção de práticas educativas relacionadas ao meio ambiente? Até que ponto o pensamento de Henrique Roessler contempla uma noção de educação ambiental? Quais tipos de conexões podem ser estabelecidas entre as percepções sobre o meio ambiente de Roessler e as práticas, denúncias, ações educativas e representações sobre meio ambiente vigentes no período enfocado? As crônicas de Henrique Roessler contemplam, relativizadas em seu tempo, uma noção de sustentabilidade? As crônicas de Henrique Roessler eram instrumentos de divulgação de educação ambiental?

## **1.2. Justificativas**

Buscando referências em nossa área de formação, a História, encontrei embasamento nas análises do historiador François Dosse, que resgata a origem da Geografia nas últimas

---

esforços meritórios destes grupos, consideram que tais bandeiras não implicavam na apresentação de um "projeto alternativo global para a transformação da sociedade", estando mais ocupados na crítica a aspectos da problemática ecológica. Por outro lado, embora os ecologistas também sejam conservacionistas, a percepção destes não se limita "à defesa da natureza, penetrando também no questionamento do sistema social como um todo". Para o movimento ecologista, a atual crise ecológica "não se deve a 'defeitos' setoriais e ocasionais no sistema dominante, mas é consequência direta de um modelo de civilização insustentável do ponto de vista ecológico". p.33-36. Tendo como referência estes dois campos do pensamento ambientalista, situamos Roessler e o ativismo da UPN em um período de transição entre estes dois modelos, por isso, as ações dos ambientalistas gaúchos portavam características tanto de movimento conservacionista quanto de ecologismo.



décadas do século XIX na França. Segundo Dosse, a Geografia viria a contribuir para um novo pensar sobre as relações do ser humano e o tempo, interessando-se “pelas permanências que formam a trama de nossas paisagens”, o “meio”, “o modo de vida”, “o cotidiano”.

Dosse relata-nos que Vidal de La Blache, geógrafo do início do século XX, não havia estabelecido uma relação entre o meio natural e a sociedade humana. Ainda, “o objeto da geografia vidaliana apenas incidentalmente é o homem, ela é, antes de tudo, a ciência dos lugares, das paisagens, dos efeitos visíveis sobre a superfície terrestre, dos diversos fenômenos naturais e humanos”. (DOSSE, 1992: 136)

Com base nas constatações de Dosse, a investigação ora proposta nesta tese diz respeito a uma abordagem que relacione o homem e seu meio, mais especificamente, ao cronista Henrique Roessler diante do conjunto de degradações ambientais impostas ao meio natural.

Nesse sentido, também ressalto o pensamento do historiador Fernand Braudel, que busca articulações com a obra do geógrafo Vidal de La Blache, tomando para si a tarefa de “naturalizar” a ciência histórica.

Braudel absorve conceitos como “meio” e “espaço” e estes se tornam fundamentais na construção de sua obra, onde o tempo se articula com os ambientes naturais da Europa mediterrânica<sup>7</sup>, analisando as paisagens, elementos climáticos, vegetais e animais inseridos na história.

Entendo que, a partir da análise do espaço, torna-se possível ao pesquisador a ampliação de respostas às indagações a respeito da história humana, ou seja, um fator a mais de explicação das sociedades, ou, nas palavras de Dosse: “uma civilização é, na base, um espaço trabalhado, organizado pelos homens e pela história”. (DOSSE, 1992: 136)

Na mesma perspectiva, Jacques Le Goff<sup>8</sup> dedica aspectos de sua obra a esmiuçar estruturas ecossistêmicas como florestas e clareiras, e no Brasil, José Roberto Mello<sup>9</sup>, também medievalista, historiciza a relação de dependência entre os homens e as florestas, prados e rios na Europa feudal.

Ainda alicerçando justificativas para a presente tese, cito Moraes:

Algumas disciplinas têm aspectos de temática ambiental dentro de seu horizonte tradicional de pesquisa. É o caso da geografia, por exemplo, que tem na relação homem x natureza um de seus mais clássicos temas de

---

<sup>7</sup> BRAUDEL, Fernand. *O espaço e a história no mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988

<sup>8</sup> LE GOFF, J. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. SP: Ed. 70, 1990.

LE GOFF, J. *A civilização do ocidente medieval. Vol. I. Lisboa*: Estampa, 1983.

<sup>9</sup> MELLO, José R. *O cotidiano no imaginário medieval*. SP: Contexto, 1992.

reflexão. Outras disciplinas conhecem em algumas de suas vertentes um privilegiamento de tal temática. Seria o caso da perspectiva de F. Braudel para os estudos históricos, que relewa uma história das técnicas de domínio do meio e de ocupação do espaço. Outras ainda tangenciam-na, sendo relativamente fácil estabelecer liames mais densos. Seria esta a situação da Antropologia que relewa em suas análises a relação dos grupos com o meio (...). (MORAES, 1997: 83)

Contribuir para uma discussão de cunho ambiental através das ciências humanas e sociais, e, em nosso caso particular a partir da História, significa abordar a relação sociedade x natureza na ótica dos fenômenos sociais. Observar como através de sua lógica e dinâmica próprias, a sociedade se articula para se apropriar e submeter a natureza. (MORAES, 1997:90)

Da mesma forma, defendo a importância desta pesquisa pelo seu caráter de resgate do pensamento e das primeiras práticas de informação/denúncia junto à opinião pública, bem como de educação sobre o meio ambiente no Rio Grande do Sul.

Além de não haver estudos sobre este conjunto de crônicas (portanto destaco o caráter de ineditismo deste trabalho), justifico a tese por contribuir na publicização dos escritos produzidos entre 1957 e 1963, bem como outros documentos de época, que servirão como subsídio para futuros trabalhos e pesquisas.

Como justificativa final, "sabe-se que o universo das ciências sociais é a principal via pela qual o conhecimento científico se relaciona com a cidadania". (MORAES, 1997: 79)

Aqui defendo a utilização da História como uma ferramenta fundamental para a elaboração e promoção da Educação Ambiental, especialmente no que diz respeito ao resgate de experiências de práticas ambientais no tempo e no aporte de mananciais metodológicos e teóricos já utilizados pela historiografia para a elaboração de subsídios pedagógicos de EA.

Documentos, autos de infração, atas de reuniões, discursos, fotografias e crônicas, enfim, experiências ambientalistas como ferramentas de educação junto à sociedade, produzidas em épocas anteriores à nossa, constituem-se em valiosos instrumentos para a moderna Educação Ambiental.

Além desses aspectos, também a presente tese é legitimada por estar em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental em seus Princípios, Diretrizes, Objetivos e Justificativas, do qual destacamos alguns elementos onde verificamos semelhanças com as práticas educativas já presentes na militância de Roessler:

No Brasil, a ameaça à biodiversidade está presente em todos os biomas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas. A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação

dos recursos hídricos são alguns dos efeitos nocivos observados. (PRONEA, 2005: 17)

Deve-se mencionar que a educação ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal. Além de artigos de brasileiros ilustres e de uma primeira legislação conservacionista já no século XIX e início do século XX, temos a existência de um persistente movimento conservacionista (...). (PRONEA, 2005: 21)

Concepção de ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre meio natural e o construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade. Abordagem articulada das questões ambientais locais, nacionais, transfronteiriças e globais. (PRONEA, 2005: 37)

Promover a educação ambiental nos meios de comunicação de massa, de forma a torná-los colaboradores ativos e permanentes na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente. Difundir a legislação ambiental, por intermédio de programas, projetos e ações de educação ambiental. (PRONEA, 2005: 40)

Todas essas justificativas nos levam a afirmar a relevância desta tese, que tem como intenção constituir-se em um subsídio pedagógico de Educação Ambiental alicerçado na pesquisa histórica.

### **1.3. Objetivos**

Como objetivo central, a tese se propõe a reconstruir a gênese das práticas educativas e da militância de cunho ambiental no Rio Grande do Sul, com ênfase na fonte jornalística *Correio do Povo*, entre 1957 e 1963, e a partir desta reconstituição histórica, sistematizar os diversos problemas ambientais recorrentes no Rio Grande do Sul à época; detectar e analisar os primeiros indícios de educação ambiental no RS presentes nas crônicas; investigar os possíveis conflitos entre o desenvolvimento capitalista emergente dos anos 50 e início dos 60 e os formadores de opinião ambiental; observar as alterações de paisagem à época provocadas pelo então modelo de desenvolvimento em curso.

### **1.4. Possibilidades de teorias e metodologias para a execução da pesquisa**

É possível perceber que o discurso de Henrique Roessler compõe-se de representações sobre o meio natural, o que exige para a presente pesquisa um referencial analítico adaptado a esta modalidade de fonte documental. Nesse sentido, o conceito de representação, a partir de Roger Chartier, constitui uma ferramenta importante para este estudo.

Segundo Chartier, representação define-se como “uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, que opere por meio dos signos lingüísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científico”. (CHARTIER, 1990:19)

As diversas representações presentes nas crônicas de Roessler – por exemplo, relação da atividade humana com as florestas, rios, fauna, flora, a visão do autor com relação à idéia de progresso dentre outras - não se constituem em "discursos neutros", mas concorrem para organizar a relação homem x natureza mediante uma perspectiva que prima pela sustentabilidade em um contexto marcado pela "crença no progresso" gerado a partir da industrialização. (CHARTIER, 1990: 17)

As representações reproduzem aspectos de uma visão de mundo, estratégias e práticas que tendem, segundo Chartier, a legitimar determinado projeto. Essas representações sobre as quais Chartier disserta, ordenam a estrutura social; nesse sentido, constroem uma determinada realidade, um conceito de verdade.

O moderno mundo capitalista cria e recria representações que se alastram e se legitimam, como exemplo, as que versam sobre os mitos de progresso para uma sociedade e tendem a se integrar por meio de crenças e pensamentos comuns a determinados grupos. No entanto, representações oriundas do mesmo modelo de sociedade, porém questionadoras de aspectos do capitalismo, também disputam por espaços e ganham adeptos, como as diversas representações ambientais presentes nos escritos de Roessler, que viriam a servir de base para o futuro movimento ambiental dos anos 70 e para a estruturação da educação ambiental orgânica e crítica aos modelos de produção e consumo.

As representações de natureza presentes nas crônicas revelam problemas ambientais não somente locais (caso do Rio Grande do Sul), mas planetários, resultando em um engajamento político coletivo, influenciando nas tomadas de decisões por parte de alguns setores sociais do período pesquisado.

Apontando para esse caminho, Reigota defende: "As representações, ou modos de pensar, atravessam a sociedade exteriormente aos indivíduos isolados e formam um complexo de idéias e motivações". (REIGOTA, 1997:98)

Como conceito teórico final, proponho o de meio ambiente, da ambientalista Paula Brügger, que nos diz que "o conceito de Meio Ambiente deve abranger uma totalidade que inclui os aspectos naturais e os resultantes das atividades humanas, sendo assim o resultado da interação de fatores biológicos, sociais, físicos, econômicos e culturais". (BRUGGER: 1996: 53)

Essa definição encontra convergências com a abordagem de Reigota, que observa ser o meio ambiente "um lugar determinado e/ou percebido onde estão as relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade". (REIGOTA, 1994: 21)

Refletindo sobre as definições de Brügger e Reigota, entendo que esse conceito imbrica o meio natural com o meio social, privilegiando uma visão integrada entre sociedade e natureza. Procurei, através do conceito de meio ambiente, verificar se naquele contexto essa noção portava este sentimento de "interação de fatores biológicos, sociais, físicos, econômicos e culturais" à qual nos remete Brügger.

Com relação à utilização das crônicas como fonte principal desta investigação, torna-se possível perceber que uma quantidade cada vez mais crescente de trabalhos vem utilizando-se das informações e/ou opiniões expressas nos periódicos para promover reconstruções de determinado período histórico acerca dos mais variados aspectos da sociedade. Expressos nos jornais, os conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como elo ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológicas<sup>10</sup>.

A pesquisa proposta por este projeto, cujo instrumento primordial de estudo são crônicas jornalísticas, orienta-se em direção de um estudo através da imprensa, ou seja, onde os jornais servem como fonte de informações para a reconstrução de determinados elementos constitutivos de uma dada sociedade.

Dessa forma, o periódico representa o “construtor e organizador de uma verdade”, uma vez que “seus redatores acreditam na palavra no sentido de ‘poder’ e de obtenção de efeitos através da mesma”, criando aquela verdade a partir de suas visões de mundo. (FÉLIX, 1995: 185)

Ao atuar como meio de comunicação, informação e divulgação/emissão de opinião, os jornais agiram como propagadores dos princípios que nortearam as transformações e/ou a manutenção do *status quo* de determinadas sociedades. Ao levar ao público a discussão desses princípios, divulgando, defendendo e/ou criticando determinadas idéias, cada periódico gerou sua própria construção discursiva sobre as mesmas, numa manifestação do poder através da palavra. (ALVES, 2002:19)

---

<sup>10</sup> Sobre jornalismo como espaço de divulgação e disputa de concepções político-ideológicas, ver ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da Furg, 2002.

Ao recuperar práticas educativas, pensamentos e representações ambientais em um período histórico determinado através da imprensa, deve ser levado em conta que seu texto deve ser interpretado além de seu sentido literal, o que se expõe nas entrelinhas e mesmo, quando assim existir, nos vácuos de informações. Para isso, torna-se necessário o estudo da dimensão da exterioridade na qual foram produzidos os escritos. Essa preocupação com o ambiente no qual foram escritas as crônicas deve-se ao fato de que a prática discursiva é condicionada pelo contexto histórico no qual foi elaborada.

A partir deste cuidadoso estudo da inter-relação entre a informação jornalística e o meio histórico no qual ela foi produzida e da manifesta historicidade do discurso da imprensa, pode-se proceder à reconstrução de uma realidade a respeito dos mais variados elementos constitutivos de uma determinada sociedade, num dado momento histórico. (ALVES, 2002: 20)

Para a confecção dos capítulos constitutivos desta tese, utilizou-se uma pré-seleção de aproximadamente cem crônicas presentes no livro *O Rio Grande do Sul e a Ecologia: crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. A seleção das crônicas foi organizada em forma de livro pelo ambientalista Augusto Carneiro no ano de 1986, sendo que tomamos o cuidado de proceder a comparações entre cada uma das crônicas e seus originais publicados no *Correio do Povo*.

Após a seleção, as mesmas foram agrupadas por temas (florestas, desmatamentos, pesca predatória, poluição hídrica etc) e procedemos a uma análise de cada uma, buscando extrair o máximo de detalhamentos contidos em cada escrito com base em procedimentos da análise de conteúdo e da escrita historiográfica. O agrupamento das crônicas segue uma organização atemporal, pois diversos temas foram abordados inúmeras vezes ao longo de 7 anos, sendo que em muitas situações, uma mesma crônica focalizava mais de um tema. Esses agrupamentos temáticos de crônicas e a sua transformação em narrativas deram origem aos capítulos contidos nesta tese.

Objetivando uma melhor compreensão do tema investigado, a tese foi estruturada em cinco capítulos.

As presentes considerações iniciais tratam de uma breve apresentação do autor desta tese, a exposição da hipótese de investigação e suas questões norteadoras, bem como as justificativas que alicerçaram a proposta do trabalho, além dos objetivos e conceitos teórico-metodológicos que serviram como ferramentas para o desenvolvimento da pesquisa.

O capítulo primeiro tem por objetivo apresentar a chamada história ambiental, considerando essa história temática como uma importante ferramenta para a promoção da

educação ambiental. Nessa etapa do trabalho, é ressaltada uma determinada tradição historiográfica vinculada à primeira metade do século XX, na qual já despontavam nesses escritos aspectos relativos a questões ambientais, além de uma reflexão sobre a história do Brasil sob o enfoque ambiental, tendo como referência autores contemporâneos de história ambiental. Por fim, o capítulo apresenta um conjunto de acontecimentos vinculados à história do Brasil e sobremaneira ao estado do Rio Grande do Sul, apresentando ao leitor o cronista e ambientalista Henrique Luiz Roessler, autor das crônicas estudadas nesta tese.

No segundo capítulo, é apresentada a análise sobre o conjunto de crônicas referentes a questão do desmatamento florestal no RS, onde são pontuados os embates estabelecidos em torno das derrubadas, a ausência de efetivação de políticas públicas para o setor, o não cumprimento do código florestal e das portarias e as ocupações clandestinas junto as reservas florestais gaúchas.

Ao longo do terceiro capítulo é estabelecida uma discussão a respeito das práticas então disseminadas no RS sobre a caça e a pesca, em sua maioria, práticas que se encontravam à margem da legalidade, por isso mesmo combatidas veementemente por Roessler e pela União Protetora da Natureza. Os embates entre a fiscalização ambientalista e os infratores bem como a demonstração das relações desrespeitosas do ser humano para com a fauna são a tônica deste capítulo.

O quarto capítulo objetiva apresentar, sob a ótica de Roessler, as modificações que se operacionalizavam na região do Vale dos Sinos, modificações essas oriundas da dinâmica capitalista desenvolvida entre o período dos governos presidenciais de Vargas e Kubitschek, marcadas pela industrialização e urbanização desenfreada e com resultantes socioambientais. Aqui, as idéias de progresso e crescimento que buscavam legitimação à época, são objetos de críticas por Henrique Roessler.

O quinto capítulo analisa as práticas educativas problematizadas por Roessler, entendidas pelo cronista como ferramentas de persuasão e conscientização ambiental. Estratégias, dados científicos, representações sociais, crítica ao mundo moderno, aspectos vinculados ao nacionalismo e à ética cristã que se constituem como elementos de sua educação ambiental informal aqui são abordados.

Nas considerações finais há uma retomada das questões norteadoras e objetivos da tese, vinculando diversos elementos abordados ao longo dos capítulos com as ferramentas teóricas, sendo apresentados, desse modo, à luz de abrangente leitura e interpretação, os resultados da pesquisa e a comprovação da hipótese inicial.

Por fim, a título de ilustração, segue-se um anexo em que é apresentado material confeccionado e utilizado por Roessler em suas atividades como militante ambientalista.



## 2. HISTÓRIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TECENDO A MALHA DA TRAMA ECOLÓGICA

O meio ambiente constitui, assim, estimulante porta de entrada para a compreensão de todas as sociedades e, dentre elas, da brasileira, além de conter um valioso potencial para a construção do conhecimento histórico. As problemáticas ambientais trazem embutidas, ainda, projetos de ação educativa e para o ensino de História, ambos requeridos para a Educação Ambiental.

Paulo Henrique Martinez

### 2.1. Historiando a História Ambiental

Pensar historicamente o meio natural e sua profunda conexão com os atores sociais, eis provavelmente uma definição para a História Ambiental. Este desafio colocado para os cientistas sociais, e sobremaneira aos historiadores, tem aumentado nos últimos 20 anos no Brasil, porém, em nível internacional, desde a década de 1970, trabalhos vêm sendo desenvolvidos na perspectiva de tal abordagem historiográfica.

Os primeiros pesquisadores a cunhar a expressão *História Ambiental* foram historiadores norte-americanos, que, em 1977, fundaram a *American Society for Environmental History*, seguidos por historiógrafos europeus que, em 1999, criam a *European Society for Environmental and History*, e latino-americanos em 2004, quando da organização denominada *Sociedad Latino-americana e Caribenha de História Ambiental*. (DUARTE, 2005:32)

A idéia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial. (WORSTER, 1991: 199)

Embora a partir destas organizações internacionais haja o surgimento “oficial” dessa especialidade entre os historiadores, os temas natureza e ambiente já transitavam na órbita da ciência histórica. Congressos regulares e publicações científicas e o desenvolvimento de técnicas e teorias voltadas para o tema começaram a dar estatuto científico para a construção deste novo olhar do historiador voltado para a ecologia, em especial reforçando o diálogo com outros campos do conhecimento e buscando em diversas ciências um importante arcabouço teórico. (DUARTE, 2005: 32)

A existente relação entre História, Sociologia, Filosofia, Política e Geografia tende a se ampliar a partir de diálogos com a Geologia, Climatologia, Botânica, Química, Agronomia e diversos outros campos do saber. A interdisciplinaridade, algo tão caro à Educação Ambiental, torna-se uma ferramenta preciosa para os estudos históricos. (DUARTE, 2005: 33)

Acostumados ao estudo de fenômenos econômicos, políticos, culturais, religiosos e sociais, surge mais uma possibilidade de envolvimento do historiador através da temática ambiental, tratando-se não de uma “novidade” no que diz respeito às fontes de pesquisa, mas de um “olhar” atento aos documentos, o que pode dar novas respostas a determinados aspectos do passado.

A própria relação dinâmica e mutável das sociedades para com o ambiente em diferentes épocas e espaços sociais passa a ser campo de interesse da historiografia. Esta história ambiental que está em processo de gestação segue uma tendência muito particular da historiografia do século XX, sendo sua marca principal a abertura para temas diversos.

Para Martinez, entre as décadas de 1920 e 1980, abordagens de história econômica e social vieram a agregar-se às histórias cronológicas e de caráter nacional (Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, do Brasil, das Américas, Africana, Francesa etc), seguidas da História do cotidiano, da vida privada, das idéias, das mentalidades etc. (MARTINEZ, 2006: 18)

Ainda se pode pensar nos distintos contextos históricos que motivam o delineamento dos diversos ramos historiográficos, isto é, se na primeira metade do século XX as diversas crises econômicas mundiais, como a crise de 29 nos EUA, a hiperinflação na Alemanha, os planos econômicos na URSS, o plano Marshall contribuíram para o despertar de uma História econômica, a crise socioambiental, em toda a sua amplitude após a segunda grande guerra, veio a despertar nos profissionais de História o sentido de contribuição para este debate interdisciplinar. (MARTINEZ, 2006: 18)

O campo de análise meio ambiente transforma-se em uma ferramenta de re-ligação entre a ciência histórica e a própria sociedade, sendo, através desta, uma luneta por meio da qual a sociedade se vê. Nesse sentido, Martinez refere ser uma oportunidade em que o profissional estabelece “um outro padrão de relacionamento do historiador com o seu tempo, da universidade com a sociedade, da escola com a comunidade local, abrindo espaços para intervenções mais efetivas e integradas aos anseios da população”. (MARTINEZ, 2006: 24)

Tais vínculos se estreitam e se legitimam na medida em que as pesquisas caminham no desvelamento dos grandes problemas nos quais as maiorias estão inseridas, ajudando, inclusive, na construção de políticas públicas direcionadas ao reordenamento socioambiental. Essa proposta de história ambiental “coloca em relevo o papel social do historiador, sua força social, efetiva ou potencial, na construção de novas perspectivas profissionais e de relacionamento com a sociedade”. (MARTINEZ, 2006: 25)

Vinculando-se a tal proposta, um caminho possível e concretizável seria a valorização da História Regional, que, segundo Martinez, é uma análise aberta por Vitor Leonardi ao estudar a problemática amazônica: “Por esta razão, o autor propõe a História Regional como ponto de partida para a História Ambiental. Uma história de seus rios e vales, pois se trata de um espaço no qual as comunicações sempre foram, e ainda são, preponderantemente fluviais”. (MARTINEZ, 2006: 31)

Aprofundando tal proposta, torna-se necessário, nesse enfoque regional, articular a relação de interdependência entre a humanidade e seus rios, vales, montanhas e dessa ação humana sobre os biomas; também é possível pensar na constituição da pecuária e da agricultura, historicamente inseparáveis da espécie humana, constituindo-se nas “mais antigas formas de relacionamento das sociedades com a natureza e com os recursos naturais”. (MARTINEZ, 2006: 40)

O universo do mundo natural provoca diversas interpretações, seja no campo do uso sistemático dos recursos, dos valores simbólicos que representa aos diversos grupos, dos significados religiosos e do impacto psicológico que provoca, ou ainda das disputas que se dão em seu entorno e, a partir daí, das tipologias sociais que se estabelecem.

Sobre tais questões, Martinez ressalta a importância dos estudos sobre a sociedade ruralizada na França pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, que expuseram diversos aspectos da relação dessa sociedade com a natureza, como o “estudo do camponês como grupo social, das paisagens agrárias, resultantes de técnicas e práticas agrícolas e pastoris, das sociedades camponesas e seus hábitos, costumes, crenças e mentalidades”. (MARTINEZ, 2006: 41)

Worster aponta para a tradição da historiografia francesa como “centro inovador (...) especialmente os historiadores ligados à revista *Annales*, que há décadas vêm chamando a atenção para o ambiente”. Com a fundação da revista *Annales* em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre estudaram os “fundamentos ambientais da sociedade”, seguidos por Fernand Braudel,

segundo o qual o ambiente seria “(...) um elemento quase fora do tempo agindo na moldagem da vida humana nos processos de longa duração”. (WORSTER, 1991: 200)

Drummond propõe um conjunto de características que demarcam o campo metodológico e analítico da História Ambiental. Como elementos que constituem esse campo de pesquisa historiográfico, a ocorrência do objeto analisado normalmente possui como palco “(...) uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial (...)”. Esse conjunto de elementos que caracteriza um local único, com suas características geográficas, ecológicas, mesmo pontuando particularidades culturais e políticas de ocorrência dentro de determinadas fronteiras naturais, demonstra semelhanças entre a História Ambiental e a História Regional. (DRUMMOND, 1991: 181)

Também há, na concepção de Drummond, uma intensa dependência ou mesmo um “diálogo sistemático” com o universo das ciências naturais, que são as ferramentas para o entendimento da ecologia das regiões estudadas. As ciências naturais enumeradas são a Geologia, Geomorfologia, Climatologia, Meteorologia, Biologia vegetal e animal e a Ecologia, Engenharia florestal, Agronomia, doenças de plantas, dentre outras. Para esse autor, o historiador necessita “(...) entender o funcionamento dos ecossistemas para avaliar com correção o papel das sociedades humanas dentro delas, os limites da ação humana e a potencialidade de superação cultural desses limites”. Além de “aliadas”, as ciências naturais também podem ser alçadas a objeto de estudo do historiador ambiental, na medida em que “ajudam a entender os padrões de uso dos recursos naturais”. (DRUMMOND, 1991: 181)

Nessa mesma perspectiva, Worster escreve:

O historiador ambiental, além de fazer perguntas novas, precisa aprender a falar algumas línguas novas. Sem dúvida, a mais estranha dessas línguas é a dos cientistas naturais. (...) Conceitos de geologia, que fazem nossas noções de história recuar até o Pleistoceno, o Siluriano, o Pré-Cambriano. Gráficos de climatologia, nos quais as temperaturas e as chuvas oscilam para cima e para baixo através dos séculos, indiferentes à estabilidade de reis e impérios. A química dos solos (...) traçando os limites da agricultura. No seu conjunto, as ciências naturais são instrumentos indispensáveis para o historiador ambiental que precisa sempre começar com a reconstrução de paisagens do passado, verificando como eram e como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e modificassem. (WORSTER, 1991: 202)

Porém, dentro do amplo espectro das ciências da natureza, Worster coloca em preponderância ao historiador a ciência ecológica, pois “(...) ela tem sido parte fundamental do estudo da evolução”. Para esse historiador ambiental, o fato de a Ecologia estudar o reino vegetal, “(...) a maior parte da biomassa existente no planeta”, a coloca em sintonia com os interesses do historiador, pois é da flora que a humanidade extrai “(...) alimento, remédio, material de construção (...)”. (WOSTER, 1991: 203)

As plantas têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos na luta para sobreviver e prosperar. Assim, quando homens e plantas se encontram, nascem mais temas de história ambiental do que em qualquer outra circunstância. Sem o conhecimento ecológico da vegetação, a história ambiental perde os seus alicerces, a sua coerência, o seu primeiro passo. (WORSTER, 1991: 203)

Outro ponto marcante no fazer História Ambiental é a identificação do conjunto de recursos naturais presentes na região estudada, bem como a relação desses recursos disponíveis com os atores sociais que os utilizam.

Drummond refere:

As ciências naturais contribuem na identificação do conjunto de recursos naturais disponíveis no território de uma sociedade. No entanto, as próprias ciências sociais fazem o principal papel na história das civilizações (...). Afinal, os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados. Não existem recursos naturais *per se*. (DRUMMOND, 1991: 182)

Portanto, essa particularidade proposta por Drummond leva em consideração a relação mútua e recíproca entre sociedade e meio natural e daí seus resultantes, ao mesmo tempo em que ressalta que “(...) os historiadores ambientais fogem do determinismo natural, tecnológico e geográfico, mas se recusam a ignorar a influência dos quadros naturais na história e na cultura das sociedades humanas”. (DRUMMOND, 1991: 182)

A abundância de fontes documentais que vislumbram as tramas entre sociedade e ambiente para a reconstrução do passado também se torna uma característica na História Ambiental, podendo serem utilizados “(...) censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas”. (DRUMMOND, 1991: 182)

Também se inserem como possibilidades de fontes de pesquisa o resgate de mitos e lendas que permeiam o imaginário dos grupos sociais, diários, inventários de bens, descrições de tecnologias, pinturas e mesmo os relatos de exploradores, navegadores, diplomatas, missionários, comerciantes e naturalistas que “(...) percorreram quase todos os quadrantes do globo a partir do século XV”. (DRUMMOND, 1991: 182)

Desses relatos, vislumbram-se desde descrições minuciosas de paisagens, ambientes, recursos, costumes, práticas sociais, até percepções edênicas e projeções sobre o ambiente observado.

(...) os viajantes naturalistas, (...), principalmente os de meados do século XIX em diante, têm mais a dizer sobre os aspectos naturais do que sobre as sociedades. Seus olhos eram treinados para identificar novas espécies de animais e vegetais, independentemente de sua utilidade econômica, mas prestavam atenção nos recursos locais usados pelos europeus, escravos, índios e mestiços residentes em lugares distantes. Alguns, no entanto, como Saint-Hillaire, descreveram com vivacidade a gente brasileira que habitava um meio natural tão distinto do europeu. (DRUMMOND, 1991: 183)

Como última característica proposta, Drummond ressalta a importância do trabalho de campo pelo historiador ambiental nos locais por ele estudado. Esse trabalho *in loco* tende a aprimorar a percepção do pesquisador sobre o ambiente em foco, observando alterações na paisagem, clima, flora, fauna, temperatura; garimpando relatos e impressões de antigos moradores e mesmo consultando arquivos locais.

Através do “olhar” treinado do historiador, torna-se possível distinguir a permanência de biodiversidade nativa ou mesmo a extinção desta, bem como as alterações nos ecossistemas provocadas por fatores antrópicos.

(...) um rio assoreado que os documentos dizem ter sido navegável no passado pode ter sido afetado por uma agricultura predatória; uma encosta nua, com fendas erosivas, terá sido outrora coberta de mata ou de plantações comerciais (...) ou rejeitos de uma mina exaurida espalhados sobre um trecho de terra com vegetação rala; os restos de um pomar retomado pela vegetação nativa; uma pedreira; ou o leito, as pontes e os barrancos de uma estrada de ferro desativada. (DRUMMOND, 1991: 184)

A partir desse conjunto de elementos constitutivos à História Ambiental, podem-se estabelecer as possibilidades de motes de pesquisa na perspectiva historiográfica.

Diversos são os níveis de relações entre a espécie humana e a natureza, e, se por um lado o tema “destruição” poderia ser alçado como tema principal de pesquisas, não se pode deixar de mencionar as análises escritas sobre as de lutas em prol da diversidade de vida no planeta, vinculada por atores sociais diversos, dentre esses os movimentos sociais e ecológicos.

Outra possibilidade concretizável no espectro da História Ambiental seria a pesquisa dos diversos sentidos construídos acerca da natureza, diferenciados no tempo e espaço, de acordo com cada época, cultura e valores, bem como o estudo sobre os discursos louvatórios e edênicos. Além disso, abre-se a perspectiva de investigação sobre a tradição dos pensadores críticos e a elaboração de uma crítica ambiental, como será observado adiante.

## **2.2. Decifrando o bioma Brasil pela História: em busca de uma tradição historiográfica brasileira**

Pode-se pensar que a inserção do Brasil no contexto da expansão marítima européia a partir do século XVI caminhou *pari passu* com as alterações em seus ecossistemas, através da colonização portuguesa e da empresa colonial de exploração que se estabeleceu: “A produção de gêneros tropicais para o mercado europeu, a exploração do trabalho escravo, a baixa produtividade econômica e a dilapidação da natureza são características do colonialismo mercantilista (...)”. (MARTINEZ, 2006: 69)

A partir de Duarte, torna-se possível buscar, em algumas tradições da historiografia brasileira, elementos inspiradores para uma história ambiental, como em Caio Prado Jr.

Segundo essa autora, Prado Jr. ressaltou:

(...) a atividade monocultora assumiu um aspecto comercial devastador, com a exploração absurda dos recursos naturais em proveito da economia portuguesa. A conquista fazia-se pelo contínuo esgotamento da natureza de uma região que, uma vez arruinada, era abandonada em proveito de outras empresas e outras terras, deixando para trás farrapos de homens, matas derrubadas, solos exauridos, rios lixiviados. (DUARTE, 2005: 90)

Caio Prado Jr. publicou em 1942 *Formação do Brasil contemporâneo* e, em seus estudos sobre a lavoura brasileira do período colonial, demonstrava que a agricultura se caracterizava mais no aspecto quantitativo do que qualitativo e era baseada em tecnologias precárias, utilizando-se apenas para abrir as covas no solo a enxada, instrumento agrícola denominado pelo autor como “primário”. (PRADO JÚNIOR, 1973: 137). Os resultados

foram “processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começava já, pela insistência nêles, em fazer sentir seus efeitos devastadores”. (PRADO JÚNIOR, 1973: 135)

A utilização das queimadas para a preparação da terra, denominada de “processo brutal”, levava ao rápido esgotamento do solo e de suas capacidades férteis, tendo como consequência “(...) o abandono puro e simples do local por anos e anos consecutivos, com prazos cada vez mais espaçados que o empobrecimento gradual do solo ia alargando. Para se tornar afinal definitivo”. (PRADO JÚNIOR, 1973: 135)

Com o alargamento do avanço das queimadas sobre a mata litorânea, a densa cobertura vegetal desaparecia e dava lugar a núcleos habitacionais e lavouras, inicialmente no Nordeste e a posteriori direcionando-se ao Sudeste do Brasil. Caio Prado refere-se especialmente à “densa floresta” que se estendia da Paraíba até Alagoas, e que ao final dos três primeiros séculos de colonização entrou em colapso ecológico, tendo “(...) sobrado apenas uns restos nos dois extremos da área” para o fornecimento de madeira à Marinha Real. (PRADO JÚNIOR, 1973: 135)

A questão do fornecimento da madeira, através de uma exploração descontrolada para a fabricação de lenha contribuiu decisivamente para o desaparecimento das florestas litorâneas, especialmente quando considerada sua utilização nas fornalhas dos engenhos produtores de açúcar. Além desse fato, as matas eram descobertas para a produção da cana-de-açúcar, o que deixava os solos estéreis e improdutivos após algumas colheitas, resultando no alastramento da desertificação. Tão logo a capacidade fértil do solo se esgotasse, o colonizador partia “sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço da sua parte”. (PRADO JÚNIOR, 1973: 136)

Como já referido, o abandono era causado pela rápida infertilidade, pois não havia reaproveitamento, restauração ou conservação das propriedades naturais da terra, tendo em vista a separação entre pecuária e lavoura pelas fazendas, o que privava o solo do estrume fertilizador do gado. Associando-se a esse cenário, o próprio bagaço da cana, que poderia ser aproveitado para adubo, era desperdiçado e incinerado em grandes volumes.

Outro historiador brasileiro de extrema relevância da primeira metade do século XX foi Capistrano de Abreu, que, em 1907, publicou *Capítulos de história colonial*. No primeiro capítulo, “Antecedentes indígenas”, dedica-se a uma análise detalhada do meio natural brasileiro, abordando as condições ambientais em que os indígenas se constituíram, sendo o próprio meio ocupado e transformado a posteriori pela empresa de colonização européia.



Para Duarte, “(...) o autor detém-se numa preciosa análise dos aspectos físicos do território brasileiro, abordando sua formação geológica, suas bacias hidrográficas, seu relevo, sua vegetação e sua fauna”. (DUARTE, 2005: 88)

Pode-se confirmar a tese de Duarte com diversas citações de *Capítulos de história colonial*, ao descrever o litoral brasileiro:

Banha-se ao Oriente o oceano Atlântico, numa extensão pouco mais ou menos de oito mil quilômetros. Como o cabo de Orange, limite com a Guiana francesa, dista 37 graus do Chuí, limite com o Uruguai (...) nem o mar invade, nem a terra avança (...) os dois elementos coexistem quase sem transições e sem penetração; com recursos próprios o homem não pôde ir além da pescaria em jangadas. (ABREU, 2000: 31)

Refere-se ainda à costa litorânea da borda do Pará a Pernambuco como “(...) baixa, quase retilínea, intermeada de dunas e lençóis de areia (...). Os materiais marinhos, os sedimentos fluviais dão-lhe o aspecto das costas compensadas; os poros rareiam, as barras dos rios são as verdadeiras entradas, em geral precárias”; e sobre o litoral de Pernambuco até Santa Catarina como encostada “(...) à Serra do Mar (...)” e com “extensões arenosas, além barreiras vermelhas, encostas cobertas de matas, ou montanhas que arcam com as ondas. Nelas existam as maiores baías do Brasil: Todos-os-Santos, Camamu, Rio, Angra dos Reis, Paranaguá (...). Também neste trecho se encontram as maiores e mais numerosas ilhas, em geral dentro de baías, todas de procedência continental”. (ABREU, 2000: 32)

Especificamente o litoral gaúcho é dominado por “lagunas, cujo extenso litoral interno só poderá verdadeiramente prosperar quando a arte der a saída franca que a natureza lhes negou para o oceano”. (ABREU, 2000: 32)

Também se refere às ilhas de “(...) procedência vulcânica, Fernão de Noronha, fronteira ao Rio Grande do Norte, Trindade, fronteira a Espírito Santo (...)” e à “largura variável” da “faixa marítima” do litoral brasileiro, que se altera de acordo com os “caprichos da Serra do Mar (...)”. (ABREU, 2000: 32)

Sobre a hidrografia brasileira, refere-se ao Amazonas, Paraguai, Uruguai, Parnaíba, São Francisco, Tietê etc, suas bacias, os rios que os cortam, e seus significados históricos atribuídos, ao mesmo tempo em que realiza descrições climáticas regionais, como as que se referem ao Rio Grande do Sul, local onde “(...) as estações fria e quente já aparecem melhor delimitadas, as variações de temperatura tornam-se mais notáveis, e a estação das águas tende a emparelhar-se com a do frio”. (ABREU, 2000: 36)

Já no capítulo III, “Os descobridores”, Capistrano de Abreu refere-se à aproximação da frota portuguesa ao litoral brasileiro, comandada por Pedro Álvares Cabral, da seguinte forma: “A 14 foram avistadas as Canárias, a 22 as ilhas de Cabo Verde. Um mês mais tarde, a 21 de abril, boiaram ervas marinhas muito compridas, sinais de proximidade de terra, no dia seguinte confirmados por aves”. (ABREU, 2000: 52)

Já em “O sertão”, capítulo IX, refere-se à colonização do Pará no século XVII, em meio à ação dos jesuítas, presença indígena, soldados e pequenos povoados:

Os alicerces assentaram-se sobre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edifício e as pedras se desfazem, separam e arruínam. As terras se esterilizam; as plantações de mandioca não bastam para garantir o sustento; tem-se de buscar longe as madeiras e as terras de tabaco; mingüaram a caça e a pesca (...).(ABREU, 2000: 144)

Também na vasta obra de Sérgio Buarque de Holanda encontram-se diversas referências ambientais articuladas com a formação da sociedade brasileira. Aqui se destacam duas obras, *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, de 1959, e *Monções*, de 1945.

Em *Visão do paraíso*, Buarque de Holanda resgata diversas imagens construídas pelos europeus acerca do meio natural na América central e brasileiro nos primeiros séculos de colonização. Projeções de um paraíso terrestre (fruto de tradições do período clássico antigo, do medievo, da tradição judaico-cristã e mitos de diversos povos), afetavam as descrições sobre o novo mundo desbravado pelos conquistadores a partir do século XVI, em uma transposição do Éden terrestre imaginário para a nova terra. (HOLANDA, 2000: 20)

O historiador aponta que as descrições do navegador genovês Cristóvão Colombo “(...) tributário de velhas convenções eruditas, forjadas ou desenvolvidas por inúmeros teólogos, historiadores, poetas, viajantes, geógrafos, até cartógrafos (...)” se entrelaçavam ao tema do Paraíso Terrestre. A certeza do Éden encontrado era reforçada pela imensa fauna e flora com que deparavam e que também fazia parte do imaginário herdado pelos europeus. (HOLANDA, 2000: 21)

No capítulo VIII, *Visão do paraíso*, Buarque de Holanda afirma:

A visão simbólica da natureza, que já nos primeiros séculos cristãos fora largamente representada pelos padres da igreja, não era menos familiar aos homens da era dos grandes descobrimentos marítimos ou mesmo aos do século XVII (...). (...) Outro reforço para a inteligência simbólica da natureza já preparada, aliás, com os bestiários, plantários e lapidários medievais, pode dizer-se que veio da publicação,

em 1505, dos Hieroglyphica de Horapolo, o “Horo” dos autores renascentista (...). Nesse simbolismo, que não desdenha mesmo a natureza inorgânica, todos os animais, e também as plantas, têm sempre qualquer coisa a dizer aos homens. Mais do que isso, são um dos instrumentos de que se vale o Eterno para se manifestar no tempo, e o sobrenatural na natureza. (HOLANDA, 2000: 241)

O conjunto múltiplo de legados do passado transmitirá uma série de construções simbólicas à fauna e flora, mesmo que os significados sejam aparentemente contraditórios, como o símbolo da serpente, que se enquadrará como representação maligna, pois “servirá o demônio quando quis pôr a perder as primeiras criaturas humanas”, mas também portará o significado de “sabedoria e até sensatez”. (HOLANDA, 2000: 241). Às pedras também serão atribuídos diversos significados, ora como objetos de práticas consideradas profanas, ora exaltadas “em suas qualidades divinas”. (HOLANDA, 2000: 245)

Na mesma perspectiva, resgata as observações de naturalistas que se espantavam com as mutações por que determinadas espécies da fauna americana passavam, como as “borboletas” que “podem ter duas maneiras diversas de geração, pois ora nascem diretamente de outras borboletas, ora de certas lagartas de cor hepática (...). Assim, nada impede que, das tais lagartas, umas se transmudem naquelas avezinhas (...)”. (HOLANDA, 2000: 262-263).

Sobre a crença no poder de metamorfose em elementos da natureza, Buarque de Holanda analisa o inseto louva-a-deus, que, “além de representar aparentemente outra maravilha do reino animal, capaz de sugerir não apenas aos gentios, mas principalmente a muitos cristãos (...) teria esta particularidade singular de poder converter-se em planta”. Tal característica era do mesmo modo atribuída ao beija-flor: “seria dado observarem-se eventualmente as fases intermediárias da metamorfose, pois pode suceder, muitas vezes, que a parte inferior do corpo já tenha tomado a feição de um vegetal, quando a superior ainda trai, por certos movimentos, sua condição antiga”. (HOLANDA, 2000: 263)

Crenças sobre a transformação de borboletas em colibris, sobre a morte e ressurreição de pássaros, sobre o poder curativo de esporões e corno da anhuma embebidos em água e vinho, ou mesmo da cauda do gambá triturada em água, apontam propriedades miraculosas de vegetais, sendo também alencadas pelo historiador.

Da mesma maneira como resgata de escritores e cronistas coloniais imputações morais e comportamentais atribuídas a determinadas espécies, como o pardal, considerado “bulhento, lascivo e importuno”, simbolizando uma alma pecaminosa; e os gaviões, relacionados aos sentimentos de honra (HOLANDA, 2000: 273), apresenta propriedades do maracujá, que,

pelo seu formato e características, era considerado “o próprio pomo da culpa e do pecado”. (HOLANDA, 2000: 280). No entanto, uma outra interpretação relacionava o mesmo maracujá à paixão de Cristo, exaltando a fruta como “flor-da-paixão”; portanto, sinal de redenção. (HOLANDA, 2000: 286).

Porém, a projeção idílica transparece mais claramente em escritos já de meados do século XVI, quando da chegada de jesuítas à Bahia: “É muito sã e de bons ares (...) adoecem muito poucos, e esses que adoecem logo saram. É terra muito fresca, de inverno temperado, e o calor de verão não se sente muito. Tem muitas frutas e de diversas maneiras, e muito boas (...).” (HOLANDA, 2000: 290). Na interpretação de Buarque de Holanda, a descrição sobre o Brasil relaciona diretamente a boa saúde com a abundância dos alimentos, regularidade do clima adequado, temperaturas amenas e a variedade e beleza da vegetação, elementos fundamentais para a projeção de um paraíso terrestre; no entanto, o historiador também alerta para o fato de o cronista da Companhia de Jesus ter escrito suas observações sobre a Bahia ao final de agosto de 1549, desconhecendo ainda “(...) a maior força do calor da Bahia”. (HOLANDA, 2000: 291)

Outras tradições também dão conta dessa relação do clima com a expectativa de vida e boa saúde nas terras do Brasil colônia, que, em função da paisagem verdejante e dos “bons céus e ares, que se não liberta seus moradores da lei da morte, imuniza-os, ou quase, de mortais pestilências e outros danos cruéis (...) que atingem esses moradores excessiva longevidade”. (HOLANDA, 2000: 318)

No livro *Monções* publicado em 1945, Sérgio Buarque de Holanda analisa as expedições de conquista e desbravamentos para o oeste do Brasil colonial através dos rios, as imposições do meio natural, o contato dos colonizadores com as comunidades indígenas, o enfrentamento às doenças tropicais, o deslocamento dentro da floresta densa etc.

É inegável que o aproveitamento dos rios brasileiros, para a navegação, esteve sempre muito aquém das grandes possibilidades, que parece oferecer, à primeira vista, nossa rede hidrográfica. O certo, porém, é que entre nós, fora da Amazônia, os cursos de água raras vezes chegam a constituir meio ideal de comunicação. A tanto de opõem obstáculos naturais de toda ordem e que só podem ser evitados mediante expedientes já em uso entre antigos naturais da terra. (HOLANDA, 1976: 23)

Para Buarque de Holanda, fora decisiva para as monções a utilização das canoas indígenas, “especialmente indicadas para os rios encachoeirados”, tendo sido constatado que a fabricação das canoas não oferecia grandes dificuldades, pois “onde há rio, nunca escasseiam

matos e, onde há mato, raramente faltará arvoredo adequado”. (HOLANDA, 1976: 23). Porém, de acordo com a vegetação nativa e as próprias peculiaridades hidrográficas de cada região, o veículo de deslocamento fluvial variava, sendo utilizadas, além das canoas, balsas, pelotas etc.

Quanto aos obstáculos para a construção e manutenção de uma infra-estrutura de suporte às expedições, relata que a “construção de pontes menos toscas era impraticável, fora das zonas habitadas. E mesmo nesses lugares, os estragos freqüentemente causados pelas chuvas, pelo gado e também pelas queimadas (...) tornavam difícil e onerosa sua conservação”. (HOLANDA, 1976: 25)

Buarque de Holanda constata, acerca do século XVIII, que o tamanho das canoas diminuía por causa da “míngua de árvores de tamanho adequado, em algumas florestas marginais do Rio Tietê ou dos seus afluentes”, atingindo diretamente no número de passageiros transportados. (HOLANDA, 1976: 37)

A destruição de árvores como a peroba e ximbouva, denominadas pelo autor Sérgio Buarque como “gigantes florestais” em virtude do diâmetro que atingiam seus troncos, trazia problemas para o desenvolvimento comercial da região de Cuiabá, e, na mesma época, iniciavam-se os sinais de esgotamento progressivo das minas de ouro no Brasil Central. (HOLANDA, 1976: 37)

A prática das queimadas para o alargamento das lavouras resultava no escasseamento dos paus para edificação de canoas e madeiras para construção, fazendo com que os homens se embrenhassem “(...) pelos braços dos rios, internando-se nos matos meses a fio” em busca da necessitada madeira para o desenvolvimento dos povoados. (HOLANDA, 1976: 38)

A historiadora Regina Horta Duarte destaca que as grandes contribuições desses pensadores brasileiros foram os “sentidos para a natureza” criados por estes a partir da análise de farta documentação legada dos séculos coloniais. (DUARTE, 2005: 92)

Os autores citados discorreram sobre os rios, as matas, os animais, a diversidade da vida, e os desequilíbrios gerados pela destruição. Ao contrário de muitos dos homens de sua época, não se renderam a discursos ufanistas, declarando de forma vazia as belezas do Brasil, nem se gabavam da grandeza do território num espírito nacionalista eivado de orgulho, nem se perderam num elogio constante e vazio de uma ‘natureza nacional’. Analisaram o território como um espaço constituído pela história, numa perspectiva de interdependência entre o homem e seu meio. (DUARTE, 2005: 93)

Embora não seja possível projetar em Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Capistrano de Abreu o papel de fundadores ou mesmo precursores da moderna História Ambiental escrita no Brasil, a erudição de suas obras e a interdependência demonstrada entre o surgimento da sociedade e o meio natural serve como importantes ferramentas teóricas para os educadores ambientais e historiadores compreenderem as práticas sociais referentes ao meio ambiente brasileiro.

### **2.3. Apoucado mapa da trajetória ambiental nas terras de Cabral**

Ao longo dos séculos iniciais da colonização, o meio natural exerceu enorme surpresa e deslumbramento sobre Portugal, tanto pelas diversas e diferenciadas espécies exóticas da fauna e flora quanto pela possibilidade de riquezas que essa diversidade representava. A própria carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento português sobre o Brasil, direcionada à Coroa Portuguesa, atentava para este mundo novo, portando “indicações sobre as possibilidades de exploração, com a visão de águas infinitas e grandes arvoredos”. (DUARTE, 2005: 59)

Juntamente com a carta, os primeiros exemplares de fauna e flora como toras de pau-brasil e papagaios são remetidos a Portugal, prenunciando a exploração dos recursos naturais que balizariam os séculos vindouros. Um verdadeiro monopólio da Coroa Lusitana sobre a extração florestal se estabelecia, sendo evidenciados, já em meados do século XVI, excessos nas derrubadas, a ponto de a primeira Carta Régia do Brasil estabelecer normas disciplinares para o corte da madeira. (DIAS, 1993: 29)

Tornam-se significativas as observações do Educador Ambiental Genebaldo Freire Dias sobre os primeiros contatos dos militares ibéricos em 1500 com o litoral brasileiro:

No dia 1º de maio, para realizar a segunda missa, foi feita uma gigantesca cruz de madeira e uma clareira – prenúncio da devastação das nossas florestas através da exploração predatória. Os indígenas foram levados a participar do culto – prenúncio da sua aculturação pelos colonizadores europeus e conseqüentemente da sua quase dizimação (dos quatro milhões de silvícolas brasileiros restam apenas duzentos mil). (DIAS, 1993: 28-29)

Do ponto de vista de uma observação mais direcionada e sistematizada sobre o meio natural no século XVI, coube aos religiosos jesuítas e franciscanos as primeiras notas sobre fauna e flora, catalogações de espécies de mamíferos, répteis, aves, plantas etc.

Estas primeiras observações, além de descreverem espécies e características, eram acompanhadas de “observações diversas” que variavam entre “dados morfológicos e comentários morais” como o caso dos macacos, que eram apontados nas notas dos religiosos como um animal “fortemente inclinado à luxúria”. (DUARTE, 2005: 59)

Facilitando a compreensão aos leitores europeus sobre as espécies encontradas no Brasil, algumas descrições eram acompanhadas de analogias com espécimes já conhecidos do velho mundo: “Assim, ao descrever os peixes boi, o padre compara sua corpulência à do boi. Ao mencionar o tapir, afirma sua semelhança com a mula, mas com pernas mais curtas e pés divididos em três partes, assim como o tamanduá tem a carne tão saborosa como a de uma vaca”. (DUARTE, 2005: 60)

Tais manuscritos, constituídos por descrições e desenhos, caracterizavam-se como narrativas que vinham a cumprir não somente um imperativo científico, mas uma função religiosa e de conduta moral, a partir de uma nova sociedade que se estruturava e possuía na igreja cristã um dos elementos formadores de identidade e de direção deste novo mundo. Embora em quantidade menor, o período colonial também legou relatos de autores laicos, que ajudaram a moldar entre as elites letradas da Europa um determinado imaginário sobre o Brasil, ora sendo um Éden, ora espaço de purgação, exótico, bizarro etc.

Diversas descrições realizadas pelos cronistas do período colonial tinham por objetivo despertar na mentalidade europeia o sentido de utilidade que estes poderiam usufruir sobre as novas terras. Para José Augusto Pádua, o Brasil é inventado a partir de determinados significados, rótulos que o demarcariam conceitualmente com base em determinados temas, sendo um destes o olhar sobre a natureza. (PÁDUA, 1987: 16)

Ao mesmo tempo em que se constituía um olhar tipicamente renascentista, marcado por relatos de viagens, descoberta de novas regiões e mesmo a personificação da idéia de um paraíso terrestre, estabelecia-se um olhar mercantilista, amparado em uma política de expansionismo comercial e tendente ao monopólio português sobre as riquezas brasileiras. Nessa dupla visão, o mote sobre o meio natural “(...) será central para satisfazer a curiosidade de ambos os olhares, tornando-se elemento chave para construir a imagem do Brasil tanto para os humanistas quanto para os mercadores”. (PÁDUA, 1987: 16)

Os primeiros relatos, dotados de simbologias míticas, marcavam o papel construído acerca da natureza, exaltando o clima brasileiro e seus resultantes, a boa saúde e a longevidade de seus habitantes, numa alusão à idéia do Éden personificado. Assim, enumeravam a abundância de espécies da fauna e flora até então desconhecidas dos europeus, descreviam acidentes geográficos dotados de características quase mágicas como “montanhas

douradas”, “serras de esmeraldas”, “guerreiras amazonas”, “gigantesca lagoa central” como fonte dos rios brasileiros etc. (PÁDUA, 1987: 17)

De maneira geral, as imagens idílicas propostas pelos cronistas convergiam para uma exaltação das matas, animais, frutos e das terras férteis, forjando a construção de uma identidade inicial na qual eram reconhecidas as novas áreas conquistadas. A própria escolha do nome Brasil torna-se bastante simbólica na medida em que se origina da árvore pau-brasil, então extremamente abundante na Mata Atlântica.

Porém o ciclo extrativista da árvore pau-brasil será rápido e predatório, anunciando como seriam, a seguir, os ciclos na história da economia brasileira, ou seja, devastador com relação à natureza e sob a tutela do mercantilismo, promovendo a extração de riquezas voltadas para a Europa e sem uma perspectiva de desenvolvimento interno do Brasil.

Até o século XVIII, a quase totalidade do conhecimento produzido sobre o ambiente brasileiro caracterizou-se mais por descrições isoladas e oriundas do clero e menos por uma política orgânica do Estado português direcionada para a sistematização dessas informações. Porém, se durante o período colonial não houve uma preocupação dos dirigentes ibéricos com o tema, o mesmo não se configuraria ao longo do breve domínio holandês no Brasil, marcado por uma política estatal voltada para esse mote. (DUARTE, 2005: 62)

Entre 1631 e 1654, sob a égide de Maurício de Nassau, foram postas em prática variadas atividades naturalistas, com a vinda para o Brasil de cartógrafos, astrônomos, desenhistas e médicos, que deram conta da sistematização de obras avalizadas pela administração pública bem como operacionalizaram a construção de viveiros, observatório astronômico, jardim botânico, levantamentos cartográficos, estudos sobre fauna, flora e suas propriedades medicinais, aclimação de espécimes etc. (PÁDUA, 1987: 16)

Com a retomada final em 1654 de áreas antes dominadas pela Holanda, Portugal demonstraria, já na segunda metade do século XVII, o início de uma nova mentalidade sobre o Brasil. O período seria marcado pela descoberta de jazidas de ouro e diamantes, recolocando o império português no cenário das grandes nações européias e como aliado da Inglaterra.

Fruto desta nova realidade, o Brasil entraria na XVIII<sup>a</sup> centúria com uma nova postura administrativa através da política do Marquês de Pombal, que viria a centralizar a administração fortalecendo a monarquia, aí incluindo a expulsão da ordem jesuíta do Brasil e a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, cidade mais próxima das áreas mineradoras. (DUARTE, 2005: 64)



Com a política pombalina iniciava-se uma reforma no pensamento científico português, demarcada com transformações na medieval universidade de Coimbra, que passa a se tornar fonte de uma nova elite intelectual e administrativa, formada sobre pressupostos de novos paradigmas sintonizados com as grandes mudanças no campo de pensamento que ocorriam em outros países europeus.

Em todas as suas ações, Pombal desejava sintonizar Portugal com a revolução do pensamento em curso no resto da Europa, onde se afirmava a ciência experimental, com a descoberta e explicação racional dos fenômenos naturais. Desde Bacon (1561-1626), o conhecimento era valorizado como fonte de poder do homem sobre a natureza e devia ser construído dentro de um método experimental, afastado das explicações religiosas. (DUARTE, 2005: 66)

Novos métodos de pesquisa, estudos e análises são introduzidos, rivalizando com a até então hegemônica escolástica medieval, resultando na reformulação e criação de novos cursos, incluindo-se a Faculdade de Filosofia Natural, que abrangia estudos sobre a natureza. Estudos sobre uso de solo, utilização de adubo, desflorestamento, erosão, destruição de bosques, esgotamento de recursos e ecossistemas passam a ser objeto de pesquisa e forjam uma nova geração de portugueses e de súditos da Coroa que moravam no Brasil e estudavam em Coimbra. (DUARTE, 2005: 66)

A partir de Coimbra uma nova corrente de pensamento começava a se erguer. Tal concepção defendia uma exploração dos recursos das colônias portuguesas de forma mais racional, sob a perspectiva da lógica do crescimento econômico e da hegemonia política do Império Ibérico diante das outras potências européias.

Sob os auspícios do Marquês de Pombal, o cientista italiano Domenico Vandelli, mestre de vários alunos da elite brasileira, argumentava em favor de uma “(...) mudança das práticas agrícolas no Brasil, considerando que as práticas em vigor destruíam a natureza, esvaziavam os rios, diminuía as chuvas e impediam as possibilidades futuras de exploração”. Vandelli irá influenciar vários de seus seguidores a realizarem expedições pelo interior do Brasil, onde serão retirados exemplares da fauna e flora para estudos e enviados para Portugal, à Universidade de Coimbra. (DUARTE, 2005: 68)

Notadamente, Coimbra influenciará na formação de uma elite letrada brasileira que pregará a necessidade de modificações na relação sociedade e natureza, porém duas questões relevantes devem ser ressaltadas: a primeira refere-se à inexistência de uma preocupação ambiental ou conservacionista, como é entendida, consistindo a lógica das novas idéias numa

utilização mais racional dos recursos naturais, de forma menos destrutiva e projetando sua manutenção para explorações futuras sob a perspectiva de reerguimento do império português; a segunda questão é sobre a abrangência e mesmo aplicabilidade das idéias reformistas ao longo do século XVIII, que salvo experiências mais pontuais, acabaria por não influenciar decisivamente os rumos das políticas de gestão administrativa no Brasil naquela centúria.

#### **2.4. Nascentes da crítica ambiental no Brasil**

Pádua aponta, para a questão da natureza no Brasil, dois pólos que considera contraditórios: se, por um lado, os ciclos econômicos baseados sobre os recursos naturais foram determinantemente predatórios, por outro, se construiu a tradição de uma “retórica louvatória em relação à natureza, que vem dos primeiros cronistas, passa pelo nativismo colonial e penetra no romantismo do século XIX”. (PÁDUA, 1987: 20)

No entanto, propõe a introdução de um terceiro caminho de compreensão e análise sobre a questão da natureza no Brasil, qual seja a via da “tradição dos pensadores críticos, que desafiaram a realidade concreta e pensaram politicamente a questão das relações entre o homem e a terra no Brasil, com base na reflexão sobre um possível projeto alternativo para o país”, ou seja, uma crítica ambiental <sup>11</sup> (PÁDUA, 1987: 20)

No período colonial destacam-se os cronistas Frei Vicente Salvador e Ambrósio Fernandes Brandão, que de maneira geral expunham em seus escritos uma preocupação com o modelo de desenvolvimento que então se estabelecia no Brasil, voltado tão somente ao projeto colonial-mercantilista. A falta de um desenvolvimento interno a partir das próprias riquezas geradas era a tônica dos discursos.

Para Frei Vicente Salvador, a colonização portuguesa tinha como traços: “por mais arraigados que na terra estejam, e por mais ricos que sejam, tudo pretendem levar para Portugal (...) e isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída”. (PÁDUA, 1987: 20)

---

<sup>11</sup> É utilizada nesta tese a categoria crítica ambiental conforme as elaborações apresentadas pelo historiador José Augusto Pádua, como um conjunto de posicionamentos políticos escritos por segmentos da intelectualidade brasileira ao longo do século XIX até o início do século XX, que refletiam criticamente acerca dos modelos de desenvolvimento predatórios em curso sobre os recursos naturais no Brasil. A crítica ambiental denominada por Pádua é expressa através de textos e posicionamentos de intelectuais e políticos que demonstravam uma consciência crítica frente à destruição, constituindo-se em uma linha da história do pensamento brasileiro.

A partir da análise da obra de Frei Vicente, Pádua considera que a atitude predatória impedia o desenvolvimento de uma vida social mais organizada e sólida no Brasil, pois o religioso pontuava o descuido, pouco zelo e preservação dos bens que não fossem particulares e de interesse imediato dos atores sociais da Colônia.

Na mesma perspectiva, Ambrósio Brandão questionava a “falta de provisões e carestia no preço dos alimentos” em um país como o Brasil, uma “terra tão fértil e com bons ares”. Para esse cronista, o pensamento hegemônico de enriquecimento rápido não permitia que se estabelecesse uma prática econômica de médio e longo prazo, sendo considerado pela população como “tempo perdido” o ato de cultivo de árvores que dessem frutos em alguns anos. (PÁDUA, 1987: 21)

Até o século XVIII, tanto a existência de uma crítica intelectual quanto medidas administrativas em prol de defesa florestal, salvo medidas isoladas, constituíram-se em casos raros, retratando tanto a ausência de uma tradição literária quanto de uma política pública conservacionista. Sobre essa última, quando existente tinha por intenção garantir pontualmente as necessidades de construção da marinha naval da Coroa Portuguesa. (PÁDUA, 1987: 21)

Ao contrário das centúrias anteriores, o século XIX será marcado por um esforço, através da literatura romântica de uma busca de afirmação da nacionalidade brasileira, buscando a valorização do país, sendo um dos elementos de expressividade a exaltação da natureza nativa, retomando com vitalidade a tradição dos primeiros cronistas do período colonial.

O contexto, após a declaração da Independência com relação à Metrópole a partir de 1822, fazia brotar uma literatura nacional, endógena, exaltativa das características da ex-Colônia, onde a natureza ocupava papel preponderante na busca de afirmação nacional. Temas como “frutas”, “legumes”, “açúcar”, “arvoredos verdes”, “águas límpidas”, “trópicos”, “terra”, “Índios”, são representações costumazes sobre o meio natural e recorrentes na literatura do século XIX; porém, leia-se o que Pádua registra:

Não obstante a real qualidade de algumas dessas obras e o papel por elas representado na construção de uma consciência do Brasil enquanto nação é forçoso reconhecer que o seu substrato era usualmente artificial e idealizado, pairando acima de um contexto real de violência e predação tanto em relação à natureza quanto em relação aos índios. A atitude do romantismo brasileiro, portanto, ao contrário do europeu, foi muito pouco contestatória e desafiadora em relação ao mundo realmente existente. (PÁDUA, 1987: 23)

Ao contrário do romantismo europeu que, influenciado pelo Iluminismo francês, assumiu um caráter contestatário, a literatura brasileira do período tinha como tônica o sentimentalismo e a melancolia, sendo inclusive os poetas românticos patrocinados pelo regime imperial e grande parte dessa intelectualidade ocupante de cargos diplomáticos. Pádua considera pouco provável “(...) encontrar nos românticos brasileiros, apesar de sua preocupação nacionalista e seu louvor ao natural, uma reflexão mais crítica e profunda sobre a relação entre natureza e política no Brasil”. (PÁDUA, 1987: 24-25)

Porém, contrapondo essa visão idílica e hegemônica presente no século XIX, encontramos no pensamento político brasileiro o escritor José Bonifácio, que elevou o mote da destruição da natureza como tema político e elemento central para um projeto de construção nacional.

José Bonifácio era membro da elite de Santos e cedo viajou para a Europa, familiarizando-se com o Iluminismo e tendo uma formação acadêmica ampla, abarcando conhecimentos sobre física, química, mineralogia, agronomia, economia política, história etc. No período em que ocupou cargos no governo imperial, foi defensor de um programa de reformas sociais como reforma agrária, voto aos analfabetos, extinção do tráfico negreiro dentre outras medidas inaceitáveis às elites econômicas e políticas de então. (PÁDUA, 1987: 27-28)

Porém, o elemento de proeminência na trajetória de Bonifácio foi justamente sua “proposta de inaugurar um novo tipo de relacionamento entre o homem e a natureza no Brasil”, resultante diretamente do século das luzes. No iluminismo francês se desenvolveram duas correntes de pensamento ligadas ao estudo sobre o meio natural, “ciência arcadista” e a “ciência imperialista”: (PÁDUA, 1987: 28-29)

A primeira admitia o valor intrínseco dos componentes do mundo natural e propunha o ideal de um relacionamento harmônico e pacífico entre os homens e a natureza, baseado no modelo de vida simples e humilde das comunidades campestres e pastoris. (...) A ciência imperialista, ao contrário, que deriva seu nome do conhecido ideal de Francis bacon – ‘alargar os limites do império humano sobre todas as coisas’-, tendia a não ver natureza um valor intrínseco, mas sim um valor instrumental na medida em que servia ao progresso humano. (...) A ‘economia da natureza’, portanto, serviria basicamente para o homem conhecer melhor o funcionamento do mundo natural, não de forma a contemplá-lo passivamente, mas utilizá-lo e modificá-lo livremente, em função da sua indústria e de acordo com os poderes da sua razão. (PÁDUA, 1987: 29-30)

A partir dessas duas correntes, Bonifácio se alinhava com a idéia de natureza como algo a ser desvendado pelo conhecimento científico, um “grande livro” a ser apropriado para a construção da riqueza da nação brasileira para prover seu desenvolvimento social e material; portanto, não como uma natureza intocada para ser contemplada sem interferências.

Sua crítica ambiental centrava-se no desperdício dos recursos naturais no Brasil, em que se incluía: a falta de previdência, as queimadas e matança de espécies da fauna em plena época de reprodução. Como intelectual e mesmo ocupando cargos públicos em Portugal e Brasil, pesquisou e implementou medidas de reflorestamento de bosques em áreas degradadas, criticou a caça de baleias no litoral brasileiro em pleno ciclo reprodutivo, levantou teses relacionando preservação da natureza e seus ganhos para a sociedade, além de traçar o que chamaríamos modernamente de políticas públicas durante os primeiros anos do império brasileiro. (PÁDUA, 1987:31)

Participando como dirigente político no primeiro Governo Imperial, tentou transpor as idéias e experiências adquiridas na Europa ao novo modelo administrativo que se instalava. Assim, defendia o crescimento do Brasil em uma perspectiva endógena, por isso mesmo, a conservação dos recursos naturais e sua utilização racional exerceriam um papel tático na construção do Brasil idealizado pelo referido pensador.

O projeto defendido por Bonifácio levava em conta a absorção do índio aos costumes da sociedade brasileira, incorporando-o às necessidades de mão-de-obra e ao mundo do trabalho, na medida em que se extinguisse o trabalho escravo de origem africana, considerado por este intelectual uma das razões do baixo desenvolvimento do país, sendo, desse modo, a defesa da abolição uma de suas principais bandeiras.

Nesse sentido, o projeto de desenvolvimento endógeno brasileiro, ou seja, o crescimento das atividades industriais, do comércio, da lavoura, da mineração dentre outras atividades, calcava-se sobremaneira no trabalho livre e nas potencialidades do vasto território brasileiro, que, em sua análise, diferenciava-se de outros países pelo clima ameno e temperado, imensa fertilidade e preciosos recursos naturais. (PÁDUA, 1987: 33)

Entretanto, a abundante natureza seria um condicionante favorável às teses desenvolvimentistas se utilizada de forma racional. A propósito da questão, assim se expressa José Augusto Pádua: “A ruptura com a dinâmica de destruição da natureza no Brasil, portanto, era um tema central para Bonifácio, pois esta eliminava o principal trunfo com a qual a nação podia contar para o seu desenvolvimento”. (PÁDUA, 1987: 36)

O conjunto de medidas como produção em pequenas propriedades por mão-de-obra livre diminuiria a destruição das matas, preservando as madeiras nobres para a construção civil e náutica, melhorando ao mesmo tempo as técnicas agrícolas utilizadas na terra, preservando sua fertilidade com mais durabilidade.

Fato marcante é que seu projeto não encontrara apoio entre as elites brasileiras, que viam suas teses como ameaça aos sustentáculos de poder do Império, o que não elimina a importância de seu projeto para a época; entretanto, permaneceu no campo das idéias produzidas naquele período.

Pádua demonstra que, apesar da não implementação do projeto de reformas idealizado por José Bonifácio, suas idéias não sucumbiram, a ponto de na segunda metade do século XIX voltarem à pauta com o movimento abolicionista, não por acaso, liderado por herdeiros intelectuais de Bonifácio. (PÁDUA, 1987:38)

Dentre os integrantes da nova geração de reformistas, Pádua destaca Joaquim Nabuco e André Rebouças. O primeiro assinalava, através de diversos relatórios da década de 1880, a relação entre escravidão, dizimação de florestas e esgotamento dos solos, além de diagnosticar o avanço da seca no nordeste, ocasionado pela prática de monocultura e desmatamentos, e apontar na região amazônica o declínio dos seringais, devido à cobiça da indústria extrativista. (PÁDUA, 1987: 38-39)

Na mesma perspectiva, André Rebouças tecia críticas e soluções semelhantes às de Nabuco, censurando o desflorestamento através do fogo e derrubadas e as práticas agrícolas arcaicas que esterilizavam o solo.

Assim como José Bonifácio, André Rebouças e Joaquim Nabuco articulavam sua crítica ambiental a partir de demandas sociais e econômicas, sendo as “causas sociais mais profundas” que resultavam na destruição do meio natural, o “monopólio da terra, a escravidão e o ‘landlordismo’”. (PÁDUA, 1987: 40)

Pádua assinala que o projeto desenvolvido e proposto por esses intelectuais calcava-se na ampliação do “livre comércio, da indústria, da ética do trabalho livre, das estradas e ferrovias, da modernidade enfim”, acompanhado de reformas de cunho social como “a abolição do trabalho escravo, o parcelamento da terra, a expansão da instrução pública” dentre outras. (PÁDUA, 1987: 40)

Nesse projeto reformista, a intervenção do Estado seria apenas normativa, havendo por parte de seus idealizadores uma “crença no progresso capitalista, acreditando que ele traria o nivelamento social” e conseqüentemente um deslocamento de poder das mãos do latifúndio às novas classes comerciais e industriais advindas das reformas propostas. (PÁDUA, 1987: 40)

O problema da destruição da natureza se coloca nesse contexto, assim como já se colocava para José Bonifácio, não como uma consequência do crescimento da civilização industrial moderna, como afirmam os atuais ecologistas, mas sim como um sintoma da falta dessa modernidade. Na utopia liberal de Nabuco e Rebouças, a modernidade capitalista era sinônimo de eficiência e uso correto dos recursos naturais. A luta pela natureza, portanto, se confundia com a luta pela civilização. (PÁDUA, 1987: 40-41)

Há de se registrar que na segunda metade do século XIX se manifestou o racionalismo científico quando novamente idéias eram importadas da Europa para o Brasil, encontrando ressonância junto a uma elite intelectual urbana formada por profissionais liberais, bacharéis e escritores.

Esse novo cabedal intelectual irá influenciar importantes escritores da literatura brasileira ainda ao final do século XIX, como Euclides da Cunha, manifestado através da presença do tema “natureza” em sua obra. (PÁDUA, 1987: 43)

Para Pádua, o tema “natureza” vincula-se a partir de diversas óticas na literatura euclidiana, onde “o homem e as forças naturais se confundem num processo complexo e constante de mútua dependência e evolução”, como na formação das regiões que formavam o país (nordeste, sul e Amazônia), as peculiaridades de cada povo com suas identidades próprias e seus vínculos com as paisagens, rios, fenômenos naturais etc.(PÁDUA, 1987: 43).

Entretanto, a visão contestatória também pontua sua obra na medida em que protestava contra a destruição da natureza, fato que considerava um impeditivo à evolução do país: “Nesse sentido, da mesma forma que Euclides se revoltava contra o desprezo dos governos pelas massas populares, abandonadas na miséria, ignorância e doença, ele denunciava implacavelmente a destruição da terra brasileira”. (PÁDUA, 1987:43-44)

Pádua ainda nos afirma:

A perspectiva de Euclides, como podemos ver, praticamente duplica o projeto de Bonifácio, Nabuco e Rebouças. O famoso lema de Euclides – “ou nos civilizamos ou desaparecemos”- parece ter sido, portanto, a linha básica dos que trataram criticamente a questão da natureza no pensamento político brasileiro até o início do século XX. (PÁDUA, 1987: 45)

Entre o período de Euclides da Cunha até o fim da Primeira Guerra Mundial, poucas análises significativas sobre o tema natureza serão encontradas na tradição intelectual brasileira. As existentes serão marcadas por uma visão ufanista do Brasil e seus recursos

naturais, ou mesmo legitimadoras de teorias ligadas ao determinismo geográfico, clima etc. (PÁDUA, 1987:45)

## 2.5. Alberto Torres: um possível afluyente até Roessler

Nosso país é um país excessivamente devastado pela expansão econômica e pela exploração aventureira das suas regiões abertas pela fúria devastadora da cobiça, e que apresentam gravíssimas crises climatéricas que estão comprometendo a vida e a saúde dos habitantes e a produtividade do solo.

Alberto Torres

A tradição de uma crítica ambiental brasileira, mesmo que longe de uma hegemonia dentro da intelectualidade, voltará à tona com Alberto Torres (1866-1917), quando, em 1914, publicará duas obras “onde o tema da relação entre natureza e projeto nacional encontrará um dos seus mais originais analistas”. (PÁDUA, 1987:46)

Tanto Bonifácio quanto Torres, embora separados pela passagem de quase um século, viveram no esteio de movimentos marcantes da trajetória política do Brasil. Bonifácio, participando do primeiro governo Independente, e Torres, influenciado pela proclamação republicana. No esteio das sociedades que em conseqüência se moldavam, tentavam influenciar seus rumos com a idealização de suas formulações intelectuais.

A ecologia política de Alberto Torres centrava-se na crítica a um progresso que levava à extinção dos recursos naturais do planeta, ou seja, contestava a própria modernidade que via surgir sob seu tempo, sendo isso um impeditivo para o erguimento de uma civilização. Nesse sentido, em alguns pontos suas teses entravam em divergência com aquelas elaboradas e defendidas pelos seus antecessores da crítica ambiental, que viam na modernidade e seu desenvolvimento tecnológico a solução para o atraso e destruição ambiental.

Em suas observações, denunciava a problemática ecológica que se agravava durante os primeiros governos republicanos, especialmente quando estes concediam licenças de uso e extração dos recursos naturais da nação brasileira para exploração estrangeira. Em sua análise, a conservação da natureza seria tática para o desenvolvimento interno, e, especialmente sua utilização, um monopólio do próprio Brasil e a utilização de mão-de-obra nacional em detrimento dos colonizadores de origem européia. (PÁDUA, 1987: 57)

Essa posição antiimperialista de Alberto Torres se cristaliza com a interpretação de Pádua sobre este autor:



A exploração das riquezas minerais, por exemplo, não era de interesse do país no seu estágio real de evolução tecnológica, pois teria forçosamente que ser feita pelo ambicioso capital estrangeiro, que as exploraria de forma imediatista. E essas riquezas, ao contrário, deveriam ser preservadas mesmo ao preço do retardo na sua utilização econômica. (PÁDUA, 1987: 58)

Ainda se pode pontuar em Torres sua tese de desenvolvimento com primazia na agricultura, na contramão do arquétipo adotado pelos países ocidentais com seu modelo urbano-industrial e que serviu de inspiração aos seus predecessores da tradição da crítica ambiental no Brasil.

Em 1915, Alberto Torres publicava o livro *As fontes da vida no Brasil*, um manifesto político-ecológico de 31 páginas, criticando os dirigentes da então recente República brasileira. Os pontos principais de sua crítica eram voltados ao modelo adotado de expansão econômica e às idealizações difundidas à época sobre a natureza, riquezas e fertilidade, consideradas como “ilusões”, criticando também a intensa dependência da elite brasileira em relação às políticas e costumes estrangeiros, por isso mesmo, afastados das necessidades e da realidade do país. (TORRES, 1990: 1)

Suas observações alcançavam diversos âmbitos da vida social brasileira e genericamente definia os “brasileiros” como “estrangeiros na sua terra, a qual não aprenderam a explorar sem destruir e a qual têm devastado”. Sobre a elite do Brasil urbano, ou “os que habitam as cidades”, criticava o luxo material e o desperdício, marcas profundas do descompasso com o restante do país, ou “alheios à vida nacional”, sendo a esses imputada uma política de desenvolvimento marcada pela exploração e expansão colonizadora durante os quatro primeiros séculos da História do Brasil. (TORRES, 1990: 3)

Entretanto, suas observações não poupavam os homens do campo, denominados de “rústicos bárbaros do interior”, compostos por “mestiços e mamelucos de várias mesclas, que formam os bandos vagabundos de ‘jagunços’, de ‘caipiras’, de ‘cangaceiros’ e de caboclos”. (TORRES, 1990: 4)

A crítica à composição social do país precede em sua obra suas observações de cunho ambiental, dedicando espaços à realidade florestal do país:

Das antigas regiões de florestas, a parte desbastada, extensa como a nenhum outro país intertropical, transformou-se, num período que não excede de três séculos, uma parte em desertos, tão áridos quase como os das outras regiões, outras em extensos campos e capoeiras, pobres e raquíticos, à falta

de água corrente e de chuvas, e, por entre umas e outras, algumas zonas onde vicejam ainda florestas, já bem nostálgicas, contudo, da atmosfera primitiva, e, dia a dia, mais pobres em oxigênio, em azoto e em umidade. (TORRES, 1990: 4-5)

Também eram responsabilizados pelo estado de crise os grupos de colonizadores estrangeiros que, sob os auspícios do governo português, devastavam florestas para a implantação de lavouras. Porém a própria escolha de locais para a construção de cidades e implantação de fábricas e habitações eram tencionadas por Torres, locais estes que outrora abrigavam matas e em vales superiores de serras, pois eram “depósitos de acumulação d’águas, para distribuição nas regiões inferiores habitadas, urbanas e rurais, e para conservação do clima normal”. (TORRES, 1990: 6)

A defesa veemente dos recursos hídricos e seus mananciais também transparece em seus escritos, demonstrando clareza acerca da dependência da fertilidade e umidade das terras aos ecossistemas aquáticos: “A água é, dos dois elementos da vida climatérica da Terra, o que mais se faz mister conservar nas regiões tropicais (...) que a pretensiosa incúria da nossa ‘civilização’ tem transformado em ruína. (...) Ora, o Brasil (...) está gravemente ameaçado por falta de águas”. (TORRES, 1990: 9)

Da mesma forma que na segunda década do século XX já diagnosticava o avanço destrutivo sobre a floresta amazônica.

De parte a Amazônia – onde explorando uma árvore nativa, não teve ainda o homem oportunidade de destruir a ponto de transformar em desertos todas as regiões desnudadas, mas onde, também, a destruição da seringa é excessivamente devastadora, para a indústria do seu produto, e a destruição dessa planta, o corte das madeiras e as derrubadas nos pontos mais densamente povoados já devem mostrar influência sobre o clima – (...). (TORRES, 1990: 9)

Um dos fundamentos centrais da crítica político-ecológica de Alberto Torres era o desenvolvimento aplicado no Brasil com vistas ao abastecimento dos países estrangeiros, e, deste imperativo, com vistas a suprir as demandas cada vez mais urgentes do mercado externo, um descompasso com a conservação dos recursos naturais.

Tudo isto resulta da feição francamente colonial da exploração do país, caracterizada pela supremacia do comércio estrangeiro sobre o comércio nacional e sobre a produção, pela indefesa subordinação dos produtores a exportadores e capitalistas estrangeiros, pela avidez e

inconsciência das derrubadas, pela preferência, no trabalho, ao colono estrangeiro. (TORRES, 1990: 17)

Para Torres, essa “adoração quase idílica ao estrangeiro” explicava a política de expansão econômica fundamentada na lavoura extensiva, na mineração, monocultura e latifúndios, assim como a conquista do sertão e a construção de estradas de ferro. (TORRES, 1990: 18)

Ao mesmo tempo em que tecia dura crítica às políticas (ou falta) desenvolvidas pelo governo e do seu atrelamento ao imperialismo, apontava sugestões a serem desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, alertando para o fato de que as políticas de gestão deviam ser assumidas pelo conjunto dos demais ministérios e órgãos públicos dos estados e municípios.

Atualmente, toda a atividade do Ministério da Agricultura deverá aplicar-se, quanto aos trabalhos próprios do campo, ao reflorestamento do alto dos morros e à extinção das formigas, no centro do país, e a tolher a continuação das derrubadas e defender as plantas naturais de exploração, como a seringueira, em toda a sua extensão. Seria este um sensato programa prático, para o qual se poderia organizar um sistema completo e expedito de providências (...) com o apoio, com a assídua e regular cooperação, não só de todos os outros ministérios, senão também dos estados e municípios (...). (TORRES, 1990:19)

## 2.6. O Rio Grande do Sul como palco da nascente ambiental

Tu não sabes quem foi o Roessler? (...) O Roessler foi o cara que começou tudo isso. A pergunta e resposta vieram de José Lutzenberger. (...) Roessler e a UPN vieram antes de Chico Mendes e do Greenpeace. Roessler, na verdade, veio antes do ambientalismo.

Ayrton Centeno

O principal território de atuação militante de Roessler foi de colonização alemã e italiana, ao norte do Estado gaúcho. Conforme BUBLITZ (2006), na transição do século XIX para o XX, com a expansão de povoados e avanço das ferrovias sobre as regiões de florestas, clareiras serão abertas, originando diversas cidades nas regiões do Alto Uruguai e Alto Jacuí<sup>12</sup>.

Nessa região, rica em biodiversidade, estabeleceu-se uma “marcha” de conquista, onde os novos colonos se fixavam nas terras férteis praticando a queimada intensa, o desmatamento

<sup>12</sup> Bublitz refere-se à chamada última fase de colonização européia com a fundação das “colônias novas”. Este novo movimento migratório interno era realizado pelos descendentes dos antigos colonos já estabelecidos no Rio Grande do Sul, que deixavam suas famílias em busca de novas terras. (BUBLITZ, 2006: 02)

progressivo e os arroteamentos. A cada terra esgotada, iniciava-se um outro ciclo de colonização, e os grandes pinhais conhecidos como araucárias, predominantes na região, irão sucumbindo frente ao machado. Da cobertura original das florestas gaúchas, que em 1850 contabilizava 36% do total da área do Estado, em 1914, passados 64 anos, restaria cerca de 25%. (BUBLITZ, 2006: 5)

Passo a passo surgiam novas cidades com a expansão da ferrovia e abertura de estrada, e a prática da policultura em pequenas propriedades passava a ser trocada pela monocultura de trigo e soja. Com o advento das serrarias, entre os anos de 1916 até 1940, o Estado gaúcho ocuparia o primeiro lugar no Brasil nesta atividade econômica. O entorno do rio Uruguai também será marcado por mudanças, pois a região, até então caracterizada por atividades extrativistas de indígenas e ex-escravos negros e pela pecuária de luso-brasileiros, cederá lugar a uma nova organização social, econômica e ecológica, com a fixação territorial no entorno das margens de rios e florestas e sua paulatina alteração. (BUBLITZ, 2006: 07-08)

Bublitz, após pesquisa em relatórios dos governos provinciais e documentação de agrimensores e viajantes, reforça a idéia da não-existência de uma preocupação ambiental por parte desses atores sociais<sup>13</sup>. Ao contrário, a lógica predominante no RS era o avanço civilizacional, sendo a natureza compreendida como um entrave a esse desenvolvimento. Tal entendimento acaba por difundir uma legitimação por parte dos colonos, sendo reforçada pelos administradores da Província, no sentido de que as terras incultas deveriam ser transformadas em “territórios civilizados”. (BUBLITZ, 2006: 08)

O despontar de uma relativa preocupação ambiental vinculada à idéia de desenvolvimento se dará a partir de 1913, no governo do então Presidente da Província Borges de Medeiros. Medeiros demonstrará junto à Assembléia de deputados gaúchos sua preocupação com relação à diminuição das florestas, atentando para o fato de que a preservação florestal aproximaria os gaúchos dos países mais ricos. Segundo Bublitz, o posicionamento de Borges de Medeiros revelaria tanto seu conhecimento sobre a importância das matas na regulação do clima e no regime das chuvas, quanto seu interesse em preservar para uma exploração econômica futura.

---

<sup>13</sup> Bublitz ressalva que sua pesquisa não pretende “taxar os colonos como ‘culpados’ pela devastação das áreas verdes”, atentando para o fato de que “a maioria deles sequer imaginava que seus atos poderiam implicar futuros problemas de ordem ecológica”. Além disso, considera que a colonização não foi o único processo que resultou na degradação dos ecossistemas regionais, pois questões relativas à poluição do solo e de recursos hídricos surgiram somente a partir dos anos 60 e 70 do século XX, com a “introdução de herbicidas e agrotóxicos nas lavouras, a partir da chamada ‘Revolução Verde’”. (BUBLITZ, 2006:5-6)

Nessa perspectiva, sob os auspícios do governo positivista, os colonos passariam a receber lotes, mas com a obrigação de preservar parte da mata existente na propriedade. A decisão governamental trazia em seu bojo a intenção de evitar ou diminuir a exploração ilegal das florestas (ou acentuar uma exploração mais racional do ponto de vista econômico), estabelecendo para isso um serviço de vigilância em vários municípios do norte do Estado, os quais possuíam estas reservas de florestas; no entanto a referida iniciativa acabou por não surtir o efeito desejado. (BUBLITZ, 2006: 12-13)

Nesse sentido é possível afirmar que a colonização europeia acabou por provocar mudanças profundas na constituição da fauna e na flora sul-rio-grandenses, ao estabelecer impactos ecológicos a partir de uma agricultura baseada em queimadas, da caça indiscriminada de animais silvestres e da exploração madeireira, de forma muito acentuada até a década de 20. Deve-se perceber que essa lógica de desenvolvimento, hoje identificada como insustentável, à época se legitimava pelos ideais de progresso e trabalho, e é em parte sobre tal mentalidade arraigada no norte gaúcho que Roessler pontuará seus escritos contestatórios.

Entretanto, a partir da década de 1930, o Brasil e o Rio Grande do Sul entrariam em um novo ciclo, com a participação política de novos grupos sociais em ascensão, os quais buscavam hegemonia nesse novo cenário, sob a égide de Getúlio Vargas. Com a Revolução de 30<sup>14</sup>, a política passaria por importantes transformações, especialmente demarcada pela transição de poder, até então sob o comando exclusivo das elites rurais, para as mãos dos grupos oriundos do capitalismo industrial, que dariam sustentação ao novo governo.

Nessa nova conjuntura que então se processava, surgiam novos marcos regulatórios acerca de determinados recursos naturais e a criação de áreas naturais protegidas. Algumas políticas públicas de caráter conservacionista começavam a ganhar terreno, parte delas como já observado anteriormente, oriundas do século XIX, outras, típicas do novo Brasil que então se desenhava, seja pela influência e pressão de grupos organizados ou mesmo pela necessidade do Estado em controlar a exploração florestal, sob risco do seu rápido desaparecimento. (MEDEIROS, 2006: 46)

O Brasil moderno era instaurado com o incentivo à indústria, com a instituição de leis trabalhistas, o controle do movimento operário e com uma forte expansão de cidades rumo ao

---

<sup>14</sup> Ao final da década de 1920, a oligarquia gaúcha aliada aos paraibanos viria a disputar as eleições presidenciais, e em meio às denúncias de fraudes eleitorais, perderiam para o candidato situacionista Júlio Prestes. Antes da posse de Prestes, o ainda presidente Washington Luís seria derrubado por uma junta militar que passaria o poder a Getúlio Vargas, o qual assumiria a presidência da República como chefe do governo provisório e dando início à Revolução de 1930.

oeste. À época, a criação de parques nacionais já era uma tendência internacional, especialmente nos EUA e em diversos países europeus, e o Brasil timidamente entraria nessa rota. Além disso, aspectos do conservacionismo iriam despontar na constituição republicana de 1934, que estabelecia em seu capítulo I, artigo 10º, a proteção à natureza como elemento de responsabilidade da União e dos Estados, estabelecendo, mesmo que de maneira pouco aprofundada, a questão conservacionista na agenda do poder público.

Diversos códigos e decretos passariam na década de 30 a figurar como instrumentos utilizados pelos primeiros ambientalistas, como o Código Florestal (1934), o Código das Águas (1934), o Código de Caça e Pesca (1934) e o Decreto de proteção aos animais (1934). Segundo Medeiros (2006), o mais importante desses marcos era o Código Florestal, pois “definiu objetivamente as bases para a proteção territorial dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país”, legitimando por um lado o ativismo dos serviços florestais que vinham sendo implantados em diversos estados brasileiros e controlando a exploração de madeira ao definir áreas protegidas<sup>15</sup>.

Nesse contexto seria criado o primeiro parque florestal brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, no Rio de Janeiro, e, em 1939, os parques do Iguaçu no Paraná e da Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro. Nos anos 40 seriam criadas áreas em estados do norte brasileiro com *status* de Florestas Nacionais; no entanto, o protecionismo estatal que marcará esse período estará vinculado a uma idéia sobre as florestas como “recurso econômico”, cuja exploração deveria ser supervisionada a fim de evitar o rápido esgotamento. Na prática, agregavam-se valores econômicos às florestas e estas, por sua vez, eram consideradas recursos que seriam importantes para a construção do novo país que então brotava.

A principal característica desse período foi trazer para a legislação brasileira os primeiros elementos capazes de garantir um regime diferenciado de proteção e gestão de parcelas do território brasileiro, embora efetivamente isso não tenha se refletido de forma expressiva no número de áreas instituídas. (...) um importante aspecto do modelo de proteção que se construiu no país, nesse período, foi a sua capacidade de ter estabelecido, desde o início, distintas tipologias e categorias de áreas protegidas voltadas para uma gestão ambiental do território que garantisse, pelo menos

---

<sup>15</sup> Segundo MEDEIROS (2006), o Código Florestal criou 4 tipologia de florestas: “florestas protetoras”, com finalidade de “conservar o regime das águas, evitar erosão, fixar dunas, assegurar a salubridade pública, proteger sítios, asilar espécimes da fauna, ou proteger, do ponto de vista militar, as fronteiras”; “florestas remanescentes”, voltadas para a “criação de parques, inclusive pequenos bosques de gozo público e reservas de proteção biológica ou estética”; “florestas modelo e rendimento”, “eram aquelas que poderiam ser submetidas a manejo de recursos naturais, visando ao extrativismo de madeira. p. 50.

conceitualmente, tanto a preservação e intocabilidade de áreas estratégicas quanto à sua conservação através da utilização controlada dos recursos naturais em áreas específicas. (MEDEIROS, 2006: 51-52)

Na mesma perspectiva acerca das áreas florestais, a questão das águas brasileiras também será tratada pelos marcos regulatórios, sendo atribuído a esse recurso natural uma valoração econômica. A preservação dos recursos hídricos passava a ser essencial para a geração de energia elétrica devido às necessidades oriundas do crescimento econômico. Além de tais aspectos, o Código das Águas obrigava os proprietários de terrenos perto das correntes a desobstruir a livre passagem das águas, da mesma forma que o cuidado e o livre trânsito das nascentes de água e o impedimento de construções que viessem a poluir/contaminar poços e nascentes<sup>16</sup>.

Dentro do conjunto de leis que viriam a regulamentar medidas conservacionistas, também deve ser ressaltado o decreto de 1937, que versava sobre a proteção do chamado “patrimônio histórico e artístico nacional”, sendo, pela lei, pertencentes a este patrimônio, os monumentos naturais, como as paisagens consideradas de notável valor<sup>17</sup>. Agregando-se a esses marcos, a década de 40 viria a aprimorar o já existente Código de Mineração com a proteção dos depósitos fossilíferos, sob os cuidados do então Departamento Nacional de Produção Mineral, ligado ao Ministério da Agricultura<sup>18</sup>. Nessa mesma década, o Brasil, em conjunto com diversos países das Américas assinava convenções para a proteção de diversos espécimes de flora e fauna nativas, formações geológicas, monumentos naturais e aves migratórias, com o intuito de evitar o processo de extinção e mesmo de importação e exportação de espécimes protegidos, ao mesmo tempo em que os governos dos diversos países se comprometiam a criar parques nacionais<sup>19</sup>.

Os anos 50 seriam marcados pela criação de leis que viriam a instituir uma estrutura voltada à fiscalização de viés protecionista, como a Patrulha Costeira, subordinada ao Ministério da Marinha. Além de fiscalizar a pesca no litoral brasileiro, a patrulha costeira

---

<sup>16</sup> Cfm. Decreto 24.643 de 10 de julho de 1934, que institui o Código das Águas.

<sup>17</sup> Cfm. Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937, que versa sobre a organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

<sup>18</sup> Cfm. Decreto-Lei 4146 de 4 de março de 1942, que versa sobre a proteção dos depósitos fossilíferos.

<sup>19</sup> Os diversos itens constitutivos da Convenção Pan-Americana foram assinados em 1940 pela Bolívia, Cuba, El Salvador, Nicarágua, Peru, Estados Unidos, Venezuela, Equador, Costa Rica, México, Uruguai, Colômbia, Chile, Guatemala, Haiti, Argentina e Brasil. A referida convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro em 1948, quando da promulgação do Decreto Legislativo 3, de 13 de fevereiro de 1948.

dedicar-se-ia à fauna marítima e flora aquática, devendo, pela lei, realizar operações em colaboração com o Serviço de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura<sup>20</sup>.

Nesse contexto de atuação de Roessler, torna-se necessário ressaltar outros marcos regulatórios que se somariam às leis anteriores, no sentido de legislar sobre um Brasil em largo processo industrial. No período de governo do presidente Juscelino Kubitschek destacar-se-ia o código Nacional de Saúde, oriundo da década de 50. Essa lei viria a regular a questão do saneamento e remoção de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, com o intuito de melhoria das condições ambientais, além de instituir uma estrutura pública voltada para a fiscalização e cobrança de tratamento dos mananciais poluídos, devendo cobrar das indústrias que viessem a se instalar no território nacional um plano sobre lançamento de resíduos<sup>21</sup>. Na mesma perspectiva, a questão dos resíduos oriundos de domicílios e indústrias ganharia um novo disciplinamento em princípios da década de 60, ao ser proibida a limpeza de motores de navios e o lançamento dos resíduos oleosos nas águas litorâneas brasileiras<sup>22</sup>.

A diversidade desses códigos e decretos desenvolvidos entre os anos 30 e início dos 60 acabaram sendo fruto do intenso trabalho de uma geração de cientistas ligados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Tais cientistas<sup>23</sup> desenvolveram pesquisas ligadas à História Natural e à Antropologia, pontes essenciais que os levaram a depararem com a destruição dos ecossistemas brasileiros.

Além de influenciarem, a partir da era Vargas, a construção de diversos marcos regulatórios, como os já citados Código das Águas, Código de Caça e Pesca, Código de Minas, Código Florestal, “todos decretados entre maio de 1933 e outubro de 1934”, diversos órgãos públicos foram criados ou reformulados para se adequarem ao cumprimento dessas leis, como o “Departamento Nacional de Produção Mineral, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e o Serviço Florestal Federal”. Conforme já citado anteriormente, a própria Constituição Federal Brasileira de 1934 acabaria por refletir alguma preocupação conservacionista, além de na própria década de 30 serem criados os primeiros parques nacionais brasileiros. (FRANCO & DRUMMOND, 2004:160-161).

---

<sup>20</sup> Cfm. Lei 2419 de 10 de fevereiro de 1955, que instituía a patrulha costeira no Brasil.

<sup>21</sup> O Código de Saúde, lei 2312 de setembro de 1954, viria a ser regulamentado somente em 21 de janeiro de 1961, sob o decreto 49974-A.

<sup>22</sup> Cfm. decreto 50877 de 29 de junho de 1961.

<sup>23</sup> Cfm. FRANCO & DRUMMOND (2004), os intelectuais mais influentes deste período ligados ao Museu Nacional no Rio de Janeiro foram Cândido de Mello Leitão, Paulo Roquete-Pinto, Berta Lutz, Heloísa Alberto Torres, Armando Magalhães Corrêa e Alberto José Sampaio; e a partir de São Paulo destacou-se Frederico Carlos Hoehne. p.161.



Dentro dessa mesma conjuntura de idéias voltadas para a questão da proteção à natureza, também seria realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1934 a Iª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. O encontro foi patrocinado pelo chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, com apoio e infra-estrutura do Museu Nacional e capitaneado pelo grupo Sociedade dos Amigos das Árvores, que se dedicava à questão da preservação das florestas.

O tema referente à devastação florestal tornou-se o centro dos debates, e, além das leis criadas naquele período, os conservacionistas pregavam a necessidade da implantação de campanhas educativas em prol da fauna e flora. A defesa aos ecossistemas era realizada sob a égide dos conservacionistas, a partir de variadas motivações: pelo seu valor estético, pela idéia de uma utilização racional e criteriosa, pela preservação dos recursos para as gerações futuras e pela preservação de espécies com a finalidade de estudos científicos.

No Brasil dos anos 1930-1940, os conceitos de proteção, conservação e preservação eram (...) intercambiáveis, ambos apontando, ao mesmo tempo, para as noções de que a natureza deveria ser, enquanto conjunto de recursos econômicos, explorada racionalmente no interesse das gerações futuras, e que enquanto diversidade biológica, objeto de ciência e contemplação estética, deveria ser protegida. (FRANCO, 2002:83)

Tais elementos motivadores desse ambientalismo brasileiro encontravam-se imbuídos do espírito nacionalista, sendo a questão da proteção à natureza, ao menos aos restritos grupos conservacionistas à época, um dos elementos relacionados com a construção de uma identidade nacional. Pelo conjunto das riquezas naturais, paisagens, recursos, diversidade e estética, os elementos naturais proporcionariam “laços afetivos entre indivíduo e seu solo natal”, sendo tal tese elemento central do nacionalismo conservacionista. Para que isso se efetivasse, o Estado deveria compatibilizar o crescimento econômico e a urbanização com o respeito às áreas naturais, criando, nesse sentido, reservas florestais, aplicando leis, fiscalizando e punindo as contravenções e promovendo campanhas de educação conservacionista. (FRANCO, 2002:89)

Assim, o elemento educativo articulava-se como central entre os diversos temas debatidos nessa conferência, na medida em que seus participantes defendiam a idéia de que o protecionismo seria difundido com a criação de clubes escolares de “Amigos da Natureza”. Esses clubes seriam uma “forma relevante de inculcar o amor pelas plantas e animais nas crianças das cidades”, motivando-as ao plantio de mudas e soltura de pássaros. Nas áreas

agrícolas seriam incentivada a formação de clubes escolares agrícolas, ensinando sobre a lida com a terra, a proibição das queimadas e o incentivo à preservação de áreas florestais dentro das propriedades agrícolas. (FRANCO, 2002:86)

Nessa perspectiva, os intelectuais conservacionistas apostavam que o governo brasileiro assumisse o papel de liderança na construção da identidade nacional e na disseminação do patriotismo, vinculando a isso, a questão ambiental como centro da nacionalidade a ser construída. Entretanto, “(...) na medida em que o caráter predatório do desenvolvimento econômico prosseguia, o sentimento de frustração frente à insuficiência das medidas adotadas gerou mágoas e ressentimentos, bem como a impressão de que os imperativos da ciência não estavam sendo ouvidos”. (FRANCO, 2002:95)

O surgimento de tais eventos conservacionistas no Brasil, articulados com as novas leis, acabariam por influenciar as ações ambientalistas no Rio Grande do Sul. Esse lastro conservacionista acabaria transparecendo tanto nos escritos acadêmicos de Balduino Rambo quanto nas crônicas jornalísticas de Henrique Roessler.

Paralelamente a esses acontecimentos, iniciavam-se no RS mobilizações de cunho ambiental levadas a cabo por agentes vinculados ao mundo acadêmico, à imprensa e a entidades de defesa da natureza, destacando-se nesse contexto as atuações do padre jesuíta Balduino Rambo<sup>24</sup> e do cronista do jornal *Correio do Povo*, Henrique Luiz Roessler.

Viajando por todo o RS ao longo de 10 anos, estudando as paisagens, descrevendo e analisando aspectos da geografia, rios, montanhas, florestas, fauna e flora e a ação antrópica, pe. Balduino Rambo publicaria, em 1942, o resultado de sua longa pesquisa, sob o título de *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*.

Como botânico, Rambo havia acumulado muitas pesquisas próprias à área, no entanto *A fisionomia do Rio Grande do Sul* abarcava conhecimentos em geografia, paleontologia e geologia, áreas em que buscava embasamentos para suas conclusões a partir da observação e estudos autodidáticos.

A primeira edição, sob patrocínio do Governo Estadual, teve uma reduzida tiragem de 550 exemplares, tendo sido rapidamente esgotada através de distribuição dos livros a

---

<sup>24</sup> Segundo GUIMARÃES (1998), desde fins do século XIX e início do XX, preocupações de cunho ambiental já pontuavam as atividades da ordem dos padres jesuítas. Tais religiosos desenvolviam atividades educativas junto aos núcleos alemães católicos que se fixavam no RS, demonstrando preocupações com relação ao desmatamento da Mata Atlântica. Guimarães denomina as práticas desenvolvidas pelos jesuítas como atividades “educativo-ambientais”, e se prolongaram junto às colônias germânicas até os anos 30. Além de Balduino Rambo, diversos outros religiosos produziram textos na primeira metade do século XX, nos quais se referiam à situação das colônias alemãs no Estado gaúcho e a necessidade da prática do reflorestamento nas antigas áreas agrícolas devastadas. p.59-61.

entidades educacionais e científicas do Estado. Em uma enquete direcionada a intelectuais gaúchos em 1955 pelo jornal *Correio do Povo*, a obra de Rambo acabou sendo eleita entre as dez mais importantes acerca do conhecimento sobre o RS, motivando que no ano seguinte, 1956, fosse publicada sua segunda edição, em caráter comercial e mais acessível a um grande público de leitores.

Além da farta descrição de todas as regiões do Estado gaúcho, chama a atenção o último capítulo de *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, por inserir um alerta sob o título “Proteção à natureza”.

Rambo, ao pesquisar durante os anos 30 e 40, percebia *in loco* as transformações que se operavam no mundo e no RS no período entre guerras, marcadas pelo avanço da urbanização, do crescimento populacional e da industrialização, sob a bandeira do progresso e desenvolvimento. Para o religioso, a destruição do meio natural era um desregramento dos princípios éticos e espirituais que regulavam a vida em sociedade, sendo “imoral a destruição desnecessária” dessa mesma natureza, por isso conclamava pela proteção de ambientes que ainda não haviam sido transformados radicalmente, ao mesmo tempo em que defendia a reconstituição de áreas já degradadas. Tais medidas funcionariam como ferramentas para a promoção de uma “higiene e pedagogia sociais, e um adjutório indispensável da educação nacional”. (RAMBO, 1956:432)

Sua visão protecionista e conservacionista abrangia diversos aspectos dos ambientes presentes no Rio Grande do Sul, classificando esses ecossistemas em quatro itens: “monumentos naturais”, “espécies botânicas e zoológicas”, “paisagem natural” e “parques naturais”.

Como parte dos monumentos naturais ressaltava a necessidade de proteção às figueiras, por serem portadoras de “beleza natural” e ligadas a “recordações históricas”, mas também “coqueiros, paineiras, cedros, pinheiros” teriam “direito à conservação”. Ao mesmo tempo defendia a manutenção de formações geológicas como rochedos e montanhas que se encontravam ameaçadas pelo desmatamento e pelo aumento do número de pedreiras no RS. (RAMBO, 1956:433)

Com relação à fauna e flora, o botânico Balduino Rambo realizara estudos sobre diversas espécies raras de plantas, mesmo assim acreditava que a catalogação não havia progredido suficientemente, por isso seu conservacionismo se relacionava diretamente com o interesse científico. Ao mesmo tempo denunciava o desmatamento de áreas virgens por fazendeiros e colonos, colocando a necessidade de o Estado reservar “porções importantes da reserva florestal” e supervisionar “as derrubadas necessárias para a lavoura”. Além disso,

entendia ser uma equivocada política da administração pública “entregar tôdas as matas a proprietários individuais e abandoná-las em seguida, ao machado”. (RAMBO, 1956: 434)

É muito sintomática a defesa do reflorestamento empreendida por Rambo, pois contrariando os reflorestamentos realizados com espécies exóticas, defendia a adoção de replantio com árvores nativas brasileiras. Sobre o eucalipto, “por mais útil e necessário que seja o seu cultivo nas regiões pobres em mato, o certo é que essa árvore australiana nunca há-de se enquadrar (...) na expressão natural de nossa terra”; no entanto, sobre a utilização da acácia, “apesar de estrangeira” (...) “seus conjuntos” (...) “condizem muito melhor com a nossa vegetação nativa”. Na contramão das práticas de reflorestamento então em curso questionava: “por que não tentar o reflorestamento com espécies indígenas?”, apontando como ideais para o plantio as madeiras nacionais cedro, louro e cabriúva. (RAMBO, 1956: 434)

Uma das questões que levava ao plantio de exóticas, a exemplo do eucalipto, era o seu rápido crescimento e desenvolvimento; no entanto, já divulgava em seus escritos um dos princípios contidos no bojo da expressão “desenvolvimento sustentável”, que viria a surgir somente ao final da década de 1980: “Crescem devagar, sim, mas o esforço frutificará tanto mais para as gerações do porvir”. (RAMBO, 1956: 434)

Suas preocupações e alertas também se estendiam a espécies de animais presentes em solo gaúcho que se encontravam sob ameaça de extinção, como na região da borda da serra colonizada, onde a intervenção antrópica havia reduzido o número de mamíferos e aves de caça. De maneira geral, classificava como animais raros no sul do Brasil a capivara, anta, porcos do mato, espécies de tamanduá e veados, bugio e ariranha, assim como criticava a pesca predatória.

Sobre as construções de estradas, referia-se especificamente à estrada federal na borda da serra gaúcha e do Vale do Caí, porém não de forma crítica, mas elogiosa, na medida em que tinha o entendimento de serem obras que harmonizavam e embelezavam os acidentes geográficos e relevos da região. Da mesma forma exaltava as inúmeras quedas d’água, porém prevenia o Poder Público sobre a possibilidade de que os projetos de captação de água que viessem a ser implementados levassem em conta a preservação das cachoeiras e sua estética original.

Por fim, outro elemento em destaque sobre sua visão conservacionista é expresso quando se refere à necessidade de criação de parques nacionais pelo Brasil, pois estes seriam os locais privilegiados nos quais diversas espécies da fauna e flora ficariam afastadas do avanço da urbanização e conseqüentemente da extinção. Para o RS, Rambo entendia existirem

dois aspectos que favoreceriam a criação de um parque nacional, sendo o primeiro a riqueza das “formas naturais” (chamaríamos hoje de biodiversidade), e a segunda premissa, o “perigo da destruição incessante pela lavoura”. (RAMBO, 1956: 436)

Nas regiões de predomínio da pecuária, pe. Rambo percebia naqueles anos 30 e 40 que as “feições nativas” não se encontravam em “perigo imediato”, porém nas regiões onde se estabelecera a agricultura e a mineração, seria necessária a preservação de “certos trechos”, em especial atenção ao longo de cursos de rios onde tais atividades estavam em curso. Em sua visão, os locais mais privilegiados para a criação de reservas naturais seriam as florestas em torno do curso do rio Uruguai e os Aparados. (RAMBO, 1956: 437)

Com relação aos matos do entorno do rio Uruguai, defendia a criação de reservas em comum acordo com Brasil e a Argentina, pois temia pela provável destruição das feições naturais e sua diversidade com o avanço da colonização. Já na região dos Aparados, acreditava ser mais fácil a criação de um Parque Nacional, pois sua criação despertaria o interesse de dois estados da federação brasileira (RS e Santa Catarina), além de ser uma região onde não se desenvolviam atividades agrícolas, encontrando aí menos resistências para sua concretização.

A defesa de Rambo pela criação de reservas naturais mesclava tons nacionalistas, de caráter científico e de cunho espiritual/religioso. Essa ampla base doutrinária reforçava sua visão conservacionista com relação à biodiversidade em geral e em específico à proteção das florestas gaúchas, como nos atesta seu brado em meio ao avanço de serrarias clandestinas no RS:

O mato rio-grandense está em grave perigo! E não são apenas as derrubadas da agricultura, é também a indústria madeireira, que, mais tempo menos tempo, despojará as selvas uruguaias de seus gigantes mais expressivos, e acabará por transformar os soberbos pinhais em tristes fachineais. (RAMBO, 1956: 437)

A constatação de Rambo era um resultante da política econômica desenvolvida ao longo da década de 1930, mais precisamente entre 1933 e 1937, quando a exportação de madeiras no RS cresceu 348%, derrubando-se anualmente “142 quilômetros quadrados de pinheiros – área equivalente à soma dos municípios de Canoas e Esteio”. (CENTENO, 2006:51)

Muito embora não seja possível afirmar o grau de alastramento das idéias conservacionistas de Rambo pelo RS à sua época (exceto talvez entre os meios acadêmicos e científicos), o fato é que seus escritos acabaram por influenciar naturalistas contemporâneos

seus, como Henrique Luiz Roessler, e posteriormente militantes do movimento ambiental dos anos 70, como Augusto Carneiro e José Lutzenberger.

Com relação a Henrique Roessler, seu ativismo começou ao final da década de 1930 em São Leopoldo, quando do início de sua atuação como fiscal de pesca no rio dos Sinos e delegado florestal para todo o Rio Grande do Sul, através de uma autorização do Ministério da Agricultura que permitia sua militância voluntária.

Durante a década de 40, dezenas de colaboradores espalhados por vários recantos do Estado gaúcho uniram-se ao trabalho de defesa ambiental, resultando em fortes pressões dos industriais e madeireiros pelo fim da atuação militante desses primeiros ecologistas. Cerca de 400 homens estavam distribuídos pelo RS na tentativa de preservar as matas, porém o ativismo militante passou a sofrer oposições de setores influentes alocados em cargos políticos<sup>25</sup>.

(...) em 1954, chegou às suas mãos uma carta do diretor do Serviço Florestal, Victor Abdelnur Farah. Informava que a União, “cumprindo disposição do Estatuto do Funcionário Público”, decidira dispensar todos os voluntários, sob a alegação de que não poderia aceitar serviços não-remunerados. Roessler não ficou muito tempo longe da linha de frente. Logo passou a trabalhar para o Serviço de Caça e Pesca (SCP), da Secretaria da Agricultura/RS. (CENTENO, 2006: 80)

Tais pressões e manobras políticas levaram à caça da concessão de fiscal voluntário anteriormente legada a Roessler, atingindo o serviço de todos os 400 colaboradores; no

---

<sup>25</sup> De 1939 até 1954, as ações de ativismo ambiental coordenadas por Roessler envolveram, além das excursões de fiscalização com aplicação de multas e apreensões de armas e aparelhos de caça e pesca, a confecção de diversos panfletos e editais do serviço florestal, denominadas de “campanhas educativas”. Como delegado florestal voluntário, Roessler imprimiu milhares de “avulsos” que tinham como teor apelos aos contraventores e à população em geral para que cumprissem as exigências legais conservacionistas e preservacionistas. Os panfletos eram enviados às comunidades, igrejas, prefeituras e escolas, alertando contra a derrubada das matas ciliares, florestas, e proibindo queimadas para o preparo da roça. Geralmente os panfletos abordavam temas amplos, envolvendo também a pesca predatória, o arrastão de redes e o uso de dinamites e matança de pássaros protegidos. (Cfm. panfleto de janeiro de 1942). Muitos panfletos eram direcionados aos proprietários rurais, caçadores, ou ainda sendo afixados em locais públicos, que, além do texto, continham fotos de armamentos apreendidos pelos fiscais (cfm. panfleto de julho de 1946); outros alertavam para o compromisso de replantio de cinco mudas da mesma espécie para cada árvore derrubada, sendo o contraventor obrigado a assinar o documento de compromisso de replantio (cfm. panfleto de maio de 1951); cartazes também eram direcionados aos criadores de porcos, pois muitas atividades de reflorestamento tinham seu ciclo interrompido devido ao fato de os suínos invadirem as áreas de reflorestamento e desenterrando os pinhões plantados para a alimentação. Nesse sentido veiculavam-se alertas aos criadores para colocar os porcos em cercados, impedindo-os de ocuparem as áreas de mudas de pinhais (cfm. panfleto de janeiro de 1952); também eram emitidos materiais que proibiam o comércio de orquídeas nativas. Em consonância com o Círculo Gaúcho de Orquidófilos, o Serviço Florestal combatia o comércio ilegal de orquídeas retiradas sem licença das florestas, colocando em risco a existência dessa espécie nativa. As licenças já expedidas começavam a ser caçadas, sendo permitida a venda apenas das orquídeas cultivadas em cativeiro (cfm. panfleto de julho de 1952).

entanto, as ameaças, pressões e limitações impostas não foram suficientes para desmobilizar o nascente movimento ambientalista, pois diversas eram as ações de educação e mobilização ambiental desenvolvidas até aquele momento.

Como resposta à tentativa de desagregação do ativismo, Roessler fundava, em janeiro de 1955, a UPN (União Protetora da Natureza), dando um novo mote e visibilidade às lutas ecológicas e abrindo novos caminhos para a divulgação das bandeiras verdes<sup>26</sup>.

O período de ativismo tanto à frente do grupo de fiscais voluntários quanto da UPN deixará um importante legado de embates contra serrarias clandestinas, protestos públicos, apreensões de armas e instrumentos de caça e pesca proibidos, inquéritos policiais, perseguições de setores políticos e do poder econômico, palestras e confecções de materiais didáticos de propaganda preservacionista enviados às escolas públicas.

Segundo Maria Luiza Roessler, “Faziam muitas ameaças a vovô, e meu pai ficava ansioso e preocupado por isso. Outros ataques aconteceram antes, mas dessa vez ele estaria ‘mexendo com alguns grandes do dinheiro e do poder’, que espalharam aos quatro ventos seus desejos de vingança”. (ROESSLER, 1999: 32)

A referência relaciona-se aos resultados das chamadas “batidas”, que na prática se traduziam em operações, motivadas por denúncias, a locais onde se praticavam crimes ambientais e que em diversas situações acabavam em confrontos físicos.

As operações dos ativistas eram precedidas de reuniões na casa de Henrique Luiz Roessler, onde se traçavam as estratégias, organizavam-se os grupos, mapas e material de apoio, dando início às saídas perto do anoitecer. Concretamente, a casa de Roessler funcionava como sede do ativismo, onde se atendia ao público simpatizante, organizavam-se materiais, fichários sobre os contraventores e acondicionava-se o material apreendido, como gaiolas, redes, bodoques, espingardas.

Elemento fundamental para o ativismo eram os apoios de diversos órgãos da sociedade civil, como igrejas, Rotarys etc e mesmo do Serviço de Caça e Pesca e da Capitania dos Portos, que auxiliavam diante das solicitações de empréstimo de jipes para viajar pelo RS.

---

<sup>26</sup> Em panfleto distribuído nos anos 50 pelos ativistas, a UPN era apresentada à sociedade da seguinte forma: “Nosso programa é fundamentalmente educacional e consiste em ancorar em vastos círculos nossas doutrinas pela educação da mocidade, orientação do povo, divulgação da literatura especializada e aperfeiçoamento da legislação e, especialmente, para formar um ambiente de oposição contra os insensíveis, inconscientes e malvados destruidores, denunciando seus atos perniciosos às autoridades competentes, a fim de serem processados.” (cfm. panfleto “Convite à cooperação”, s/d); outro material de divulgação apresentava os lemas da UPN, em que destacamos os seguintes: “Aprimorar a educação das massas, especialmente da juventude, por meio de propaganda persistente escrita e falada, no sentido de inculcar-lhes e desenvolver-lhes sentimentos de amor, caridade e respeito a tudo que é belo e útil na Natureza, criada por Deus como penhor da nossa existência e fonte eterna do progresso, saúde e felicidade humana” (cfm. panfleto “Também V. Sia. poderá ajudar a impedir a devastação das matas e o extermínio dos animais silvestres”, s/d).

A partir de 1957 Roessler passou a escrever semanalmente crônicas no jornal *Correio do Povo*, onde denunciava de forma categórica as agressões contra o ambiente natural. Foram aproximadamente 300 crônicas entre 1957 e 1963 inseridas no suplemento rural do *Correio do Povo*, abordando questões relativas às reservas florestais, matas ribeirinhas, sementes, derrubada de árvores, questão indígena, poluição dos rios, piscicultura, construção de barragens, todas repletas de denúncias contra a degradação ambiental no Rio Grande do Sul, revelando, assim, o momento histórico que se entende ser o da gênese do pensamento, da educação e do movimento ambiental gaúcho.

Como já referido anteriormente, o momento em questão no Brasil será marcado pelo impulso do capitalismo industrial iniciado com a era Vargas na década de 30, tendo continuidade nos anos 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek. De um lado, desenvolvimento industrial a partir de uma perspectiva que não observava o cuidado com os recursos naturais, ou a "crença" na infinitude dos recursos; de outro, o despontar de uma consciência ecológica em determinados setores da sociedade que viriam a questionar o modelo de desenvolvimento adotado.

O próprio contato epidérmico com o ambiente natural desenvolvera em Roessler os primeiros impulsos de luta preservacionista e crítica à sociedade industrial que então se alastrava pelo Vale dos Sinos, marcada pelo avanço desenfreado da urbanização, a construção da rodovia federal, a instalação da refinaria Alberto Pasqualini, o crescimento da pauperização regional e os grandes impactos socioambientais provocados pela indústria coureiro-calçadista no rio dos Sinos.

Roessler também acompanhava o debate sobre preservacionismo já intenso na Alemanha através da assinatura de revistas e jornais germânicos. A leitura e o estudo de casos de desastres ecológicos internacionais fortaleceram seu conhecimento técnico e seus argumentos, além de cartas trocadas com conservacionistas alemães. Porém, mais que a realidade européia, o avanço do desenvolvimento insustentável da primeira metade do século XX no RS foi o grande motivador para as diversas denúncias que seguiriam.

Ao longo de duas décadas e meia, Henrique Luiz Roessler e os colaboradores que se articulavam em torno de sua liderança deram início ao que hoje denominamos de educação ambiental e movimento ambiental. Roessler veio a falecer em 14 de novembro de 1963, dois dias antes de completar 67 anos, e em pleno exercício de sua militância.

No capítulo a seguir, é apresentada a análise e reflexão sobre as crônicas referentes à questão do desmatamento florestal no Rio Grande do Sul, onde são enfocados temas como



derrubadas ilegais, serrarias clandestinas, terras indígenas, estabelecimento de reservas e descumprimento do Código Florestal.

### 3. ECOS DE UMA VOZ DISSONANTE: O DESMATAMENTO FLORESTAL NO RS

Mas ela ao mesmo tempo diz  
Que tudo vai mudar  
Porque ela vai ser o que quis  
Inventando um lugar  
Onde a gente e a natureza feliz  
Vivam sempre em comunhão  
E a tigresa possa mais do que o leão

(Tigresa/Caetano Veloso)

Um dos temas mais divulgados por Henrique Luiz Roessler em suas crônicas semanais era a situação florestal do Rio Grande do Sul. Ao longo de sete anos de atuação jornalística, o mote florestal sempre esteve presente gerando as mais diversas reflexões: a atuação em solo gaúcho de serrarias clandestinas; a corrupção e convivência de órgãos públicos que ao invés de coibir, incentivavam o comércio clandestino; desmatamento X reflorestamento; as queimadas; o descumprimento do Código Florestal; a criação e conseqüente abandono das reservas florestais; o constante intrusamento nos toldos indígenas; a exportação de madeiras, dentre outras abordagens.

Um dos primeiros desdobramentos da situação florestal no RS apontado pelas crônicas era a prática do desmatamento sem o equivalente reflorestamento, tendo como resultante o aumento da pobreza. A devastação desmedida da cobertura vegetal, então em curso nos anos 50, acarretava desequilíbrios ecológicos progressivos com o alastramento de secas em arroios e rios, a queda no nível da água subterrânea e o aumento das tapperas em solo gaúcho. Tais desequilíbrios acabavam por potencializar diversos problemas sociais e econômicos que então se avolumavam.

Os lagos das barragens-represas não enchem mais o suficiente durante as estações chuvosas para garantir o abastecimento normal de água e energia elétrica, obrigando ao racionamento, razão da diminuição da produção, alta de preços e elevação do custo de vida. As colheitas nas regiões agrícolas diminuem: o chão, antes célebre pela sua fertilidade, está ressequido. Erosões em proporções incríveis se estendem sempre mais. Enchentes depois de cada tormenta, antes desconhecidas, são acontecimentos comuns<sup>27</sup>.

A crítica ambiental via imprensa também possuía como característica uma forte crítica aos poderes governamentais constituídos, especialmente no que tange ao descaso destes para

---

<sup>27</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Reflorestamento ou miséria. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.11. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 23.05.1958.

com o departamento de defesa florestal do RS e seja pela constante falta de verbas que emperrava o funcionamento desse órgão fiscalizador: “O que poderão realizar os Departamentos Oficiais de Defesa Florestal, se o povo não colabora? Se faltam verbas e fiscais para um controle eficiente<sup>28</sup>?”.

Além desses aspectos, é percebido, naquele momento, o conflito entre “proteção ambiental” e “desenvolvimento econômico”, quando Roessler traz a público posicionamentos de autoridades do serviço florestal em declaração à imprensa: “o problema de proteção florestal não pode ser resolvido facilmente, não só pelo vulto dos negócios já realizados, como também pelos prejuízos que decorreriam de uma paralisação repentina das serrarias<sup>29</sup>”.

Roessler expõe sua discordância com relação à afirmação dos dirigentes do setor, apontando o fato de que grande parte das derrubadas que aconteciam no RS baseavam-se no desrespeito ao código florestal, na ausência de concessões de terras para a exploração econômica e na queima de florestas de pinheiros para posterior formação de lavouras: “E o pior é que a desmatagem irracional continua, porque a indústria o exige. O desenvolvimento do Brasil requer cada vez maior quantidade de produtos florestais”. Sobre tal afirmação, Roessler remete ao exemplo da indústria siderúrgica de Minas Gerais, que na década de 50 necessitava de “35 hectares de mata por dia” para o seu funcionamento<sup>30</sup>.

A problemática envolvendo a questão das florestas no RS, por diversas vezes abordada por Henrique Roessler, alertava para a ausência de medidas efetivas ao setor, ao mesmo tempo em que denominava as políticas postas em curso como paliativas. A situação da mata nativa era vista como caótica e o desmatamento como “cancro da destruição do nosso capital natural”. Defende veementemente o que denomina de “medidas drásticas” contra a situação estabelecida, como a proibição de exportação de madeiras e a imediata execução dos compromissos de replantio em terras devastadas e abandonadas.

Uma das estratégias de convencimento utilizadas por Roessler são comparações da situação do RS com outros estados da Federação Brasileira, acontecimentos em outros países e mesmo a utilização de discursos e posicionamentos de diversos atores sociais, buscando com isso legitimar suas próprias posições e ganhar adeptos entre o público leitor.

Nessa perspectiva, recorre a um exemplo do início do século XX, nos EUA, quando administrado por Theodore Roosevelt. Segundo Roessler, a meta naquele período proposta por Roosevelt era em diminuir a pirataria florestal na América do Norte com o plantio de 100

---

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem, p.12.

<sup>30</sup> Idem, p.11.

milhões de pinheiros ao ano. Com base nisso o cronista gaúcho bradava: “Se tanto gostam de imitar os Yankees, por que não se mexe uma autoridade ou político capaz e de fibra para tomar uma providência dessa natureza no Brasil?<sup>31</sup>”.

Na mesma linha de raciocínio, Roessler recuperava fragmentos do discurso do então governador do Estado do RS do ano de 1898, Júlio Prates de Castilhos. Em decreto governamental, Castilhos explana sobre o uso de terras públicas e de florestas para a colonização:

No RS como em qualquer outro ponto do território da União, os governos não cuidaram nunca de atenuar as malélicas conseqüências da destruição das matas, nem cogitaram jamais de um conjunto de medidas regulamentares destinadas a harmonizar o imediato interesse da exploração delas com a conveniência permanente da respectiva conservação, mediante o replantio metodicamente efetuado. Dessa incúria, que vem de longe, resultou o tristonho aspecto que já oferecem vastas extensões das nossas fertilíssimas zonas florestais. Deplorem-se os descuidos do passado, mas acautelem-se solícitamente para o futuro, inestimáveis elementos que mui de perto correspondem à riqueza pública<sup>32</sup>.

Torna-se importante notar que o decreto de Júlio de Castilhos resgatado por Roessler refere-se a uma realidade do final do século XIX, e exposto 60 anos depois, em crônica de 1958. Da mesma forma, cita fragmento de discurso de Ataliba de Figueiredo Paz, então Secretário da Agricultura no ano de 1923:

Era de esperar, ao menos, que ante as múltiplas utilidades e a perspectiva do desenvolvimento de tantas indústrias remuneradoras, inerentes à árvore, tivéssemos ao menos zelado pela incomensurável riqueza em florestas com que a natureza nos presenteou, reservando-nos para época mais oportuna explorá-las. No entanto as belíssimas e gigantescas matas foram destruídas e devastadas, o que constitui hoje um dos problemas mais graves e vem assumindo as proporções de um verdadeiro cataclisma<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> Idem, p.13.

<sup>32</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Verdade sobre o problema florestal. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.13-14. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 15.08.1958.

<sup>33</sup> Idem, p.14.

Nessa mesma crônica, cita o naturalista pe. Balduino Rambo, que em 1942 denunciava:

O Mato rio-grandense está em Grave Perigo - E não são apenas as derrubadas da agricultura; é também a indústria madeireira que, mais tempo menos tempo, despojará as selvas de madeira de lei do vale do Rio Uruguai de seus gigantes mais expressivos e acabará por transformar os soberbos pinhais em tristes fachinais (...) Por que não promover a renovação das matas destruídas com madeira de lei? Crescem devagar, sim, mas o esforço frutificará tanto mais para as gerações do porvir<sup>34</sup>.

Dentre as diversas questões levantadas por Balduino Rambo, destacava-se sua luta protecionista em prol da efetivação de reservas florestais, os chamados Parques Nacionais. Em 1947 era estabelecido pela lei o Parque Nacional do Turvo, entretanto, apesar da criação do parque, por muitos anos este ficou sem guardas residentes, sendo alvo de ocupações clandestinas por parte de serrarias e transformando-se em cenário de desflorestamento de enormes proporções.

Em 1957 seria criado o Parque Florestal do Taimbezinho, nos Aparados da Serra, passando pelos mesmos problemas de falta de investimento em sua estrutura que viabilizasse sua manutenção. Ao longo do primeiro ano da existência deste parque florestal “Foram encontradas em plena atividade dentro da área desapropriada 6 serrarias, que já haviam derrubado a maioria dos pinhais”. Roessler termina seu comentário com o seguinte alerta: “o governo sempre age tarde demais e descuida de proteger o que é seu<sup>35</sup>”.

Uma marca presente no discurso de Henrique Roessler é sua disposição ao embate com as autoridades, utilizando o *Correio do Povo* como instrumento de exposição daquilo que considerava atos contraditórios dos administradores públicos. Tal característica é exemplificada quando recupera posicionamentos de políticos e expõe publicamente as contradições entre os discursos e as ações destes. No caso em questão, lembra o leitor de sua crônica fragmentos de declarações do ex-Ministro da Agricultura Munhoz da Rocha, que após sua saída do Ministério havia declarado que o problema da devastação florestal constituía-se em “crime que ameaçava a própria civilização brasileira”, existindo uma “conspiração contra

---

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem.

as árvores”, e que “A tradicional mentalidade predatória, herdada de nossos antepassados, nos transforma em alagozes de nossos descendentes<sup>36</sup>”.

Apesar de concordar com o teor das declarações de Munhoz da Rocha, Roessler argumenta que o mesmo ex-ministro, quando então ocupante de função ministerial, autorizara a venda de “gigantescas árvores do toldo indígena do Guarita” sob a alegação de “cobrir déficits administrativos”.

Na mesma perspectiva a crônica aborda discursos de vários atores sociais com relação à devastação, como as palavras de José Vidal, naturalista do Museu Nacional: “O Brasil vai tornar-se num imenso deserto, pelo desmatamento indiscriminado que está se fazendo no país”.

Outro cientista citado é o geólogo R. Maack, que, segundo Roessler, faz um “sombrio prognóstico”: “O governo acordou tarde. Machados e queimadas estão acabando com as florestas do norte do Paraná, para plantar café e vender colônias de loteamento. Morrerá a indústria madeireira em poucos anos. Não se encontra mais uma mata ponderável. Reflorestamento não se faz<sup>37</sup>”.

Roessler, como cidadão que viveu sob os auspícios do governo de Getúlio Vargas, lembra o que considera um “paradoxo”, quando “muitos milhões de sacos de café colhido à custa do sacrifício das florestas foram queimados<sup>38</sup> por falta de mercados”. Diante disto constatava: “a destruição das matas foi inútil<sup>39</sup>”.

De maneira geral, os comentários tecidos pelo cronista e amparados em relatos de cientistas, políticos, escritores e jornalistas, tendiam a conectar as devastações florestais com diversos impactos socioambientais, dentre estes destacava o avanço da desertificação, a diminuição da água potável e da energia elétrica e o aparecimento de enxurradas devastadoras e secas prolongadas. Em sua opinião, a solução para conter tais problemas viria através do efetivo reflorestamento e muito menos de vultuosas e dispendiosas obras de engenharia.

A problemática do desflorestamento no RS avolumava-se em um contínuo de anos, anteriormente à própria escrita militante de Roessler. Em 1956, o chefe da Inspeção Florestal do Estado, Cel. Paixão, havia declarado à imprensa: “Em 5 anos o Rio Grande do Sul não terá

---

<sup>36</sup> Idem, p.15.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> A economia brasileira a partir de 1930 começava a sentir os graves efeitos da crise do capitalismo de 1929, resultante da quebra da bolsa de valores de New York, e o Brasil que até então baseava sobremaneira sua economia na agroexportação do café, perdia seu principal importador, os EUA. Ao mesmo tempo o mercado interno brasileiro não absorvia a produção de excedentes, com estoques de milhões de toneladas de sacas, fazendo com que o preço do produto caísse a preços ínfimos. O governo brasileiro passava a comprar parte do estoque junto aos cafeicultores e em abril de 1930 começava a queima do excedente cafeeiro.

<sup>39</sup> Idem nota 36.

mais reservas Florestais”. Com base no resgate desta afirmação, Roessler lembrava que entre 1947 e 1949 haviam sido criadas 6 reservas florestais nas cidades de Lagoa Vermelha e Tenente Portela, e, apesar da proibição de derrubadas destas matas protegidas, os fiscais do serviço florestal haviam detectado cerca de 1000 famílias nestas áreas, praticando derrubadas para abastecer serrarias e promovendo caçadas predatórias de espécies da fauna<sup>40</sup>. Com tal constatação, Roessler vinha a corroborar com as declarações do antigo inspetor do serviço florestal.

Outro aspecto relevante acerca do desmatamento diz respeito ao fato de que a própria Viação Férrea (então órgão vinculado ao governo do Estado do RS) comprava madeira ilegal, fruto de roubos das próprias áreas florestais teoricamente protegidas pelo Estado, portanto madeira pertencente ao patrimônio da administração pública. As madeiras eram utilizadas em forma de vigas, dormentes e lenhas para a construção das estradas de ferro que ligavam as cidades gaúchas, além de serem utilizadas para a produção de energia na locomoção das máquinas a vapor. Tal cenário acabava demonstrando as fragilidades do Estado, a falta de articulação entre os diversos órgãos da máquina administrativa e expondo aspectos de corrupção latente, amplamente denunciadas por Roessler.

David de Azambuja, diretor do Serviço Florestal do Brasil, se referia naquele contexto dos anos 50 que o problema florestal se constituía como “mais urgente do que o do petróleo”, e que o Brasil necessitava plantar 100 milhões de árvores por ano para atender ao crescente consumo de produtos florestais. Azambuja também declara que o Brasil de então possuía apenas 50 especialistas florestais, e comparava com os volumosos investimentos na área florestal realizados pela Alemanha, que naquele momento possuía mais de 5000 técnicos dedicados a esta área<sup>41</sup>.

Roessler, comentando as declarações de David de Azambuja, argumentava que as necessidades do Brasil em números de árvores plantadas ao ano eram até mesmo maiores do que as que apontadas por aquele técnico florestal, propondo o investimento de 300 milhões de mudas ao ano, “custem o que custarem”. Para ele, tal iniciativa seria essencial para no futuro se diminuir a pobreza e a fome no Brasil.

Com base nesta realidade, discursos começavam a pontuar sobre a necessidade de se efetivar uma educação de viés conservacionista/naturalista para a manutenção e/ou recuperação de áreas florestais. Essa tendência transparece nas falas de Jarbas Aragão e Horácio de Matos, também resgatadas por Roessler.

---

<sup>40</sup> Idem, p.16.

<sup>41</sup> Idem.

Jarbas Cavalcante de Aragão, em sua preleção como “orador oficial da Campanha de Educação Florestal”, discursava:

Recuperar as florestas ou marchar para o deserto. Os rios, que são a nossa vida, estão secando e o solo se desfertiliza pelo fogo e pela erosão e em conseqüência virá a miséria e a morte. Desaparecendo a floresta, cessará a ação equilibradora do trinômio que a natureza impõe para a sua normalidade – FLORESTA, ÁGUA, SOLO<sup>42</sup>.

Roessler também traz à tona a fala de Horácio Peres Sampaio de Matos, engenheiro silvicultor do Ministério da Agricultura, que lamentava “(...) a inexistência no Brasil de uma organização educacional capaz de preparar e infundir a mentalidade florestal, sobretudo nas regiões rurais<sup>43</sup>”.

Relativizando a afirmação de Matos, Roessler pontuava que essa lacuna começava a ser resolvida, na medida em que já havia a existência de uma organização educacional articulada por ele próprio, a UPN – União Protetora da Natureza. Tal entidade havia sido fundada por Henrique Roessler em São Leopoldo em princípios de 1955, mantendo-se desvinculada dos governos e sem subvenções oficiais, dedicando-se entre outras tarefas à educação florestal no estado gaúcho.

Concorrendo com as atividades educativas levadas a cabo pela UPN, o cronista abordava que o governo também mantinha algumas propagandas de educação florestal; porém, em sua opinião, estas (as propagandas) “padecem de recursos financeiros”. Roessler sentenciava: “os cartazes, que já eram poucos, agora não mais serão distribuídos”.

Resta-nos a esperança de a Cias. de gás combustível fazerem novamente uma propaganda tão sugestiva sobre proteção às matas, como por ocasião da Festa da Árvore, em 1957, cujos cartazes, artísticos e de muito bom gosto, foram muito admirados e procurados pelas escolas<sup>44</sup>.

Percebe-se a partir da questão levantada por Roessler, a existência de uma educação ambiental desenvolvida de forma ineficiente e sazonal pelos governos, ao mesmo tempo em

---

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Idem, p.18.



que, pontuando uma crítica sobre tais práticas, a UPN se potencializava nas lacunas deixadas pelo Estado, realizando suas próprias atividades de propaganda ambiental. Por parte do governo, as atividades desenvolvidas junto as escolas eram programadas na proximidade de datas comemorativas, restringindo-se a meras alusões à ecologia. Segundo registros de Roessler em suas crônicas, essas atividades governamentais, de caráter comemorativo e de pouco alcance e comprometimento, eram desvinculadas de ações da administração pública que de fato combatessem o desflorestamento que se alastrava pelo Rio Grande do Sul.

Salienta-se também à época a inexistência de marcos legais regulatórios sobre a questão ambiental, apesar de desde a década de 30 já vigorarem códigos específicos que rezavam acerca de determinados recursos da natureza, como os Códigos de Mineração, das Águas e Florestal. Com base nessas leis é que se balizavam as denúncias e embates entre os ativistas da UPN e os setores governamentais e do poder econômico posicionados contrários ao ativismo ambiental.

Sobre essa questão legal, Roessler atentava para o fato de que uma reforma no Código Florestal Brasileiro, então em voga no momento, não bastaria para resolver o problema. Em sua opinião, a solução estaria muito mais na intervenção e no real comprometimento dos governos do que na elaboração e revisão de leis. Citando Cunha Bayma, do Serviço Florestal do Brasil, seria preciso “criar o Fundo Florestal e adotar medidas a longo prazo para evitar a devastação das florestas e executar o reflorestamento<sup>45</sup>”.

Além disso, Roessler identificava naquele momento a existência de 25 decretos sobre proteção florestal, porém sem a devida regulamentação e divulgação junto à população, apenas publicados no Diário Oficial. Para o cronista, “nem poderia ter chegado ao conhecimento da população rural da colônia, campanha e sertão, por ser esta ainda em grande parte analfabeta. Nem compreende o que significam erosão, curvas de nível, etc<sup>46</sup>”.

Para criticar a ineficiente divulgação dos decretos junto à população, utiliza-se de metáforas: “É como se fosse lançada uma pedra num calmo lago – as ondas circulares que se formam, quanto mais se afastam do centro, mais fracas se fazem, desaparecendo antes de alcançarem as margens<sup>47</sup>”.

Novamente empregava a estratégia de recuperar posicionamentos de determinados atores sociais, apresentando-os ora como exemplo de apoio, ora como crítica, como a fala de José Veríssimo Noronha, Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista da Madeira de

---

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Idem.

Porto Alegre. Afirma Noronha: “Sem interesse econômico imediato não pode haver reflorestamento”. Em resposta a visão do representante do comércio madeireiro, Roessler contra-atacava:

(...) não pode haver mesmo reflorestamento, porque plantar árvores não é plantar legumes ou cereais, que podem ser colhidos depois de poucos meses. Interesse econômico imediato só oferece a derrubada de pinheiros, que a Natureza fez crescer gratuitamente, como está fazendo a Industria Madeireira, que de seus lucros nada quer inverter no reflorestamento<sup>48</sup>.

Não somente as derrubadas de florestas são denunciadas, como também as queimadas. Roessler cita Lynn Smith, professor da Universidade da Louisiana, USA: “As queimadas de florestas, cuja extensão por todo o território nacional foi uma das coisas mais impressionantes que vi no Brasil, levam-me a acreditar que sem a abolição de tão nefasta prática, a população brasileira se verá reduzida ao estado em que se encontram Índia e a China<sup>49</sup>”.

Tanto as queimadas quanto os desflorestamentos eram resultantes de determinadas opções de desenvolvimento econômico. Para o cronista, um dos principais motivos que legitimavam o desflorestamento era a política de exportação de madeira. Defendendo publicamente o fim dessa prática econômica, Roessler eventualmente encontrava ressonância junto a lideranças políticas que se afinavam com suas posições, como as do deputado estadual João Caruso. Caruso apresentava como soluções para minorar os desastres florestais a “limitação da derrubada” e do “consumo interno”, a “proibição da exportação” e o “intenso reflorestamento”. Na mesma perspectiva, o deputado federal Daniel Dipp apresentara junto ao Congresso Nacional projeto que abolia gradativamente as exportações de madeira, porém sua posição não ganhara adeptos perante os demais congressistas, caindo a proposta no isolamento político<sup>50</sup>.

Para o cronista, além da corrupção nos órgãos públicos, da prática de exportação e da oposição sistemática de setores do poder econômico a esses temas ambientais, a própria finalidade do Instituto Nacional do Pinho contribuía para os desastres que já se avolumavam nos anos 50. Roessler afirma que esse órgão público, além de se dedicar quase que

---

<sup>48</sup> Idem, p.19.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Idem, p.20.

exclusivamente à procura de “novos mercados para a madeira de pinho”, realizava um reflorestamento “ridiculamente insignificante”.

Embora as posições sobre reflorestamento não fossem hegemônicas no interior da sociedade brasileira, Roessler não se constituía em uma voz solitária, como se percebe em diversas declarações da época. Se, por um lado, suas teses não encontravam plena ressonância junto aos gabinetes administrativos e políticos, por outro é possível detectar o crescimento relativo de simpatizantes junto à opinião pública.

De forma geral, as crônicas também cumpriam o papel de denunciar os poucos recursos financeiros orçados, sempre insuficientes para manter o serviço burocrático e menos ainda para contemplar o necessário plantio de mudas, de preparo da terra e de operacionalização do serviço de fiscalização. Esta realidade acabava por afetar diversas atividades essenciais ao desenvolvimento do setor, ocasionando em uma restrita classificação das florestas, vagarosa delimitação de áreas de proteção e de pouca fiscalização de atos irregulares, como os diversos protagonizados pela própria Viação Férrea do RS, ao não cumprir exigências legais e de se omitir em cultivar as florestas para seu próprio consumo.

Ao fim da crônica em questão, Roessler enumera vários problemas que ajudavam a nutrir o cenário o qual denunciava.

(...) porque nem sequer ainda foi mandado classificar as florestas brasileiras (...) porque nenhum governo obrigou a Viação Férrea do RGS a manter em cultivo as florestas indispensáveis a seu consumo, nem mandou colocar aparelhos cata-fagulhas nas chaminés das locomotivas, para evitar incêndios rurais, como exige o Código Florestal (...) porque nunca foram liberadas as verbas necessárias para executar o plano de plantio de 30 milhões de eucaliptus (...) porque deixou intrusar as reservas e não deteve o corte e roubo das árvores nas mesmas terras públicas (...) porque não impediu o contrabando de madeiras pelos rios Uruguai e Paraná (...) porque deixou de contratar, mediante concorrência pública, com silvicultores práticos, o plantio de mudas (...) <sup>51</sup>.

Também relaciona o que denomina de “desculpas” para encobrir os “erros”, ou seja, a falta de reflorestamento, tais como “Estado de Guerra – Período do Gasogênio – Necessidade de

---

<sup>51</sup> Idem, p.21-22.

Divisas – Batalha da Produção – Desenvolvimento Econômico – Efervescência Política - Mudanças de Ministros, Diretores e Chefes – Planejamentos Fantásticos Inexequíveis – Falta de Verbas – Falta de Sementes – Insucessos nas Plantações”, entre outras questões apontadas<sup>52</sup>.

Como resultado da inexistência de uma política pública sobre a problemática florestal, sentenciava que o leitor do *Correio do Povo* sofreria com a falta de madeira, de mantimentos, modificações climáticas, enchentes, secas, desabastecimento de água e epidemias. Posto isso, conclamava a sociedade a assumir uma postura ambiental: “Venha para o ‘front’ lutar contra a loucura da destruição”. O “convite” estendido ao leitor significava engajar-se à UPN, entidade definida pelo próprio cronista como um centro irradiador de “propaganda educativa sobre assuntos rurais” e atuante em “fiscalização por intermédio de alguns de seus sócios<sup>53</sup>”.

Na medida em que as estratégias de extração de madeira ilegal se avolumavam, Roessler potencializava cada vez mais o debate acerca da derrubada ilegal de madeira das reservas, dos toldos indígenas e dos parques florestais.

De acordo com o Código Florestal, era permitido extrair madeiras consideradas “mortas” ou “secas”. Procurando mobilizar os leitores, Roessler denunciava a prática então em curso de desvitalização forçada de imensas áreas verdes. Em um segundo passo, os madeireiros convenciam as autoridades a emitir permissões de extração das árvores mortas: “Exploradores ‘bem vivos’ que andam por aí, rondando cobiçosos essas matas, inventaram o termo DESVITALIZADO e TOSTATO PELO FOGO para iludirem autoridades inexperientes (...)”<sup>54</sup>.

A prática da desvitalização significava a aceleração da morte das árvores para enquadrá-las na lei que permitia sua venda, legitimada agora pelo próprio Código Florestal. O crime era alimentado por uma rede de consumidores formada por órgãos públicos e empresas particulares viciados na prática ilegal. Estas clientelas eram taxadas por Roessler como “instituições velhacas de compradores<sup>55</sup>”.

Roessler tinha clareza de que os negócios apenas dependentes de árvores mortas eram pouco lucrativos, por isso mesmo discordava dessa autorização presente na lei, servindo tão somente para viabilizar a ilegalidade: “É sabido que numa floresta natural poucos troncos,

---

<sup>52</sup> Idem, p.22.

<sup>53</sup> Idem, p.23.

<sup>54</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Árvores desvitalizadas. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.24. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 10.11.1961.

<sup>55</sup> Idem.

talvez 1% das que ali alcançam grande porte, morrem em pé, de velhice ou pela ação do fogo, raios, ventos ou corroídos pelos insetos, e quando são encontrados já estão ardidos ou podres<sup>56</sup>”.

A aquisição dessa madeira “legal” para venda era feita através de invasões nas reservas e incêndios provocados para que sempre houvesse árvores chamuscadas pelo fogo; dessa forma, o fogo ateado nos bosques queimava as árvores mais novas, evitando, porém, a destruição das grandes árvores de cascas grossas de até 10 cm de espessura, objeto de cobiça dos madeireiros.

Após o incêndio provocado, era permitida a entrada nas florestas para a marcação das árvores “mortas” (leia-se “legalizadas” para a derrubada): “Marcavam milhares de árvores que tivessem qualquer manchinha preta (...) embora continuassem de copas verdes, brotação nova e cheias de seiva e vida<sup>57</sup>”.

Outra estratégia de “desvitalização” consistia no “(...) descasque do tronco em toda circunferência, no pé, para impedir a subida da seiva ou então as árvores de maior valor visadas eram perfuradas com pua grossa e nos orifícios era colocado ácido sulfúrico, para que as copas murchassem pela ação do veneno<sup>58</sup>”.

No que tange ao combate à prática da desvitalização, a UPN realizava incursões a essas reservas onde constantemente eram encontrados serrarias clandestinas e cemitérios de troncos verdes. Na medida em que aumentavam as denúncias realizadas junto ao Ministério da Agricultura e ao Serviço Florestal do Estado, também cresciam retaliações contrárias aos ambientalistas, proibindo-se a que entrassem nas reservas para o exercício da fiscalização.

Ao fecharem-se as portas para uma atuação *in loco*, a alternativa era centrar forças sobre as denúncias de corrupção praticada por madeireiros particulares e órgãos públicos. Como artifício de convencimento junto à sociedade, eram resgatados fatos criminosos ocorridos em décadas anteriores, comparando-os com os acontecimentos do período da publicação das crônicas.

Um dos primeiros resgates datava de 1946, quando o Serviço de Proteção aos Índios solicitara ao Serviço Florestal a permissão para o corte de 9000 árvores mortas em um prazo de 10 anos, no Toldo de Nonoai<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Idem, p.25.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Pinheiros desvitalizados. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.26. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 01.12.1961.

Sobre aquela situação, lembrava que nos anos 40 inexistiam, em volume significativo, madeiras mortas na reserva, tendo sua denúncia à época gerado abertura de inquérito pela Assembléia Legislativa. Os contratos estabeleciam valor de derrubada das árvores pelas serrarias, sendo que ao preço de uma árvore, eram abatidas duas, de acordo com a espessura de seus troncos.

Outro flagrante desrespeito ao Código Florestal durante a década de 40 concretizara-se através da permissão do Ministério da Agricultura para derrubada e venda de madeiras no Toldo do Guarita, sob a alegação de saldo de débitos e prejuízos contraídos pela administração da reserva. Este e outros episódios dentro de reservas indígenas levavam, segundo Roessler, ao enriquecimento dos compradores de madeira, pois os preços por árvores, acabavam sendo estipulados abaixo do valor real.

A interferência do poder público, seja do Serviço de Proteção Indígena, seja do Ministério da Agricultura, é questionada publicamente:

Avulta ainda o espírito de audácia e esbanjamento de um patrimônio sagrado dos mais pobres, dos miseráveis mas legítimos proprietários daquela imensa riqueza florestal, o fato de pertencerem as terras dos Toldos Indígenas ao Estado e que ao Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, cabe apenas promover a assistência social dos bugres<sup>60</sup>.

Nessa mesma perspectiva, Roessler relata o depoimento de um cacique que se desloca a pé com sua família até Porto Alegre para levar queixas ao Governador do Estado:

Declaro que venho a pé do município de Passo Fundo, com um companheiro e quatro mulheres, para reclamar perante o Sr. Governador do Estado contra a atitude do zelador do Toldo, fulano, que vende os nossos pinheiros, arrenda as nossas terras, faz parcerias de plantações com estranhos e nos obriga a trabalhar de sol a sol, nos judia de toda forma, dando-nos planchaços de espada e batendo-nos de chicote, raspando-nos o cabelo como castigo, não nos dá comida e todo o rendimento das nossas matas e terras são de puro proveito dele<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem, p.27.

Além dos maus-tratos inflingidos à comunidade indígena, a corrupção dos funcionários também transparece na crônica:

Ultimamente mandou cortar 30 pinheiros grossos, verdes, vendendo a madeira, que é puxada de caminhão para fora do Toldo, nada nós recebendo em troca de um patrimônio que é nosso e que está sendo roubado sob as vistas das autoridades por um funcionário que está escalado para nos proteger, mas que nos explora vergonhosamente, até o extremo<sup>62</sup>.

Se por um lado o desflorestamento avançava intensamente, também é inegável que a década de 40 foi marcada por um impulso no que diz respeito à criação de reservas florestais no Estado do RS. Em 47, a Reserva Florestal do Rio Turvo em Três Passos, com 17.637 hectares; em 49 em Lagoa Vermelha, com 10.000 hectares; também em Lagoa Vermelha, com 2450 hectares; em Erechim com 1.000 hectares; em Sarandi, com 19.998 hectares, e outra com 6.624.

Criadas por decretos que estipulavam essas áreas como inalienáveis, também eram proibidas as práticas de arrendamentos, exploração agrícola e industrial, caça e pesca. No entanto, devido à falta de estruturas tais áreas foram ocupadas. O processo de intrusamento deu-se com a implantação de serrarias clandestinas localizadas perto das reservas ou mesmo dentro dos limites das áreas florestais.

Além da situação de intrusamento, também havia a prática de políticos com base eleitoral perto das reservas de dividirem em lotes as áreas “desvitalizadas” e vendê-las desvalorizadas ou mesmo doarem a eleitores para a compra de votos.

Devido às denúncias levadas a cabo por Roessler e pelos ambientalistas que formavam a guarda voluntária, muitas situações acabavam em inquéritos policiais; porém, a maior parte era arquivada ou, em situações mais extremas, funcionários de reservas eram suspensos por alguns dias. Da mesma maneira que se percebe uma mentalidade de uso e exploração do meio natural, o preconceito e o desprezo também eram voltados sobre as comunidades indígenas, tanto em relação ao seu modo de organização social como sobre as áreas de reservas, o que se evidencia na fala seguinte:

O mais triste nesta história é o fato de ser uma grande área visada de propriedade dos bugres, que serão aglomerados em

---

<sup>62</sup> Idem.

minúsculo terreno ao redor do Posto, porque a mentalidade formadora dos loteadores é esta: O índio é cachaceiro e preguiçoso, um peso morto para a sociedade, e assim não precisa de terras, a não ser um pedacinho de 1x2 metros, para ser enterrado, o que não vai demorar, porque a raça não tem mais força de sobrevivência<sup>63</sup>.

O fato é que, apesar da criação de diversas reservas no interior gaúcho, na prática essas se encontravam abandonadas, necessitando de uma ação efetiva do poder público para a devida preservação. Os inquéritos eram raríssimos e abertos apenas em casos muito graves, normalmente apenas quando insistentemente denunciados pela imprensa.

A problemática envolvendo o próprio Estado era tão complexa que em diversas situações o poder público acabava comprando a madeira clandestina, prática que evidentemente deveria coibir. No caso, a própria Viação Férrea, que necessitava de vigas para construção de vagões e dormentes, não raras vezes adquiria madeira de serrarias credenciadas que, por sua vez, haviam comprado de serrarias clandestinas. Como já abordado anteriormente, o Estado acabava comprando o produto de roubo de seu próprio patrimônio.

Em diversas ocasiões, a UPN denunciou o fato, porém estabeleciam-se situações de conflito na medida em que a Viação Férrea representava junto ao Governador do Estado contra as ações da entidade ambientalista com o argumento de que “a fiscalização prejudicava a administração da Estrada (de Ferro)”, parando a construção dos trens e das ferrovias. Nesses momentos, havia pressões e ameaças intensas sobre as atividades da UPN para que cessassem a militância, resultando em um aumento vertiginoso do negócio ilícito<sup>64</sup>.

Muito embora a primeira metade do século XX tenha sido pródiga na criação de reservas florestais na região norte do Estado, não havia garantias de proteção a tais reservas, sendo elas alvos de intrusamentos irregulares, presença de serrarias, conflitos entre índios, agricultores e poder público; também se encontravam ameaçadas pela “legalização” de seus loteamentos e posterior venda<sup>65</sup>.

Quanto a isso, mesmo com leis de proteção e decretos de autorização de funcionamento, o início dos anos 60 foi marcado pela tentativa de loteamento de diversas

---

<sup>63</sup> Idem, p.30-31.

<sup>64</sup> Idem, p.31.

<sup>65</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Retalhamento das reservas florestais gaúchas. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.42. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 13.05.1960.



reservas gaúchas<sup>66</sup>. O discurso de defesa das florestas públicas por parte dos ambientalistas e simpatizantes girava em torno de sua manutenção como locais de refúgio dos animais silvestres e para fins turísticos, focalizando não somente a preservação das existentes, mas a ampliação do número desses espaços.

Do lado dos autores da proposta de loteamento das matas, as justificativas pairavam no discurso das dificuldades econômicas que o Estado do RS estava vivendo, sendo o “retalhamento” apoiado pelo “Sr. governador do P.T.B.do Estado, de vários prefeitos e de milhares de filhos de colonos que clamam por um pedaço de terra<sup>67</sup>”.

Roessler aponta algumas contradições presentes no projeto de loteamento das reservas florestais. O projeto previa a venda de “terras devastadas a ser vendidas” (sic), ao mesmo tempo na justificativa propunha que o preço de venda das terras fosse avaliado “segundo a riqueza do mato”. Também apresenta outra justificativa dos defensores do projeto, ou seja, que o preço do reflorestamento em áreas devastadas era muito alto para os cofres do Estado. Em virtude disso, o cronista propugna, para minimizar os custos do reflorestamento, o contrato pelo Estado de silvicultores particulares<sup>68</sup>.

Sentenciava que com o loteamento e venda das reservas “não será feito reflorestamento nenhum, como em toda a zona vizinha, porque o Colono ainda tem menos recursos do que o Governo, nem adiantarão ensinamentos e assistência técnica direta sem subvenções em dinheiro por parte do Poder Público<sup>69</sup>”.

Em sua avaliação, os intrusamentos continuariam a existir com o prosseguimento da derrubada de árvores de maior valor. De maneira geral, o panorama traçado por Roessler sobre a situação florestal no RS apontava para o costumeiro desrespeito ao Código Florestal. Por um lado, madeireiros em busca de “lucros rápidos e fáceis”, apoiados em governos em busca de “divisas para receita cambial”. De outro lado, a parca estrutura de fiscalização do Instituto Nacional do Pinho, que não conseguia deter o contrabando de madeiras por Foz do Iguaçu e pelo Rio Paraná, amparado em mais de “mil serrarias não registradas em plena atividade clandestina...<sup>70</sup>”.

---

<sup>66</sup> As Reservas Florestais apontadas no projeto de loteamento: Reserva Florestal de Inhacorá, município de Santo Ângelo; Reserva de Serrinha, município de Sarandi; Reserva de Irai; Reserva de Tenente Portela.

<sup>67</sup> Idem nota 65, p.43.

<sup>68</sup> Idem, p.43-44.

<sup>69</sup> Idem, p.44.

<sup>70</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Florestas à mercê dos piratas. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.44. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 19.05.1961.

Para a obtenção de licenças de derrubada, o interessado se comprometia oficialmente em estabelecer o reflorestamento junto ao Serviço Florestal, porém, após a concessão da permissão, muitos não cumpriam o acordado com o Estado.

Como resultado, nas representações jornalísticas afloravam a

(...) falta d'água, a ponto de provocar o esgotamento das barragens, a paralisação das usinas e o racionamento da luz e força. Secam os rios e suspende-se a navegação. Secam as fontes e os arroios durante as estiagens e morrem plantações e o gado; diminuem as colheitas; sobem os preços dos alimentos. Baixa a água subterrânea, amarelam as árvores frutíferas e florestais, despencando seus frutos e folhas. A erosão corroe os flancos dos morros desnudados, arrastando a terra fértil das lavouras para as baixadas, formando banhados e atulhando os cursos d'água. Ventos de poeira escalavram as terras estorricadas, porque falta umidade e a sombra das árvores. Onde havia matas virgens, hoje só se encontra capoeiras ou desertos ou taperas. Onde havia palpitante vida de animais silvestres e o gorjeio das aves, hoje reina o silêncio da morte. Fogem os colonos de seus sítios improdutivos<sup>71</sup>.

O fato é que tanto pela Lei de Criação de Reservas quanto pelo Código Florestal, nenhuma árvore pertencente a terras públicas poderia ser abatida; nesse sentido, após várias denúncias, no ano de 1962 havia acontecido um Inquérito Parlamentar na Assembléia gaúcha, com o objetivo de averiguar a derrubada de 10 mil pinheiros na Reserva Florestal do Espigão Alto. Pois justamente enquanto ocorria o trabalho da CPI, abria-se edital de venda de 380 pinheiros dessa reserva, cabendo ao cronista a seguinte indagação: “Senhores Deputados, seja-nos permitido perguntar-lhes: ‘Estão a par deste fato? E quem são os aproveitadores desse negócio da China?’<sup>72</sup>”.

Um dos pontos alegados em favor da legitimação das derrubadas envolvia a questão agrária já bastante ativa à época. Após o desmatamento promovido pelas serrarias, as terras

---

<sup>71</sup> Idem, p.45.

<sup>72</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Más notícias sobre florestas. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.48. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 18.05.1962.

seriam loteadas para os “sem terra”<sup>73</sup>. Contrapondo a esta estratégia de loteamento de áreas florestais para reforma agrária, tem-se o questionamento: “Entregar-lhes terras desfrutadas, devastadas pela fúria de mil ciclones dos madeireiros? Quem não vê? Terra sem mato, sem madeira, é qual osso sem carne. Ademais, maior valor e beleza tem a colônia que conservar bom trecho de mato”<sup>74</sup>.

Além de áreas protegidas pela Lei de Criação de Reservas e pelo Código Florestal, também a preocupação se estendia a áreas florestais pertencentes a fazendas, como a fazenda Quatro Irmãos, pertencente ao município de Erechim. Anterior ao processo de colonização em Erechim, a área em questão era povoada de “extensíssimo pinhal centenário”, que foi alvo paulatinamente da operação de 32 serrarias instaladas para a “limpeza” da área<sup>75</sup>.

Assim como em várias outras situações descritas por Roessler, uma infra-estrutura era construída para dar suporte ao desmatamento de várias florestas, como a construção de estradas de ferro para escoamento da “produção” e de estações da Rede Ferroviária. Não em raras situações, após o desmatamento, as estruturas de habitações dos trabalhadores e da administração das serrarias eram abandonadas, e os trilhos e vagões vendidos como ferro velho<sup>76</sup>.

Tais práticas acabavam se disseminando com maior facilidade pelo apoio encontrado em setores influentes da sociedade gaúcha, por isso as denúncias poucas vezes não eram direcionadas a detentores de cargos políticos, juízes e figuras influentes. Roessler aproveitava os períodos eleitorais para expor as contradições das declarações dos políticos e articular um discurso contra a utilização eleitoral do tema florestal, chamando as promessas de “demagógicas” e os planos de “irrealizáveis”. Entre as promessas, destacava a “nova política florestal”, “cursos de silvicultura”, novas reservas florestais, campanhas de educação florestal, financiamento aos silvicultores, levantamento de reservas e serrarias, diminuição de derrubadas etc., o que denominava de “fantasias” proclamadas nos períodos pré-eleitorais<sup>77</sup>.

---

<sup>73</sup> Roessler não discute em suas crônicas sobre o tema reforma agrária, bem como não faz transparecer algum tipo de posicionamento em relação aos colonos sem-terra. O que fica clarificado é sua contrariedade em derrubar áreas florestais como legitimação para a concessão de glebas. Torna-se importante frisar que os “sem terra” referidos nos documentos fazem parte do MASTER e Ligas Camponesas, movimento social bastante ativo nos anos 50 até o golpe militar de 1964.

<sup>74</sup> Idem, p.49.

<sup>75</sup> No caso da fazenda Quatro Irmãos, em 10 anos a área fora totalmente devastada para loteamento, sendo que “a era do ouro terminou. A região está transformada em Tapera”.

<sup>76</sup> Idem nota 74.

<sup>77</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Sempre a mesma ladainha. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.50. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 08.06.1962.

A crítica também era voltada ao Instituto Nacional do Pinho, que proclamava medidas de defesa, conservação, disciplinamento e regulamentação da produção de madeira. Denominava essas intenções de “conversa fiada”, sendo, em sua opinião, muito tarde para a tomada de medidas efetivas. No caso do INP, sua crítica centrava-se em um redirecionamento e desvirtuamento de sua vocação, pois, desde sua fundação em 1942, o INP dedicara-se mais a legitimação das derrubadas e à procura de mercados externos para a exportação do produto florestal. Demonstrando tal desvirtuamento do INP, Roessler expunha que as serrarias, muitas delas clandestinas, pagavam taxas para obter permissão da venda de madeira, sendo a cobrança das taxas a maior atividade daquele instituto<sup>78</sup>.

O problema estava centrado em práticas arraigadas em determinados setores da sociedade, como as serrarias, que desrespeitavam o Código Florestal e a existência legal de reservas, mas também nos governos que, na ausência de políticas públicas para a gestão do setor, desapropriavam áreas florestais para diversas finalidades. Outra questão relevante são os poucos recursos orçados pela administração para o reflorestamento oficial e para o financiamento da silvicultura particular.

O ano de 1960 havia sido marcado pela realização do primeiro Foro Agrícola do RS; já naquele momento o fórum havia concluído sobre a precariedade da situação florestal no Estado. Na estimativa da comissão encarregada do mapeamento de áreas florestais, apenas 10% da mata original ainda existia, mas a devastação continuava. Passados dois anos do Foro Agrícola, Roessler apontava que apenas 5% da área estavam preservados e, em face dessa constatação, criticava a plantação de mudas florestais simbólicas no dia nacional da árvore.

Nesse sentido, postulava uma medida de impacto como a derrubada das árvores de sombras das praças, ruas e pátios escolares a fim de alertar “o espírito das crianças e dos homens ignorantes e falsos”, pois a plantação simbólica de mudas significava embuste para encobrir o problema florestal<sup>79</sup>.

O encontro que discutiu a questão florestal no RS, além de constatar o problema, levantou diversas sugestões de combate ao desflorestamento, porém o Governo Estadual continuava a abrir concorrências públicas para desflorestamento. Com o edital público, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária previa a venda de milhares de árvores localizadas em terras públicas no município de São José do Ouro. O período de derrubada oficial era a primavera, coincidindo com a estação de reprodução de dezenas de espécies de pássaros.

---

<sup>78</sup> Idem, p.51.

<sup>79</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Contrastes e embustes. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.55. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 21.09.1962.

Roessler concluía ironicamente comentando:

Fazer dinheiro das árvores, sim, este é o lema, mas gastar a décima parte do lucro em reflorestamento, que já seria muito para equilibrar o desfalque, não mesmo, porque dá muito trabalho e demora muito para recuperar as somas empatadas. Estranha mentalidade esta dos exploradores das nossas florestas, que pensam poderem aliviar a sua consciência promovendo a Festa da Árvore<sup>80</sup>.

O fato, como já visto, é que as atividades ilegais alimentavam um importante setor da economia gaúcha e brasileira, pois, se parte significativa da madeira derrubada no RS abastecia o mercado interno, também boa parte desta era voltada para a exportação. Nesse sentido, a cada nova abordagem do tema, Roessler voltava a defender sua posição de contrariedade referente à exportação de madeira, prática econômica que considerava “idiotice”. Em 1956 um projeto de lei havia sido apresentado no Congresso Nacional estipulando a diminuição gradativa da exportação do pinho. O projeto defendia a redução de 20% ao ano das exportações e, pressionado pela classe madeireira, não avançou o tema no Congresso<sup>81</sup>.

Na mesma época de discussão desse projeto no Congresso, o INP, denominado por Roessler como “fomentadores oficiais da devastação”, havia sido alvo de homenagem pelos setores madeireiros diretamente interessados na exportação. A grande questão novamente em baila era o fato de a madeira exportada ser obtida de maneira ilícita, sendo derrubadas áreas não licenciadas pelo Serviço Florestal Federal, além do fato já corriqueiro do não-cumprimento da Lei Florestal no que tange ao reflorestamento de áreas devastadas<sup>82</sup>.

No início dos anos 60, restavam no RS restritas áreas florestais de pinhos, que se encontravam constantemente ameaçadas por diversos empreendimentos econômicos já descritos. Paralelamente a essas atividades, muitas delas ilícitas, surgia a intenção por parte do governo brasileiro de “(...) implementação de fábricas de papel na região sul do País”. Os defensores do projeto de fixação de indústrias de celulose no RS argumentavam ser esta a

---

<sup>80</sup> Idem, p.56.

<sup>81</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. A idiotice da exportação das madeiras gaúchas. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.56. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 05.10.1962.

<sup>82</sup> Idem, p.57.

maneira de ser realizado um “integral (...) aproveitamento das reservas florestais”, e que ao mesmo tempo se abriria “caminho a práticas de intensivo reflorestamento”.

Na contramão do ideário hegemônico de progresso que então se delineava, o cronista lamentava o fato de o “próprio Chefe da Nação” aprovar o que considerava uma política de “destruição” das poucas florestas existentes. O argumento, sempre bastante fundamentado, trazia à tona a escassez de madeira, especialmente das espécies nobres:

Madeira não é produto de indústria, que possa ser fabricado em quantidade ilimitada. Árvores não são pés de couve ou milho, cuja colheita se pode fazer em poucos meses. O pinho precisa de 50 a 80 anos e a madeira de essências nobres leva 100 a 200 ou mais anos de crescimento para produzir toras de aproveitamento econômico pelos engenhos da serra<sup>83</sup>.

Roessler refere ainda o fato de não ter havido reflorestamentos intensivos no RS, nem pelo poder público e tampouco pela iniciativa privada no que tange a árvores nativas e de essência. É enfatizado ainda que “nas estatísticas” apenas 1% foi reflorestada, “portanto 1 árvore de pinho por cada cem derrubadas tem sido replantada e essências de lei ninguém ainda plantou”. Por isso pregava o veto à exportação, o que em sua opinião garantiria o consumo interno e a preservação das florestas, além da aplicação da Lei que exigia o replantio de árvores derrubadas pela sua mesma espécie.

À época, os reduzidos reflorestamentos que aconteciam eram em torno das espécies acácia e eucalipto, pois a colheita se fazia em breves sete anos; porém, a intenção de uso como matéria-prima para a celulose eram as florestas gaúchas de pinho.

Se (...) forem implantadas fábricas de papel e celulose de fibras de pinho, então a desgraça será completada mais rapidamente, porque estas consumirão os pinheiros finos sobrados das derrubadas feitas para suprir os engenhos de serra, como aconteceu em Nova Petrópolis, Canela e São Francisco de Paula<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Sentença de morte para os pinhais. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.p.58. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 25.01.1963.

<sup>84</sup> Idem, p.59.

A voz contestatória de Roessler ecoava, e, se por um lado constantemente atacava deputados e governadores, pontualmente distribuía elogios quando surgiam eventuais atos político-administrativos que preconizassem ações preservacionistas.

No caso em questão, no decorrer do ano de 1963, o governador Ildo Meneghetti determinara ao Secretário da Agricultura e ao Comando da Brigada Militar o cumprimento de ordem de serviço que impedia intrusões e o corte de essências nativas (ato especialmente voltado à preservação e replantio de pinhos)<sup>85</sup>. Estas vitórias eram fruto de batalhas localizadas e pontuais vencidas pelo então embrionário movimento ecológico do RS.

Entretanto, a prática de reflorestamento<sup>86</sup> deveria ser acompanhada de uma política voltada para tal fim, sugerindo a experiência da Alemanha como referência a ser seguida, devido à prática existente de reflorestamento científico desde 1934, que era sustentada na Lei das Raças Florestais<sup>87</sup>. Em sua opinião, a implantação de lei semelhante deveria ser seguida pelo governo brasileiro, ordenando assim o replantio em todo o território nacional. A adequação a uma necessária lei amparada em cultivo de sementes colhidas de “árvores maduras e sadias, de retos troncos e bem formadas copas” resultaria em um aperfeiçoamento das espécies.

Na prática, o reflorestamento praticado no Brasil, além de ínfimo, estava à margem do controle e da organização estatal, caracterizado pela falta de acompanhamento sobre os viveiros que forneciam as sementes. Resultado disso era a formação de áreas reflorestadas com “mato (...) falhado e raquítico”, levando à perda de recursos financeiros aos agricultores que cumpriam o Código Florestal<sup>88</sup>.

Com relação à luta contra o desflorestamento e a intervenção do Poder Judiciário, de maneira geral eram raros os despachos judiciais desfavoráveis, dados no Brasil aos pedidos de derrubadas florestais.

---

<sup>85</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Ferro nos ladrões de madeira. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.59-60. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 07.06.1963.

<sup>86</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Seleção de sementes florestais In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.46. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 09.06.1961.

<sup>87</sup> Entre diversos aspectos, a lei das raças florestais implantada na Alemanha destacava: registro oficial de árvores selecionadas como “porta-sementes”; estimativa anual de recolhimento de sementes; normas para a prática da coleta das sementes com profissionais treinados e equipamentos que não agredissem as árvores; supervisão de um capataz durante o serviço de colheita; ordenados legalizados aos coletadores; respeito ao processo de maturação das sementes para a posterior colheita; acompanhamento do clima, altitude e qualidade da terra onde se estabeleciam as “porta-sementes”; separação e eliminação das mudinhas mal formadas.

<sup>88</sup> Idem nota 86.

Entretanto, no Estado de São Paulo o Judiciário havia negado licença para derrubada de uma área de 360 hectares, de modo que Roessler logo divulgou o fato no RS<sup>89</sup>.

Potencializando o raro despacho desfavorável, Roessler aproveitava o caso paulista para abordar a questão da deficiência do aparato policial e florestal, a transferência e demissão de funcionários públicos comprometidos com o preservacionismo, a pressão política vinculada aos grupos econômicos e as manobras processuais prometidas por advogados em favor dos clientes que incorriam no delito de desflorestamento.

Nesse sentido, concordando com o despacho de indeferimento, pregava que “sozinho o juiz não pode fazer tudo”, apelando, assim, para a consciência da coletividade:

(...) geralmente predomina a impunidade e é dado ganho de causa aos devassadores, que usam o pomposo título de ‘PRODUTORES’ e possuem o apoio das altas esferas governamentais e políticas, porque produzem as DIVISAS tão necessárias a este miserável e endividado Brasil, mas em compensação aniquilam o nosso insubstituível patrimônio florestal que a Natureza presenteou ‘a todos os habitantes do país’, mas que enriquece poucos magnatas<sup>90</sup>.

Se, por um lado, a percepção ambiental exposta em muitas crônicas revelava-se acentuadamente naturalista, em outras situações, a percepção ampliava-se, como na análise sobre as comunidades indígenas e suas terras, que constantemente eram alvo de invasões.

Resgatando situações externas ao Brasil, mas com o objetivo final de demonstrar que aqui também se desenvolveram tais problemas, Roessler apontava que, no continente europeu, diversos povos destruíram a “fauna e flora” e aniquilaram “diversas raças nativas”, e que em todos os continentes, o “Imigrante branco abusou da pior forma dos habitantes primitivos<sup>91</sup>”.

---

<sup>89</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Juiz de fibra. In: \_\_\_\_ *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.214. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 15.07.1960.

<sup>90</sup> Idem, p.216.

<sup>91</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Em defesa do patrimônio dos índios. In: \_\_\_\_ *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.68. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo* de 19.08.1960. Os exemplos de conquista sobre “povos primitivos” enumerados na crônica são variados, como o estabelecimento em 1844 na Terra do Fogo, Chile, da primeira estância de criação de ovinos. Nesse processo de dominação, as terras indígenas foram anexadas ao novo projeto sem indenização, seguidas de diversas expedições punitivas contra os autóctones. Os índios que resistiam viravam caças humanas, onde o prêmio era o de “uma libra esterlina por cada par de orelhas de nativos”. Também relata o caso dos “negros do Congo e das Colônias Portuguesas de África, caçados e escravizados pelos brancos civilizados” e os povos primitivos da Austrália, “os tasmânicos e negros austrais”, também considerados caça, foram “dizimados em sangrentas batidas”.



No caso brasileiro, considera os índios como os “senhores legítimos de todo o território nacional”, que no passado tiveram suas terras roubadas e ainda continuavam sendo “trapaceados” pelos “civilizados”. Os “civilizados” em questão a que se refere ironicamente não diz respeito somente aos colonizadores do passado, mas ao próprio Serviço de Proteção aos Índios do RS, pois, segundo Roessler, esse órgão público não primava pelo cumprimento de suas tarefas de amparo aos grupos indígenas localizados no Estado<sup>92</sup>.

Em sua constatação, os “bugres do Rio Grande do Sul”, devido à exploração secular, haviam sido reduzidos à condição de “bêbados, maltrapilhos, mascilentos” e tratados como “cachorrada faminta”, e os benefícios que a civilização branca havia lhes conferido resumiam-se em “tuberculose e a sífilis”<sup>93</sup>.

O Serviço de Proteção ao Índio tinha a função de tutorá-los, cuidando da preservação de seu modo de vida, assistência como saúde, alimentação e manutenção das áreas demarcadas. Entretanto, diversas glebas eram invadidas ou tomadas por grilagem, burlando-se as exigidas concorrências públicas. O resultado era que diversos contratos de compra e venda em terras indígenas acabavam sendo negados pelo Tribunal de Contas, graças em certa medida, à pressão das denúncias realizadas pelos ambientalistas.

O fato em questão, denunciado pelo autor das crônicas junto Ministério da Agricultura, envolvia a venda de árvores das reservas indígenas a preços irrisórios para as serrarias, sob a observância e participação direta do Serviço de Proteção aos Índios. O órgão, defendendo-se diante das denúncias, justificava sua participação no comércio irregular sob o argumento da “necessidade de pagar déficits da Administração do Serviço de Proteção aos Índios”<sup>94</sup>.

Além disso, estava em curso no ano de 1960 um projeto que previa o loteamento dos toldos indígenas. A alegação era novamente sob a necessidade de aquisição de verbas, tanto para evitar o êxodo rural de colonos do interior quanto para a realização de reflorestamentos no Estado.

Roessler rebatia os argumentos dos defensores do projeto, salientando que a justificativa para a realização do reflorestamento não passava de “conversa fiada para boi dormir”, e sentenciava: “não será feito nunca pelo Poder Público”<sup>95</sup>.

O projeto de loteamento em questão previa a manutenção de uma parte das glebas, ironicamente denominadas de “pedacinho de terra”, às populações indígenas. Para o cronista,

---

<sup>92</sup> Idem, p.69.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Idem, p.70

as pequenas áreas previstas no loteamento inviabilizariam o modo de vida dos grupos, que “não poderiam sobreviver, porque sabido é que se alimentam dos frutos do mato, do qual extraem também material para fabrico de cestas, etc e se ocupam essencialmente da caça e pesca<sup>96</sup>”.

Além das questões relativas ao desmatamento, as crônicas de Roessler focalizavam e combatiam outras situações que se encontravam à margem da legalidade, como é o caso da caça e da pesca clandestinas e dos maus tratos aos animais, práticas que são objeto do capítulo subsequente.

---

<sup>96</sup> Idem.

#### 4. CAÇADAS E PASSARINHADAS: A PRIMAVERA SILENCIOSA NO RS

Passarim quis pousar não deu voou  
Porque o tiro feriu mas não matou  
Passarinho me conta então me diz  
Porque que eu também não fui feliz  
Me diz o que eu faço da paixão  
Que me devora o coração  
Que me maltrata o coração  
Voou voou voou  
E passou o tempo e o vento levou

(Passarim/Tom Jobim)

Dentre as diversas lutas empreendidas pela UPN, a oposição às caçadas configurava-se como uma das temáticas mais destacados nas crônicas. Roessler considerava as caçadas como “um simples divertimento que custa a vida ou causa prolongados sofrimentos nos animais silvestres”, entretanto, se por um lado pontuava uma oposição veemente a tal prática, em outros momentos chegava a admiti-la de maneira controlada. Para isto, a permissão deveria ser concedida somente a “homens idôneos”, que se submetessem a cursos de caça, aprendizado de leis e deveres dos caçadores e à realização de provas de campo<sup>97</sup>.

Denominando de “elementos sádicos” os que realizavam caçadas ilegais, salientava atos corriqueiros como registrado no segmento:

(...) gostam de ver estrebuchar a seus pés o animal assassinado, esvaindo-se em sangue; que se comprazem, rindo em olhar os seus cães estraçalhar uma capivara com seus filhotes; que matam a pau uma ninhada de marrequinhas de poucos dias; que atiram uma garça ou um quero-quero só para vê-los tombar das alturas; que abandonam os animais feridos, para não terem o trabalho de procurá-los quando se arrastam para o esconderijo, deixando atrás de si rastro de sangue<sup>98</sup>.

Referindo-se com sarcasmo aos caçadores que “mandam se fotografar com ‘pose de heróis’, com um pé sobre a vítima e arma em punho”, colocava em dúvida a “valente superioridade”, pois em sua maioria matavam os animais a uma longa distância. Nessa mesma

---

<sup>97</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. “Caça, experiência assassina”. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.99. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 28.10.1960.

<sup>98</sup> Idem.

perspectiva, questionava se os animais mortos eram alvejados pelos caçadores ou pelos sertanejos: “Quem prova que a onça dependurada dum galho foi morta por quem a seu lado se exhibe com pulinhos de dançarina e não pelos zagaieiros sertanejos que o acompanharam?”<sup>99</sup>”

Defendia como esporte ideal e saudável o que denominava de “tiro com a fotocâmara”, o que consistia, na prática, em expedições onde as pessoas, munidas com máquinas fotográficas, surpreenderiam os animais silvestres “em plena liberdade no seio da natureza”; em sua opinião, “uma façanha muito mais corajosa, nobre, artística e admirável do que dar um tiro para reduzir a cadáver a mesma criatura”<sup>100</sup>”.

O principal marco legal de orientação contra as caçadas que se estabeleciam no RS era o Código de Caça Federal. Com base em seus artigos, Roessler e a UPN fiscalizavam e enquadravam diversos delitos.

Segundo o cronista, quando pegos em prática de ilegalidade, os infratores utilizavam diversas desculpas esfarrapadas: “Eu não sabia”, “Não compreendi a Portaria da Caça”, “Foi a primeira vez”, “Não cacei, apenas me diverti dando tiros nos bichos”. Em relação aos caçadores de passarinhos, os passarinheiros, estes alegavam das seguintes formas: “Matamos a praga, porque nos comem o trigo e a uva”, “Achei a caça na estrada”, “Recebi de presente a caça”, “Me pediram para transportar a caça”, “Me enganei na contagem das peças”, “Minha velha está grávida e pediu uns bichinhos para comer”<sup>101</sup>”.

Embora Roessler demarcasse elogios aos fiscais do Serviço de Caça e Pesca do RS, reclamava do pouco apoio dado pelas demais autoridades do setor, especialmente quando, desautorizando o serviço da fiscalização, concediam concessões aos infratores. Em diversas situações de julgamento de infratores, réus e advogados apresentavam aos juízes “ímorais cartõezinhos de recomendação” assinados por políticos e pessoas influentes que exigiam a devolução das armas apreendidas, perdão de multas e em muitas situações a própria liberação da caça apreendida<sup>102</sup>.

Outro elemento de destaque era a movimentação que antecedia a elaboração das portarias que regulavam anualmente a caça no RS. Os grupos de caçadores se organizavam para pressionar por um aumento do número de “peças” permitidas para o abate, plantando informações de suposta abundância de determinadas espécies. Na contramão, a UPN

---

<sup>99</sup> Idem, p.99-100.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Caça ou carnificina? In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.101. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 21.12.1960.

<sup>102</sup> Idem.

divulgava à opinião pública levantamentos das espécies já praticamente extintas ou raras, pelo desenfreado abate sobre a fauna, inclusive em períodos de defeso<sup>103</sup>.

Para um maior controle sobre as caçadas irregulares, Roessler propunha a adoção de uma política já desenvolvida em países da Europa: o arrendamento de campos de caça. O que a princípio parece ser uma legitimação do ato de caça, o cronista entende como uma espécie de controle, pois diversos “mete-chumbo” e “passarinheiros avecidas” entravam sem permissão em propriedades privadas<sup>104</sup>.

Se, por um lado, as crônicas demonstram crítica às caçadas predatórias, por outro, permitem, a partir de uma visão ético-ambiental, a existência dessa prática nos limites da legalidade, na obediência às leis e portarias que protegem determinadas espécies, no período de defeso e no respeito ao limite máximo de “peças” a serem abatidas. A esses caçadores, Roessler se refere como “verdadeiros esportistas”; que acabavam desonrados pelos “matadores que se dizem caçadores<sup>105</sup>”. Os “matadores”, na afirmação do cronista, eram formados, em sua maioria, por “membros da classe privilegiada”, que matavam por divertimento<sup>106</sup>.

Nesse sentido, o processo de arrendamento pressupunha a disponibilização de campos e banhados particulares mediante um pagamento fixado pelos proprietários rurais aos “caçadores de reconhecida idoneidade”. Estes, por sua vez, pagariam “guarda-caças” para cuidar dos animais silvícolas e vigiar a propriedade contra os “ladrões de caça<sup>107</sup>”.

Com esta medida, 3 são os beneficiados: O legítimo esportista eliminará a concorrência perniciosa dos ‘mete-chumbo’; o fazendeiro terá sua propriedade rural duplamente cuidada contra a entrada de indesejáveis, ficando livre de prejuízos e o Serviço de Caça e Pesca terá a certeza do cumprimento da lei de proteção e conservação da fauna e nas terras sob regime de arrendamento.<sup>108</sup>

---

<sup>103</sup> Roessler considerava “aniquilados” no Rio Grande do Sul a anta, lontra, ariranha, lobo, tamanduá; classificava como animais “raríssimos” o veado e a capivara. Sobre as aves, apontava que em um prazo de 5 anos, as seguintes estariam extintas: mutum, jacu, uru, macuco, unhambu, perdigão, patos silvestres, marrecas cri-cri, danadas e pé-vermelha. Estas precisariam de proteção legal ao menos por cinco anos para que pudessem reproduzir-se e re-equilibrar suas populações.

<sup>104</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Arrendamento de campos de caça. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.105. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 05.09.1958.

<sup>105</sup> Idem, p.104.

<sup>106</sup> Idem, p.105.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Idem.

Porém, aliado a essa orientação aos fazendeiros e aos leitores do caderno rural do *Correio do Povo*, Roessler pontuava a necessidade de um processo de “educação e disciplina” antes da concessão da licença aos caçadores novatos. Estes deveriam passar por cursos que os orientassem sobre direitos e deveres dos praticantes da caça e pesca. Ao mesmo tempo evidenciava sua contrariedade à concessão de licenças aos analfabetos e a “elementos reconhecidamente destruidores”, sugerindo que as penas fossem mais rigorosas a este tipo de infração<sup>109</sup>.

Ao mesmo tempo em que o espaço do jornal era utilizado para a promoção de consciência e ativismo ambiental, expondo denúncias que lhe eram enviadas, eventualmente também tecia comentários a partir de outras reportagens veiculadas no próprio *Correio do Povo*, na medida em que estas publicassem ações deméritas aos ecossistemas.

Na localidade de Otávio Rocha, município de Flores da Cunha, um agricultor havia se destacado em notícia por ter reclamado de uma invasão de sabiás sobre seu parreiral, com a suposta destruição de 3000 quilos de uvas de sua propriedade em 15 dias. Além do fato noticiado, ainda havia assegurado que, para “evitar aborrecimentos com a fiscalização do Serviço de Caça e Pesca”, não os matara, alegando que naquela estação havia a proibição de caça aos passarinhos<sup>110</sup>.

Roessler condenava o teor da notícia, classificando-a como “monstruosa calúnia” e tratando-a como uma “inverdade”. Questionava a informação, pois o nome do agricultor estava ignorado no periódico, esclarecendo que os sabiás eram o grande objeto de cobiça dos passarinheiros, especialmente no período de reprodução das aves.

De forma didática, expunha sobre os hábitos dos sabiás e seu regime alimentar misto, baseado em insetos, frutas e minhocas, que eram encontradas especialmente “no chão, entre o folheto caído no pomar”. A explicação baseava-se no sentido de que mesmo existindo muitos sabiás em um parreiral ou pomar, os pássaros preferiam as frutas maduras que estavam tombadas ao solo. Ainda em defesa do ciclo de alimentação das aves, justificava quando estas eventualmente se voltavam sobre as frutas cultivadas: “porque cortaram todas as fruteiras do mato, entre elas a nossa belíssima figueira silvestre”, que antes do desmatamento havia sido o “paraíso da passarada no tempo da frutificação”.<sup>111</sup>

---

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O Sabiá e as uvas de Otávio Rocha. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.103. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 07.03.1958.

<sup>111</sup> Idem.

Baseado na capacidade de absorção de alimentos por um sabiá, Roessler julgava serem irreais os números de uvas estragadas apresentados pelo agricultor, argumentando que a capacidade máxima era de 100 gramas por dia. Para o desaparecimento de 3 toneladas de uvas em 15 dias, precisariam de 2000 aves em um único parreiral, o que “teria sido um milagre dos maiores do mundo”. Outro aspecto ressaltado era o fato de Flores da Cunha ser uma região de intensa atividade de passarinhos, que certamente teriam se mobilizado para caçar as centenas de aves. Na irônica interpretação do cronista, “aquele vinhedo teria ficado arrasado a tiros de chumbo”.<sup>112</sup>

Da mesma forma como no caso dos sabiás, em muitas outras crônicas a denúncia contra atos de interferência no ambiente era acompanhada ou mesmo precedida de explicações sobre determinada espécie de fauna ou flora, sua importância nos ciclos de vida, nos ecossistemas, relações com demais espécies etc.

Sobre a ave conhecida por Tico-tico (alvo constante de passarinhos), e na perspectiva de alertar a sociedade para sua importância na agricultura, Roessler relatava:

O tico-tico é pássaro muito útil, porque prefere regime alimentar animal, pois, segundo os naturalistas, consome cerca de 120 insetos por dia, auxiliando assim o agricultor no seu constante combate contra as pragas das lavouras e pomares e poupando as despesas com inseticidas, menos eficientes que o bico do pássaro.<sup>113</sup>

Além dos insetos, se alimentavam de “inço, limitando assim a propagação demasiada dessas plantas, que sufocariam outras úteis”.<sup>114</sup>

Na contramão de uma idéia disseminada, que colocava as aves tico-tico como “devastadoras dos trigais”, o ambientalista defendia sua importância no cumprimento de funções ao longo de todo o ciclo vegetativo do cereal: “Ficou provado que onde existe a vigilância dos pássaros, as colheitas aumentam de um terço (1/3). Para um perfeito policiamento dos campos de cultura são necessários 50 passarinhos por hectare”.<sup>115</sup>

Há de se perceber que neste período, meados do século XX, o Brasil e o Rio Grande do Sul, em especial, começavam a promover uma agricultura baseada na agroquímica e mecanização no campo, conhecida como Revolução Verde. Sobre esse importante aspecto da

---

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Os Tico-ticos e o trigo. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.182. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 28.02.1958.

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> Idem.

história do RS, o cronista já realizava indagações a respeito dos benefícios apregoados de uma agricultura amparada nos agrotóxicos.

No interesse da sua própria economia e até da sua sobrevivência, os agricultores terão que compreender mais cedo ou mais tarde a necessidade da proteção aos pássaros, abolindo sua caça, proporcionando-lhes condições de vida favoráveis, facilidades de nidificação e de criação de seus filhotes, que são alimentados exclusivamente com besouros, formigas, lagartas e larvas. Se isto acontecer, serão poupados os milhões de cruzeiros agora gastos com inseticidas e ganhos incalculáveis valores agrícolas anualmente devorados pelos insetos nocivos.<sup>116</sup>

A exemplo da importância dos tico-ticos na trama da sustentabilidade, Roessler também refletia sobre a reportagem acerca dos sabiás em Flores da Cunha, propondo uma interpretação contrária à ótica de como havia sido divulgada.

A lógica da abordagem aproximava-se muito dos relatos sobre as “batidas” empreendidas pela fiscalização, que acabavam por se tornar substrato educativo a ser veiculado pelo *Correio do Povo*.

Também na serra gaúcha, em época de primavera, o trabalho da fiscalização surpreendeu uma “técnica de engorda” de pássaros para posterior abate. Roessler avistara “um homem com uma escada ao ombro” e sabendo que não existiam mais pinhões para colher naquela estação, percebeu que “a presença daquele homem com a escada dentro do mato só poderia relacionar com avezinhas”.<sup>117</sup>

No processo de interrogação inquirido pelo cronista ao passarinho, descobriu-se que se tratava de uma criação para engordar as aves, ficando os filhotes impossibilitados de se movimentar, cair do ninho ou voar, pois era enlaçado “um arame na perninha do passarinho, passava a outra ponta pela base do ninho e o amarrava num galho baixo”.<sup>118</sup>

Ao final do ato de fiscalização e veemente recriminação da prática descrita, foram soltos passarinhos presos em 17 ninhos. As aves “saíram voando, experimentando pela primeira vez” o “gozo da liberdade”.<sup>119</sup>

Como recurso de defesa das aves, Roessler apelava não raras vezes ao discurso sentimental, esperando que a divulgação servisse de “ensinamento à juventude e que as

<sup>116</sup> Idem, p.183.

<sup>117</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Amarrados nos ninhos. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.106. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 30.05.1959.

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Idem, p.107.



pessoas de nobres sentimentos, ao lerem este triste relato, que raia o incrível em matéria de judiaria” passassem a “simpatizar” com a campanha de defesa e auxiliassem “no combate aos malfeitores”.<sup>120</sup>

Além das próprias crônicas, a UPN produzia material de “propaganda orientadora”, que era distribuído e utilizado em diversas escolas. O conteúdo elaborado versava sobre a análise da natureza e seu funcionamento, visando a despertar o respeito, compreensão, sentimentos de bondade e afeto, incluindo aí a veemente condenação de atos de depredação, violência e crueldade aos ecossistemas.<sup>121</sup>

Em função disto, aconteciam conflitos entre pais e educadores devido ao material utilizado em salas de aula, e estas dificuldades acabavam sendo relatadas pelos professores de áreas rurais ao próprio ambientalista Roessler. Um determinado caso efetivou-se quando um menino levou para casa um boletim sobre a utilidade das aves, obtendo a repreensão do pai que qualificou a professora de “besta”. O mesmo pai confeccionou uma funda e ordenou seu filho a “juntar bastante pedrinhas” para caçar pássaros com o menino, fazendo o contra-ponto ao objetivo proposto pela professora.<sup>122</sup>

Outro episódio narrado nas crônicas dá conta de situações de matança de aves por crianças com a tabula. Este instrumento constituía-se de um pranchão de madeira, amparado em um de seus lados com uma pequena estaca na qual se encontrava amarrada uma corda. Com a aproximação dos pássaros, o menino que se postava a cuidar a armadilha puxava o cordão quando as aves se encontravam reunidas para comer o trigo posto sob a tábula.

Essa situação envolvendo uma criança, apesar das orientações escolares, não encontrava ressonância positiva entre os pais, sendo também esse caso relatado pela professora a Roessler, pois “os pais não queriam saber disso, que eram muito brabos e o surravam e o mandavam todos os domingos ali no campo matar avezinhas com o pesado pranchão e levá-los limpos para a cozinha, obrigando-o depois a ajudar a comê-los, quando ficava com muita pena dos pobres bichinhos”.<sup>123</sup>

Roessler chegava à seguinte conclusão sobre os dois episódios:

A destruição sistemática combatida pela professora, não encontrou nenhuma ressonância no coração de pedra do colono, que nem sequer reconhece os benefícios que as aves

---

<sup>120</sup> Idem.

<sup>121</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Pais contra professores. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.107. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 24.07.1959.

<sup>122</sup> Idem, p.108.

<sup>123</sup> Idem.

insetívoras prestam às suas plantações. Ao contrário, continua envenenando a alma do filhinho, digno de compaixão. Estes dois casos, escolhidos entre dezenas de outros que chegaram ao nosso conhecimento, bem ilustram as enormes dificuldades antepostas à benemérita obra dos educadores na região colonial.<sup>124</sup>

Roessler referia-se aos professores como “sacrificada Classe Educadora” e incentivava, mesmo diante de “fracassos isolados”, a que estes não desanimassem na tarefa dos “bons ensinamentos” que semeavam, pois os princípios ecológicos frutificariam no futuro, tornando “rica e poderosa a nossa Pátria, com a recuperação dos nossos recursos naturais (...)”.<sup>125</sup>

O costume da prática de caça aos passarinhos estava associado com hábitos alimentares oriundos da Itália do século XIX, e que no RS acabou se tornando uma iguaria acompanhada com polentas fritas apreciada pelos ítalo-brasileiros, resultando em uma verdadeira indústria artesanal de caça às aves na região da serra gaúcha<sup>126</sup>.

Diversas situações de fiscalização por parte da UPN e do Serviço de Caça e Pesca foram narradas por Roessler, entre as quais destaca-se a ação do dia 14/06/1959 na cidade de São Francisco de Paula. Durante a inspeção foram surpreendidos 16 transgressores do Código de Caça, portando 360 sabiás “e mais de uma centena de pica-paus, bem-te-vis, barreiros,

---

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> Tratava-se de um comércio ilegal onde cada ave já depenada era vendida aos consumidores e restaurantes ao valor de Cr\$ 15,00, além disso, conforme CENTENO (2006), para os ítalo-brasileiros o costume das passarinhadas advinha de raízes históricas da Itália do século XIX: “O processo de unificação do país suprimira as alfândegas. Com a abertura das economias regionais, até então relativamente fechadas, a vida camponesa sofreu um baque. O aumento da oferta de produtos industrializados, mais competitivos, arruinou as pequenas indústrias, de porte artesanal, que operavam no campo e nas quais os camponeses também trabalhavam para completar a renda. O reajuste do imposto sobre a farinha e a queda abrupta nas exportações de vinho agravaram o quadro. Como a polenta era a base da alimentação, cresceram entre os *contadini* os casos de pelagra, avitaminose provocada pelo consumo quase exclusivo de milho e derivados”. Ainda segundo este autor, com o crescente empobrecimento, a carne desapareceu da alimentação dos italianos restando à população consumir passarinhos: “Neste contexto em que famílias inteiras descambavam da pobreza para a miséria, a passarinhada tornou-se a principal alternativa para a ingestão de proteína animal”. Portanto, o ato das passarinhadas, de uma inicial necessidade relativa à alimentação, migrou para o RS com a colonização e se fixou como um hábito cultural propagado ao longo da primeira metade do século XX na serra gaúcha. (pag. 69-70). Também em função dos diversos embates entre a fiscalização ambientalista e os passarinheiros da serra gaúcha de colonização italiana é possível perceber através das crônicas de Roessler, o desenvolvimento de uma posição preconceituosa deste, de origem alemã, para com os ítalo-brasileiros. Sobre o tema, consultar CENTENO (2006). p.71-73.

tico-ticos, e tantas outras espécies todas indispensáveis no combate aos insetos que atacam as culturas”.<sup>127</sup>

Leitores e assinantes do diário também contribuía com denúncias, enviando cartas à UPN, que eram publicadas no *Correio do Povo*, na sessão Correio do Leitor.

Nesse espaço, uma leitora autodenominada “Uma Amiga Leitora dos Animais” relatava um festejo organizado por uma igreja de Porto Alegre, onde se vendia “um bolo artisticamente confeccionado, que continha um pratinho com uma rolinha assada, em manifesto desrespeito à Lei que proíbe a caça de passarinhos”. Roessler lamentava não ser uma novidade a prática de rifas, sorteios e diversos jogos que envolvessem a mortandade de espécies de aves, alertando serem atos de desrespeito aos códigos de proteção.<sup>128</sup>

Considerava tanto as instituições religiosas quanto as educacionais como potenciais aliadas da causa preservacionista, seja por vocação filosófica de manutenção da vida defendida por tais instituições, seja por uma ética cristã, que amparava, segundo sua interpretação, a causa ambiental.

Porém, alertava para as “ovelhas negras” pertencentes a esses organismos sociais que acabavam por praticar as rifas de passarinhadas. Nessa perspectiva de alerta à coletividade gaúcha, Roessler arrolava alguns acontecimentos que envolviam alunos e professores, como quando encontrou várias crianças que se dirigiam à escola portando “pequenas pencas multicores de avezinhas mortas, amarradas pelas perninhas com fitas ou com as cabecinhas enfiadas em arames”. As aves mortas serviam como presentes à professora, que ao preferir passarinhos a flores, incentivava os seus alunos a lhe atender seu pedido.<sup>129</sup>

Em outra situação, Roessler deparou com um grupo de alunos portando fundas em um passeio escolar. Inquiridos pelo ambientalista, eles responderam que as usavam com a aprovação dos professores, além de utilizarem “uma grande rede pertencente ao Colégio, para apanhar pássaros destinados à alimentação dos professores no campo”. Nas palavras de Roessler: “O mais curioso é que nas salas de aulas daquele Educandário, pertencente a uma Ordem Religiosa, estão afixados os Cartazes ilustrados que versam sobre o assunto”.<sup>130</sup>

Como já ressaltado, a luta preservacionista contava com importantes aliados dentro da esfera eclesiástica, como demonstrado através de correspondências entre D. Vicente Scherer e

<sup>127</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Trezentos e sessenta sabiás para comer. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.109. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 03.07.1959.

<sup>128</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Bolo de passarinho. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.111. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 16.06.1960.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Idem, p.111-112.

Roessler, sendo que as autoridades do clero e os padres recomendavam através dos sermões, a prática de uma ética conservacionista. Sendo assim, quando instituições escolares ligadas a ordens religiosas incentivavam passarinhadas, o cronista tachava os episódios como “alguns casos de desobediência e oposição” às ordens eclesiásticas.<sup>131</sup>

Porém, opositores às concepções de Roessler eram encontrados em diversos estratos e grupos sociais. Na região de produção agrícola, a prática de matança aos pássaros era generalizada, e as aves, vistas como “adversárias”, “predadoras”, “depredadoras” de pomares e granjas. Em contraposição, Roessler levantava a bandeira da utilidade das aves para a agricultura, exaltando o caráter insetívora da maioria dos pássaros, divulgando a idéia de que ao alimentarem-se de aranhas, formigas, lagartas, moscas e cascudos, estariam ajudando diretamente ao agricultor e a agricultura.<sup>132</sup>

O lavrador estereotipado por Roessler não reconhecia a função sustentável da ação dos pássaros, vendo negativamente sua presença junto aos campos agriculturáveis:

(...) os pássaros desterram grãos semeados ou desfalcam algumas espigas amadurecidas, o que pode acontecer poucos dias no ano, no período das sementeiras e das colheitas (...) Observam também com raiva, quando certos passarinhos comem alguma uva, laranja, figo ou caqui, bem maduros, passando do ponto ou já despencadas do galho”.<sup>133</sup>

Roessler, tentando diminuir o abate de pássaros com tiros, redes e envenenamento, propunha uma série de estratagemas ao leitor para afugentar as aves das plantações.

1º- Nos canteiros de sementeiras das hortas, basta fincar nos 4 cantos estaquinhas, ligando-as entre si e em cruz, na altura de 8 centímetros acima da terra, com barbante branco, grosso. O milenar instinto das aves lhes diz que aquilo é armadilha de laço para apanhá-las e não entrarão nos canteiros. 2º- è muito usado o sistema de dependurar cacos de espelho, presos em varas flexíveis sobre a sementeira, os quais se movimentarão com a brisa, produzindo reflexos, que afugentam a passarada. 3º- No Japão usam muito armar nas lavouras taquara de 2 metros de altura, unindo as pontas com fio de arame em duas

<sup>131</sup> Idem, p.112.

<sup>132</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Espanta-pássaros. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.112. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 02.09.1960.

<sup>133</sup> Idem.

direções, formando malhas de cerca de 10 metros de lado. Em alguns pontos de junção dessa rede se dependuram latas vazias, dessas de óleo, abertas nas tampas, dentro das quais se adaptam um ferro preso em arame, à guiza de badalo. Uma sacudidela em qualquer uma das taquaras movimenta toda a armação e matraqueam todas as latas, cujo barulho faz voar os pássaros depredadores. Este sistema também produz bom efeito quando armado sobre parreirais, cujos donos ‘têm medo’ dos sabiás. 4º- Na Alemanha inventaram uma escopeta automática a carbureto, graduável de 5 até 120 litros por hora. Este é o aparelho ideal para afugentar a passarada e é muito econômico. Um mecânico em Rio Pardo construiu um aparelho desses, que aprovou plenamente, mas o construtor não pode fabricá-lo em série, por motivo de falta de recursos para montar a indústria. 5º- Nos Estados Unidos usam com sucesso alto-falantes, tanto para espantar como para atrair os pássaros nos períodos oportunos.<sup>134</sup>

As orientações colhidas em experiências de vários países objetivavam uma mudança de comportamento imediata, bem como de um entendimento mais correto e sustentável da convivência de espécies da fauna e flora. Pássaros, em sua concepção, não eram pragas, podendo conviver com a cultura agrícola; nesse sentido defendia a necessidade de, junto aos campos de produção, construírem-se áreas de nidificação, cercas vivas com arbustos para esconderijo, além de áreas de cultivo de painço e alpiste para atração das aves.

Pela função das aves no equilíbrio e sustentabilidade, as passarinhadas eram alvo constante da militância ambientalista, e as mais criticadas eram as realizadas em período de nidificação, durante o choco e na criação dos filhotes. Na medida em que se realizasse a captura das aves mães, a proteção e alimentação dos filhotes estaria comprometida, ocasionando a morte precoce pelo frio e fome, além de colocá-los à mercê dos predadores.

Na ótica dos passarinhos, capturados e engaiolados, os pássaros sentir-se-iam “mais protegidos contra os perigos da natureza”, estando propícios a uma vida mais feliz por poderem cantar e se alimentar, sem mais precisarem procurar sua própria comida. E em resposta ao argumento, Roessler escrevia: “(...) mais vale uma curta vida feliz em liberdade,

---

<sup>134</sup> Idem, p.113.

do que uma longa existência na prisão” e, em relação ao canto entoado pelas aves assim se manifestava: “(...) bem pode ser de saudade do paraíso perdido”.<sup>135</sup>

Durante as batidas de fiscalização, os conservacionistas chegavam a encontrar de 15 a 25 aves dentro de uma única pequena gaiola, muitas vezes imunda, com água contaminada e pouca comida à disposição dos pássaros; e ainda exposta ao sol intenso ou colocada em ambientes excessivamente úmidos.

O que de mais impressionante vimos em matéria de manutenção de pássaros, foi um pequeno e escuro gradeado de madeira contendo 9 sabiás. O piso estava coberto por um malcheiroso mingau de farinha de milho, acumulado durante várias semanas. Porque não tinham poleiros, os pobres sabiás estavam sentados naquela pasta azeda, molhados e sujos, com as penas grudadas, duros de frio. A família nos informou que os haviam tirado dos ninhos e que estavam sendo ‘engordados’ para um dos tradicionais manjares daquela região.<sup>136</sup>

Diante dessas situações, o cronista também abordava sobre o sentimento de liberdade, que em sua interpretação não se restringia à humanidade, mas constituía-se em um elemento fundamental também entre os animais: “(...) a liberdade, este supremo bem da natureza; ambiente infinito para voar; a companhia e o amor de seus semelhantes; alimento predileto, especialmente insetos; água límpida das fontes; locais e material para construir seus ninhos e criar suas proles”.<sup>137</sup>

Além desses aspectos relacionados com as passarinhadas, fatores ligados ao comércio ilegal de aves eram discutidos nas crônicas, incluindo a relação utilitarista da sociedade para com a compra de pássaros para criação doméstica. O resultado dessas práticas consideradas normais por parte da sociedade gaúcha era a morte de milhares de aves por ano, especialmente em épocas de férias escolares, quando as famílias saíam em viagens e esqueciam-se dos animais.

Essa crítica a superficialidade do sentimento humano para com as aves se traduz na seguinte opinião:

---

<sup>135</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Com que direito fazem isto?. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.117. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 10.02.1961.

<sup>136</sup> Idem, p.118.

<sup>137</sup> Idem.

De volta do veraneio, encontrado morto o bichinho querido, logo tratam de arrumar outro. É tão fácil – capturam ou compram de vendedores de beira de estrada ou numa Loja de Animais Vivos outro condenado à morte. A venda de ambulante de pássaros é proibida. O caçador não pode comerciar com o produto de sua caçada.<sup>138</sup>

Mesmo a prática de comércio legalizado, realizado por lojas com licenças, era criticada, pois muitas destas compravam peças de caçadores clandestinos que repassavam seus produtos à venda sob fachadas autorizadas, estimulando assim a caça clandestina realizada nos períodos de defeso no RS.

Outro aspecto envolvendo licença de caça a aves era a permissão de abate de até 40 pombas, concedidas pelo Serviço de Caça e Pesca, permissão esta condenada pelo ambientalista. As pombas tradicionalmente eram vistas pelos agricultores como pragas que se abatiam sobre as plantações, porém na contramão desta arraigada visão, o cronista provava que as pombas se alimentavam de sementes de inço e de outras árvores, mantendo-se assim um equilíbrio na propagação de plantas nocivas.

Apesar da contrariedade dos ambientalistas, desde que comprovado o dano real à lavoura, permitia-se ao agricultor o abate de pombas em sua propriedade em qualquer época do ano. A negativa de Roessler era pela concessão de caça liberada nas zonas orizícolas e tritícolas, especialmente no período de reprodução das aves. O período de reprodução dava-se entre os meses de novembro a março, “(...) quando não há arroz nem trigo espigado nas lavouras (...)”.<sup>139</sup>

Tal permissão com base legal tornava-se mais um importante alvo do ativismo do nascente movimento conservacionista, pois propiciava “(...) aos caçadores não disciplinados, o abate, no verão, de quaisquer espécies de pombas, não nas lavouras, mas sim, criminosamente, dentro das áreas de nidificação, nos matos e brejos (...)”.<sup>140</sup>

No verão, várias espécies de pombas se deslocavam em bandos das comunidades de General Câmara, Triunfo e São Jerônimo até seu destino mais apropriado para a reprodução, os matos e cerrados da Ilha de Santo Amaro, localizada ao longo do curso do Rio Jacuí.

---

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. As pombas de Santo Amaro. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.119. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 17.02.1961.

<sup>140</sup> Idem.

A região, bastante afastada dos trigais e arrozais em que era permitido o abate de até 40 peças ao lavrador, era o local de cobiça por parte de grupos de passarinhos, sendo também o local escolhido pela fiscalização:

Fomos de barco ao acampamento dos caçadores. Lá deparamos com um cenário nunca visto em 22 anos de fiscalização. Na frente da barraca encontramos um grosso tapete de penas, dois botijões térmicos do Exército, cheios de pombas e gelo, 3 grandes sacos de plástico também recheados e um montão de pombas mortas, no total 571 peças, mais de 100 para cada caçador. E mais 2.000 tiros para continuar a safra no dia seguinte.<sup>141</sup>

Outra ação ilegal praticada era a caça a pombas filhotes, pois como descrito, encontravam-se com as “penas das asinhas ainda não bem desenvolvidas”, o que para Roessler era uma prova de abate de pássaros em cima da borda dos ninhos. Além disso, eram encontradas diversas fêmeas adultas portando ovinhos em desenvolvimento. Desse modo, os ambientalistas insistiam na revogação da permissão de caça às pombas no período de verão, quando havia a postura e criação de filhotes.<sup>142</sup>

Diversos locais no RS destacavam-se pela intensidade das passarinhadas, como as regiões de mata no entorno das cidades de Caxias do Sul e São Francisco de Paula, conhecidas e denominadas pelos ambientalistas como “morredouros dos pássaros”. Várias denúncias escritas eram endereçadas à UPN, descrevendo atos praticados no “morredouro”, em geral a região serrana, de colonização ítalo, como Garibaldi, Santo Antonio, Veranópolis, Bento Gonçalves etc.

Habitantes dessas cidades relatavam invasões de seus sítios e terrenos para a prática ilegal das passarinhadas:

Um educador me escreveu: ‘Meu vizinho, fulano, velho destruidor da fauna alada, se não tiver passarinhada na janta, prefere ir dormir em jejum. Ele continua nas caçadas de sabiás, apesar das advertências que lhe fiz e agora está me perseguindo por todos os meios inimagináveis’.<sup>143</sup>

---

<sup>141</sup> Idem, p.120.

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O “morredor” dos maus caçadores. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.122. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 04.05.1962.



Outro relato da conta da seguinte situação:

Estou verdadeiramente revoltado com a mania desta gente daqui, de aniquilar os pássaros. Ouvi no último domingo, no espaço de uma hora, nada menos de 40 tiros nos pequenos capotes dos arredores do meu sítio. Estou admirado que ainda encontrem tanto em que atirar. E não são somente os adultos, que usam arma de fogo. Não se encontra um guri, mesmo indo à aula, que não tenha sua funda no bolso, sem a mínima correção de pelo menos pela maioria dos professores. Nos domingos estão nos matos, aos bandos, muitas vezes acompanhados dos pais irresponsáveis. A lei que regulamenta a venda de armas e munições também não é executada pela Polícia no interior. O comércio é livre, facilitando assim o sacrifício da nossa fauna, que já está quase extinta.<sup>144</sup>

Da cidade de Bento Gonçalves, um colaborador da UPN descreve:

Nos fundos da fábrica de Pólvora e Foguetes ‘ATÔMICA’, na zona de Santo Antônio, em Bento Gonçalves, num grande e bonito mato virgem, no qual existem várias grandes árvores frutíferas silvestres, conhecidas nesta região como Baleteras e Caúnas, atração dos sabiás, contei 146 tiros em 2 horas. Quando surpreendia os atiradores, estes corriam logo, mas assim mesmo consegui pegar dois com grandes pencas de pássaros e os desarme e autuei.<sup>145</sup>

De Veranópolis chegava a seguinte declaração: “Em janeiro já começou o tiroteio nos sabiás. Nas matas, parece que há uma força militar em manobras. Na sua sanha insana de ‘caçar’ invadem minha terra e matam até minhas galinhas. Venha, para pôr ordem nesta anarquia”.<sup>146</sup>

Devido à intensa atividade de fiscalização da UPN e do Serviço de Caça e Pesca, avolumavam-se na mesma proporção as retaliações praticadas contra os ativistas. Os

---

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> Idem.

exemplos mais corriqueiros eram tocaias de atiradores que alvejavam os fiscais, tiroteios contra seus veículos e mesmo o envio de animais mortos acompanhados de cartões com ameaças colocados nas casas e carros dos ambientalistas.

Recebemos, certa ocasião, pelo Correio, com carimbo de Galópolis, um pacote, contendo um pedaço de polenta, coberta de molho e 11 cabecinhas de passarinhos, com o seguinte bilhete: ‘Seu burro, convença-se que a luta só terminará quando morrer o último passarinho’. Sem assinatura, anônimo, como sempre.<sup>147</sup>

Outro pacote enviado à sede da UPN continha 13 tico-ticos secos e mumificados pelo sol com as patas cortadas, e acompanhados de bilhete ameaçador com a seguinte inscrição: ‘Na Festa da colheita da Uva foi comida esta passarinhada e tu, velho patife, nem apareceste para socorrer teus protegidos’.<sup>148</sup>

Se por um lado havia ameaças, por outro crescia a rede de apoiadores em torno da causa preservacionista. Embora não possa ser mensurado em quantidade exata através das crônicas o número de simpatizantes, esta rede parece ser constantemente aumentada, como transparece nos relatos de denúncias e mensagens de solidariedade e apoio à luta ambientalista feitas pelos leitores das mais diversas partes do Estado gaúcho.

Muitas dessas mensagens de apoio traziam relatos de experiências positivas com a presença de bandos de pássaros, como a de um agricultor do município de Caí, que, no mês de maio de 1962, escrevia a Roessler: “Nos últimos meses reuniu-se nas terras que rodeiam a minha casa, um bando de quero-queros. Foram mais de 20 aves. Na horta, na roça e no potreiro, de manhã cedo até o cair da noite, eles seguiam o seu trabalho, tão benéfico ao colono, de limpar os terrenos da praga dos insetos”.<sup>149</sup>

Além das cartas descrevendo experiências positivas da presença de aves, as crônicas também educavam ambientalmente o leitor na medida em que apresentavam sugestões de atividades a serem realizadas, como a criação de “Clubes dos Amigos da Natureza” dentro das instituições escolares. Entretanto, esta e outras atividades deveriam caminhar *pari passu* com o compromisso dos governos em desenvolver políticas públicas ambientais e apoiar as

---

<sup>147</sup> Idem, p.123.

<sup>148</sup> Idem.

<sup>149</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Como outros pensam sobre “passarinheiros”. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.124. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 11.06.1962.

escolas: “Educando os filhos e os netos desses sádicos, é bem possível que para o futuro tenhamos menos matadores de avezinhas ou quase nenhum”.<sup>150</sup>

Na prática, duas frentes de luta eram utilizadas no pioneirismo da educação e movimento ambiental, a educação em suas diversas formas, e os códigos e decretos de viés conservacionista.

Porém, mesmo com a existência de alguns marcos regulatórios que versavam sobre proteção a determinados recursos naturais e espécies da fauna e flora, havia, além da pouca abrangência e profundidade das leis, brechas que eram utilizadas pelos caçadores e passarinheiros.

Ao final dos anos 50, a legislação estadual passava a permitir a caça aos biguás ao longo de todo o ano. O motivo que culminara na permissão de caça a essas aves aquáticas era a alegação de serem nocivas à piscicultura, tendo sido uma lei fruto da pressão do setor pesqueiro. Entretanto, Roessler pontuava que os biguás apenas se alimentavam dos peixes “(...) mais fracos e menos ágeis, fazendo assim a seleção natural da espécie”.<sup>151</sup>

Na avaliação do ambientalista, o motivo alegado funcionava como um pretexto para que atiradores se beneficiassem levando armas para os viveiros e banhados, em qualquer época do ano, matando indiscriminadamente “(...) todas as aves que ali chocam e criam suas ninhadas (...)”.<sup>152</sup>

Os argumentos em defesa da espécie e contrários à permissão de caça iam no sentido de que “antigamente” teriam existido “(...) grandes bandos de biguás e ainda maiores cardumes de peixes, que garantiam fartura de carne baratíssima”.<sup>153</sup>

A “culpa” pelo despovoamento das águas e a conseqüente ruína do setor não recaía sobre os biguás, mas sim no modo de pesca, predatório e perdulário praticado até então. Os casos enumerados praticados no RS eram diversos e muitos já apontados anteriormente: orizicultura, que com a utilização de bombas de sucção de água para irrigação retiravam também bilhões de filhotes de seus viveiros, que acabavam servindo como fertilizante; o envenenamento das águas com resíduos tóxicos das atafonas, curtumes e indústrias; a utilização de aparelhos proibidos para pescaria, como dinamites, arrastão, paris etc; pesca durante os períodos de reprodução da fauna aquática.<sup>154</sup>

---

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Dois pesos e duas medidas. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.160. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 14.10.1960.

<sup>152</sup> Idem, p.160.

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> Idem, p.161.

Nas palavras de Roessler, praticavam-se “dois pesos e duas medidas”, pois os biguás e outras espécies de aves mergulhões consumiam “poucos peixes para saciar sua fome”, sendo por isso “condenados sumariamente à morte”, e os homens “que aniquilam a piscicultura toda, natural e artificial, escapam impunes, porque não pode ser considerada multa a insignificante importância paga em caso de serem pilhados em flagrante”.<sup>155</sup>

Da mesma forma que o biguá, outra ave aquática bastante perseguida no Brasil da primeira metade do século XX era a garça branca. Descrita como “a rainha dos banhados” e “a mais linda ave aquática”, reproduzia-se em grandes quantidades em zonas de banhados durante a estação da primavera, voando...

(...) em bandos para o pouso ou ao disputar o melhor galho da árvore preferida para o pernoite ou durante o constante vaivém na alimentação dos filhotes nos ninhos, construídos em árvores baixas de ilhotas escondidas, todos, reunidos, porque essas aves vivem em coletividade.<sup>156</sup>

Apesar da utilidade das garças para o equilíbrio ecológico, quase foram exterminadas na década de 1920 por caçadores profissionais que tinham interesse no comércio dos penachos do peito das aves, conhecidos como aigretes. Os aigretes eram utilizados na indústria da moda como ornamentos e enfeites às roupas e chapéus, por isso muito cobiçados por caçadores, negociantes e pela nascente classe média urbana brasileira.

Entretanto, com o advento do Código de Caça e Pesca nos anos 30, os bandos começaram a se repovoar, o que não significou o abandono total da caça predatória no RS, pelas quantidades consideráveis de banhados e, conseqüentemente, da própria presença das aves aquáticas.

O quase extermínio da garça no RS chegou a um estágio crítico, pois, para uma pequena quantidade de 1 quilo de aigretes, era necessário o abate de cerca de 500 aves. Portanto, a demanda levava os caçadores, além de atirarem em bandos, a matar as aves nos próprios viveiros e em ninhos uma a uma, com armas de baixo calibre.<sup>157</sup>

Tentando coibir a caça predatória desta espécie, a UPN dava continuidade às atividades de fiscalização pelo interior e zonas de banhados dos municípios de Triunfo e General Câmara, fiscalizando e aplicando multas:

---

<sup>155</sup> Idem, p.162.

<sup>156</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. A rainha dos banhados. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.183. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 22.05.1959.

<sup>157</sup> Idem, p.184.

Tivemos o desprazer de chegar atrasados a um desses locais de chacina, no município de Triunfo, onde um bronco caboclo, já reincidente no mesmo crime, estava fazendo a sua safra, a mando de um capitalista sem entranhas, fomentador desse negócio sanguinário Foram confiscados a arma e 800 gramas de aigretes que já possuía em depósito (...). noutra ocasião, atraídos por enorme mancha branca, encontramos dependurados nos galhos baixos duma figueira, na beira dum banhado do Rio taquari, no Município de General Câmara, mais de 200 garças mortas .<sup>158</sup>

Também próxima da extinção no território gaúcho se encontrava a avestruz. Conhecida também como ema ou nhandu, a avestruz era perseguida especialmente pelos plantadores de trigo, sendo a ela imputada a responsabilidade por destruir as lavouras.

A respeito dessa questão, começava a disseminar-se a idéia de uma pretensa concordância e permissão do Serviço de Caça e Pesca para com o abate das avestruzes no RS, o que prontamente causou a estupefação de Roessler: “Mas no Serviço de Caça e Pesca nada consta, nenhuma reclamação foi apresentada, nenhum pedido de matança entrou. Advertimos os afoitos e boateiros que essas grandes aves continuam protegidas, por serem úteis à agricultura”.<sup>159</sup>

Diversos casos envolvendo abate de avestruzes chegavam até a UPN e ao Serviço de Caça e Pesca, especialmente nos municípios de Soledade, Cruz Alta, Carazinho, Tupanciretã e Julio de Castilhos.

Nestas cidades, as aves eram mortas com o apoio dos tricultores, gerando contrariedade entre os criadores das emas, pois estas auferiam lucros com a venda de penas, ovos e pepsina. Os resultados eram conflitos de interesse entre esses dois setores.

O fato é que era legalmente permitida somente a retirada anual da plumagem pelos proprietários, mediante licença especial que conferia ao criador o registro como deplumador de emas. O processo de deplumagem acontecia sob rigorosa fiscalização tanto no momento da captura<sup>160</sup> da ave quanto durante o processo da retirada das plumas.

A situação analisada também servia para os pássaros conhecidos como quero-quero, alvos de abate dos passarinhos. Muitas eram as descrições a respeito desta espécie,

---

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Matança de avestruzes. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.185. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 17.08.1959.

<sup>160</sup> O controle da fiscalização durante o ato da captura das emas era importante pelo fato das aves serem em muitas situações caçadas com o auxílio de equipamentos proibidos, como as boleadeiras, que ao serem lançadas sobre as emas, quebravam suas patas, fazendo com que fossem sacrificadas.

denominada de “(...) a ave campesina mais conhecida da terra gaúcha, a sentinela dos pampas, o guarda das beira-rios e dos banhados”, por outro lado é descrita por seus algozes como “ave nociva”.<sup>161</sup>

O quero-quero, emitindo “gritos estridentes”, ia de encontro às pessoas, incluindo aí os caçadores, relutando contra a ação de intrusos e alarmando e espantando as presas, por isso acabava por se tornar um incômodo aos caçadores; assim, as aves eram mortas ou feridas nos locais de caça, a fim de não atrapalharem as caçadas.<sup>162</sup>

Os quero-queros eram também apreciados como iguarias, acompanhados com a característica polenta do norte gaúcho ou ainda servidos na sopa, o que provocava a indignação de Roessler: “O quero-quero é também encontrado freqüentemente nas sacolas e pencas dos ‘passarinheiros’, gente de gosto depravado, que come tudo, desde a corruíra até o papagaio, não refugando sequer gaviões e corujas. Porcaria”.<sup>163</sup>

Em maio de 1960, na cidade de Canoas, após batida da fiscalização, depararam com uma nova modalidade de caça a pássaros, em que os contraventores utilizavam iscas presas a anzóis como armadilhas para quero-queros: “Imitam os moleques vadios, usando anzóis iscados com minhocas, para fisgá-los, o que sai mais em conta, do que gastar cartuchos”.<sup>164</sup>

Ao redor das casas dos passarinhos foram encontradas “camadas de penas de quero-queros, bem-te-vis, barreiros e sabiás (...)”, indicando o volume do massacre realizado nas cercanias de Canoas.<sup>165</sup>

Além das tradicionais passarinhadas, que levavam diversas espécies de aves a quase extinção, o avanço da destruição sobre os locais naturais de nidificação (matos, arbustos, touceiras, macegais etc), forçavam a que os pássaros transpusessem seus ninhos para os campos de trigo e arroz, expondo-se assim a outros perigos.<sup>166</sup>

Para a colheita dos cereais eram utilizados maquinários como as primeiras ceifadeiras mecânicas que começavam a ser utilizadas no RS, que com suas navalhas acabavam por sacrificar inúmeras aves campestres em seus locais de nascedouro, especialmente porque o período de colheita coincidia com a estação de nidificação de aves como perdizes.

---

<sup>161</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Pescarias de quero-queros. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.190. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 10.06.1960.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> Idem, p.191.

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Ceifadeiras mecânicas avicidas. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.186. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 02.10.1959.

Inclusive na própria Alemanha, país no qual Roessler buscava inspiração em sua luta ambiental, os períodos de colheita com as ceifadeiras traziam transtornos para a reprodução de aves, motivo da adoção, naquele país, de uma premiação a quem apresentasse sugestões de um aparelho de proteção aos pássaros, adaptado às colheitadeiras.

Nessa perspectiva, a UPN convidava os leitores do *Correio do Povo* a participar do referido concurso, enviando sugestões de um sistema preventivo a fim de evitar a mortandade que se fazia sentir, na Alemanha e Brasil, das aves que nidificavam nos campos de produção de cereais.<sup>167</sup>

Como se constata, também se pode agregar como formas de luta dos pioneiros do ambientalismo, além dos já diagnosticados marcos legais e a produção de crônicas, as próprias fiscalizações, exercidas pela UPN e pelo Serviço de Caça e Pesca. Entretanto, as batidas encontravam fortes resistências, especialmente junto aos grupos mais abastados, que sistematicamente realizavam oposição ao ativismo ambiental. Roessler indica que as críticas e ataques quase sempre partiam “(...) de gente fina, rica, bem educada, de elevada posição social, política e funcional, entre eles os tais que usam carros oficiais para seus divertimentos e procuram intimidar com a abjeta pergunta: ‘Você sabe com quem está falando?’”.<sup>168</sup>

Além dos corriqueiros desacatos, ofensas e blasfêmias, aos fiscais eram oferecidos subornos em troca do fim das multas e das apreensões de armas e instrumentos de caça, aumentando as situações de conflito entre os fiscais militantes e os contraventores.

Diversos eram os estratagemas utilizados pelos passarinheiros e caçadores para burlar a fiscalização, como exemplo o uso de gaiolas com fundos falsos, onde eram colocadas perdizes que extrapolavam a quota de abate permitida. Outra estratégia era a fixação de um segundo tanque de gasolina nos automóveis, também servindo para o transporte ilegal de caças abatidas, e mesmo o porte de roupas e juponas com bolsos largos.<sup>169</sup>

Roessler também salienta a utilização de pneus estepes, mesas com tampo duplo, garrotes de vinho vazios, debaixo de assentos, malas, sacos de roupas, portas de veículos, caixas de ferramentas, cestas e caixas de comestíveis, panelas, latas de banha, e surpreendentemente, dentro de uma “grande abóbora”, da qual se “retirou a semente e encheu-a de ‘caça miúda’ (...) fechando-a de novo”.<sup>170</sup>

---

<sup>167</sup> Idem, p.187.

<sup>168</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Maldita fiscalização. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.114. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 23.10.1959.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Idem, p.115.

As reações eram as mais diversas, porém as mais graves eram as constantes ameaças dirigidas à fiscalização, como constam a seguir: “Um moço valentão, filho de um renomado Doutor, que vinha num ‘placa branca’ da Repartição do pai, ameaçou – ‘Vou buscar o velho, para resgatar minha arma e meter vocês na cadeia’”; Em outra situação insinuou-se “Se me arrancarem uma tábua do engradado dos cachorros, vou processar vocês”. Funcionários públicos também procuravam usufruir de condição diferenciada diante da aplicação de infrações: “Eu sou o Chefe da Secção de tal repartição. Isto não é coleguismo. Já é a terceira vez que os fiscais me incomodam. No próximo encontro meterei meu carro por cima desses vagabundos ou os matarei à bala. Não importa que vá preso. Quero vê-los no cemitério”.<sup>171</sup>

Se por um lado a atuação contra os caçadores era implacável, por outro, eram exaltados os “verdadeiros caçadores, amigos do Serviço de Caça e Pesca”, que colaboravam com a fiscalização durante a revista dos carros e bagagens. Os elogios públicos dirigidos aos caçadores que operavam dentro das regras permitidas ajudava a diminuir as resistências nas regiões de conflito, sendo uma estratégia que resultava também em maior simpatia pela sociedade.<sup>172</sup>

Roessler diferia o “verdadeiro caçador” do denominado “tarado”, sendo este último, idealizador de atos violentos contra as caças. Dentre esses atos violentos, destaca a “colocação de armadilhas e espingardas engatilhadas nos carreiros comedouros e bebedouros dos bichos”, prática que considerava como “a mais inadmissível e detestável”. Também solicitava ao caçador legalizado que se empenhasse em matar a caça rapidamente, a fim de minimizar o sofrimento do animal, ao contrário do contraventor que deixava a caça ferida e morrendo sob agonia ao longo de várias horas.<sup>173</sup>

Diversos eram os casos envolvendo sofrimento de animais, como armadilhas que mutilavam fêmeas prenhas ou em fase de amamentação, animais presos pelas patas em armadilhas de ferro, desnucados sob a violência do choque de armadilhas de molas ou laços, enforcamentos em arapucas e o sistema de armadilhas com tiro automático. Essa última constituía-se em espingardas amarradas ou pregadas em árvores visando a pontaria em um carreiro com alimento.

No gatilho prendem um barbante ou arame fino, passado previamente em cola inodora misturada com casca e folhas

---

<sup>171</sup> Idem, p.114-115.

<sup>172</sup> Idem, p.115.

<sup>173</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Fazedores de carne de animais silvestres. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.115-116. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 20.01.1961.



trituras ou sementes de inço, para torna-la imperceptível. Este fio estica sobre o carreio, amarrando-o do outro lado em outra árvore ou estaca. O animal ao tocar no fio faz detonar a arma e cai fulminado por certo tiro, enquanto o irresponsável dorme tranqüilamente. Quando acordar só tem o trabalho de ir buscar a presa.<sup>174</sup>

Não somente a fauna era mutilada por armadilhas com tiro automático, como também são registrados casos graves com transeuntes e trabalhadores de fazendas que percorriam as trilhas. Sendo assim, pedia-se a eliminação dessa modalidade de aparelhos de captura:

Correndo para uma picada para dentro do mato, encontramos deitado, contorcendo-se em dores, com a canela quebrada pelo chumbo grosso da carga, um peão de Fazenda, o qual na procura duma rês havia tocado no fio da esparrela. Nós mesmos podíamos ter sido atingidos, se tivéssemos penetrado naquele mato.<sup>175</sup>

O interesse de Roessler voltava-se contra dois tipos de caçadores: aqueles que iam à procura de carne, para o consumo próprio ou para revenda, sendo comparados a “imperadores devassos, que exigiam banquetes de línguas de rouxinóis” para um “festim glutônico”; e os que praticavam a caça por esporte, pois “não se sujeitam ao limite de peças permitidas nem respeitam os períodos de reprodução”.<sup>176</sup>

Contrariando tais práticas irregulares, verificava que não era suficiente o fato de o Estado decretar leis de proteção, pois estas, muitas vezes lançadas com pompas e intensa mídia, não eram seguidas de investimentos para a compra de veículos e de contratação de pessoal. Outro ponto importante era sua contrariedade aos próprios legisladores que votavam as leis, mas protegiam pessoas próximas que praticavam contravenções ambientais, colocando empecilhos ao serviço da fiscalização.<sup>177</sup>

---

<sup>174</sup> Idem, p.116-117.

<sup>175</sup> Idem, p.117.

<sup>176</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Em primeiro lugar a educação. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.74. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 09.09.1960.

<sup>177</sup> Idem.

Contribuindo para a situação de impunidade, os valores das multas que eram aplicadas aos caçadores eram “absurdamente insignificantes” e o “simples pagamento dessas bagatelas” bastava para a devolução das armas apreendidas.<sup>178</sup>

Como já salientado, Roessler buscava exemplos fora do Brasil, realizando paralelos entre diversas experiências de preservação ambiental. Pontuava que tanto na Alemanha quanto nos EUA existiam “muitos e grandes parques, refúgios de animais silvestres e polícias florestais e de caça e pesca, perfeitamente aparelhadas para cuidar do seu valioso patrimônio natural”. Nos EUA, com a regularização de cerca de 12 milhões de caçadores ao ano “à razão de 2 dólares”, reunia-se anualmente volumosa verba que era revertida em criadouros de aves silvestres, as quais posteriormente eram soltas nos campos de caça.<sup>179</sup>

A verba destinava-se também à alimentação das espécies, na contagem dos animais e na fixação da cota anual destinada a cada caçador, que era “rigorosamente fiscalizada”. Salientava também o caso na França, que apesar de devastada pelas duas grandes guerras mundiais, conseguira regularizar e licenciar a situação de dois milhões de caçadores.<sup>180</sup>

Traçando um paralelo com o Rio Grande do Sul, registrava que existiam cerca de 15 mil caçadores licenciados no Estado gaúcho, e que somente até o mês de setembro de 1960, mil dos 15 mil licenciados haviam sido flagrados em contravenção, concluindo que “Por aí se pode imaginar qual não será a anarquia existente nos outros Estados neste setor”.<sup>181</sup>

Expondo situações de outras regiões brasileiras, traz a público denúncia feita naquele ano pelo sertanista Villas Boas sobre irregularidades praticadas por caçadores ao longo do Rio Xingu. Na Amazônia estavam “matando, destruindo, violando cegamente a fauna daquele rio de natureza ainda virgem”, sendo o alvo também de depredação as “ariranhas, lontras, antas, capivaras e aves diversas”. Os pontos de semelhanças entre os casos gaúcho e da região do Xingu são múltiplos, como a pouca fiscalização, ameaças e práticas de suborno aos responsáveis pelo policiamento.<sup>182</sup>

O discurso de Roessler desaguava em um apelo: “enquanto não se verificar uma grande modificação da mentalidade pela educação”, as “penadas do Presidente e a recomendação de afixar editais para quem não sabe ler, significam tanto quanto uma gota d’água no oceano”.

---

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> Idem.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Idem, p.75.

Paralelamente às abordagens de caça aos animais e pássaros, as crônicas também abrigavam divulgações sobre as transformações então em curso na agricultura dos anos 50 e seus impactos sobre os animais e os desequilíbrios decorrentes. A concepção de uma lavoura mecanizada e extensiva, própria da dinâmica do modelo capitalista, conflitava-se com um padrão familiar e mais sustentável de agricultura. Em especial vale lembrar o fato de Roessler viver em um período de transição, entre práticas agrícolas que utilizavam adubagem orgânica para um modelo baseado na utilização de agrotóxicos.

A esse novo fato, somava-se um desconhecimento sobre a importância de diversas espécies de fauna e sua relação com as próprias práticas agrícolas, tachadas em diversas situações pelos próprios agricultores como “pragas” nocivas, que inviabilizavam uma maior produtividade voltada para abastecimento de grandes mercados consumidores.<sup>183</sup>

Atento a esse momento de transformações em que o RS submergia, Henrique Luiz Roessler pontuava sobre “a ruptura do equilíbrio ecológico” ocasionado pela “supressão dos animais insetívoros”; a matança de “guaxinins”, que se “alimentavam de filhotes de lebres e ratos”, descontrolando a população destes últimos e alçando-os à qualidade de “pragas” por causarem grandes prejuízos às lavouras; os “tico-ticos e canarinhos” sob o fundamento de destruírem os trigais, gerando como resultado o aparecimento da “lagarta verde” que reduzia ou mesmo aniquilava as lavouras; os “sabiás”, acusados de estragarem parreirais, mas que combatiam o inseto “vaquinha de videira” que corta os brotos novos das videiras, causando maiores perdas dos cachos em formação; a caça a corujas “porque são agourentas”, provocando o aumento da praga de ratos nas roças; a matança de “lagartos” sob o pretexto de “comerem ovos”, mas que em sua maioria se alimentam de insetos, da mesma forma como os sapos, “porque são feios e porque seu coaxar incomoda”; a extinção do tatu e tamanduá, destruidores de formigueiros, para caça e venda para consumo, o mesmo ocorrendo com quero-queros, seriemas e avestruzes, que eram caçados para consumo humano, dentre diversos outros casos diagnosticados pelo ativista.<sup>184</sup>

A recomendação, baseada em experiências de sucesso que articulavam boa produtividade com preservação ambiental, era de que os fazendeiros mantivessem a vida silvestre junto aos campos agrícolas. Essa compatibilidade se concretizava com a existência de cercas vivas e sebes junto às faixas aradas, sendo esses locais espaços para nidificação e

---

<sup>183</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Há muita coisa errada no campo. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p. 213. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 29.01.1960.

<sup>184</sup> Idem, p.213-214.

abrigo, exercendo a idéia de controle biológico entre as diversas espécies e o combate às pragas.<sup>185</sup>

#### **4.1. Urbes versus animais domésticos: homem, o melhor amigo dos animais?**

Ao mesmo tempo em que os ambientalistas divulgavam e publicização práticas danosas à fauna silvestre, vinculadas ao entorno rural, as mesmas preocupações também eram dirigidas aos animais que se concentravam nas urbes.

Parte considerável das crônicas debatia a questão dos maus-tratos, direitos dos animais e obrigações legais dos proprietários para com estes, relatando situações ocorridas tanto na realidade urbana quanto no meio rural e abarcando diversidade de espécies e ecossistemas localizados no RS. O tema, preocupação legítima do nascente movimento ambiental brasileiro, demonstrava a amplitude do debate à época, marcando desde então a característica da pluralidade e de interesses diversos no que tange ao meio natural e às representações sociais a esse respeito.

A exemplo da UPN, surgiam no RS outras entidades dedicadas à questão ambiental. Na cidade de Porto Alegre, no início da década de 1960, com caráter específico de defesa aos animais, entrava em atividade a ARPA (Associação Rio-grandense de Proteção aos Animais).

Assim como os ativistas da União Protetora da Natureza de São Leopoldo, a entidade porto-alegrense funcionava sem subvenções estatais e com um corpo de voluntários que lavravam as queixas recebidas contra maus tratos à fauna.

O instrumento legal que norteava as ações da ARPA era a o Decreto 24.645 de 10/7/34, que normatizava a relação dos proprietários e seus animais, e devido a sua operosidade e a exemplo da UPN, essa militância em prol da fauna urbana atraía apoiadores e críticos.<sup>186</sup>

Diversos eram os casos enfrentados pela Associação Porto-alegrense, envolvendo animais domesticados “(...) horrivelmente maltratados por muitos de seus proprietários, que os consideram ‘bichos sem alma’, como se não sentissem dores como todos os seres vivos”, “forçados a executar trabalhos excessivamente pesados e superiores às suas forças” e vivendo em “locais antigênicos, úmidos ou expostos à torreira do sol”.<sup>187</sup>

---

<sup>185</sup> Idem, p.214.

<sup>186</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Os animais também têm direitos? In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.175. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 02.03.1962.

<sup>187</sup> Idem.

Descrições dão conta de animais que ficavam impossibilitados de deitar ou em posição de descanso, por ficarem acorrentados, mantidos sob “a inclemência dos minuanos e noites de geadas”, sem conforto e mal alimentados, açoitados com porretes e feridos com instrumentos pontiagudos. Além destas situações expostas, a ausência de tratamento veterinário também acompanhava a vida da maior parte da fauna, especialmente dos animais de tração que se machucavam por estarem atrelados a arreios em mau estado de conservação e em veículos sobrecarregados de peso além do suportável.<sup>188</sup>

Diversas situações envolviam o transporte de animais em caminhões e vagões, o que, em número excessivo, resultava em doenças e óbitos, submetendo os animais transportados a longas viagens, sem água e comida suficientes.

Moradores das cidades enviavam cartas para Roessler, denunciando ocorrências de maus-tratos. O cronista definia como “vandalismo” os casos que lhe chegavam em mãos, como episódios de carroceiros que utilizavam sobrecargas nas carroças, sujeitando seus animais de tração a pesos quase insuportáveis, e espancamentos com chicotes e porretes “(...) nas cabeças, nos lombos e nas virilhas” (...) “quando atravessam atoladouros ou sobem ladeiras resvaladiças”.<sup>189</sup>

No período em questão, as carroças eram muito utilizadas pelas padarias que enviavam pães, leite e diversos alimentos às casas dos consumidores e demais pontos de venda.

Também na madrugada, ao redor do Mercado Público de Porto Alegre, quando os chacareiros e verdureiros se aglomeravam para fazer a entrega das verduras, percebiam-se diversas situações de violência ou mesmo de pouco cuidado para com os cavalos.

Amarrados junto às carroças ou atrás dum tapume, em minúsculo e lamacento curral, sem telheiro, localizado nos fundos da Prefeitura Nova, suportam chuvas, geadas e ventos, em pé, durante as longas noites da invernia. Os poucos que se deitam no barro ou no frio e úmido calçamento são os mais fracos e os doentes.<sup>190</sup>

Os animais de tração também eram obrigados a transportar sucatas de ferro, ossos e cacos de vidro, percorrendo longas distâncias pelas rodovias que ligavam as cidades da região

---

<sup>188</sup> Idem, p.175-176.

<sup>189</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. A triste sorte dos cavalos. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.179. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 11.08.1961.

<sup>190</sup> Idem, p.180.

metropolitana até a capital, e vive-versa, até as siderúrgicas, fábricas de garrafas e de adubos, com sobrecarga de peso. Diante disto, Roessler alertava para a necessidade de um rigoroso controle a respeito do excesso de peso nas carroças, através da Polícia Rodoviária.<sup>191</sup>

Lamentava o fato de sua época ser marcada pela superioridade da raça humana sobre o planeta, onde uma das características era a violência contra os animais. Em suas indagações e questionamentos, ponderava que o ser humano era protegido por uma série de leis, instituições e amparos, como “socorro médico, remédios, hospitalização, seguro contra acidentes, férias (...)”, ao contrário dos animais silvestres que “desde o nascimento só podem esperar a perseguição e o tiro do caçador”.<sup>192</sup>

Um exemplo da indiferença humana se configurava nos casos de atropelamentos nas rodovias, em que os animais quebrados eram “arrastados para fora das estradas e atirados nas valetas”, ficando expostos ao sol e chuvas ao longo de dias até morrerem de fome, sede ou pela gravidade dos ferimentos, porém, outros exemplos de indiferença são apresentados, referindo o enclausuramento de aves em gaiolas minúsculas.<sup>193</sup>

Só em Porto Alegre morrem anualmente 20 mil avezinhas nos meses de janeiro a março, quando essas infelizes vítimas do egoísmo ficam aos cuidados de pessoas relaxadas, na ausência das famílias em férias. E como é fácil substituir o que morreu de fome ou sede; basta ir aos estabelecimentos dos que vivem do abjeto negócio de animais vivos e comprar outro.<sup>194</sup>

A apatia humana também se fazia perceber com os animais de tração, que muitas vezes eram mal cuidados pelos próprios proprietários: “extenuados, fracos, enfermos ou feridos são levantados sob açoites (...)”, além dos animais domésticos como cães e gatos “(...) que depois de crescidos se tornam indesejáveis para certa gente comodista, pelas manifestações do sexo e exigências de manutenção, cara e que demanda tempo”.<sup>195</sup>

Muito comum nesses casos era o abandono nas ruas das cidades, ficando os animais à mercê de “(...) maus tratos e perseguições, quando à procura de alimentos, sendo freqüentemente espancados, atirados, esfaqueados e até queimados com água fervente”.<sup>196</sup>

---

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Difícil piedade humana. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.195. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 12.07.1963.

<sup>193</sup> Idem, p.196.

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> Idem.

Referindo-se à sociedade urbano-industrial, elementos constitutivos do mundo moderno e seus efeitos sobre o ambiente eram discutidos nas crônicas, sendo um destes aspectos os impactos da emergente indústria da moda. Para o funcionamento de tal indústria, diversas espécies da fauna eram mortas, alimentando com matérias-primas (peles, plumas etc) a confecção de adereços voltados para o consumo de determinados nichos sociais.

Plumas de avestruzes de cores diferenciadas provindas de vários países serviam como adereços de chapéus femininos, além de colibris e garças brancas que também eram cobiçados pelos negociantes que financiavam as caçadas clandestinas.

Outros materiais que abasteciam a indústria da moda eram as peles para confecção de casacos, redundando no massacre de várias espécies de pelo fino como o castor, raposa prateada, lobo marinho, fuinha, zebelinha, chinchila e lontras, sendo “(...) 30 ou mais vidas inocentes e inofensivos bichinhos (...) sacrificadas para a confecção de um único abrigo de peles”.<sup>197</sup>

Grandes centros peleteiros, como Londres e Viena, compravam anualmente peles provenientes das Américas, consideradas como regiões de extensas áreas selváticas e de biodiversidade faunística, sendo por isso estratégicos mercados fornecedores para a indústria da moda.<sup>198</sup>

Objetivando causar impacto diante da opinião pública, Roessler relatava o processo de caça de animais:

É bom que o sexo feminino, especialmente as meninas dos colégios, dentre as quais sairão as futuras portadoras de capas de peles, fiquem sabendo como são apanhados e mortos os pobres bichos, de cujas peles se fazem os luxuosos e tão requisitados abrigos. Ao anoitecer, o ratoneiro coloca as suas armadilhas nos carreiros feitos pelas nútrias dentro da palha do banhado. Pisando na ratoeira, a vítima fica aprisionada pela patinha, contorcendo-se em dores horríveis e fazendo inúteis tentativas para se libertar. Finalmente cai exausta e passa a noite em amarga resignação, esperando a morte, com a perna sempre e cada vez mais inchando e o corpo em febre.<sup>199</sup>

Porém, o tom dramático e apelativo ao emocional do leitor, em especial ao público feminino, atingia seu ápice com a descrição da luta do animal para fugir de sua armadilha:

---

<sup>197</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. A moda, destruidora da fauna. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.187-188. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 30.10.1959.

<sup>198</sup> Idem, p.188.

<sup>199</sup> Idem.

Ao clarear o dia, sentindo-se perdido definitivamente, às vezes corta, com os dentes, o membro preso, antes da aproximação do assassino, fugindo assim da morte certa. Não conseguindo soltar-se, fica sentada, tremendo, com os olhinhos suplicantes de compaixão, voltada para o insensível matador, quando este levanta o cacete para desferir o golpe mortal, escondendo a face atrás das suas pequeninas patas.<sup>200</sup>

O interesse com o relato das caçadas à fauna tinha o claro objetivo de “comover o sexo fraco pela sorte das indefesas criaturas”; desse modo, com a exposição dos sofrimentos, provocar uma diminuição do consumo de casacos e abrigos de pele no RS.<sup>201</sup>

Outro tema de importância abordado nas crônicas militantes era o combate às rinhas de galo. Muito embora desde a década de 30 as rinhas de galo fossem proibidas por lei<sup>202</sup>, os torneios continuavam sendo organizados em terrenos particulares ou em arenas rinhedeiras de clubes que se formavam para essa prática específica.

No Estado gaúcho, apenas na cidade de Canoas as rinhas de galo eram proibidas e coibidas, enquanto nas demais regiões a prática continuava bastante disseminada, inclusive contando com o aval de autoridades que tinham a função de impedir o funcionamento das rinhas: “Consta que alguns rinhedeiros até pagam impostos para funcionar, portanto, se for verdade, o descumprimento da Lei até foi oficializado”.<sup>203</sup>

Ao redor dos galos multidões de observadores realizavam apostas em dinheiro, tomavam bebidas alcoólicas e não raras vezes as brigas extrapolavam a rivalidade na rinha.

Em uma das batidas realizadas pela UPN no interior do Estado, Roessler deparou com a seguinte situação:

Atraídos por uma grande algazarra que partia dum barracão, chegamos a tempo de observar o dono do galo vencido na luta, porque o seu adversário lhe havia vazado ambos os olhos, agarrá-lo, louco de raiva, e arrancar-lhe a cabeça, asas e pernas e depois atirar o corpo no chão e pisoteá-lo até transformá-lo em massa sangrenta informe. Depois, sob os aplausos de seus companheiros, foi, com as mãos e roupa ensangüentadas, ao botequim próximo, tomar um grande trago de cachaça.<sup>204</sup>

---

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> Idem, p.189.

<sup>202</sup> As rinhas de galo eram proibidas pelo Decreto 24.645, de 10/7/34, conhecido como “Lei de Proteção aos Animais”.

<sup>203</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Rinhas de galo. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.181. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 18.06.1961.

<sup>204</sup> Idem, p.182.



Seguindo o mesmo caminho de outras espécies, iniciava-se um interesse comercial pelo consumo de rãs no RS. Reproduzidas naturalmente nos banhados (também conhecidos como ranários), esses ecossistemas tornavam-se alvos de caçadores que invadiam fazendas para praticar a coleta e mutilação da espécie.

O interesse se concentrava na retirada das patinhas ou coxinhas das rãs, que era a base de pratos apreciados por determinados extratos sociais, sendo após vendidas para restaurantes.<sup>205</sup>

Os apreciadores da iguaria eram descritos por Roessler como “... gente que (...) possui paladares depravados”, tanto, na visão de Roessler, pelo exotismo do prato, quanto pelo fato de esses consumidores legitimarem um “abominável crime”, qual seja a forma como se mutilavam os animais ainda em vida nos banhados.<sup>206</sup>

Durante uma das batidas da fiscalização, militantes da UPN deparam com a retirada clandestina de rãs. Os caçadores estavam munidos de lanternas, varas e redes e colocavam as rãs dentro de sacolas: “De vez em quando um deles vinha até a beira, para entregar a sacola a um guri, sentado a um candieiro. Este retirava, uma por uma, as rãs da sacola, cortava-lhes as coxas com uma tesoura e atirava os corpinhos mutilados de volta ao junco”.<sup>207</sup>

A cena era descrita como “macabra”, pois “dezenas de rãs” contorciam-se de dor, nadando com as pernas dianteiras para dentro do banhado e “(...)deixando atrás de si um fino filete de sangue”. Concretamente, para a obtenção de poucas gramas de carne, eram cometidas atrocidades arrancando-se as pernas das rãs.<sup>208</sup>

Didaticamente, Roessler abordava a utilidade das rãs: típicos animais de banhados e brejos que se alimentavam de mosquitos, moscas e diversos insetos, ajudando no controle da população dessas espécies: “A destruição impiedosa das rãs (...) conduzirá fatalmente ao aumento perigoso dessa bicharada nociva”.<sup>209</sup>

Também observava o impacto dessas práticas sobre as crianças, que em diversos momentos ajudavam seus pais e parentes mais velhos nas caçadas: “Especialmente para os espíritos jovens, a prática desses horrores deve ter uma influência devastadora. As crianças

---

<sup>205</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Barbarismo nos ranários. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.189. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 11.03.1960.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> Idem.

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> Idem, p.190.

depois também não deixarão de martirizar animais maiores e dos crimes contra animais até aos crimes contra pessoas, mais tarde, apenas é um pequeno passo...”<sup>210</sup>

Também tendo como habitat os banhados, o ratão (também denominado de nútria) era uma espécie abundante no início do século XX no RS, principalmente nas regiões do “(...) Taim, do Colégio, do Pacheco, do São Gonçalo e dos marginais de todos os rios gaúchos (...)”, regiões estas que se encontravam já nos anos 60 em grande parte drenadas para a orizicultura.<sup>211</sup>

Os caçadores de nútrias eram conhecidos como “ratoneiros”, sendo pagos por exportadores de peles para que realizassem a caça predatória de uma espécie que já nos anos 60 se encontrava protegida por lei.

Em sua maioria, os ratoneiros constituíam-se em caçadores clandestinos que invadiam banhados de fazendeiros sem a concordância dos criadores, e muitas vezes, além das nútrias, roubavam porcos e gado, porém, em diversas situações, denúncias davam conta de acordos entre donos de terras e ratoneiros, o que não modificava a situação de ilegalidade das caçadas.

Ao mesmo tempo em que o ratoneiro era criticado por Roessler, este também era descrito como “miserável caçador”, na medida em que enfrentava as “intempéries inverniais e perigos em conta”, além de ser “explorado pelo magnata peleteiro”, considerado pelo cronista como o maior causador do dano ambiental, pois com seu poder econômico fraudava a lei e conduzia a espécie ao extermínio.<sup>212</sup>

Uma estratégia utilizada pelos peleteiros a fim de diminuir os incômodos causados pela fiscalização era registrar criadores em condições legais junto aos órgãos competentes, porém incluindo em sua safra couros adquiridos de forma ilegal como se fossem oriundos dos banhados autorizados.<sup>213</sup>

Basicamente os mercados consumidores das peles das nútrias do RS eram o Uruguai e Argentina, onde existiam curtumes especializados na confecção de roupas luxuosas direcionadas para o mercado feminino, gerando um volumoso contrabando pelas fronteiras do Estado gaúcho.<sup>214</sup>

Se por um lado havia intensa preocupação com casos envolvendo maus-tratos com fins lucrativos (vide morticínios voltados para indústria da moda e abastecimento a restaurantes),

---

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O ratão do banhado (nútria). In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.192. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 04.10.1963.

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Idem.

por outro, Roessler também antecipava o debate sobre a utilização de animais com fins científicos.

Não apontando situações específicas no RS, mas exemplificando casos ocorridos genericamente pelo mundo, as crônicas abordavam a relação da pesquisa científica, em especial da Medicina, com a utilização de animais como cobaias em experiências.

Seu intuito era alertar os leitores para o fato de que, anualmente, milhões de animais (cães, macacos e outras espécies) eram sacrificados “em nome da ciência, para fins de estudos e experiências”.<sup>215</sup>

A prática de dissecação nos animais vivos (vivassecção) estava longe de constituir-se em unanimidade entre a classe médica, transparecendo opiniões opostas com relação a sua eficiência.<sup>216</sup> Tais divergências entre os cientistas eram habilmente utilizadas como instrumento para combater a técnica: “As monstruosidades da retalhação de animais vivos acontecem diariamente aos milhares, conforme documentos em nosso poder; são praticadas atrás de altos muros e portas fechadas, encobertas ao público e até negadas”.<sup>217</sup>

Roessler abordava sobre os “horíveis sofrimentos pós-operatórios” onde aos animais era negada anestesia para dores, tendo em diversas situações suas cordas vocais seccionadas para não alarmarem os outros animais.<sup>218</sup>

De maneira geral, o que se constata é que a fauna, tanto urbana como silvestre, passava por um processo de apropriação para fins comerciais, seja para abastecer empreendimentos pequenos, localizados e sazonais, ou mesmo para prover grandes manufaturas do mercado internacional.

#### **4.2. A insustentável leveza da pesca predatória**

Além das regiões de atuação de Roessler, como o Vale dos Sinos e as reservas florestais do norte e noroeste do Estado, a fronteira com o Prata também era campo de suas preocupações. Nessa região a inquietação ambiental eleita era a pesca predatória de peixes no período da desova, durante a piracema, colocando em risco diversas espécies ao longo do rio Uruguai.

---

<sup>215</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Vítimas da ciência. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.176. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 11.11.1960.

<sup>216</sup> Conforme Roessler, mais de 2000 médicos posicionavam-se contrários à prática da vivassecção, e recomendavam como prática pedagógica a utilização de filmes científicos.

<sup>217</sup> Idem nota 215, p.176-177.

<sup>218</sup> Idem, p.177.

Segundo denúncias feitas ao longo do ano de 1957 à UPN e ao Serviço de Caça e Pesca, diversas espécies como dourado, piavas, piracanjubas e surubis estavam diminuindo em função da pesca predatória. A pesca fora de época envolvia tanto a população ribeirinha quanto a participação de pescadores de outras cidades e do interior da faixa de fronteira.<sup>219</sup>

Durante a piracema, o processo de desova dava-se nas cabeceiras dos rios e arroios, tanto no lado argentino como no brasileiro e para isso os cardumes venciam corredeiras e saltos. Ao longo desse deslocamento, as espécies eram atacadas “a pau e facão, quando saltam de um para outro dos pocinhos (tanques naturais) laterais ao Salto, também chamados de ‘escadinhas de peixe’”.<sup>220</sup>

A documentação apresenta outras formas de abate de peixes, como o uso de “dinamite, tiros de fuzil e batidas de malho nas rochas submersas que os tonteiam”, além da construção de cercados, currais nos leitos dos rios, e da utilização de outra armadilha denominada de “paris”.<sup>221</sup>

Uma das cidades que sofria com o problema da pesca durante a piracema era Tenente Portela, levando o prefeito, Arthur Ambros, a redigir telegrama solicitando a ajuda e fiscalização do Serviço de Caça e Pesca; porém, a necessidade esbarrava na realidade de recursos materiais e humanos. O Serviço de Caça e Pesca não possuía condições suficientes para dar cabo das demandas, especialmente na região de fronteira, devido à extensão da divisa entre os dois países.<sup>222</sup>

A exemplo de diversas outras regiões do Estado gaúcho, o nascente movimento ambientalista propunha que a Federação das Colônias de Pescadores do RS criasse as condições para que na região de fronteira surgisse uma colônia de pescadores. Para o cronista, a institucionalização de uma Colônia de Pescadores levaria a uma postura mais profissional dos mesmos e de utilização racional dos recursos naturais, “(...) o que resolveria em parte, porque os próprios pescadores cuidariam de seus interesses, dos quais o mais importante é a abundância de pescado”.<sup>223</sup>

Porém, apesar de ser uma medida capital, ainda não saíra das intenções, o que forçava o Serviço de Caça e Pesca a solicitar ajuda de diversos órgãos como a Polícia Civil, Polícia

---

<sup>219</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Pesca criminoso no rio Uruguai. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.143. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 28.11.1958.

<sup>220</sup> Idem.

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> Idem, p.144.

Rural Montada, Fuzileiros Navais e Capitania dos Portos de Uruguaiana, a fim de oferecer uma mínima resistência a esta contravenção sazonal.<sup>224</sup>

Outra prática considerada nefasta para a reprodução dos alevinos era a pesca de arrasto. Isso ocorria nas águas oceânicas, especialmente na cidade do Rio Grande, ao sul do Estado gaúcho, quando, devido à pesca com redes de arrasto, toneladas de pescado miúdo, sem valor de consumo e venda, apodreciam no litoral ou eram vendidos como adubo.<sup>225</sup>

Em relação a essa questão, a alternativa apresentada para a pesca marítima era a troca de redes de malhas miúdas por redes de malhas largas, para que os alevinos e peixes de menor tamanho e sem valor comercial para a indústria pudessem manter seu ciclo de reprodução.<sup>226</sup>

Mas a destruição da fauna aquática não se restringia ao Rio Uruguai e à pesca marítima no litoral do Rio Grande, existindo inúmeros casos de denúncias relativos aos rios Caí, Gravataí e Jacuí, que junto ao rio dos Sinos desaguavam na bacia do Guaíba.

No curso do rio Caí, as modalidades de pesca predatória não se diferenciavam das já mencionadas, com o uso de dinamites e bombas de sucção. A utilização de bombas de sucção tinha por objetivo secar setores do rio já com menos quantidade de água, além de trancar a entrada da água com sacos de areia, facilitando assim a caça ao pescado.<sup>227</sup>

O objeto da “pesca”, “milhares de filhotes”, era a base de um prato apreciado pelos veranistas, a “passoca de peixe”. Para a obtenção da iguaria, os “(...) filhotes (...) mandins, cascudinhos, caranguejos, baratas d’água etc” eram socados em pilão com suas escamas, intestinos e esporões, sendo essa massa misturada em ovos e farinha em forma de bolinhos e frito.<sup>228</sup>

No Jacuí também era realizada a pesca ilegal, sendo utilizados esquirates e ferrões, e no Gravataí, além da pesca predatória, cardumes de peixes apareciam mortos devido a contaminação das águas provenientes de curtumes e indústrias, “aparecendo nos dias quentes extensos lençóis de peixes envenenados ou asfixiados sobre as águas paradas, quando represadas pelo vento”.<sup>229</sup>

---

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Morredores de peixes. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.145. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 04.12.1959.

<sup>226</sup> Idem.

<sup>227</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Escassez de peixes – pescadores miseráveis. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – Crônicas Escolhidas de um Naturalista Contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.147. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 18.12.1959.

<sup>228</sup> Idem.

<sup>229</sup> Idem.

A preocupação social diante da situação dos pescadores artesanais que formavam a Colônia de Pescadores Z-5 também transparece nos escritos do cronista. Os pescadores que habitavam as ilhas fronteiras a Porto Alegre, além de terem a pesca diminuída por causa da matança de alevinos, sofriam a concorrência com os tarrafeiros amadores.

Reparem os leitores de manhã no cais, quando chegam as canoa da faina noturna, depois de terem exercido a pesca, às vezes com mau tempo, qual foi o resultado da pescaria. Raras vezes ainda vêm algum peixe de valor, como piava e dourado” (...) “Do dinheirinho que apuram nas Bancas do Mercado, nem se animam se parar tanto para tomar uma taça de café ou comer um “completo” porque sabem que em casa a família está esperando, com fome. Voltando ao lar, continua o trabalho intenso de iscar espinhéis e remendar redes, para continuação da luta pela vida, sem nenhuma esperança de melhores dias. Cada vez mais difícil se torna a renovação do material de pesca, a conservação dos barcos e motores.<sup>230</sup>

Com o intuito de combater a depredação do setor pesqueiro, Roessler categorizava para a opinião pública gaúcha as diversas modalidades de pescadores que se colocavam à margem da lei, de acordo com o modo como a pesca fosse realizada.

Incluía-se em sua classificação os “dinamitadores”, que lançavam as bombas explosivas nos poços de arroios e rios, quando os peixes se aglomeravam para o acasalamento; os “atiradores”, que do alto dos barrancos atiravam com armas automáticas nos peixes que se aproximavam das rochas para se alimentar de limo; os “tarrafeadores”, que, com suas redes de malha fina, durante a piracema, interferiam diretamente na reprodução e crescimento das espécies; os “construtores de muradas (taipas) e de paris<sup>231</sup>”, que construía armadilhas para capturar todos os tamanhos de peixes; os “secadores de poços”, que trancavam a abertura das bacias com sacos de areia e retiravam a água acumulada com

---

<sup>230</sup> Idem, p.147-148.

<sup>231</sup> Roessler descreve os paris como “aparelhos afunilados de 2 metros de boca e 70 centímetros de altura, com as pontas das taquaras atadas com arame, formando um depósito, no qual são jogados os peixes pela correnteza. Esses aparelhos são fixados em ponteiros de aço cravados e cimentados nas rochas do rio, no vértice do V das taipas de pedra, cujos lados conduzem a correnteza para dentro dos ‘paris’”.

bombas de sucção; os “marreteadores”, que batiam com malhos (martelos) nas rochas expulsando os peixes das fendas.<sup>232</sup>

Todas essas designações, atribuídas de forma pejorativa, relacionavam-se a ocorrências de práticas ilícitas flagradas em meados de julho de 1961, ao longo do rio Carreiro, por ocasião de uma batida do serviço de fiscalização e da polícia do município de Bento Gonçalves.

Nesse episódio dezenas de pescadores foram autuados em “febril atividade”, com a utilização de paris e bombas “em pleno funcionamento” e “sobre as lajes escorregadias do leito do rio caminhavam os marreteadores, batendo os malhos”. Ainda nas palavras de Roessler: “Foram autuados 1 dinamitador, 5 donos de bombas e motor, 21 donos de paris e batedores de malhos, a maioria reincidentes, que agora serão punidos com todo o rigor da Lei”.<sup>233</sup>

Entretanto, apesar dos serviços de fiscalização serem exigidos ao longo de todo o ano, era durante a passagem da Semana Santa que as denúncias e batidas tendiam a aumentar, devido a tradição do consumo de peixe nessa época.

Para Roessler era o tempo do “vale-tudo” para a captura e extermínio do pescado, e em cada região do RS era desenvolvido um “sistema especial de matar peixe” a fim de abastecer em grandes quantidades as bancas de comércio.<sup>234</sup>

Os casos de contravenção se avolumavam, porém a estrutura de fiscalização permanecia a mesma. Muitas vezes as denúncias chegavam em atraso aos postos de proteção ambiental, restando apenas a publicização das ocorrências através das crônicas, como medida educativa e de alerta.

Na terça feira da Semana Santa de 1961, fato comum de descumprimento da lei de proteção, ocorrera nas lagoas de água doce localizadas entre as praias de Osório e Torres, no litoral norte do Estado. Caravanas de “pescadores oportunistas” deslocaram-se das colônias do alto da Serra do Mar e montaram acampamentos sem licença dos proprietários rurais. Cerca de 200 homens acamparam nos campos à beira das lagoas, provocando a fuga de grande quantidade de gado e confusões junto aos donos das fazendas.

---

<sup>232</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Pesca destrutiva no rio Carreiro. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.148-149. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 21.07.1961.

<sup>233</sup> Idem, p.149.

<sup>234</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Pesca a facção. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.150. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 18.08.1961.

Roessler refere-se a esses pescadores como uma “multidão de destruidores” que “armaram grandes fogueiras” e iluminaram o local com “tochas feitas de taquaras verdes, enchidas de estopa com querosene”, formando uma “grande cidade iluminada em festa, donde partia uma algazarra infernal”.<sup>235</sup>

É desnecessário dizer que as garrafas de cachaça (fabricação local) corriam de mão em mão, sem cessar, durante toda a noite, não faltando alguns atritos entre os concorrentes com a costumeira gritaria e impropérios, quando várias turmas descobriam o mesmo cardume de peixes.<sup>236</sup>

Após o término da pescaria na quarta pela madrugada, os pescadores deitavam-se embriagados e muitos peixes apodreceram ao sol, além de inúmeros outros mortos, cortados a facão, que boiavam nas lagoas.

Além da depredação típica daquela época do ano, outro elemento que chamava a atenção a respeito desse episódio era o fato de que a pescaria ocorrera em lagoas de controle e repovoamento de espécies, portanto em uma estação de piscicultura. O fato levou o cronista a criticar o posto de fiscalização local: “Até parece que os profissionais locais fizeram parceria com os exterminadores vindos da Serra do Mar ou então são covardes e receram as represálias”.<sup>237</sup>

Outra modalidade de pesca que devido a seu caráter predatório também foi proibida no RS era a chamada “pesca batuque”.<sup>238</sup> A pesca consistia na instalação de redes no curso superior dos rios, de uma margem à outra, em locais de desova e criação de filhotes, sendo colocadas cercas de redes por volta de juncos, aguapés, sarandis e mesmo no leito dos rios, em vários pontos ao longo do curso d’água.<sup>239</sup>

Durante a noite, os peixes se deslocam em busca de alimento, momento ideal para a prática do batuque, quando os pescadores entravam com suas canoas dentro dos espaços cercados e iniciavam a produção de um “barulho infernal, batendo com os pés ou paus nos

---

<sup>235</sup> Idem, p.151.

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Roessler também se refere a pesca batuque com os nomes “batida” e “bateria”.

<sup>239</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. “Batuque”. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.152. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 02.02.1962.



fundos dos cascos ou com compridas taquaras sobre a água e na vegetação costeira ou estoqueando com as varas as tranqueiras ou salapas, onde presumem peixes refugiados”.<sup>240</sup>

A movimentação tinha continuidade com a explosão de pequenas bombas de festim para desentocar mais espécimes e jogá-los nas redes; terminado o primeiro batuque, dirigiam-se rio abaixo aos outros cercados feitos durante o dia e reiniciavam o processo, sucessivamente, até completar a captura em diversos locais.<sup>241</sup>

Além da proibição pelo ato em si predatório, a pesca de batuque criava conflitos com os demais pescadores que praticavam as modalidades legalizadas de pesca. Disputas por pontos pesqueiros levavam os pescadores a colocar suas redes cercadas sobre os aparelhos alheios, destruindo-os, resultando em intensas reclamações junto aos postos de fiscalização.

Devido a tal situação, a normatização proibitiva<sup>242</sup> já existente desde a década de 1930 fora reforçada com a edição da Portaria 16/61, publicada no Diário Oficial do Estado em agosto de 1961.

Concomitantemente à modalidade do “batuque”, também se detectava como modalidade de pesca o “corrico” ou “colher”. A pesca era realizada com anzóis presos em lanchas motorizadas que em alta velocidade faziam os anzóis pularem à tona, atraindo a atenção dos peixes.<sup>243</sup>

A modalidade havia se tornado, em princípios da década de 60, um dos esportes preferidos pelas classes ricas, que a praticavam especialmente em rios de médio volume e de pouca largura, que eram povoados de peixes dourados. Isso implicou na vertiginosa queda dessa espécie.

A violência da morte dos peixes é outro aspecto que se sobressai, pois quando fisgavam a colher tinham suas queixadas arrancadas, devido à alta velocidade imprimida pelas lanchas.

Morrem depois de horas de sofrimentos, causados pela maldita mania de correr, própria da nossa gente imediatista que não quer compreender seu erro, mas sim quer obter bastante peixe de qualquer maneira, mesmo durante o período da ‘piracema’, época da proibição da pesca, outubro,

---

<sup>240</sup> Idem, p.152-153.

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> As normas proibitivas referem-se ao Decreto Lei 1.159 de 13/3/38 e Código de Pesca de 1939.

<sup>243</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Pesca nociva com “corrico”. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.153. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 30.03.1962.

novembro e dezembro, quando os peixes de ‘corrida’ de cardume, sobem os rios em busca de locais calmos para a desova.<sup>244</sup>

Os prejuízos à piscicultura eram variados, com o barulho da explosão dos motores das lanchas e movimento das hélices em alta velocidade (afugentando os peixes de seus habitats originais); e ainda com as ondas produzidas artificialmente, que destruíam a vegetação das margens e arrancavam os ovos de peixes recém-fecundados, interferindo diretamente sobre os ciclos. Outro fato extremamente prejudicial era o impacto sobre os aguapés e remansos dos rios pelas quilhas dos barcos, destruindo os criadouros naturais dos peixes.<sup>245</sup>

Diante disso, a UPN priorizava a proibição da pesca com corrico em diversos rios e lagos, especialmente nos de volume médio e de pouca largura, além de pressionar publicamente a Capitania dos Portos de Porto Alegre no sentido de emitir portarias que estabelecessem limite de velocidade de até 6 quilômetros por hora às lanchas.<sup>246</sup>

Também algumas armadilhas chamavam a atenção pela quantidade com que eram utilizadas, como no caso do uso das paris no rio Forqueta, afluente do rio Taquari. Durante o segundo semestre de 1962 a fiscalização encontrara aproximadamente 100 armadilhas paris. O rio era muito procurado não somente pelos peixes em época de piracema, mas também pelos pescadores, especialmente após conflitos gerados pela intensa fiscalização que, durante os anos 50, conseguira coibir a invasão da área. Entretanto, a partir dos anos 60 houve um recrudescimento da vigilância no rio, “ficando a região completamente avacalhada pelos devastadores das reservas pesqueiras”.<sup>247</sup>

A batida realizou-se em julho, durante o inverno, em período de águas baixas, “surpreendendo-se 28 contraventores” exercendo a pescaria “criminosa”, o que resultou em multas e apreensões dos materiais ilegais de pesca e a destruição dos mesmos pela fiscalização.<sup>248</sup>

Além das situações de conflito entre a fiscalização e os infratores, também ocorriam tumultos e desentendimentos entre os próprios praticantes da pesca e destes com as

---

<sup>244</sup> Idem, p.154.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> Idem, p.155.

<sup>247</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Cem paris num só rio. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.155. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 31.08.1962.

<sup>248</sup> Idem, p.156.

populações ribeirinhas. Em um determinado local do Rio Cadeia formava-se uma “estreita ilha” e na corredeira formavam-se “profundos poços, excelentes pesqueiros”.<sup>249</sup>

Nestes poços naturais, mesmo proibida, praticava-se a pesca predatória com paris e dinamites.

Ao redor da pesca com paris, arregimentava-se uma estrutura funcional que envolvia o chefe do equipamento e explorador do negócio e seus diversos auxiliares, também conhecidos como “guardas de chiques”. Devido à concorrência, os guardas cuidavam do equipamento de pesca durante todo o período de sua utilização, além de operarem bombas que afugentavam os peixes para as corredeiras onde estavam armados os paris.<sup>250</sup>

Os chefes do negócio, ao embrenharem-se nos rios, quase sempre adentravam nos limites das propriedades particulares. A fim de não serem denunciados às autoridades, procuravam comprar o apoio dos proprietários com a doação de peixes. Não obtendo o apoio esperado, ameaçavam as populações ribeirinhas com tiroteios em suas matas, objetivando o amedrontamento.<sup>251</sup>

Para a montagem das “paris” ou “chiques” necessitava-se de material retirado das matas ribeirinhas, como estacas, varas, cipós e taquaras, justamente das matas pertencentes a terceiros, e essa extração não raras vezes terminava em conflitos.

O relato de embate entre fiscais e pescadores ocorrido em dezembro de 1960 demonstra como ocorria a maioria desses conflitos:

No dia 3 de dezembro a Fiscalização chegou de surpresa, de madrugada, na margem esquerda do Rio Cadeia, bem defronte da Cachoeira do Campestre, encontrando o guarda-chiqui junto ao aparelho. Foi reconhecido nele um dos velhos infratores, que correu pela margem, deixando tamancos, chapéu, uma chaleira e um saco para recolher os peixes, abandonados no acampamento. Do outro lado também houve correria. Foram picados em lenha ambos os aparelhos e o material largado correnteza abaixo. Todos os implicados

---

<sup>249</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. A cachoeira do Campestre. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.162. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 23.12.1960.

<sup>250</sup> Idem, p. 163.

<sup>251</sup> Idem.

foram autuados e estão sendo processados pelo Serviço de Caça e Pesca (...).<sup>252</sup>

Como já afirmado, na época da piracema se avolumavam as tensões acerca da pesca predatória, por isso o governo havia proibido a pesca do jundiá entre os meses de agosto, setembro e outubro, e da espécie dourado nos últimos três meses do ano.<sup>253</sup>

As medidas haviam sido tomadas em função de diversos conflitos existentes junto à cachoeira do Fandango, ao longo do rio Jacuí, com isso garantindo, do ponto de vista legal, uma base concreta de lutas para a UPN, muito embora as novas regras continuassem sendo pouco respeitadas pelos pescadores.

Além do risco de extermínio de determinadas espécies, o comprometimento desse recurso natural se agravava pelas inúmeras barragens construídas no RS, especialmente pelo fato de não possuírem escadas para o deslocamento da fauna aquática, como ilustra a situação vivenciada no Rio Jacuí, na cidade de Cachoeira do Sul:

Diante daquele tombo d'água, aglomeram-se como num rodeio, milhares de peixes, na ânsia louca de pular a barragem, espatifando-se contra a muralha de concreto e ferro, perdendo as ovas que chegam a toldar a água e são devoradas pela fauna aquática de pequeno porte.<sup>254</sup>

A aglomeração forçada de centenas de peixes facilitava a captura, praticando-se “verdadeira carnificina” com as rocegas<sup>255</sup> ou garratéias:

Este último aparelho é o mais mortífero, porque atirado sobre os cardumes e colhido aos puxões, dilacera vários peixes, até que fiska um por qualquer parte do corpo. Os feridos vão morrer nas tranqueiras, rio abaixo e empestam a água. Poucos conseguem passar a fatídica barragem de alguma maneira.<sup>256</sup>

---

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Os peixes estão subindo os rios para desovar. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.169. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 13.09.1963.

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> A Pesca com a rocega é descrita como “uma linha com grosso chumbo na ponta e crivada de anzóis” que é arremessada sobre os cardumes. Com “fortes puxões fiska os peixes em qualquer parte do corpo. As conseqüências para a fauna aquática são também descritas: Muitos ficam lanhados de profundos ferimentos e nadando com dificuldade se afastam do local de luta, indo morrer em tranqueiras ou são embarcados por pescadores à espreita das presas fáceis, na correnteza à jusante da cachoeira”.

<sup>256</sup> Idem nota 253, p.170.

A população local, por sua vez, não somente denunciou os fatos a Roessler, como organizou abaixo-assinado pedindo providências contra a pesca criminosa, o que resultou, a partir de 1962, em uma fiscalização permanente durante os dias junto à ponte de acesso à cachoeira. No entanto, durante as noites, a pesca predatória ainda se fazia sentir com intensidade.

Como o fenômeno da piracema também acontecia junto às barragens, o deslocamento da fauna aquática até a cabeceira dos rios para a desova estava comprometido pela inexistência de escadas. Impossibilitados de locomoção, grandes quantidades de cardumes de variadas espécies, como dourados, piavas e grumatãs, amontoavam-se em pulos, tentando vencer a queda das corredeiras. Formava-se assim situação propícia para a prática da pesca irregular com variados aparelhos proibidos por lei.<sup>257</sup>

A construção de barragens não se limitava ao Rio Jacuí, ao contrário, tornava-se uma realidade ao longo de toda a bacia hídrica do RS, juntamente com a edificação de uma mentalidade que interpretava a idéia de grandes obras hidráulicas como sinônimo de progresso e desenvolvimento para a geração de energia elétrica.

Além da mobilização popular dos moradores, a UPN realizava representações junto ao Ministério da Agricultura, relatando a situação através de ofícios e solicitando a construção das escadas nas diversas barragens do território gaúcho, com especial atenção à região do rio.

A situação nesse rio havia se agravado com a falta de chuvas de inverno no ano de 1962; o acúmulo de cardumes na barragem e a pesca desenfreada geraram um “clamor público que não podia passar despercebido pelas altas autoridades”.<sup>258</sup>

O resultado, como em outras situações já analisadas, era a depredação dos recursos pesqueiros, porém a Secretaria da Agricultura do Estado organizou intensa fiscalização por parte do Serviço de Caça e Pesca e da Brigada Militar, que acamparam no local e mantiveram vigilância, diminuindo assim a pesca proibida. Em função disso surgiram protestos de pescadores e de “(...) alguns graúdos que se julgam com privilégios, em razão de seus cargos ou posições sociais (...)”.<sup>259</sup>

---

<sup>257</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Barragens construídas sem escadas para peixes. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.157. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 23.02.1962.

<sup>258</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O fandango da morte. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.159. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 07.12.1962.

<sup>259</sup> Idem.

Mesmo com a presença dos fiscais, Roessler relata que tanto na ponte como nas barrancas do rio se postaram grupos de pescadores, chamados pelo cronista de “espiões”, que observavam a movimentação do Serviço de Caça e Pesca, esperando pela oportunidade de lançarem as rocegas sobre os peixes.<sup>260</sup>

A solução defendida pelo ambientalista era a constante presença da Brigada Militar no local, aliada à seguinte medida:

Se for conseguida agora a construção de uma escada ou desvio ou de um aparelho para levantar os peixes para montante do obstáculo, isto seria a salvação da pesca, mas somente com a continuação de rigorosa fiscalização, porque a mentalidade nefasta desse povo bem conhecemos: matariam a pau e facão os peixes na passagem da escada, como fazem no Salto Grande do Rio Uruguai, onde existe uma escada natural, ou despejariam as cargas de guindaste diretamente para dentro dos caminhões em vez de libertá-los na água represada.<sup>261</sup>

Paralelamente aos problemas advindos da pesca predatória, outras atividades contribuía sobremaneira para o solapamento dos recursos pesqueiros, destacando-se o modo como se praticava a orizicultura no RS.

O cultivo de arroz já nos anos 50 ocupava papel destacado na economia gaúcha, porém também contribuía para o desequilíbrio de espécies de peixes, colocando em choque dois importantes setores, o orizícola e o pesqueiro. Os arrozais possuíam sistema de irrigação por bombas que sugavam a água dos arroios; nesse processo de captação de água, muitos alevinos eram deslocados das cabeceiras dos arroios e rios para as lavouras, sendo retirados de seus ecossistemas de reprodução e crescimento e levados à morte.

O movimento ambientalista pregava a necessidade de colocação de telas junto às referidas bombas, desse modo impedindo a extinção dos peixes. Tentando diminuir as resistências junto aos produtores e sensibilizando a comunidade gaúcha, Roessler buscava publicizar dados do Anuário Estatístico do Arroz:

Existem no Estado 6.040 lavouras, sendo 3.380 grandes, acima de nove hectares e 2.663 pequenas, até 9 hectares, estando nelas o uso de 2750 bombas centrífugas, desde 10 até 90 centímetros de diâmetro, que funcionam dia e noite,

---

<sup>260</sup> Idem, p.160.

<sup>261</sup> Idem.

durante 3 meses para irrigar 235.500 hectares, retirando a água de 36 rios, 144 arroios, 51 lagoas e 2.256 açudes. Tomando por base a insignificante quota de sacrifício de apenas 1.000 peixinhos por hectare, teremos 235,5 milhões de filhotes subtraídos dos viveiros da natureza. Isto só para argumentar, pois na realidade a quantidade é muitíssimas vezes maior, é mesmo incalculável, vai aos bilhões, atinge toda a reprodução, e não somente lambaris, mas sim na maioria de qualidade nobre, como piavas e dourados havendo ainda grande porcentagem de grumatãs, traíras e jundiás.<sup>262</sup>

A reprodução do pescado nas águas interiores seria garantida com a adaptação de uma “caixa guarnecida com tela com malhas não maiores de 1 centímetro ao redor do usual ralo (...) ou a colocação de uma cerca da mesma tela no canal de acesso de água (...)”, porém, a orientação, diga-se de passagem obrigatória por lei, sofria pressões em contrário quando não oposição sistemática pelo setor arroteiro, que alegava despesas.<sup>263</sup>

Tais práticas do setor arroteiro adentraram a década de 60, demonstrando a pouca mobilização na orizicultura em aperfeiçoar o processo de captação de águas, além do habitual descompromisso da autoridade pública na mitigação do problema: “Como é sabido, a irrigação dos arrozais sacrifica anualmente bilhões de filhotinhos de peixes, sugados com a água para dentro das granjas, porque nem 1% dos orizicultores adaptam aparelhos protetores da fauna aquática nos ralos das bombas”.<sup>264</sup>

O cronista alertava para inevitáveis prejuízos naturais e financeiros à economia popular com a não-implantação das telas de proteção, e novamente chamava a atenção dos órgãos da administração pública para o cumprimento das portarias legais.

A crítica era direcionada ao governo estadual, que deveria articular uma “fiscalização mais eficiente” e “bem equipada, dotando-a de suficientes recursos para que nenhuma granja de arroz fique sem controle”. Ao mesmo tempo cobrava do Banco do Brasil critérios para financiamento da orizicultura, entendendo que esse financiamento não poderia ser estendido às granjas que não adaptassem suas lavouras à lei de proteção dos alevinos.

---

<sup>262</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Morredores de peixes. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.145. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 04.12.1959.

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Peixinhos para adubo e criação de porcos. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.164. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 28.04.1961.

Também questionava e cobrava do I.R.G.A. (Instituto Rio Grandense do Arroz), para que seus fiscais executassem com mais eficiência a tarefa de mergulho para a verificação dos ralos das bombas.

Devido à capacidade de mobilização e pela força das denúncias construídas pelo embrionário movimento ambiental, a piracema do ano de 1962 tivera como resultado uma excelente reprodução de espécies de grumatãs e dourados, seja pelas condições favoráveis que se propiciaram com “águas baixas e temperatura amena na primavera (...)”, seja pelo rigoroso controle do serviço de fiscalização, a “proibição do uso de redes no período de subida dos peixes (...)” e a cobrança do uso de “tela de proteção nas bomba dos arrozais (...)”.<sup>265</sup>

A consequência foi um repovoamento das águas dos rios Caí, Gravataí e Sinos, constituindo-se, no discurso de Roessler, em uma “riqueza incalculável” que “fazia antever fartura de alimento dentro de dois anos”.<sup>266</sup>

Porém a inicial exaltação é seguida por denúncia que já apontava indícios de ameaça à fauna aquática pela atividade pesqueira praticada nestes rios.

Enorme número de pescadores de caniço, entusiasmados com os douradinhos que tão facilmente pegavam a isca dos anzóis, vieram às barrancas e todos eles voltavam com grandes enfiadas para comer, sem considerar existirem quase só espinhas em corpos tão pequenos.<sup>267</sup>

A denúncia não recaía apenas nos pescadores clandestinos, mas envolvia também os legalizados, pois, de maneira geral, o setor pesqueiro seja o profissional ou mesmo esportista, não respeitava a estatura do pescado para a captura, cujo tamanho mínimo permitido era de 30 cm.

Várias reclamações chegavam ao Serviço de Caça e Pesca denunciando tarrafeadores portando “sacos cheios de filhotes de apenas 6 a 10 centímetros para fritar”<sup>268</sup>, por isso Roessler e a UPN pleiteavam a implantação de uma portaria segundo a qual ao menos entre os meses de outubro a abril, época de águas baixas e aglomeração de filhotes nos rios, fosse proibida a utilização de tarrafas no RS.

<sup>265</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Nasceram milhões de filhotes de dourados e grumatãs. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.166. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 03.05.1963.

<sup>266</sup> Idem.

<sup>267</sup> Idem.

<sup>268</sup> Idem.



Os graves problemas advindos do manejo equivocado junto aos recursos de pesca levaram à contratação, por parte da Secretaria da Agricultura, do técnico japonês Kazuo Nakamura. Sua função como especialista em piscicultura era realizar um amplo levantamento da situação da pesca no Estado gaúcho, propondo soluções para o equacionamento dos problemas.<sup>269</sup>

Após seis meses de viagens pelo RS, percorrendo lagos, rios, lagoas e o litoral, o relatório de Nakamura concluía as mesmas realidades já constatadas por Henrique Roessler ao longo de diversas crônicas, ratificando, portanto, os problemas e as soluções por diversas vezes apresentados ao público rio-grandense.

As principais questões apontadas pelo técnico japonês relacionavam-se com construções de barragens sem escadas para o deslocamento da fauna aquática até as cabeceiras dos rios e locais de desova; prática de uma lavoura de arroz que utilizava bombas de irrigação sem telas de proteção que impedissem a captura de peixes; pesca predatória com utilização de equipamentos proibidos como as paris e bombas de dinamite; pesca de arrastão que revolvia o fundo da água destruindo os locais de desova; devastação das matas ribeirinhas, ocasionando diretamente a desertificação de lagos durante o verão.<sup>270</sup>

As saídas pontuadas também convergiam com as idéias defendidas pela UPN, pois defendiam teses como o reflorestamento das margens dos rios, construção de escadas nas barragens, punição rigorosa aos infratores da lei e organização de um sistema de fiscalização eficiente e dotado de estrutura humana e material.

Mas dificilmente isso será feito, porque na nossa terra as coisas úteis e inadiáveis, de interesse público, são relegadas ao abandono por falta de ‘verbas’. Como prova disso, citamos o fato de não ter sido ainda possível adquirir um único barco motorizado para a fiscalização da pesca, na imensa bacia hidrográfica deste Estado.<sup>271</sup>

Na prática, o olhar de um especialista estrangeiro vinha a ratificar o trabalho desenvolvido ao longo de mais de duas décadas pelos pioneiros do ambientalismo, o que colocava o poder público em uma encruzilhada, ou adotava posturas de recuperação e

---

<sup>269</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Esperança perdida. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.167. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 23.05.1963.

<sup>270</sup> Idem, p.168.

<sup>271</sup> Idem, p.168-169.

preservação da fauna aquática e por consequência da economia gerada por esse recurso, ou mantinha suas vendas a despeito da gravidade da situação.

O próximo capítulo objetiva não só analisar as modificações em curso que se operacionalizavam no Rio Grande do Sul, em especial no Vale do Rio dos Sinos, com a instalação de indústrias e urbanização desenfreada, como também examinar a oposição do cronista em relação à sociedade que se constituía a partir de uma idéia de progresso própria da dinâmica capitalista.

## 5. “MODERNIDADE” NO VALE E O CONTRAPONTO AMBIENTALISTA

O homem chega já desfaz a natureza  
Tira gente põe represa diz que tudo vai mudar  
O São Francisco lá pra cima da Bahia  
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar  
E passo a passo vai cumprindo a profecia  
Do beato que dizia que sertão ia alagar

(Sobradinho/Sá & Guarabira)

O mito da cidade grande também faz parte das várias representações de modernidade e progresso questionadas por Roessler, e seu exemplo maior é a própria região em que cresceu: a região metropolitana de Porto Alegre, onde observou, ao longo das décadas, importantes modificações.

Ao final dos anos 50 apontava que “se processa em ritmo acelerado, entre Porto Alegre e Novo Hamburgo (...)” uma “(...) gigantesca área urbana de vários milhões de habitantes”. Esse processo de intensa aglomeração urbana era favorecido pela construção da rodovia federal que passava a unir diversas vilas e cidades, avançando sobre espaços naturais que eram desmatados para ceder lugar para loteamentos e áreas industriais.<sup>272</sup>

Os resultados da urbanização contrastavam com a existência edênica presente nas percepções de natureza de Roessler, ou seja, de um lado, uma “vida livre, sadia e feliz”; de outro, “um falso esplendor, ganhos e divertimentos fáceis de uma vida artificial” fazendo com que as pessoas se tornassem “autômatos anônimos sem alma, a vegetar no borburinho enervante”. Indagando o leitor e ao mesmo tempo apontando uma resposta, o ambientalista questionava: “Como vive a multidão desse enorme centro industrial, enclausurada entre paredes?”.<sup>273</sup>

Para Roessler o mundo começava a ser tomado por “pedras, aço, vidros, cimento armado e asfalto, cores berrantes e luz artificial” e ainda “barulho ensurdecedor”, símbolos inerentes de um novo momento que o RS começava a vivenciar, onde o antigo estereótipo do modelo rural se mesclava com novos elementos de urbanidade. Entretanto, a constatação mais

---

<sup>272</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Monstrópolis – A grande capital. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.205. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 05.06.1959.

<sup>273</sup> Idem.

relevante em suas observações é o abandono das terras e a migração para os grandes centros: “Parece incrível que tantos homens do campo ainda vendam suas terras amplas, abandonando uma vida livre (...)”.<sup>274</sup>

Na análise do cronista, essa migração criava um fenômeno descrito como “eterna saudade da natureza”, que impulsionava aos fins de semana a saída dos moradores das urbes para as regiões de matas do entorno das metrópoles, “à procura de descanso debaixo de frondosas árvores, para brincar nos prados e arroios, beber água cristalina das fontes, respirar ar puro, observar os animais silvestres, se deleitar com os gorjeios dos passarinhos”.<sup>275</sup>

Com o avanço das cidades na região do vale dos Sinos, matas eram devastadas cedendo espaços para a construção de loteamentos e vilas. A urbanização desenfreada em curso motivava a UPN à realização de campanhas para a limitação dos loteamentos, preservando-se áreas virgens para que pudessem se tornar locais de visitação e usufruto, especialmente “das populações de poucos recursos”.<sup>276</sup> O exemplo colocado como referência era a cidade de Sapucaia, com a criação do Horto Florestal abrangendo uma área de 800 hectares no centro de uma importante área industrial.

Entre as cidades de São Leopoldo e Sapucaia localizava-se essa extensa área de 800 hectares de floresta de eucaliptos, cuja derrubada o governo estadual preconizava para fins de loteamento; porém, o projeto acabou por gerar protestos generalizados em meio a diversos segmentos sociais, dentre os quais grupos de cientistas, setores do Legislativo gaúcho, além da contrariedade popular.

Com a pressão oposicionista, ganhava intensidade a idéia da implantação de um horto florestal naquela região, transformando-o em um parque público, a exemplo de outras cidades do Vale dos Sinos: “A área já é patrimônio público, portanto o Estado não precisará mobilizar verbas para indenizações decorrentes de desapropriações”.<sup>277</sup>

Os argumentos levantados pela UPN em prol da criação do horto tinham como eixo a localização da floresta de eucaliptos, justamente por esta estar situada em uma área industrial em crescimento e habitada por centenas de milhares de moradores. A proposta convergia com teses antigas dos ambientalistas de construção de áreas de natureza preservada como local de refúgio em meio às urbes.

---

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Idem, p.205-206.

<sup>276</sup> Idem, p.206.

<sup>277</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O horto florestal de São Leopoldo. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.207. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 04.10.1957.

Presente nos argumentos em defesa da implantação do Parque Público era a necessidade de se criarem espaços de lazer para as classes menos abastadas: “Não se trata dos que têm carro próprio e moradia de verão na serra ou dinheiro para passar férias nas praias. Trata-se de grande multidão de famílias em condições modestas, de operários, que não têm meios para fugir do torvelinho dos centros industriais”.<sup>278</sup>

O caso da criação do horto demonstrava, assim como em diversos outros temas ambientais, a rivalidade de posições dentro da sociedade, colocando em lados opostos a administração pública, que intencionava vender lotes habitacionais, e a UPN e seus apoiadores, que tinham como finalidade a criação de uma área pública de lazer acompanhada de preservação dos espaços naturais.

Bastaria, pois preparar, sem a derrubada de nenhuma árvore ou área vegetal, locais para estacionamento de veículos, construir bancos e fogões rústicos, tanques d'água, coletores de lixo, fossas sépticas, lugares para acampamentos e armação de barracas, alguns armazéns para venda de lenha e carvão, comestíveis e bebidas e a colocação de placas de advertência, necessárias para manter o parque no seu estado primitivo selvagem, com as árvores e animais silvestres intangíveis.<sup>279</sup>

Passados alguns anos dos primeiros litígios envolvendo a preservação da área verde em questão, o Horto entre as cidades de Sapucaia e São Leopoldo acabou sendo instituído em meio à floresta de eucaliptos, ganhando *status* de área de recreação pública com a finalidade de preservação da fauna e flora. No entanto, se o ano de 1957 foi marcado por um ativismo que se posicionava contra o loteamento da floresta, o ano de 1960 assinalou-se pelas lutas em prol da manutenção da conquista do parque público, agora ameaçado.

Com a pressão dos setores empresariais, era apresentada ao Governo Estadual a proposta de venda do parque para construção de unidades industriais. A campanha de venda do parque era preconizada pela Associação Comercial de São Leopoldo com o intuito de aumentar áreas para a localização de indústrias e construção de residências para os operários.

Acontece que este Parque do Estado, objeto de cobiça de pessoas ou grupos econômicos, representa o pulmão da grande área industrial que se estende de Porto Alegre a Novo Hamburgo e que em breve terá 2 milhões de habitantes. A sua venda para a indústria representaria maior índice de doenças e mortes em toda a área circunvizinha e por isso um crime. O que pretendem os magnatas é tão monstruoso como querer

---

<sup>278</sup> Idem.

<sup>279</sup> Idem.

transformar as igrejas, hospitais e escolas em fábricas nos campos de esporte, cemitérios e praças públicas das cidades.<sup>280</sup>

Os discursos pontuavam no sentido de defesa de áreas naturais para o usufruto dos “humildes”, contrapondo à idéia dos “magnatas” que, na ótica de Roessler, apenas pensavam no imediato lucro sobre as áreas em detrimento dos direitos de lazer por parte dos moradores das periferias de São Leopoldo.<sup>281</sup>

Essa percepção, que em muitos discursos pedia para uma visão classista de sociedade, apresentava a idéia das áreas naturais como “refúgio dos pobres”, amparada na afirmação de que os comerciários e operários não possuíam recursos para descanso e turismo em locais distantes: “Os homens ricos deviam respeitar os direitos dos humildes, desistindo do diabólico plano de privá-los, por dinheiro, do ar puro, da água límpida das fontes e arroios, da sombra protetora das árvores e da alegria de passar um dia de descanso no seio da natureza”.<sup>282</sup>

Outro elemento bastante significativo era a transferência aos leitores de representações sobre natureza, que avançavam além de seu valor intrínseco, quando na afirmação de que “uma floresta” representava “muito mais do que o valor da terra e da madeira que encerra”, concebendo “valores imateriais muito superiores”, como a “saúde duma população”, “fertilidade das lavouras vizinhas”, “regularidade dos cursos d’água”, “garantia das fontes” e “proteção contra ventos e sol”.<sup>283</sup>

Aliada a esses elementos, uma noção de desenvolvimento sustentável já se alicerçava nas ações ambientalistas, transparecendo em seus escritos, na medida em que pontuava a necessidade de que “(...) devemos reconhecer a obrigação de pensar nas gerações que nos sucederem, para que não definham na miséria, por termos roubado sua parte nos recursos naturais”.<sup>284</sup>

Concretamente, a implantação do horto acabou avançando e transformou-se, durante o mandato do governador Leonel Brizola, no Parque Zoológico gaúcho, tendo suas portas abertas para visitação no ano de 1962. No entanto, tendo passado apenas 1 ano de sua

---

<sup>280</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O parque é do povo In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.208. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 22.07.1960.

<sup>281</sup> Idem.

<sup>282</sup> Idem, p.208-209.

<sup>283</sup> Idem, p.209.

<sup>284</sup> Idem.

inauguração<sup>285</sup>, surgiam, através da imprensa, movimentações de grupos políticos e econômicos novamente preconizando pela venda da área, para o estabelecimento de projetos industriais e lotes residenciais.

Porém, Roessler e a UPN problematizavam o tema através do *Correio do Povo*, divergindo publicamente da proposta, convocando e mobilizando a sociedade gaúcha para fazer frente ao projeto, e ao mesmo tempo liderando uma rede de “entidades culturais”, “partidos políticos com interesses conservadores”, “autoridades educacionais” e “todos aqueles que se esforçaram para conseguir a instituição do Parque Zoológico em memorável campanha”. A UPN novamente se envolvia na vanguarda das lutas ambientais, agregando entidades variadas no sentido de cerrar fileiras “para combater a projetada barbaridade”.<sup>286</sup>

Vamos acabar com estas manobras deletérias, oriundas da cegueira e misérias do mandonismo político e do desenfreado egoísmo e ganância de grupos econômicos, pois elas demonstram nossa completa e vergonhosa indiferença pelos destinos da nacionalidade, porque visam aniquilar uma conquista cultural.<sup>287</sup>

Em meio às lutas em prol da continuidade do Parque Zoológico de Sapucaia do Sul, outros elementos da modernidade capitalista se configuravam no Vale dos Sinos, exigindo da UPN um maior esforço de ativismo e de educação ambiental via *Correio do Povo*.

No início do ano de 1961 era apresentado à sociedade gaúcha um plano de retificação do rio dos Sinos, ao longo de 20 léguas do curso do rio, desde as localidades “(...) de Três Portos até Passo do Novo Mundo”. A retificação proposta incluía a construção de diques nas duas margens do rio e a escavação de um novo canal em terra firme, com o propósito de evitar que enchentes atingissem as comunidades ribeirinhas.<sup>288</sup>

Eram apresentadas diversas justificativas para a realização do grande projeto de intervenção naquele ecossistema, justificativas essas que incluíam: recuperação de “milhares de hectares de terras de banhados” que cederiam espaços a terras agriculturáveis; maior rapidez no processo de escoamento e tratamento das águas poluídas pelos curtumes; melhoria

<sup>285</sup> Ao longo do primeiro ano de funcionamento do Parque Zoológico, aproximadamente 1000 escolas e 400 mil pessoas haviam feito visitas.

<sup>286</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Querem aniquilar o parque zoológico. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.210. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 01.03.1963.

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. A retificação do rio dos Sinos. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.199. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 27.01.1961.

da navegação ao encurtar distâncias e aprofundar o leito; facilitação de construção de bombas para escoar as águas pluviais e de infiltração das enchentes e canalização de pequenos arroios afluentes, além de favorecer a construção de rodovias sobre os banhados.<sup>289</sup>

O projeto de modificação do curso do rio encontrava em Roessler um opositor declarado: “Nada mais fácil na teoria do que traçar no mapa, sobre o sinuoso curso do rio e áreas adjacentes, algumas linhas retas, cortando-lhes curvas e meandros, dando-lhe novo curso retificado no papel”. Em sua visão, o projeto, por ser caro aos cofres públicos seria irrealizável, “sem importância e necessidade”, sendo um “plano estrambólico” e apenas de interesse de políticos e administradores.<sup>290</sup>

A oposição do ambientalista amparava-se em diversos argumentos, dentre os quais a construção, na década de 40, de diversos diques ao redor de Porto Alegre, que não conseguiram deter enchentes mais intensas. Em sua opinião, no caso do Sinos a construção de diques seriam menos úteis, pois “(...) seus extensíssimos banhados marginais (...) são cobertos pelas periódicas enchentes até a altura de 3 metros”, além de uma já tentativa de retificação de 250 metros na altura de São Leopoldo, que não dera conta das necessidades de sua construção.<sup>291</sup>

A todos os argumentos a favor das obras hidráulicas, Roessler apresentava contrapontos amparados em dados econômicos, sociais e ecológicos. Um dos motivos alegados para as grandes obras seria a revitalização do comércio marítimo no rio dos Sinos. Contra-argumentando a tese da navegação comercial, defendia que “o transporte de mercadorias é feito muito mais rápido e barato”, através das já construídas rodovias que ligavam Porto Alegre à região metropolitana.<sup>292</sup>

O movimento natural das águas do rio fazia com que as massas d’água levassem dias para percorrer toda a extensão, porém essa velocidade e volume seriam radicalmente alterados com a retificação do Sinos, ocasionando “inundações destruidoras repentinas (...). Hoje essas águas se espriam nos grandes banhados e terras baixas existentes entre Campo Bom, Lomba Grande, Novo Hamburgo e São Leopoldo e baixam vagarosamente, por sorte nossa, fertilizando as várzeas para os pastos do verão”.<sup>293</sup>

Outra importante preocupação levantada relacionava-se com a vegetação das várzeas ribeirinhas que seria afetada com a falta de água no verão, levando à destruição desse

---

<sup>289</sup> Idem.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Idem, p.199-200.

<sup>293</sup> Idem, p.200.



ecossistema. O projeto previa o aprofundamento do leito do rio, que baixaria o nível da água subterrânea, ficando fora de alcance das raízes da flora.<sup>294</sup>

Por fim, os argumentos contrários chegavam ao tema da poluição gerada pela indústria do couro “(...) porque não existindo cachoeiras, corredeiras e redemoinhos no rio dos Sinos, abaixo do Poço Fundo, não se faria a esperada purificação natural das águas poluídas pelos curtumes e indústrias”.<sup>295</sup>

A posição do ambientalista era favorável no que dizia respeito à construção de diques para deter enchentes ao redor das localidades edificadas nas zonas de banhados, também defendendo a realização imediata de obras para saneamento, com tanques de decantação e filtros para tratamento das águas servidas das indústrias. Essas obras hidráulicas de menor porte e impacto ambiental seriam acompanhadas com a prolongação da rodovia federal, ligando as cidades de Novo Hamburgo a Lomba Grande e com intenso reflorestamento do Vale do Rio dos Sinos.<sup>296</sup>

Sobre o reflorestamento como importante estratégia no desenvolvimento da região, argumentava: “Sabe-se que a floresta age como uma esponja e filtro, largando a água vagarosamente, garantindo assim a constante umidade da terra e nível mais constante dos rios”.<sup>297</sup>

Ao mesmo tempo, criticava a idéia de aumento da zona de agricultura às custas da destruição dos banhados:

Os banhados se prestam admiravelmente para suprir de barro as olarias, para criar gado no verão e para viveiros de traíras e marrecas nos barreiros que nunca secam, e as ilhas poderão ser plantadas com árvores apropriadas para terras baixas. Portanto não se trata de áreas improdutivas. Para fins essencialmente agrícolas ainda temos terras baratas e férteis fora do alcance das enchentes, em grande abundância, as quais ainda poderão ser aumentadas pela drenagem de banhados altos, situados acima do nível do rio, como o de Santa Maria dos Caboclos.<sup>298</sup>

---

<sup>294</sup> Idem.

<sup>295</sup> Idem.

<sup>296</sup> Idem.

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> Idem, p.201.

Dentre os argumentos dos setores desenvolvimentistas, estava a possibilidade de revitalização da navegação comercial; porém, como já evidenciado, a concorrência do transporte rodoviário através de caminhões havia sepultado o antigo comércio fluvial, além dos vários encargos e entraves burocráticos que oneravam o cais do porto e um próprio desinteresse governamental na área.<sup>299</sup>

Se por um lado havia o forte movimento de setores econômicos do Vale do Rio dos Sinos, articulado com uma idéia de progresso e desenvolvimento atrelada às modificações no curso do rio, de outro lado o ambientalista procurava embasar sua oposição com dados concretos, especialmente buscando exemplos em experiências fracassadas em rios da Europa.

Exemplos abundavam nas crônicas, como o caso do rio Reno na Alemanha: “A correção do curso do Rheno o encurtou em 100 quilômetros, mas aumentou em 30% a correnteza, baixando o leito entre 3 e 7 metros, e o lençol subterrâneo do leito superior, até a Floresta Negra, numa largura de 3 quilômetros, em 4 metros”.<sup>300</sup>

As conseqüências para o rio e as comunidades do Reno foram “devastadoras”, com prejuízos atingindo a agricultura, a economia florestal e a economia hidráulica, pois as obras exigiram a drenagem dos campos alagadiços e banhados, esponjas naturais que absorviam e acumulavam as águas fluviais, resultando na destruição desses ecossistemas em uma liberação mais rápida das águas para os lençóis subterrâneos.

As veias cortadas desse lençol conduzem a água rapidamente para o canal do rio. Onde a “gota d’água” antes levava semanas para chagar ao vale, agora percorre o mesmo trecho em dias e até horas. Se caem fortes enxurradas, ocorrem facilmente enchentes. (...) Se ainda falta a abençoada ação reguladora do mato nas cabeceiras, que foi devastado, as oscilações repentinas das águas ainda são aumentadas. Mas a reação da corrente ainda não pára aí. A maior correnteza pode provocar o aprofundamento do leito do rio pela erosão e conseqüentemente o rebaixamento do nível do lençol subterrâneo. E assim os terrenos contíguos ficam cada vez mais secos e se transformam em estepes, a produtividade

---

<sup>299</sup> Conforme a crônica “O rio das retas”, de 17.08.1962, a navegação havia falido após 1920, quando foi iniciada a construção das estradas de rodagem.

<sup>300</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Corrigir a natureza é temeridade. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.201. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 22.09.1961.

diminuirá consideravelmente e as matas hidrófilas morrerão. No Reno as autoridades portuárias estão gastando milhões de marcos para manter os portos navegáveis, porque a base do leito do rio baixa 5 centímetros por ano.<sup>301</sup>

Além de utilizar o caso de retificação do rio Reno, os contra-argumentos também apontavam para os enormes recursos que seriam investidos em obras hidráulicas, desfavorecendo o rio e os moradores. Certamente uma ampla propaganda em torno das obras era realizada e uma imensa expectativa repassada à população: “Afirmam que agora, repentinamente, depende a vida e a felicidade de 400 mil habitantes do vale desse rio dessa obra ‘inadiável’, mas sem proveito, desnecessária e até prejudicial, conforme provam exemplos de toda parte do mundo”.<sup>302</sup>

Paralelamente à perspectiva de otimismo que surgia nas cidades do Vale, uma ampla movimentação de políticos em prol da captação do dinheiro para os investimentos marcava o período e a região.

Neste mesmo contexto, o Vale também será tomado pelo debate acerca da implantação da refinaria de petróleo Alberto Pasqualini. O empreendimento envolvia a desapropriação de uma área de 40 hectares entre a divisa das cidades de Canoas e Esteio, denominada de Fazenda da Brigadeira.

O proprietário da fazenda encontrava-se em litígio com a Petrobrás pela escolha da área a ser implantada a refinaria e estrategicamente as crônicas exploravam a situação de desacordo entre as partes envolvidas, na tentativa de garantir a preservação do local.

O surgimento de uma sociedade urbanizada e industrial no Vale, caracterizada como “neutra, técnica, fria, autômata, anônima e interesseira” avançava em dissonância com as áreas florestais, no caso em questão, um local denominado como “linda mata virgem, última Reserva Florestal do município de Canoas”.<sup>303</sup>

O nascente ativismo ambiental não se opunha ao empreendimento em si, considerado como “progresso material” por estar atrelado à geração de “(...) emprego de milhares de

---

<sup>301</sup> Idem, p.202.

<sup>302</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O rio das retas. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.203. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 17.08.1962.

<sup>303</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O progresso destrói a natureza. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.85. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 13.04.1962.

operários” e de “milhões de cruzeiros mensais”, porém pontuava a necessidade de locais adequados à construção da refinaria e demais indústrias.<sup>304</sup>

A área em litígio, entre Canoas e Esteio, tornava-se mais simbólica ainda aos ambientalistas, pois pertencia a um dos associados da UPN, que por inúmeras vezes havia sido “assediado com vantajosas propostas de compra” por empresas de loteamento, e sempre havia negado as ofertas feitas. A intenção do ex-proprietário era manter a área protegida legalmente através de “cláusulas de inalienabilidade perene”, em testamento, às futuras gerações.<sup>305</sup>

Como a área havia sido desapropriada para a construção da refinaria, Roessler chamava atenção para os impactos negativos no entorno, sobremaneira em relação ao arroio Sapucaia, que banhava a floresta, pois seria “(...) transformado num esgoto cloacal e residual da Refinaria, no qual não poderão mais viver peixes”, bem como bradava a respeito da provável poluição atmosférica, pois o ar seria “emporcado pelas emanções mal cheirosas do petróleo”.<sup>306</sup>

Como último recurso, o movimento ambientalista tinha como estratégia apelar ao Governador do Estado do RS e à Presidência da Petrobrás para que considerassem “a possibilidade de preservar de destruição a belíssima mata da Fazenda da Brigadeira”.<sup>307</sup>

Os contrapontos direcionados aos signos de modernidade estabelecidos no pós-guerra tinham também como fundamento estabelecer um julgamento à essência humana. Ao categorizar o homem como apenas um “animal aperfeiçoado” em relação aos demais, criticava sua evolução corporal desprovida do desenvolvimento espiritual, pois apesar de “toda sua inteligência, suas atitudes quase não diferem da dos brutos”.<sup>308</sup>

Afirmava que se por um lado a humanidade, a partir da “evolução da razão do cérebro”, pôde construir “estradas e colocar trilhos, drenar banhados, edificar cidades e fábricas, conceber invenções fantásticas”, por outro esse “preço do progresso fora conseguido com a destruição das riquezas naturais, especialmente da devastação das florestas e animais silvestres”.<sup>309</sup>

Os impactos negativos seriam, portanto, frutos de uma autocompreensão humana na qual o *homo sapiens* percebia-se como “animal superior”, “dono de tudo”, especialmente ao

---

<sup>304</sup> Idem, p.86.

<sup>305</sup> Idem.

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Idem, p.87.

<sup>308</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Bicho estúpido e feroz. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.78. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 13.10.1961.

<sup>309</sup> Idem.

considerar as demais formas de vida e recursos da natureza como “objetos, e não seres vivos”. A evolução cerebral diagnosticada por Roessler abrangia os grandes avanços da técnica e das ciências, mas teriam incorporado uma idéia de desenvolvimento que não levava em consideração a conservação das riquezas naturais.<sup>310</sup>

O mundo moderno, assim classificado por ele, contrastava com um modo de vida mais idílico, de um passado não tão distante, mas que remontava à sua infância às margens do rio dos Sinos em São Leopoldo. Esse “choque” entre dois mundos traduz-se a seguir:

Antes vivia feliz e com saúde, em plena liberdade na quietude dos campos, trabalhando a terra para o sustento de uma vida simples, mas espiritualmente rica. Mas descontente com poucos haveres materiais, foi atraído pela quimera do luxo e divertimentos dos grandes centros urbanos, para ambiente mais civilizado, mas que lhe é hostil.<sup>311</sup>

O homem urbano tinha um habitat diferenciado daquela representação idealizada, vivendo em “formigueiros humanos”, em “arranha-céus”, em “malocas imundas”, em meio ao “forno do cimento armado” e do “borborinho citadino”. Mais que o homem do campo e de vida simples, a humanidade urbanizada via-se envolvida cada vez mais na doença e miséria, na dependência alcoólica e da nicotina, rotulados como “venenos fortíssimos que minam o organismo e são responsáveis pelas maiores desgraças da humanidade”.<sup>312</sup>

A crítica ao mundo moderno fortemente industrializado também cristalizava-se na constatação do “ar impuro saturado de monóxido de carbono dos automotores”, da “poeira das ruas”, dos “gases envenenados” e “fumaça expelida pelas chaminés das fábricas” e de “milhares de fogões domésticos”.<sup>313</sup>

A censura às grandes nações que patrocinavam guerras também se fazia presente na educação ambiental de Roessler, pois as superpotências aliciavam e coagiam a juventude à prática do belicismo, sob a forte alegação de exercício do patriotismo. Por ser um período recente em relação à Segunda Guerra Mundial, o medo das batalhas aquecidas pelo bombardeamento nuclear era visível na preleção de Roessler.<sup>314</sup>

De um lado, a constatação sobre o homem moderno, coisificado, sem tempo para meditar, na busca desenfreada pelo enriquecimento e afastado da “mãe natureza”; de outro, a pregação pelo paradigma idealizado, qual seja, a reaproximação a uma vida idílica marcada

---

<sup>310</sup> Idem.

<sup>311</sup> Idem.

<sup>312</sup> Idem, p.79.

<sup>313</sup> Idem.

<sup>314</sup> Idem.

pelo apego familiar, o amor da esposa e filhos, ou simplesmente por atos como acariciar um pequeno animal, repousar à beira de um arroio ou de uma grande árvore ou mesmo junto a uma fogueira e barraca, ouvindo o canto e a revoada de pássaros ao alvorecer e bebendo água de uma fonte cristalina.<sup>315</sup>

### 5.1. Navegando pelos rios meridionais: artérias de vida *versus* insustentabilidade industrial

A correnteza do rio  
Vai levando aquela flor  
O meu bem já está dormindo  
Zombando do meu amor  
Na barranceira do rio  
O ingá se debruçou  
E a fruta que era madura  
A correnteza levou  
(Correnteza/Tom Jobim)

A partir da década de 1950 a região do Vale dos Sinos ingressava na rota de um desenvolvimento alicerçado em bases industriais. Iniciava-se a formação de um importante centro de produção coureiro-calçadista com o recebimento de inúmeros curtumes e fábricas de apoio a esta indústria.

Ao mesmo tempo em que se originava a indústria do couro, surgia *pari passu* a crítica ambiental, alertando e denunciando os desequilíbrios ambientais provocados pelas novas unidades fabris. Os resíduos tóxicos produzidos pelo parque industrial eram despejados *in natura* nos arroios que desaguavam no Rio dos Sinos, contendo tanto matéria orgânica em decomposição como as potentes substâncias químicas tanino, sais minerais venenosos e anilinas.

Os relatos dão conta do grande volume de contaminação auferido no Vale dos Sinos, atestado pelas grandes mortandades de peixes e proliferação de doenças, tendo como resultado direto a desorganização da vida dos habitantes ribeirinhos e comunidades pesqueiras. Tais problemas se avolumavam nos períodos de verão, época das vazantes anuais, com peixes mortos em grandes extensões dos arroios e rios.

Nesse contexto regional, as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, por serem pólos industriais, contribuía sobremaneira para o desequilíbrio ambiental, pois, além dos

---

<sup>315</sup> Idem, p.79-80.

resíduos da indústria de curtume, havia a poluição gerada pelas fábricas de celulose, da estação de imunização dos postes de luz e do próprio esgoto cloacal destas cidades. Todos os resíduos líquidos, incluindo o esgoto das habitações, eram escoados sem tratamento, por valas que desaguavam no rio dos Sinos.<sup>316</sup>

No rio Gravataí, na altura de Niterói e Vila Rio Branco, os resíduos oleosos dos depósitos de combustíveis e dos petroleiros, o sangue e matéria orgânica do Frigorífico, Fábrica de Banha e de óleos, lançados n'água sem tratamento algum, torna a água imprestável para consumo e seguidamente causa o morticínio os peixes em dias de represo, no verão, quando o escoamento das águas é mínimo.<sup>317</sup>

As formas de contaminação industrial eram as mais diversificadas, como no rio Caí, por fábricas de produção de tanino e no rio Ibicuí, no qual era lançada salmoura em grandes quantidades pelas charqueadas.<sup>318</sup>

As populações ribeirinhas, além de vivenciarem o drama do consumo da pesca contaminada, em sua maioria eram desprovidas do abastecimento hidráulico, ficando à mercê da utilização das águas poluídas. Apesar da orientação de que se consumisse água do rio fervida, fato é que se registravam muitas doenças intestinais provocadas pela água, descrita como “malcheirosa” e “escura”.

Porém a situação no Vale piorava quando se iniciava o verão, deixando marcas indeléveis no rio dos Sinos, pois com a diminuição do volume d'água e da correnteza, a contaminação se potencializava, “(...) tornando-se a água suja, grossa e malcheirosa de tanta imundície que carregava”.<sup>319</sup>

Os banhos no verão da década de 50 eram desaconselhados, pois colocavam em perigo a saúde dos veranistas que utilizavam o rio com tal finalidade, como atestam os registros

<sup>316</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Águas envenenadas nos nossos rios. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.129. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 15.02.1957.

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> Idem.

<sup>319</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O rio dos Sinos é um esgoto. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.131. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 21.02.1958.

sobre o aumento do número de inflamações nos ouvidos (otites), feridas, erupções na pele e doenças intestinais.<sup>320</sup>

As leis que normatizavam a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos oriundos dos curtumes eram pouco executadas, apesar das fiscalizações, multas, intimações e denúncias na imprensa.<sup>321</sup> De um lado havia pressão de entidades da sociedade civil e mesmo de órgãos públicos para a punição aos industriais infratores; de outro, a burguesia industrial movimentava-se no sentido de emperrar o cumprimento das normas, travando lutas judiciais que pediam suspensão da execução das leis, contra o “excesso” de fiscalização e mesmo solicitando maiores prazos para adequação de filtros.

Não raras vezes as representações da indústria dirigidas à Secretaria de Agricultura do Estado eram aceitas, com a promessa do cumprimento às normas, porém, passado o período das secas, com a volta das chuvas e o aumento do volume d’água, o problema desaparecia momentaneamente aos olhos da sociedade, e a adequação das indústrias era novamente protelada. As expressões utilizadas pelo cronista referentes ao descumprimento das normas parecem soar como na atual primeira década do século XXI: “Sobrepõem assim o seu interesse privado ao coletivo”.<sup>322</sup>

Além do rio dos Sinos, o mesmo problema de contaminação industrial pairava freqüentemente nos rios Gravataí, Caí, Tega, Ibicuí e em diversos outros, transformados em focos de propagação de doenças.

A nascente burguesia industrial do setor coureiro era responsabilizada pelos desastres socioambientais cada vez mais visíveis e intensos, não escapando da verve irônica de Roessler: “(...) em vez de água do rio pode beber chope, água mineral ou refrigerantes e que preferem comprar um novo automóvel de luxo do que gastar a importância necessária à instalação de um purificador de águas”.<sup>323</sup>

Além da contaminação pela química industrial, os problemas aumentavam com o acúmulo de grandes quantidades de cadáveres de animais. Essa constatação evidenciava-se a

---

<sup>320</sup> Idem, p.132.

<sup>321</sup> As normas que regulavam tal questão: Artigo 16 do Código de Pesca de 1938, Portaria 2-57 e o Código Sanitário. Sobre a Portaria 2-57, esta regulamentava o artigo 16 do referido Código de Caça e Pesca, e sua implantação deu-se em função de catástrofe ambiental no ano de 1957 no Sinos, que resultou em um amplo movimento reivindicatório dos grupos pesqueiros. Como ação imediata, a Portaria fora remetida a 306 curtumes e fábricas e 1097 atafonas (fábricas de farinha de mandioca) do Estado. A implementação da referida portaria teve como consequência um movimento de reação por parte das indústrias, que exigiram das autoridades a suspensão da lei; além disso, setores da imprensa, especialmente da cidade de Novo Hamburgo, criticavam a atuação militante da fiscalização.

<sup>322</sup> Idem nota 320, p.133.

<sup>323</sup> Idem.



cada fiscalização nos rios, especialmente no lago Guaíba, desaguadouro natural da bacia hidrográfica do Sinos.

Muitos animais de pequeno porte como porcos, ovelhas, cachorros, gatos e galinhas atirados nos rios se mesclavam com restos de buchadas de animais de maior porte, como o gado, muitas vezes carneado próximo dos leitões. Além disso, com o temor da propagação de doenças, os animais eram jogados nos rios, sendo descumpridas as normas sanitárias que orientavam o sepultamento dos animais junto a covas.<sup>324</sup>

Roessler colocava a público as mazelas que observava *in loco*, contrastando com uma representação idílica do século XIX, quando da passagem pela região do médico alemão Avé-Lallemant. Ao viajar pelo Rio dos Sinos em 1858, descreveu a paisagem em relatórios:

A viagem, de vapor, de Porto Alegre a São Leopoldo durou sete horas. Sete horas de navegação por um rio calmo, de águas verdes, de margens revestidas de grandes árvores, quase que cobertas de aves. A floresta se revestia de orquídeas, trepadeiras e musgos, que desciam em barbas sobre a água. Enquanto o vapor passa junto das margens e muitas vezes navega à sombra do mato, adeja, nas arejadas frondes, uma multidão de coloridas borboletas. Voam de galho em galho numerosos martins pescadores.<sup>325</sup>

Exatos cem anos haviam se passado entre as observações de Avé-Lallemant e os apelos de Roessler, que utilizando-se de paralelos sobre dois momentos históricos distintos, tencionava instigar ao mesmo tempo a indignação e a consciência conservacionista entre seus leitores.

Outra forma de contaminação hídrica, que então se iniciava na década de 50 estava ligada ao advento da Revolução Verde, que então iniciava seus primeiros passos no Brasil e especialmente no Estado do Rio Grande do Sul.

Uma das características mais marcantes da dinâmica industrial capitalista no meio rural será a utilização intensa e descontrolada de agrotóxicos, sendo esta prática severamente questionada pelo pioneiro da ecologia gaúcha.

---

<sup>324</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Animais mortos nos rios. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.136. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 27.12.1958.

<sup>325</sup> Idem, p.137.

As conseqüências insustentáveis da utilização de inseticidas na agricultura já haviam sido percebidas pelos ambientalistas, que apontavam a relação direta dos venenos agrícolas com a contaminação dos lençóis freáticos e a morte sem precedentes de predadores e insetos. Os venenos químicos mais utilizados eram o DDT, toxafeno, parathon, dieldrin, chlordano e heptacloro, e suas embalagens eram acompanhadas de manuais que orientavam as diversas formas de utilização do produto, sugerindo aos lavradores desde a aplicação direta na terra até a utilização de aviões para a pulverização dos inseticidas.<sup>326</sup>

Amparando-se em estudos desenvolvidos nos EUA, Roessler alertava sobre a permanência dos agrotóxicos na terra por 3 anos, portanto com intenso potencial de contaminação permanente no solo. O cronista também prevenia sobre a insuficiência de pesquisas sobre os efeitos colaterais desencadeados pelos agrotóxicos sobre os agricultores e consumidores:

É evidente que o emprego excessivo e incontrolado desses produtos químicos elimina desnecessariamente a fauna e só por isso deviam ser aplicados unicamente em casos de imperiosa necessidade, após estudo de todos os prós e contras, porque a saúde é um bem precioso que não se deve arriscar à toa.<sup>327</sup>

Na prática, a Revolução Verde será uma das marcas do processo de transição de uma economia local e mais tendente à sustentabilidade (ainda fortemente existente nas décadas de análise) para uma economia industrial em grande escala, que então iniciava sua afirmação.

Uma das características da economia pré-industrial da primeira metade do século XX era a piscicultura, porém sua antiga pujança já cedia espaços à estagnação e decadência, tornando-se cada vez mais secundarizada com o advento dos pólos industriais no Vale dos Sinos.

O desenvolvimento constante da indústria, o progresso que avança e que não se pode enterrar, aumenta dia a dia o tremendo problema da insalubridade dos cursos d'água, provocado pelo despejo de matérias orgânicas e azotadas,

---

<sup>326</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Veneno demais. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.130. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 05.02.1960.

<sup>327</sup> Idem, p.131.

líquidos fermentáveis ou venenosos e detritos residuais não purificados (ácidos, tinturas, produtos químicos, etc.) que matam cada ano milhares de quilos de peixes, causando prejuízo incalculável à piscicultura, e muitas doenças de origem hídrica na gente e animais, quando os rios e arroios tiverem fraca vazão.<sup>328</sup>

A contaminação das águas era um dos efeitos diretamente sentidos nessa transição, ao mesmo tempo em que se firmavam algumas normas legais de controle à contaminação das águas e de preservação da economia pesqueira. No sentido de resguardar este setor, da qual dependia a sobrevivência de milhares de famílias e populações ribeirinhas, Roessler conclamava à unidade os grupos diretamente prejudicados, como a Colônia de Pescadores, os criadores e a população que do rio fazia sua casa e sobrevivência.<sup>329</sup>

Nesse movimento que tentava unificar o setor pesqueiro com os setores gaúchos sensíveis à causa, várias etapas foram percorridas, cobrando sobre o empresariado o cumprimento da portaria 2-57 do Código de Caça e Pesca e o Código Sanitário, que obrigavam os industriais a submeter as águas servidas a processos de descontaminação.

Quando o sistema de filtragem era ineficaz, a fiscalização exigia o aperfeiçoamento da tecnologia de eliminação de resíduos, e em extremas situações, gestionavam junto ao judiciário a possibilidade de fechamento da indústria. Porém, como já aludido, os setores contrários ao cumprimento da lei eram bastante influentes tanto na sociedade como nos governos constituídos, conseguindo impor-se e evitar multas e fechamentos para adequação.<sup>330</sup>

Em 1958, o Governo do Estado criara o Conselho de Controle das Águas Poluídas do Rio Grande do Sul, órgão criticado pela UPN e Serviço de Caça e Pesca, pois acabou, como atesta Roessler, não resolvendo os graves problemas de lançamento de dejetos na bacia hidrográfica. Em resposta à inoperância do órgão, os ambientalistas deflagravam a chamada “Operação Saneamento Fluvial”, iniciando-se a lavratura dos processos de infração e autuação de 52 curtumes.<sup>331</sup>

---

<sup>328</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. A indústria dificulta a piscicultura. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.133. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 06.05.1960.

<sup>329</sup> Idem, p.134.

<sup>330</sup> Idem.

<sup>331</sup> Idem.

Paralelamente aos problemas de contaminação oriundos da indústria do couro e da agricultura mecanizada, ocorriam despejos de óleo das embarcações nas bacias hidrográficas.

O processo de contaminação ocorria em função da lavagem dos porões-tanques dos navios petroleiros, onde a água resultante da lavagem era bombeada para os rios. Era detectada pela fiscalização a formação de uma película oleosa que cobria a superfície das águas, que por sua vez chegava até as margens provocando desequilíbrios na vegetação aquática ribeirinha. O problema se agravava, pois também atingia diversos ciclos de vida às margens, como a desova dos peixes.<sup>332</sup>

As aves também eram atingidas tendo suas penas cobertas por óleo quando da procura de alimentos junto a beira dos rios: “Milhares de cadáveres de marrecas, socós, biguás, garças e galinhas encostam nas margens”.<sup>333</sup>

Além dos problemas relativos aos ambientes naturais e dos socioambientais já elencados, também são enumerados outros inconvenientes: “os banhistas se lambuzam; as lavadeiras sujam a roupa que lavam; os pescadores mancham as redes; as embarcações adquirem frisos de óleo e pixe nos encostados; sem contar o perigo que o consumo dessa água contaminada representa para os moradores ribeirinhos”.<sup>334</sup>

A região era controlada pela Capitania dos Portos, que possuía o órgão da Polícia Naval, que, em inícios dos anos 60, autuava os navios que transgrediam a proibição de despejo de óleo nas chamadas águas interiores.

Se, por um lado, as crônicas funcionavam como ferramenta de denúncias, por outro, também apresentavam soluções. Segundo Roessler, tanto o óleo das lavagens dos tanques como os combustíveis e lubrificantes deveriam ser bombeados para açudes artificiais que deveriam ser construídos próximos às margens. Porém, após a estocagem dos resíduos, Roessler sugeria que o conteúdo dos tanques, os lubrificantes e óleos, fossem incendiados.<sup>335</sup> Medida esta que certamente soaria pouco ecologicamente correta nos dias atuais do século XXI.

Talvez, mais prática e sustentável seria a proposta, também transparecida nas crônicas, de instalação, a bordo dos próprios navios, de separadores de óleo e água; desse modo haveria a reutilização do material que, em poucos meses, “pagaria o custo da instalação (...)”.<sup>336</sup>

---

<sup>332</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Fim com a peste do óleo! In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.135. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 13.01.1961.

<sup>333</sup> Idem.

<sup>334</sup> Idem.

<sup>335</sup> Idem, p.135-136.

<sup>336</sup> Idem, p.136.

No entanto, as formas de contaminação hídrica que se disseminavam eram múltiplas, como as oriundas das atafonas, utilizadas na produção da farinha de mandioca. Durante o processo de fabricação, a raiz da mandioca era ralada e prensada, processo no qual era liberado o “leite” da mandioca escorrido da raiz. Esse subproduto leitoso continha o ácido cianídrico.<sup>337</sup>

Naqueles anos 60, aproximadamente 1100 atafonas operavam no RS, produzindo a farinha de mandioca e lançando no curso dos rios o “fortíssimo veneno ácido cianídrico”.<sup>338</sup> Na região de maior alcance do ativismo ambiental, o Vale dos Sinos, os resíduos tóxicos do ácido atingiam arroios e boa parte da bacia hidrográfica, sendo registradas à época a contaminação de plantações de arroz e da bacia leiteira, levando à morte dezenas vacas produtoras.

O incidente levou no ano de 1962 a uma reclamatória conjunta de 35 tambeiros, que, munidos de abaixo-assinado, deslocaram-se até a Assembléia Legislativa gaúcha, reivindicando medidas punitivas às indústrias e requerendo indenização devido a perdas ocasionadas pelas atafonas. Porém, não conseguindo seu intento, vários destes acabaram por vender seus sítios e deslocaram-se para outras regiões.<sup>339</sup>

Ações insustentáveis mais modestas, porém não menos equivocadas, também ajudavam a poluir as matas e margens dos rios gaúchos, especialmente com a proliferação de acampamentos de verão aos finais de semana.

Os locais escolhidos pelos grupos de amigos e pelas famílias eram as matas, montanhas ou mesmo as margens dos rios gaúchos; no entanto, se ao mesmo tempo em que os acampamentos representavam um refúgio de descanso e isolamento junto a ambientes naturais, a falta de consciência preservacionista também acompanhava os visitantes urbanos.

Referentemente a essa situação, não raras vezes os excursionistas encontravam placas com o dizer “Proibido entrar e acampar”, colocadas pelos proprietários que naturalmente se sentiam ultrajados com o descaso e a destruição deixados em visitas anteriores, como arbustos e árvores cortados, ninhos pilhados, orquídeas arrancadas, árvores queimadas na base, fogo florestal, tiroteios e mesmo avanço sobre roças e pomares.<sup>340</sup>

---

<sup>337</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Ácido cianídrico envenenando os rios. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.137. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 31.05.1963.

<sup>338</sup> Idem.

<sup>339</sup> Idem, p.138.

<sup>340</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Férias na natureza. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.211. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 01.09.1959.

Tais situações geravam conflitos entre excursionistas e proprietários, além do próprio dano ambiental, com a destruição das barrancas dos rios e do impedimento da renovação dos matos ribeirinhos:

Quando não existem clareiras nas margens dos cursos d'água, elas são feitas pela derrubada da vegetação arbórea, nos locais escolhidos. As estacas para barracas, bancos rústicos, varas e calões para pesca, espetos para churrascos, a lenha – tudo é retirado do mato alheio, sem licença do dono (...).<sup>341</sup>

As conseqüências também se manifestavam com a proliferação de detritos e sujeiras abandonados a esmo, cinzas das fogueiras, garrafas quebradas, latas vazias, cascas de frutas e restos de alimentos, carteiras e pontas de cigarros, excrementos e “(...) um horrível fedor empestando o ambiente”, acompanhado da poluição sonora, descrita como “infernado barulho”, gerado por gritos, algazarra e sonoridade alta dos rádios portáteis.<sup>342</sup>

O capítulo a seguir pontua as práticas educativas problematizadas por Roessler, suas ferramentas de persuasão e conscientização ambiental e as diversas representações por ele utilizadas para compor seus argumentos junto ao leitor de suas crônicas.

---

<sup>341</sup> Idem.

<sup>342</sup> Idem, p.212.

## 6. PROMOVEDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTRATÉGIAS DE CONVENCIMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO

Comparações entre realidades diversas, parábolas, dados técnicos, exaltação nostálgica e fé cristã, eis alguns elementos utilizados por Henrique Roessler para compor suas ferramentas de persuasão junto à opinião pública sul-rio-grandense. Estratégias discursivas que, articuladas com as ações *in loco* promovidas pela União Protetora da Natureza e Serviço de Fiscalização, constituíam as bases da educação ambiental desenvolvida à época.

Diante da relação insustentável estabelecida entre a humanidade e o planeta, Roessler observava seu tempo como um período de inflexão. Frente aos signos de modernidade e progresso que se avolumavam, percebia elementos contraditórios presentes nos modelos desenvolvimentistas em curso; por isso, ao fundamentar posições contrárias a esses modelos, utilizava-se de dados sobre produção agrícola, fome, número de habitantes no planeta etc, relacionando-os com a questão ambiental.

Dos atuais 2,7 bilhões de habitantes da terra, apenas a quinta parte pode se alimentar satisfatoriamente. Os demais passam fome crônica desde o nascimento até a morte. Nalgumas regiões há excessos de alimentos, tendo havido ocasiões em que estas sobras são destruídas pelo fogo, para manter preços altos, enquanto em outras ainda morrem de fome diariamente milhares de pessoas, porque não há meios de transporte para distribuição desses recursos alimentares.<sup>343</sup>

Segundo sua análise, um dos fatos que mais resultava no aumento da fome no mundo era justamente a “devastação irracional das matas e o fogo florestal”, pois essas ações influíam diretamente na desfertilização e empobrecimento de terras produtivas.<sup>344</sup>

---

<sup>343</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Sobrevivência da humanidade ameaçada. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.65. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 03.06.1960. O trinômio “floresta x fome x produção agrícola” contraria a moderna tese em voga no século XXI, que justamente tem no desflorestamento de matas nativas o aumento da área de lavoura, conseqüentemente da produção de grãos, a exemplo do plantio de soja em meio à derrubada de imensas áreas da floresta amazônica.

<sup>344</sup> Idem.

Como resultantes do avanço da desertificação sobre antigas áreas florestais, pontuava o “esgotamento da superfície arável do mundo” e a “perda de camada fértil” do planeta. As afirmações baseavam-se em dados oriundos de tensões vivenciadas em países como EUA e Alemanha, ainda na década de 1940, quando entre os anos de 1947 e 48, os incêndios florestais nos Estados Unidos haviam se alastrado por “(...) 9 milhões de hectares de mata virgem, o que representa mais do que o consumo de madeira durante 10 anos”. No caso das florestas germânicas, a destruição de 700 hectares da flora em um período de apenas um ano haviam levado à extinção cerca de 600 fontes de água presentes na Floresta Negra.<sup>345</sup>

O planeta perdia ao dia cerca de 200.000 ha de terras aráveis devido ao “esgotamento de fertilidade, aumento das cidades, alagamento pelas represas, alargamento das estradas, maiores campos de treinamento militar, novos campos de aviação, espaços para novos quartéis e institutos de educação, etc”. A drástica redução da área florestal do planeta, que de 9/10 da superfície terrestre passara, em inícios dos anos 60, para 2/10, ocasionava também o rebaixamento dos níveis de água subterrânea e dos rios.<sup>346</sup>

Os números informados pelo cronista objetivavam que o leitor percebesse a problemática ambiental do Brasil, porém a partir de uma perspectiva planetária. O Brasil, com uma “população de apenas 70 milhões” não possuía “autosuficiência de produção de alimentos”, sendo responsabilizados os “dirigentes”, que, “movidos pelo egoísmo e materialismo” e empenhados na “caça ao dinheiro e posições”, não previam a gravidade dos problemas que então se avolumavam.<sup>347</sup>

Além dos argumentos amparados em experiências, números e dados técnicos, fazia-se presente em algumas crônicas a influência da ética cristã como elemento de convencimento junto à opinião pública. A utilização da categoria “natureza” como criação divina e obra de Deus operava como elemento de seu diagnóstico sobre as ações humanas em relação aos ecossistemas.

Entretanto, as mesmas categorias religiosas também legitimavam as práticas de ecocídio combatidas por Roessler, na medida em que setores da sociedade consideravam como “direito natural” o ato da caça, pois em seu entendimento os animais haviam sido

---

<sup>345</sup> Idem.

<sup>346</sup> Idem.

<sup>347</sup> Idem, p.66.



“criados por Deus para alimentar os homens”. O discurso, ao comportar elementos religiosos, servia para legitimar tanto atos de preservação quanto atos ecologicamente insustentáveis.<sup>348</sup>

Dentre os caçadores de animais, Roessler novamente destacava a ação dos passarinhos que, apesar de operarem à margem da legalidade, em seu entorno figurava o mito romântico do “Senhor dos Campos, matos e banhados”, que acabava por legitimar atos criminosos perante a sociedade.<sup>349</sup>

Muito embora os passarinhos fossem oriundos de diversas classes sociais, a crítica recaía especialmente sobre os “grandes, os nobres, os cidadãos titulados e respeitáveis, de elevada posição, mas sem escrúpulos morais (...)”, pois “aparecem nos seus carros de luxo, levando suas armas de classe, calibre 12 e 16, para matar tico-ticos e sabiás (...)”.<sup>350</sup>

Ao mesmo tempo em que realizava uma crítica ambiental aos mais abastados, procurava minimizar as ações dos agricultores “mais humildes” que praticavam caçadas aos pássaros, referindo-se a eles como colonos brancos, que, devido a sua teimosia e ignorância, não percebiam as “maléficas conseqüências” de seus atos.<sup>351</sup>

Em sua análise, a transgressão à Lei de Caça que os ricos praticavam<sup>352</sup> era um exemplo reproduzido pelos agricultores mais humildes, influenciando diretamente de forma negativa os colonos e pequenos agricultores do norte gaúcho.

Em dado momento de suas observações, o ambientalista afirmava que os ensinamentos voltados para modificar a mentalidade destrutiva dos adultos não mais teriam resultados, sendo a solução o apelo ao “sentimento religioso do povo”. A estratégia educativa começaria com “as mães carinhosas” dentro de suas casas, inculcando no “espírito dos filhos que vai contra a lei divina e contra os sentimentos humanos, prender, maltratar ou destruir, sem absoluta necessidade, as indefesas criaturas de Deus”. Também sugere que as esposas deveriam negar-se em preparar refeições aos maridos com o fruto de suas caçadas ilegais, “especialmente as avezinhas”.<sup>353</sup>

---

<sup>348</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Religião e natureza. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.66. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 01.08.1958.

<sup>349</sup> Idem, p.67.

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> Roessler menciona o papel pedagógico dos padres durante a realização das missas, em que estes esclareciam que “(...) passarinho não é caça, que quanto mais pássaros existir, maior serão as colheitas (...)” e que apesar da orientação feita pelos religiosos, os agricultores saíam “(...) correndo da igreja para matar as lindas criaturinhas divinas, destruindo o encanto dos matos e campos, pescando obstinadamente”.

<sup>352</sup> Exemplo concreto desta situação foi o resultado de uma “saída” entre os municípios de Nova Prata e Guaporé, no dia 20 de julho de 1958, que ao se deparar com 52 passarinhos, apreendeu destes 36 espingardas, 7 redes passarineiras, 9 gaiolas e alçapões e 378 passarinhos mortos pertencentes a diversas espécies.

<sup>353</sup> Idem nota 350, p.68.

Sua alegação sustentava-se tanto em parâmetros legais quanto em princípios advindos de uma ética cristã, defendendo que, também nas escolas, o ensino sobre proteção ao meio natural devia estar vinculado como “problema religioso”, pois assim seria “mais profundamente compreendido” pelo conjunto dos alunos.<sup>354</sup>

Outro aspecto essencialmente educativo nesse fazer ambiental seria o papel exercido pelas lideranças religiosas, denominados de “Sacerdote” ou “Mestre”. Estes, pelo seu central papel em uma comunidade, conseguiriam “impregnar indelevelmente na alma do aluno a noção de que a natureza e seus indefesos seres são obra de um sábio e onipotente Criador”.<sup>355</sup> Para isso, aconselhava que atos faltosos contra a natureza (natureza entendida como “obra divina”), deveriam ser compreendidos como “pecado contra Deus”.<sup>356</sup>

O sentido de sacralidade atribuído à Terra deveria ser acompanhado de uma educação profundamente afetiva tanto quanto menos rígida, capitaneada pelos pais, pelo ensino religioso e pelos educadores nas escolas. Esses atores sociais teriam maior êxito em inculcar sentimentos nobres para com o trato aos animais e influenciariam decisivamente na formação do caráter das crianças e jovens.

Essa formação despertaria o sentimento de percepção de atrocidade a atos contra os a fauna, como:

“(…) prender passarinhos em minúsculas gaiolas e peixinhos ornamentais em exíguos aquários, animaizinhos acostumados a plena liberdade na imensidão da natureza; de manter cachorrinhos de estimação eternamente amarrados em curta corrente em lugares anti-higiênicos, bater-lhes, deixá-los passar fome e sede e de maltratar qualquer outro ser vivo”.<sup>357</sup>

Os exemplos e influência baseados em atos afetivos dos pais, mestres e ensino religioso fariam as crianças e jovens evitar atos de destruição e brutalidades, que no discurso do cronista se equiparam a pecados contra a obra de Deus. Meninos que utilizassem fundas para “ferir avezinhas” e “destruir ninhos”, quando adultos teriam propensão a cometer

---

<sup>354</sup> Idem.

<sup>355</sup> Idem.

<sup>356</sup> Idem.

<sup>357</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Educação do coração. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.80. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 24.04.1963.

caçadas predatórias contra animais silvestres, por isso reafirmava a necessidade do exercício da “educação do coração” desde a tenra idade.<sup>358</sup>

Naquele contexto histórico de abril de 1963, quando da escrita desta crônica, Roessler amenizava o discurso quase sempre contundente contra a classe política e demonstrava simpatia pelos “governos”, que “felizmente estavam no caminho certo” no que dizia respeito à “educação das novas gerações”. Para ele, as políticas desenvolvidas estavam tendo como consequência “bons resultados” no setor de proteção à natureza, podendo ser muito melhores pelo fato de muitas crianças não frequentarem a escola “por culpa de pais relaxados e analfabetos”.

Um dos elementos criticados naquele contexto de início da década de 60 era o papel relativo ao universo escolar nas classes primárias, pois dedicavam-se à instrução intelectual prioritariamente, não deixando espaços para a “educação moral”, que como já se observou no discurso, estava estreitamente ligado a um conjunto de valores de caráter conservacionista e preservacionista.<sup>359</sup>

Como subsídio pedagógico sugeria a leitura de suas crônicas, e reflexão sobre as mensagens veiculadas, no ambiente familiar ou nas escolas, que aliadas às aulas práticas e aos dias dedicados a elementos da natureza e aos Santos (dia da árvore, festa das aves, dia de São Francisco), potencializariam a consciência ambiental.

Dias comemorativos como a Festa das Aves seriam propícios a atividades de observação dos passarinhos em seus ninhos, ressaltando, por exemplo, o processo de nidificação e alimentação dos filhotes. Como atividades práticas os alunos confeccionariam caixinhas manuais para posterior fixação nas árvores a fim de auxiliar na retenção dos ninhos. Roessler argumentava que essas aulas práticas influenciariam sobremaneira a mentalidade das crianças: “difícilmente nas férias continuarão a praticar suas costumadas depredações na natureza”.<sup>360</sup>

Um dos pontos marcantes na vida de uma criança era sua afirmação dentro do grupo da mesma idade, e, muitas vezes, tal afirmação passava por uma aceitação de determinadas tarefas, como a utilização de fundas para matar passarinhos e a danificação de ninhos.

Alguns meninos eram atacados por “sentimentos de culpa” por serem “crianças de bom coração”, com “lágrimas e grande arrependimento” e “sensíveis ao sofrimento alheio”,

---

<sup>358</sup> Idem.

<sup>359</sup> Idem, p.81.

<sup>360</sup> Idem.

porém outros eram “diabinhos cínicos e perversos, que nada sentiam, porque eles mesmos são vítimas do meio ambiente sem amor em que se criam”.<sup>361</sup>

Nessa afirmação detectamos um conceito de ambiente que extrapola o de ambiente natural ou ecossistemas, implicitamente retratando uma situação de relações humanas e familiares. Aqui, a postura dos pais, educadores e familiares torna-se decisiva na formação de uma determinada ética ambiental, sendo este “meio” de convivência também “meio ambiente”.

Completa Roessler: “Estes aprenderão a ver o sofrimento dos animais e sentirão que cabe a eles auxiliá-los. Os outros enveredarão para a sinuosa estrada do crime, que termina na cadeia”. Neste sentido, o cronista condena os pais que esquecem suas “responsabilidades de educadores” e:

(...) cometem o crime de envenenar as almas dos seus próprios filhos, ensinando-os a matar na primeira infância, preparando-lhes fundas, alçapões armadilhas; dando-lhes aulas de pontaria; permitindo a destruição de ninhos e filhotes; levando-os junto nas caçadas para que se acostumem a ver correr sangue; para que os vejam atirar os passarinhos até de cima dos ninhos, mandando-os depois depenar as pequeninas vítimas; ridicularizam a obra educacional das escolas e anulam todo o trabalho protetor das autoridades competentes.<sup>362</sup>

Outro recurso didático era a tradução de autores estrangeiros que versavam sobre o tema ambiental em seus países, como atestam as indagações do poeta e naturalista germânico Hermann Loens na revista *Unser Wald*, publicada na Alemanha, em 1911, traduzido por Roessler e utilizado como instrumento comparativo à realidade brasileira da década de 60.<sup>363</sup>

Loens perguntava aos leitores alemães: “Vedes alguma proteção à natureza digna de nota? Não vedes em compensação em toda parte violação da natureza, destruição das florestas, massacre dos animais e peixes, mau trato da terra e da água?”<sup>364</sup>

O poeta alemão questionava intensamente os discursos governamentais relacionados à proteção ambiental, pois restringidos à esfera das reuniões e congressos, resultavam em reduzidas ações práticas. Em suas próprias palavras, considerava “política de avestruz” as

<sup>361</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Modificação de mentalidade. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.84. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 29.07.1960.

<sup>362</sup> Idem, p.85.

<sup>363</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Tudo só frases? In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.71. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 04.11.1960.

<sup>364</sup> Idem.

políticas ambientais desenvolvidas na Alemanha do início do século XX, marcadas por “superficialidade e expressões inchadas”.<sup>365</sup>

Apesar da distância geográfica e temporal (cerca de 50 anos), diversos eram os temas em comum tratados por Loens e Roessler, especialmente quando relacionados à proteção aos recursos naturais, inoperância do poder público, extinção de diversas espécies de fauna e flora, derrubada de florestas, proteção de reservas florestais e condenação aos modelos de civilização que privilegiavam o crescimento em detrimento dos ecossistemas.<sup>366</sup>

As questões problematizadas pelo naturalista alemão iam ao encontro das teses de Henrique Roessler, que por isso mesmo justificava a utilização de seus escritos: “(...) se ajusta como uma luva às condições brasileiras atuais”.<sup>367</sup>

O caráter educativo que as crônicas jornalísticas cumpriam na formação de consciências em relação às causas ambientais, por si só caracterizavam um processo de educação ambiental informal<sup>368</sup>.

Por outro lado, percebe-se claramente a EA quando através das crônicas eram divulgadas suas estratégias pela União Protetora da Natureza, que “vencia lentamente a Campanha do Idealismo, apesar das enormes dificuldades a enfrentar constantemente”.<sup>369</sup>

Segundo a própria definição da entidade, a UPN era um “centro de divulgação de ensinamentos e orientação” que enviava, de forma regular, a diversos locais públicos do Estado e mais de 3000 escolas material de propaganda. Os materiais de divulgação eram “avulsos ilustrados” que orientavam sobre a conservação de fauna e flora, e possuíam impacto nas escolas devido à “vultosa correspondência recebida da benemérita classe educadora”.<sup>370</sup>

Embora não se possa mensurar o alcance da UPN fora do RS, é certo que em determinada medida sua influência se fazia sentir, pois chegavam até São Leopoldo pedidos de folhetos de propaganda para serem remetidos a outras regiões brasileiras.

---

<sup>365</sup> Idem.

<sup>366</sup> Idem, p.72.

<sup>367</sup> Idem, p.73.

<sup>368</sup> Cfm. o INP (Instituto Nacional de Pesquisas em Educação Anísio Teixeira) a educação informal pode ser definida como uma modalidade educativa na qual os indivíduos adotam atitudes, aceitam valores e adquirem conhecimentos e habilidades em sua vida diária, influenciados pelo meio que o rodeia, como a família, a vizinhança, o trabalho, os esportes, a biblioteca, os jornais, a rua, o rádio, o ambiente de trabalho e nos espaços de lazer. Além disso, é definido como sendo um processo educativo assistemático e que resulta no desenvolvimento de conhecimentos e valores de forma permanente e não organizado. [www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp](http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp). Acessado em 15 de junho de 2008.

<sup>369</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Em causa própria. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.75. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 18.11.1960.

<sup>370</sup> Idem.

O grupo de aproximadamente 300 a 400 pessoas que formavam a UPN recebia apoios amplos, demonstrando o caráter plural do pensamento e das práticas ambientalistas no RS. No ano de 1960 o Rotary Club de Novo Hamburgo declarava apoio às lutas ecológicas da UPN, quando a totalidade dos membros daquela entidade passaram a ser sócios contribuintes da entidade fundada por Roessler.

Da mesma forma, apoios de setores influentes do catolicismo gaúcho como o do arcebispo metropolitano de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, aliado nas campanhas desenvolvidas em defesa da fauna e flora. No entanto, as adesões do campo religioso não se restringiam ao universo de lideranças católicas, abarcando adesões de associações evangélicas e de sociedades espíritas, como o grupo Luz e Verdade, da cidade de Farroupilha.<sup>371</sup>

A essas adesões agregavam-se outras entidades brasileiras dedicadas à fauna, como a Associação de Assistência e Amparo aos animais da cidade de São Paulo, que divulgavam e distribuía em sua sede o material educativo desenvolvido pela UPN gaúcha.<sup>372</sup>

Enfim, o apelo conservacionista da UPN encontrava ressonância e apoio explícitos em vários segmentos da sociedade, o que redundava em um maior respaldo às diversas ações de ativismo e educação desenvolvidas por estes.

Além de enumerar os feitos, propostas e objetivos da entidade ambientalista, o espaço das crônicas seguidamente realizava campanhas de pedidos de doação à UPN, bem como incentivava a filiação dos simpatizantes para aumentar o número de sócios contribuintes, ponto fundamental para ampliar o raio de ação e potencializar “as campanhas educativas desenvolvidas nas escolas”.<sup>373</sup>

Porém, não somente era solicitado dinheiro, mas doação de folhas brancas, exemplares do *Correio do Povo Rural* e revistas com abordagem ambiental “para a distribuição às escolas e camponeses pobres”.<sup>374</sup>

O fato é que a educação ambiental de Roessler amparava-se em diversas óticas, aspectos, abordagens e recursos, como o da utilização de “parábolas” de fundo moral, como a história centrada na existência de uma floresta exuberante em diversidade de vida faunística e florística: “Era uma vez uma grande floresta”, com “raízes que penetravam fundo na terra”, que portavam “frondosas copas”, composta por “bosques e sub-bosques”, “chão úmido e fofo como uma esponja e coberto de musgos e folhagem”, “pequenos córregos que serpenteavam

---

<sup>371</sup> Idem, p.76-77.

<sup>372</sup> Idem, p.77.

<sup>373</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. “Socorro”, amigos da natureza. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.87-88. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 22.02.1963.

<sup>374</sup> Idem, p.88.

entre os troncos e as rochas” e que caíam “em cascatas rumo às baixadas”, repleta de pássaros, abelhas e peixes em abundância.<sup>375</sup>

O desenvolvimento da história tem seu divisor de águas com a chegada de homens na planície, ao pé da floresta, que vêem a riqueza vegetal como “mato inesgotável”; a partir de então se inicia “a derrubada de árvores para construir suas casas” e com o tempo “o lugarejo se desenvolveu numa populosa cidade industrial”.<sup>376</sup>

A história escrita por Roessler tem sua continuidade com o passar de 50 anos, tendo havido o saque total da mata e o consumo cada vez maior de energia, carvão e lenha para uso doméstico, industrial e de fabricação de móveis, sendo instaladas serrarias, o que resultou, em lugar das árvores, “restolhos tortos, brotos e macegais” e a escassez da “água dos arroios e rios”.<sup>377</sup>

Os moradores, reconhecendo que tinham de reflorestar a área, decidiram “plantar somente árvores de rápido crescimento para compensar o emprego do nosso capital”; na análise didática de Roessler, esse foi o maior erro cometido pela população, pois “devastaram e queimaram toda a vegetação das encostas dos morros, deixando o solo nu” e “encheram tudo com eucaliptos”, que segundo o cronista era “essa árvore estrangeira, que seca e desfertiliza a terra”.<sup>378</sup>

Na seqüência da parábola, abateram-se sobre a comunidade enxurradas de inverno que arrancaram a camada fértil com muitas mudas e depositaram-se abaixo, formando brejos e banhados e entulhando o rio, ou seja, fazia-se erosão. Com o processo de desertificação nas fontes e desaparecimento dos rios e arroios, os “homens inteligentes” construíram represas “para não paralisar a Usina Elétrica e Hidráulica, alimentadas pelas águas dos rios”.<sup>379</sup>

Ao mesmo tempo, no “mato artificial”, pássaros e animais silvestres fugiam pois não encontravam locais para nidificar, e a fauna restante havia sido exterminada pelos caçadores da cidade. Porém, os desastres ainda não haviam se completado, pois o “mato enfraquecido, de raízes superficiais, não resistiu aos ventos fortes”, sendo arrancado e depositado em um imenso monte e, por descuido de lenhadores, iniciou-se um incêndio.<sup>380</sup>

Ao final da parábola, a represa secou, paralisando as atividades das usinas e indústrias e milhares de trabalhadores ficaram sem empregos, sendo que a falta d’água atingiu

---

<sup>375</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Imprevidência de homens inteligentes. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.81. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 28.05.1960.

<sup>376</sup> Idem, p.82.

<sup>377</sup> Idem.

<sup>378</sup> Idem.

<sup>379</sup> Idem, p.83.

<sup>380</sup> Idem.

fatalmente os pomares e plantações, levando os agricultores à falência e ao abandono de suas terras; o resultado foi o abandono da zona rural e o deslocamento destes para as periferias da cidade.<sup>381</sup>

Os exemplos retratados na parábola eram considerados por Roessler como uma “grave imprevidência” e se faziam concretamente em diversas partes do mundo.

### **6.1. “Equilíbrio ecológico”, “matas” e “árvores”: representações ambientais como ferramenta educativa**

Percebe-se claramente que Roessler possuía uma compreensão do funcionamento sistêmico da natureza e da relação das atividades humanas para com o desequilíbrio biológico: “Na sábia organização da natureza todos os animais têm funções definidas e indispensáveis. Os pássaros, por exemplo, ocupam postos de exterminadores de insetos nocivos e cada espécie cumpre obrigações especiais, de acordo com suas predileções alimentares”.<sup>382</sup>

Amparado nessa percepção sistêmica, Roessler defendia que os caçadores de passarinhos fossem tratados pela justiça como criminosos comuns, pois com a morte de pássaros, os insetos daninhos desenvolviam-se livremente provocando danos irreparáveis nas lavouras. Além disso, condenava, através do seu discurso, a utilização de inseticidas na agricultura, devido ao exaustivo trabalho no uso do produto, bem como seus elevados preços. Na avaliação do cronista, o inseticida não atingia locais abaixo das folhas e fendas de cascas das árvores, onde as pragas se ocultavam, diferentemente do predador natural que lá buscava seu alimento.<sup>383</sup>

Caso específico na cidade de Montenegro é relatado, quando a Prefeitura do Município decretou lei para combater o denominado “bicho serrador”. A praga havia se disseminado, afetando as plantações de acácia, e o poder público municipal determinou aos silvicultores a queima de galhos cortados, pois os insetos depositavam os ovos nas cascas.

A disseminação descontrolada do inseto havia ocorrido devido à intensa caça predatória aos pássaros, seus predadores, que eram os controladores biológicos. Diante dessa situação, a UPN realizou campanhas educativas junto aos colonos alemães na busca do

---

<sup>381</sup> Idem.

<sup>382</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. O bicho serrador da acácia. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.32. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 15.03.1957.

<sup>383</sup> Idem.



reequilíbrio da população das aves, propondo o repovoamento da zona atingida com pássaros insetívoros a fim de controlar o bicho-serrador.<sup>384</sup>

Contudo, como os problemas de desequilíbrio ecológico eram diversos, uma margem maior de leques temáticos se abria para a discussão via crônicas, como exemplo o mote da destruição de figueiras.

No ano de 1959 vários casos de derrubadas de figueiras centenárias pararam na imprensa do *Correio do Povo*. Como elemento educativo do cronista, uma de suas estratégias de convencimento era a descrição da importância e forma de determinadas espécies.

As figueiras eram assim caracterizadas: “copas frondosas”, “folhas verde-escuras”, “fortes e compridas raízes superficiais” desenvolvendo-se na base do tronco da árvore e formando as sapopembas.<sup>385</sup> (...) “monumentos naturais do campo, remanescentes de florestas derrubadas, dentro das quais haviam se criado”.<sup>386</sup>

Como em diversas outras situações analisadas, o cronista demonstrava, através de sua arguta observação do meio natural, conhecimento sobre o que talvez se possa chamar de “funções” das espécies. Nas fazendas do RS eram plantadas figueiras que serviam como sombra e estética junto aos solares e poteiros, também servindo para o abrigo de tropas de gado e cavalos. As frutas eram procuradas pelos pássaros e as folhas espessas utilizadas como locais para ninhos.<sup>387</sup>

As descrições dos ambientes naturais acabavam servindo como uma espécie de introdução às denúncias que seguiam, compondo um estilo de escrita articulado e dependente. No caso em questão, o enfoque denunciativo retratava a cidade de Sapucaia, onde as figueiras tinham seus musgos raspados e suas frondosas raízes desenvolvidas sobre o solo, enterradas. Os defensores de tais práticas alegavam que após essas intervenções, as árvores e praças ficariam melhores esteticamente.

Também casos de figueiras que se desenvolviam às margens de rios, em beira de estradas e junto a pousos de carreteiros, que eram abatidas por caçadores e pescadores que as utilizavam como lenha nos acampamentos. Muitas eram derrubadas em função da expansão

---

<sup>384</sup> Roessler não culpava os colonos da região de Montenegro pela “matança de passarinhos”, mas aos que chamava ironicamente de “bons vizinhos”, que se deslocavam dos municípios do norte do Estado. Estes, segundo o cronista, traziam presentes (saquinhos de pinhão, caixas de uvas, vinho etc) em troca de licença para a prática do tiro.

<sup>385</sup> Raízes que se desenvolvem junto ao tronco formando em torno dele divisões achatadas. (Sapopemba ou sapopema).

<sup>386</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Figueiras silvestres. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.36. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 12.06.1959.

<sup>387</sup> Idem, p.37.

da energia elétrica e da telefonia para passagem da fiação, para a fabricação de saltos para sapatos e mesmo para a colheita de orquídeas que se desenvolviam nas copas das figueiras.

Na cidade de Santo Antonio, uma figueira foi abatida por ordem de um proprietário de armazém, pois à sombra da árvore abrigava-se um quitandeiro, visto como concorrente, que vendia frutas e doces.

Casos de conflito ambiental, como o relacionado ao proprietário de mercado e o quitandeiro, não eram isolados. Durante a construção da rodovia Getúlio Vargas, em seu km 42, uma frondosa figueira foi poupada com o desvio do leito da estrada em alguns metros, porém a estrada passava na propriedade de um agricultor que por vingança derrubou a figueira.<sup>388</sup>

Com a mesma entonação didática dedicada as figueiras, Roessler também se referia às matas ciliares e sua função no equilíbrio ecológico<sup>389</sup>. Esta vegetação ribeirinha evitava o desmoronamento das margens dos rios e seu assoreamento, e suas copas cumpriam a função de abrigo para diversas espécies, também regulando a temperatura das águas com suas sombras e servindo de alimentação para os peixes.<sup>390</sup>

Na primeira metade do século XX, já existiam no RS leis que proibiam a devastação de matas ciliares que estivessem localizadas a uma distância de 20 metros de largura das duas margens de rios e fontes.<sup>391</sup> As matas ciliares eram consideradas “áreas de marinha” ou de “uso comum”, o que levava as áreas de entorno dos rios e nascentes a serem objeto de toda sorte de especulação e descuido, especialmente por veranistas, caçadores e pescadores.

Essas áreas que margeavam os rios constituíam-se, mesmo que estivessem localizadas em áreas particulares, como bens patrimoniais do Estado. Nesse sentido, os proprietários poderiam ter sua posse e usufruto, até o momento de necessidade de utilização pelo Estado,<sup>392</sup> porém esse mesmo usufruto legal determinava a preservação das matas ribeirinhas.

A devastação das ribanceiras dos rios aumentava com a ação de grupo de pescadores, que, das margens, cortavam “20 ou 30 calões para espinhéis e redes, representando cada um uma arvorezinha, escolhida sempre pelo porte mais reto”.

A representação do embate ambientalista também se cristaliza na seguinte citação:

---

<sup>388</sup> Idem.

<sup>389</sup> Vegetação ribeirinha como árvores, arbustos, macegas e bamburrais.

<sup>390</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Matas ribeirinhas em perigo. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.38. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 13.11.1959.

<sup>391</sup> Cfm. Roessler: Art. 7º do Decreto Lei 1.631, de 27.09.1939, complemento ao Código de Pesca, alínea B do Código Florestal, Decreto 23.793, de 23.01.1934.

<sup>392</sup> Estas áreas eram utilizadas pelo governo para a construção de portos, pontes, estradas, praias de banho etc, ou seja, para o desenvolvimento de serviços da administração pública.

Os pescadores, caçadores e veranistas, cuja principal ferramenta é o facão do mato para cortar espetos para churrasco, paus e estacas para barracas, para bancos e trimbas, fazem tal devastação que a mata das ribanceiras está ficando cada vez mais rala e com isso a paisagem mais desolada e feia e maiores os prejuízos.<sup>393</sup>

A cada investida de fiscalização nas áreas, eram encontradas centenas de varas jogadas ao chão, nos arredores dos acampamentos. O fato é que essas eram aproveitadas apenas uma vez e após descartadas, sendo a cada ano contabilizado o desperdício de “dezenas de milhares de arvorezinhas em formação”.<sup>394</sup>

Os desmatamentos dessas áreas acabaram ao longo da década de 50 por gerarem vários conflitos entre os proprietários das terras e os visitantes pescadores e veranistas, fazendo com que o Serviço de Caça e Pesca iniciasse um processo de autuação mais incisivo.

Roessler deixa então um conselho:

Um conselho da União Protetora da Natureza: - Será conveniente os pescadores levarem nas suas embarcações sarrafos para calões de pescaria, barracas, etc. e os caçadores e veranistas se prevenirem em casa dos espetos de que vão necessitar no mato, respeitando o mato alheio, parta evitarem dissabores com as autoridades e proprietários, pois as multas vão de Cr\$ 500,00 até Cr\$ 2.000,00 e os infratores ainda poderão ser processados pelo crime de furto. De qualquer maneira a Lei será executada com rigor de agora em diante.<sup>395</sup>

Ao mesmo tempo em que a crítica ambiental voltava-se para problemas concretos como a destruição das matas ciliares, também eram dedicadas reflexões para o alerta sobre datas comemorativas de cunho ambiental, em especial sobre o “dia da árvore”.<sup>396</sup>

Embora atividades fossem realizadas em função da data comemorativa, havia críticas contundentes feitas por Roessler, ao observar que apenas no dia comemorativo eram desenvolvidas atividades alusivas ao meio ambiente, sem, na verdade, haver reflorestamento e proteção às florestas, restringindo-se a plantações simbólicas realizadas por políticos e concursos de redação, poesias e cartazes nas escolas.

---

<sup>393</sup> Idem nota 390, p.39.

<sup>394</sup> Idem.

<sup>395</sup> Idem.

<sup>396</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Fogo de palha. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.33-34. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 12.09.1958.

Paralelamente à omissão caracterizada pela falta de ações concretas em prol do meio natural, em várias viagens realizadas pelo interior do Estado, os ativistas apreendiam caminhões-reboque levando madeira para depósitos e portos, bem como balsas carregando clandestinamente troncos pelo rio Uruguai.

Também eram descritos cemitérios de toras e enormes pilhas de tábuas ao redor das serrarias, na maior parte clandestinas, além da derrubada de pinheiros fora do tamanho para o corte. Em diversos locais foi observada não só a utilização de machados, mas a introdução de serras elétricas e tratores no corte e arrasto das árvores centenárias.<sup>397</sup>

Roessler propugnava por uma educação ambiental escolar, o que se evidencia nas palavras que seguem:

“(…) quanto à juventude escolar, nossa esperança de um futuro melhor, devia ser ensinada a amar a terra, a floresta e a fauna por meio de um sistema pedagógico moderno, pondo-a em contato direto com a Natureza, especialmente tratando-se da mocidade das cidades, que geralmente fica presa em casa e assim não chega a conhecer a beleza de um mato crioulo”.<sup>398</sup>

O fragmento textual acima revela uma determinada percepção de ensino ecológico escolar de viés naturalizante, sugerindo que o contato direto com o meio natural, mais do que o estudo teórico, despertaria nos alunos uma consciência conservacionista. Clarifica-se essa posição quando sugere que as crianças fossem levadas para “dentro das matas”, ensinando-as a distinguir as diferentes espécies de árvores pelas “folhas, cascas e frutos”; observando as sementes que originam os “gigantes das selvas”, orquídeas, musgos, cipós; a diversidade de formas de vegetação que cobrem as florestas e a formação do húmus fertilizador, resultado da queda das folhagens.<sup>399</sup>

Além da observação dos movimentos vivos na natureza, o cronista entende como fundamental o contato das crianças com silvicultores ou colonos, e com este contato, o aprendizado do uso da pá e enxada, o preparo de canteiros, semeadura, preparo de pequenos viveiros de mudas em caixas e vasos, abertura de covas etc. Seriam “ensinamentos de muito interesse para a mocidade, e de maior proveito do que as Festas da Árvore”. Outra orientação educativa é a criação de bosques escolares, pois estes constituem “fontes de saber, prazer e saúde à comunidade escolar”.<sup>400</sup>

---

<sup>397</sup> Idem, p.34.

<sup>398</sup> Idem, p.35.

<sup>399</sup> Idem.

<sup>400</sup> Idem, p.36.

Tais orientações educativas, de caráter conservacionista/preservacionista, teriam como premissa desenvolver, através do contato com o ambiente, o “amor à natureza”, tão preconizado por Roessler e a UPN.

Portando, cristalizavam-se duas frentes de engajamento: uma a denúncia em relação ao dia comemorativo à árvore e todas as questões imbricadas nas comemorações míticas; outra, a proposta de contato direto das crianças com o meio natural.

Roessler propunha uma reflexão crítica acerca do dia 21 de setembro, dia da árvore, argumentando que a data deveria ser lembrada como dia de “luto e tristeza” para o Brasil, devido ao não-cumprimento das normas legais que versavam sobre o reflorestamento e pelas derrubadas clandestinas e criminosas no interior do sul do Brasil.<sup>401</sup>

O ambientalista, propondo uma discussão das conseqüências econômicas e sociais da devastação florestal, salientava que o preço das tábuas, devido à escassez, tornava-se inviável para a construção de chalés para a “população mais humilde”. Assim, referia-se a uma realidade próxima: “(...) estarão morando em ranchos de barro, de chão batido e cobertos de palha ou em malocas”.<sup>402</sup>

Também constatava que as serrarias haviam desfalcado os últimos pinheirais para a exportação e para o fabrico de celulose, denominando estas práticas de “vil imediatismo” e “a mais vergonhosa espoliação do nosso rico patrimônio natural”; além de sentenciar que, devido ao lento crescimento natural de muitas espécies (entre 60 e 80 anos), o Brasil seria obrigado a “importar madeira do estrangeiro a peso de ouro (...), aumentando nossa dependência econômica com relação aos países estrangeiros”.<sup>403</sup>

Criticava em tom sarcástico, marca de seu discurso, os “homens importantes” que, ao chegar a primavera, promoviam reflorestamentos “no papel”, em meio às “mesas de cafés ou gabinetes administrativos ou relatórios falsificados”:

Ressurge o lirismo sobre as árvores, as grandes amigas da humanidade e repete-se o corre-corre atrás de material didático para os concursos de redações e a procura de mudinhas florestais, raras e caras. Reacende-se o fogo de palha das Campanhas de Consciência Florestal e encena-se a farsa do ‘reflorestamento simbólico’ com o plantio de uma mudinha, sob cantos de hinos, recitação de poesias, discurso de longo fôlego, música, foguetes e palmas. Para documentar

---

<sup>401</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Dia de luto nacional. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.88. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 20.09.1963.

<sup>402</sup> Idem, p.89.

<sup>403</sup> Idem.

a farolagem nos jornais, batem-se fotografias e está cumprindo o dever patriótico. Três dias depois está tudo esquecido e as arvorezinhas mortas, porque não foram regadas. Cai o silêncio de morte sobre o assunto por mais um ano.<sup>404</sup>

A denúncia contundente pela aproximação do dia da árvore se completava com o alerta de que continuavam nas matas “os vilões”, praticando “(...) sem interrupção, o arrasamento sem lei nem medida nem controle, enchendo os bolsos com o lucro de um bem de interesse de todos os brasileiros”.<sup>405</sup>

Como elementos de uma educação ambiental profícua, salientava a necessidade de modificação do dia da árvore, pois “21 de setembro é tarde demais”, devido à brotação de muitas espécies se encontrar em estágio adiantado. Para o cronista, o mês ideal era em junho, devido às chuvas mais freqüentes no RS. Além dessa mudança de data, propunha a realização de atividades “mais atrativas para a juventude” que seriam preparadas ao longo do ano nas escolas como “aprendizagem rudimentar de prática de silvicultura”, bem como a descentralização dos festejos em Porto Alegre, pois “as crianças do Interior merecem também ser educadas”.<sup>406</sup>

Argumentando que não bastava “plantar uma mudinha e dizer um verso e depois nunca mais se olhar por ela”, problematiza que deveriam ser compreendidas as necessidades de luz, água, solo fértil e proteção das árvores. A maneira mais correta para o aprendizado, segundo Roessler, seria a criação de bosques escolares, onde os alunos seriam responsabilizados pelo cultivo e cuidado em relação às espécies de flora e “se converteriam em lugares de reuniões e estudos de ciências naturais ao ar livre”.<sup>407</sup>

Nesse processo pedagógico, cada criança sentir-se-ia responsável por “um arvorezinha” ou grupo de árvores, sendo colocadas plaquinhas de metal com o nome do aluno e a data de plantio, sugerindo ainda Roessler que houvesse distribuição de prêmios aos “melhores zeladores”, o que “estimularia ainda mais esta nobre e patriótica atividade”.<sup>408</sup>

---

<sup>404</sup> Idem.

<sup>405</sup> Idem.

<sup>406</sup> Idem, p.90.

<sup>407</sup> Idem.

<sup>408</sup> Idem.

Na mesma perspectiva educativa, diversas outras representações de cunho ambiental eram utilizadas para a promoção da consciência ecológica, como, por exemplo, o tema das queimadas florestais.<sup>409</sup>

Ao propor o tema das queimadas no Rio Grande do Sul<sup>410</sup>, Henrique Roessler retoma incêndio ocorrido na Serra do Mar, em Osório, em outubro de 1951. Naquele episódio, os ventos haviam alastrado o fogo pelo interior de vários municípios gaúchos como Torres, Bom Jesus, São Francisco de Paula e Canela, além de cidades catarinenses como Turvo, Campos Novos, Urussanga, São Joaquim e Araranguá.

Além da destruição de casas, estábulos, engenhos, plantações e canaviais, levando vários proprietários rurais à miséria, o fogo atingiu reservas florestais, dizimando milhares de pinheiros. O poderoso incêndio durou três semanas.

A grande questão levantada por Roessler foi justamente sobre a falta de investimentos no combate aos incêndios florestais e em áreas rurais, pois “não havia viaturas de bombeiros, carros-tanques, aparelhos e ferramentas, nem funcionários e voluntários treinados; nunca o povo havia sido orientado a respeito do combate ao fogo florestal”.<sup>411</sup>

O tempo decorrido entre o incêndio florestal e a publicação da crônica era de oito anos, e Roessler pontuava a falta de investimentos por parte do Ministério da Agricultura nesse setor, ao longo daquela década.

Amparado nessa constatação, realiza uma série de conselhos a serem seguidos pelos leitores do *Correio do Povo* sobre cuidados com incêndios florestais:

- Apagar o fogo com recursos próprios e dos vizinhos, porque apelar para as autoridades é perder tempo;
- Depois do sinistro não esperar por nada, porque ninguém virá ajudar nas dificuldades;
- Não acreditar em promessas, pois consta que as indenizações prometidas em 1951 não foram pagas;
- Procurar o culpado do sinistro e processá-lo judicialmente, para pagamento dos prejuízos causados;
- Substituir o mato queimado, reflorestando imediatamente a terra devastada, para evitar a erosão;
- Não continuar nessa estúpida rotina de queimar anualmente a fertilidade da terra;
- Maior cuidado

<sup>409</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. A grande floresta queimou. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.39. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 24.12.1958.

<sup>410</sup> Como em vários outros temas, Roessler introduz o assunto dos incêndios florestais no RS resgatando acontecimentos semelhantes de outros países. Sobre a crônica de 24.12.59, “A grande floresta queimou”, compara o incêndio iniciado em Osório/RS com incêndio em área florestal no estado da Califórnia/EUA, que levou à devastação de 50 mil hectares de pinheiros.

<sup>411</sup> Idem nota 409, p.40.

com o fósforo e o cigarro em tempo de seca e dias de vento, porque um pequeno descuido pode causar miséria.<sup>412</sup>

Fica evidenciada através dos conselhos (além de cuidados “técnicos” como o reflorestamento de áreas devastadas e o incentivo ao abandono da coivara), uma clara crítica aos órgãos públicos, pois, como dito, “apelar para as autoridades é perda de tempo”.

Entretanto a crítica não pairava apenas sobre os órgãos públicos, mas também se voltava a antigas práticas agrícolas já arraigadas no cotidiano laboral de muitos agricultores, sendo uma dessas o exercício da “terra limpa”. Roessler considerava o corte e queimadas de árvores antigas e ocas como “(...) um dos muitos erros cometidos pelo agricultor menos esclarecido e pouco observador da natureza”. Assim como as árvores ocas, as sebes silvestres (pequenas matas e arbustos isolados no campo) e as cercas vivas eram alvos constantes de desmatamentos.<sup>413</sup>

Roessler demonstrava a importância na teia da vida desses ecossistemas, pois “proporcionam ambiente vital para vários animais úteis, como tatus, cobras, lagartos, sapos que se alimentam preferencialmente de pequenos animais e insetos nocivos”, também salientando sobre a preservação de moitas, arbustos e ocos, pois eram locais de aninhamento de muitos pássaros insetívoros, de corujas e pica-paus.<sup>414</sup>

Essa biodiversidade de aves operava como “polícia sanitária alada dos campos” por exercer o papel de predador de animais e de insetos nocivos, e as sebes silvestres ajudavam na absorção de carbono e na manutenção da umidade e da neblina, diminuindo o ressequimento do solo. Expondo tais questões, Roessler demonstrava ao público leitor que tais benefícios cooperavam para a “melhoria do clima” e para o “aumento das colheitas”, por isso mesmo, contribuindo sobremaneira para o próprio bem-estar da humanidade.<sup>415</sup>

Percebe-se também o embate de modelos de uma agricultura em transição. De um lado, áreas agrícolas de policulturas e com utilização de controle biológico, de outro, o despontar de práticas marcadas pela Revolução Verde, que se tornariam hegemônicas somente a partir dos anos 60 e 70. Entretanto, ao longo das primeiras décadas do século XX, alguns métodos capitalistas na agricultura já despontavam, como a troca de cercas vivas por cercas de arame farpado e a utilização de inseticidas a partir dos anos 50.<sup>416</sup>

---

<sup>412</sup> Idem, p.40-41.

<sup>413</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Um grande erro. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.41. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 26.02.1960.

<sup>414</sup> Idem.

<sup>415</sup> Idem, p.41.

<sup>416</sup> Idem, p.42.



Dizia Roessler que “o homem impensadamente mata ou destrói os locais de nidificação”. A relação entre estas questões está no fato de os locais de nidificação,<sup>417</sup> por serem espaços para a procriação de espécies de pássaros, acabavam por ter suas populações diminuídas devido à destruição das sebes, arbustos e demais cercas vivas. Com isso havia o aumento de pragas e um maior investimento dos colonos na compra de inseticidas.

Amparado em experiências norte-americanas e européias, o cronista sugeria o cultivo de painço, alpistes e cereais diversos ao redor das páreas cultivadas, para atrair e “nutrir” os predadores contra as pragas. Em seu princípio de agricultura ecológica, o convívio de diversas espécies predadoras de pragas junto às lavouras causava espanto junto à opinião pública da época, porém não via contradição atrair cobras, lagartos e sapos às plantações.

(...) poucas cobras são venenosas e todas fogem do homem e só mordem quando são pisadas e que se alimentam de ratos e bichos daninhos; que os lagartos não roubam somente ovos, mas sim comem larvas, vermes e insetos, o que também fazem os lagartinhos; que os sapos são insetívoras por excelência e trabalham de noite e que há muitas espécies de formigas inofensivas.<sup>418</sup>

Além da utilização de argumentos científicos para o alastramento do conservacionismo, o registro de pequenas histórias verídicas, quase como parábolas e com um final pontuando para uma ética ambiental, também constituíam-se como estratégia educativa de Henrique Roessler. Em lugar do “Era uma vez...”, começava com “No rancho junto ao grande pinhal da fazenda morava há muitos anos o velho posteiro Francisco...”<sup>419</sup>

A breve narrativa resgata a relação intensa do trabalhador rural Francisco com a floresta de pinheiros da fazenda onde morava e trabalhava. O patrão, amigo do posteiro, havia prometido a este que os pinheiros, mesmo depois de sua morte, nunca seriam derrubados, sendo Francisco seu eterno guardião. A promessa entre os dois havia se firmado em função das constantes visitas dos filhos do fazendeiro, que “moravam na capital”, e viam na floresta uma “imensa fortuna” para uma futura venda: “O posteiro ficava apreensivo com as insistências dos madeireiros, porque amava a floresta, que lhe dava todo o conforto – caça, lenha para os frios invernos, a água límpida da fonte, sombra e proteção aos ventos, o cantar dos passarinhos”<sup>420</sup>.

<sup>417</sup> Local de estabelecimento de ninhos.

<sup>418</sup> Idem nota 416.

<sup>419</sup> ROESSLER, Henrique Luiz. Velhas árvores mortas estupidamente. In: \_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986. p.52. O texto foi originalmente publicado no *Correio do Povo*, de 14.09.1962.

<sup>420</sup> Idem.

Porém, mesmo com a promessa firmada após a morte do fazendeiro, a “desgraça caiu sobre os pinhais”, e “os herdeiros materialistas, loucos por dinheiro para continuar com sua vida de luxo, venderam as árvores”.<sup>421</sup>

Com as derrubadas, o posteiro clamou pela preservação da “ponta do capão junto ao seu rancho, lembrando-os da promessa do seu pai”, e os novos proprietários responderam: “nada temos com promessas feitas pelo falecido. Em todo caso vamos deixar fora de venda aquele grande pinheiro que faz sombra ao seu rancho”.

Após a devastação total da área, restou apenas o último pinheiro à beira da casa de Francisco, que também não foi poupado:

Ouvia-se o incessante bater dos machados, o sibilar das serras mecânicas, o roncar dos tratores e de vez em quando o fragoriso estraçalhar das grandes copas batendo no chão, seguidos dos gritos vitoriosos dos cortadores (...) e a turma cercou o último pinheiro, o reservado para o posteiro.<sup>422</sup>

Na emocional narrativa, o posteiro Francisco, ajoelhado, suplica-lhes com lágrimas nos olhos: “Pelo amor de Deus, não matem o ‘meu’ pinheiro”; no entanto o capataz, dando a ordem de reinício aos cortadores, se dirige ao posteiro e empurrando-o e grita: “Afastese seu velho bobo e caduco”. Após o incidente, Francisco “não falava mais com ninguém e mal se alimentava”, e “certa manhã o encontraram morto, deitado ao lado do cepo do ‘seu’ pinheiro”.<sup>423</sup>

Roessler termina o relato assim se expressando: “que estranho sentimento de amor pela natureza num homem simples e incompreendido”.<sup>424</sup>

Em outro exemplo, traz à tona episódio envolvendo a construção da rodovia federal BR-2. Em seu traçado original, no km 42, a estrada passaria sobre uma figueira centenária, no entanto o engenheiro responsável pela obra modificou o rumo da rodovia, alterando o leito da estrada para o lado da “monumental figueira”, no entanto, um morador descontente com a desapropriação da área “certa noite reuniu os vizinhos e foram cortar a magnífica árvore, por vingança”. No relato em questão, os responsáveis pelo corte pagaram multa, porém “(...) a rodovia perdeu uma grande beleza natural”.<sup>425</sup>

---

<sup>421</sup> Idem.

<sup>422</sup> Idem, p.53.

<sup>423</sup> Idem.

<sup>424</sup> Idem.

<sup>425</sup> Idem.

Tais narrativas, mesmo com tons apelativos ao sentimentalismo e à emoção, potencializavam a mensagem ambientalista e agregavam simpatias em torno das primeiras lutas ecológicas.

A partir destas observações, cabe ser pontuada uma importante questão no campo da educação ambiental contemporânea: Como considerar Roessler dentro de práticas pedagógicas em EA, 70 anos após o início de seu ativismo e em plena primeira década do século XXI? É correto enquadrá-lo como um educador ambiental “crítico/emancipatório” ou “tradicional”? Se por um lado não podem ser enquadradas as práticas educativas de Roessler como crítica e emancipatória, também não devem ser rotuladas como conservadora, a-crítica e meramente preservacionista.<sup>426</sup>

A categoria Educação Ambiental surgiria apenas a partir dos anos 70, incluindo aí seu aprofundamento enquanto categoria de análise por parte de educadores e filósofos e em sua diversidade de concepções. As práticas educativas aqui analisadas, anteriores a concepções definidas, caracterizam-se de forma mais genérica, sem, ao que pode ser constatado até o momento, influências pedagógicas elaboradas por acadêmicos e possíveis concepções do período.

No entanto, é possível, a partir das diversas experiências de práticas educativas informais de Roessler, estabelecer alguns diálogos que tangenciam as concepções contemporâneas em educação ambiental, a exemplo da educação ambiental “crítica”.<sup>427</sup>

Nessa perspectiva, não raras são as situações em que Roessler demonstrava sua percepção ambiental a partir da consideração da natureza em sua relação com a sociedade. Suas crônicas, por essa razão, operavam como uma lente que retratava, a partir de sua

---

<sup>426</sup> Cfm. Loureiro (2006), a educação ambiental deve partir de uma “matriz que vê a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade”. p. 23-24. A visão de EA defendida por Loureiro é denominada de educação ambiental “emancipatória”, também conhecida por expressões similares como “crítica”, “popular” ou “transformadora”, e procura se firmar como alternativa a educação “tradicional e conservadora”. p.33. Loureiro busca definições da educação conservadora a partir do educador Dermeval Saviani, onde o processo educativo está centrado no professor, na imposição do conteúdo sem as reflexões necessárias, na superficialidade e descontextualização das informações e mera transmissão do conteúdo. Estas características também se fazem presentes na educação ambiental, na medida em que esta agregue apenas a “compreensão naturalista e preservacionista da crise ambiental”, onde o foco não transcenda a mudança comportamental do indivíduo e o ser humano é colocado “fora de um contexto sócio-histórico, político e econômico”. p.22.

<sup>427</sup> Cfm. CARVALHO (2004), a Educação Ambiental se posiciona criticamente quando “está imersa na vida, na história e nas questões urgentes de nosso tempo”, compreendendo “as relações sociedade-natureza”, intervindo nos problemas e conflitos ambientais” e contribuindo “para uma mudança de valores e atitudes” voltada para a “formação de um sujeito ecológico”. Ainda diz Carvalho: “(...) um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental.”p 18-19.

subjetividade, situações explícitas de conflitos socioambientais e pregava a urgente mudança de postura e comportamento da sociedade como um todo. Além disso, suas práticas educativas, apesar de focalizarem questões relativas ao conservacionismo e elegerem como objeto de estudo aspectos do meio natural, não deixavam de estabelecer relações com o momento político e o modelo econômico da época, vistos como responsáveis pelos problemas ambientais de então.

Fica, assim, o entendimento de que a educação ambiental de Roessler trazia em seu bojo elementos tanto de uma visão naturalista/preservacionista, quanto de crítica a aspectos do modelo econômico/social, justamente por ser uma época de transição do ambientalismo, vinculada às origens do movimento ecológico enquanto um espaço de atuação política da coletividade.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da pesquisa, fica entendido que é possível identificar nas ações empreendidas e descritas nas crônicas de Roessler os sentidos e fundamentos de EA, mesmo não sendo possível enquadrar tais práticas, de um outro tempo, nas modernas concepções de EA. As práticas em EA analisadas, apesar de, em muitos momentos abordarem a categoria natureza pelo seu valor intrínseco, de estética, do equilíbrio ecológico, do belo e mesmo do sentimental, apontam desde seu início para um envolvimento do tema ambiental como resultado de práticas sociais.

A visão ambientalista apresentada por Roessler, através de suas crônicas, valoriza o meio natural a partir de uma crítica às representações de progresso capitalista, pois abarcam desde orientações de como educar os filhos e alunos contra a prática de matança de passarinhos, até a costura de uma contundente crítica contra a indústria coureiro-calçadista do Vale dos Sinos, que, com a contaminação hídrica, desorganizava a vida das populações ribeirinhas.

Portanto, seu olhar apontava e transitava de acordo com a situação analisada, de uma visão idílica do meio natural para uma intervenção socioambiental mais sistêmica e complexa, com uma afinada crítica ao mundo moderno que então se moldava no RS.

No enfrentamento da crise ambiental que à época delineava seus primeiros contornos, disputava sua visão de mundo, inclusive expressando alguns preconceitos, como no caso dos ítalo-brasileiros da serra gaúcha. Além de um discurso com tons nacionalistas, religioso e preservacionista dos recursos naturais, Roessler apontava críticas ao modelo econômico, como o caso das exportações de madeira, contra o qual se posicionava. Seu apelo vinha pela mudança comportamental e pela absorção de uma ética ambiental, não deixando de tecer críticas ao universo dos mais abastados e da alta sociedade sul-rio-grandense pela apatia e consumismo desenfreado.

Muito embora apontasse para muitos dos efeitos da sociedade urbano-industrial, caracterizados por ele como nocivos (como nos diversos casos de denúncias junto aos leitores do *Correio do Povo* sobre a intensa e desordenada industrialização que então se intensificava), é observada a ausência em seu discurso de uma crítica mais aprofundada aos fundamentos do sistema capitalista ou, quando sugeridas, enquadravam-se em um campo mais genérico em sua reflexão ambiental.

É importante enfatizar que não cabe tentar enquadrar Roessler e suas práticas, passados mais de 50 anos no tempo (50 anos a contar do início da escrita das crônicas e 70 anos do início de sua militância efetiva como voluntário junto ao Serviço Florestal), cobrando posturas de ruptura com o modelo de então; mas, sim, compreender, a partir de seu contexto histórico e permeado por seus valores, as suas práticas e a de seus contemporâneos, que então davam os primeiros passos na organização do movimento ambientalista brasileiro.

Roessler, embora não reduzisse o ato de educação ambiental ao plantio de mudas e sementes, incentivava-o, articulando essa ferramenta à crítica do desmatamento e à ausência de políticas públicas para o necessário reflorestamento. Seu discurso apontava para uma mudança de comportamento do indivíduo, aprimorando os sentidos com a natureza para sentir-se parte integrante do meio; no entanto, tais procedimentos pedagógicos não encerravam-se em si. Sua compreensão da problemática ambiental advinha de uma arguta e atenta observação da dinâmica ecológica e das práticas sociais e seus impactos junto ao meio circundante, além de informações adquiridas de leituras de revistas alemãs de caráter conservacionista.

Uma simbiose de saber científico adquirido nas leituras com as experiências de outros países agregava-se ao saber popular, visando ao convencimento dos leitores do caderno rural do *Correio do Povo* e à mudança de seu comportamento, ao mesmo tempo em que forçava o cumprimento de portarias e decretos que controlassem a utilização de diversos recursos naturais. Além disso, realizava movimentos/ações no sentido de que o Estado assumisse seu papel de indutor de políticas públicas na questão ambiental. Portanto, eram práticas educativas que, ao problematizarem determinados temas, buscavam obter eco na sociedade gaúcha através das crônicas, tecendo-se uma rede de educação ambiental informal.

O conceito de representação social, a partir de Chartier (1990) norteou esta tese. Através do conceito de representação, entendido como “função mediadora” de apreensão do real, foi possível perceber as percepções sobre meio ambiente presentes em Roessler, tanto as suas representações próprias e consideradas ideais como as representações que combatia. Essas se concretizaram a partir das relações entre as atividades humanas e seu meio, com as florestas, a fauna, os animais domésticos, o uso científico de animais, os recursos hídricos, as concepções de progresso em uma região que rapidamente se transformava em megalópole, e toda a sorte de biodiversidade exposta no conjunto das crônicas analisadas.

A partir do confronto entre as representações ou visões de mundo antagônicas (como exemplo dentre variados, os confrontos entre a UPN e a Associação Comercial de São Leopoldo a respeito da área florestal disputada para ser um loteamento industrial ou o Parque

Zoológico), foi possível compreender as noções de sustentabilidade presentes entre os primeiros ambientalistas brasileiros. De um lado, as representações sociais que apostavam na crença do progresso através da urbanização desenfreada e na industrialização; de outro, representações que promoviam uma reflexão crítica a respeito do ritmo acelerado das mudanças que se operavam no Vale dos Sinos e em todo o RS. As representações/visões de mundo da época analisadas não se caracterizavam como discursos neutros, mas, ao contrário, possibilitam perceber naquele momento um período de inflexão, de mudanças socioeconômicas com reflexos diretos nos ecossistemas e na vida das pessoas.

As diversas representações ambientais revelam problemas locais e ao mesmo tempo planetários que resultaram em um engajamento inicialmente conservacionista e que, ao longo da dinâmica da modernidade que se estabelecia no Vale dos Sinos, foi ganhando adeptos e tornando-se mais crítico ao modelo sócio-econômico que se configurava, resultando inclusive na formação da entidade ambientalista UPN, em 1955, que foi liderada por Roessler até seu falecimento em 1963.

Muito embora não seja possível medir o real alcance das crônicas de Roessler junto à opinião pública (portanto relativizando seu impacto a um suposto grande número de leitores e mesmo a um público direcionado que eram os adeptos do caderno rural), fato é que as representações ambientais veiculadas operavam como elemento de compreensão das questões à época, expressando as visões de mundo tanto do cronista quanto a de seus opositores. Desse modo, popularizava o assunto junto à sociedade gaúcha e influenciava na modificação de hábitos e mesmo na pressão junto ao poder público ao polemizar temas.

Mesmo relativizando o impacto das crônicas, é preciso levar em consideração o fato de os escritos terem sido publicados ininterruptamente ao longo de 7 anos, entre 1957 e 1963, todas as sextas-feiras, no jornal de maior circulação do RS e um dos mais importantes do Brasil à época.

As representações refletem o contexto sócio-histórico e cultural do momento em que foram produzidas e onde os atores sociais envolvidos estão inseridos, sendo por isso, segundo Azevedo (2001), passíveis de modificações. É constatado que, com o passar do tempo, e especialmente com o tema expresso nas crônicas, as representações ambientais tornavam-se mais elaboradas e complexas, transitando do saber da cultura popular até a utilização de signos do universo das ciências naturais, porém um recurso fundamental sempre utilizado pelo cronista nesta educação ambiental informal era a linguagem acessível, direta, simples, ao leitor.

Embora a pesquisa tenha se debruçado nos escritos, diversas crônicas eram acompanhadas de desenhos (iconografias), que expressavam o tema tratado pelo cronista, provavelmente no sentido de facilitar a compreensão do texto. Além das iconografias presentes no jornal, uma série de cartazes de campanhas conservacionistas de caráter educativo era distribuído nos espaços públicos do Estado, em especial nas escolas e igrejas, que, no entanto, não foram objeto de análise nesta tese, mas que certamente são importantes para dar continuidade aos estudos de compreensão sobre as ações dos pioneiros educadores ambientais brasileiros.

A partir dessas constatações, é possível afirmar que as representações ambientais elaboradas nas crônicas imbricavam os aspectos naturais (vinculando-se aos conceitos ecológicos dos recursos naturais e sua utilização para a sobrevivência da espécie humana), porém não como de uma pretensa superioridade e dominação do homem sobre seu meio; e também as representações envolvendo as relações recíprocas entre o meio natural e as sociedades, sendo a humanidade um elemento constitutivo do meio ambiente.<sup>428</sup>

O conceito que norteou o trabalho a respeito da categoria meio ambiente esteve alicerçado em Reigota (1994) e Brügger (1996). Como exposto nas considerações iniciais desta tese, ambos autores apresentam reflexões muito próximas a respeito dessa categoria, na medida em que entendem meio ambiente como uma totalidade entre os aspectos naturais e sociais, num constante intercâmbio entre o chamado meio natural e as práticas humanas, interagindo os fatores biológicos, sociais, físicos, econômicos e culturais.

Uma das questões norteadoras desta pesquisa era verificar se as noções de meio ambiente divulgadas através das representações de Roessler portavam esse sentimento de interação ou se restringiam a uma visão marcadamente naturalista e preservacionista.

No que tange às crônicas relativas às florestas gaúchas, Roessler pontuava a necessidade da preservação das árvores explicitando seu papel no equilíbrio ecológico ao relacioná-las com a manutenção de arroios, rios e águas subterrâneas. Entretanto, não restringia sua defesa florestal aos aspectos naturais, pois relacionava estes ecossistemas com o abastecimento de água, com a erosão, com a energia elétrica, com o aumento ou diminuição da produção agrícola, com o custo de vida e com a própria saúde da população.

---

<sup>428</sup> Cfm. Azevedo (2001), as representações sociais de meio ambiente mais recorrentes no mundo moderno são a concepção “naturalista”, caracterizada por noções apenas dos aspectos naturais, que se confundem com expressões como “nicho”, “habitat” ou “ecossistemas”; a concepção “antropocêntrica”, em que é ressaltada a “utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do ser humano” onde “tudo gira em torno das necessidades humanas”; e a concepção “globalizante”, onde se expressam as “relações recíprocas entre natureza e sociedade”. p. 80.



Outro elemento importante são os constantes embates do cronista com as autoridades governamentais, seja pela não-realização do reflorestamento em áreas degradadas, seja pelo não apoio aos próprios órgãos administrativos de combate às serrarias clandestinas, e pelo abandono das reservas florestais que, mesmo sendo criadas/legalizadas, eram desprovidas de infraestrutura e funcionários, ocasionando novos e constantes intrusamentos e derrubadas ilegais.

Na mesma perspectiva, as noções de meio ambiente veiculadas através da temática florestal abarcavam denúncias de corrupção existentes no Instituto Nacional do Pinho e em outros órgãos administrativos, além da abordagem sobre as terras indígenas, denominadas toldos, quando da legitimação dos órgãos públicos para o desflorestamento e venda de árvores dentro dessas áreas.

Uma reflexão sobre as crônicas direcionadas à fauna, traz à tona os diversos embates dos fiscais voluntários do Serviço de Caça e Pesca e posteriormente da UPN contra os caçadores, passarinhos e pescadores que operavam à margem dos códigos e decretos.

Quando as crônicas eram direcionadas à prática das passarinhadas, torna-se mais evidente em seu discurso a importância da manutenção das diversas espécies de pássaros para o equilíbrio ecológico, especialmente na sua defesa das aves insetívoras como controladores das pragas que se abatiam sobre as culturas agrícolas, ao mesmo tempo em que defendia a manutenção da vida silvestre junto aos campos de produção, sebes e cercas vivas, que fariam o controle biológico das pragas compatibilizando boa produtividade e preservação ambiental. Eis um elemento importante a ser ressaltado, pois iniciava-se no RS nos anos 50 a Revolução Verde, com a mecanização do campo e a grande utilização de agrotóxicos, e muito embora essa fosse uma luta central do movimento ecológico, somente a partir dos anos 70 pela AGAPAN e José Lutzenberger, Roessler já propunha uma reflexão crítica acerca da inserção desses elementos do modelo capitalista nas lavouras gaúchas.

Em tais situações, além de serem percebidas noções de meio ambiente mais ampliadas para além da questão do preservacionismo de espécies, também é possível situar Roessler dentro de uma compreensão de sustentabilidade, muito anterior à própria elaboração de concepções acerca do desenvolvimento sustentável, que viria a surgir ao final dos anos 80.

Clarificam-se como exemplos de uma percepção de sustentabilidade as críticas à pesca predatória praticada no RS. As crônicas apontavam a necessidade de respeito ao período de reprodução e desova, a preservação de locais de reprodução, bem como do tamanho mínimo do peixe para a pesca, pois as práticas predatórias comprometeriam rapidamente a abundância dos recursos pesqueiros. Para isso, a UPN valia-se de diversos colaboradores que

denunciavam o descumprimento das portarias e do código de pesca nos rios Uruguai, Caí, Sinos, Ibicuí, Jacuí, Gravataí, na bacia do Guaíba e no litoral da região sul, na praia do Cassino. Além de acionar a ajuda de diversos órgãos para o combate à pesca irregular, Roessler pregava a necessidade de criação de colônias e cooperativas de pescadores, pois essas desencadeariam a organização de uma pesca profissionalizada e a utilização mais racional dos recursos pesqueiros.

Noções de sustentabilidade também se fazem presentes quando relacionava as bombas para captação de água dos banhados, arroios e rios para a necessária irrigação das lavouras de arroz. No caso em questão, a crítica centrava-se na falta de telas junto às bombas, que, ao captarem as águas, deslocavam cardumes para as plantações, comprometendo os ciclos reprodutivos de variadas espécies de fauna aquática e seu conseqüente abastecimento em várias regiões.

Da mesma forma, a visão de sustentabilidade transparecia na crítica às conseqüências do pólo industrial que se avolumava no entorno do Vale dos Sinos, com a instalação de indústrias de celulose, de refino de petróleo e mais intensamente do setor coureiro-calçadista. No que tange a esse último ciclo, os resíduos tóxicos resultantes da atividade de curtume eram despejados *in natura* nos arroios que desaguavam no rio dos Sinos, que conjuntamente com os subprodutos oriundos de outras atividades e mesmo da ausência de tratamento de esgoto doméstico, provocavam a contaminação em diversos pontos do rio.

Tais conseqüências eram atestadas tanto no aparecimento de grandes quantidades de peixes mortos por contaminação química e na desorganização da pesca artesanal (atividade vital para a manutenção das famílias ribeirinhas), quanto pelo aumento de casos de doenças como inflamações, feridas e problemas intestinais, registrados em grandes quantidades à época. Também é possível resgatar as observações de Roessler a respeito da utilização de inseticida na agricultura como uma prática insustentável, na medida em que levantava a discussão sobre a contaminação dos lençóis freáticos, do próprio solo e na morte de predadores e insetos. Por fim, é ainda possível relacionar as teses de Roessler com a categoria sustentabilidade quando afirmava da importância de manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras.

Outro aspecto que merece destaque são as incursões do cronista no que hoje poderia ser denominado de uma educação voltada para a gestão ambiental. Contrariando as teses desenvolvimentistas em voga, que defendiam a retificação do curso do rio dos Sinos (sob a alegação da drenagem de banhados, o aumento da área de agricultura e a contenção de enchentes), Roessler na contra-mão propunha a construção de diques junto às áreas em risco e

a realização de obras de saneamento, resultando em obras de menor porte e impacto ambiental. Ao opôr-se à drenagem dos banhados, demarcava suas funções para o equilíbrio do Vale e do rio.

Na mesma perspectiva, a educação para a gestão ambiental transparecia nas diversas cobranças junto aos agricultores para a colocação de telas acopladas às bombas d'água que irrigavam as plantações de arroz, a fim de proteger as espécies da fauna aquática. Entretanto, os alertas divulgados em suas crônicas não se faziam sentir apenas no universo rural, na medida em que defendia veementemente a manutenção de áreas verdes junto aos loteamentos urbanos que se avolumavam ao longo das rodovias e, mesmo na proposta de se arrendarem e legalizarem áreas para a prática de caça, com o intuito de promover o reordenamento e o controle da atividade.

Da mesma forma, havia a oposição quanto ao despejo de resíduos tóxicos nos rios, oriundos das indústrias de curtume, razão pela qual propunha que as empresas investissem no tratamento dos líquidos com a colocação de filtros. Tal cobrança se fazia sentir junto às embarcações e navios petroleiros que navegavam pelos rios e litoral do RS, pois, com a lavagem dos porões-tanques, disseminava-se a contaminação com óleo sobre os recursos hídricos, a fauna e flora aquática, com conseqüências danosas junto aos pescadores, banhistas e populações ribeirinhas. Em oposição a esses métodos, Roessler propunha a construção de açudes artificiais junto à margem dos rios, para que fossem depositados os lubrificantes e óleos, ou então, a construção de separadores de óleo e água dentro das próprias embarcações, de maneira que o material pudesse ser reutilizado.

Por fim, vale ressaltar que Roessler apostava na mudança de comportamento individual e coletiva a partir de uma educação desenvolvida nas escolas, nas famílias, nas igrejas, por intermédio de suas crônicas e das ações realizadas pela União Protetora da Natureza. Seus escritos não se encerravam em si, mas problematizavam situações concretas, inspirando práticas sociais ambientalistas. Tal qual a centenária figueira que resistiu ao machado, as ações ambientais e as práticas educativas de Roessler se propagaram, propiciaram sombra e geraram frutos para a moderna educação ambiental.

Portanto, com base em tais constatações, é reafirmada a hipótese, proposta no início desta tese, de que os escritos e as ações de Henrique Luiz Roessler, relativizados em seu tempo e imbuídos dos valores de sua própria época, configuram-se como atividades situadas no campo da educação ambiental informal, contemplando, não raras vezes, os fundamentos que estão na base da educação ambiental contemporânea. Mais que isso, as idéias constantes

de suas crônicas lançam os alicerces a partir dos quais, nos anos subsequentes, desenvolve-se e ganha força o movimento ambientalista no Rio Grande do Sul e Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. et alii. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALMEIDA, Jalcione. *A problemática do desenvolvimento sustentável*. In: Dinizar Fermiano (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da Furg, 2002.

AZEVEDO, Genoveva Chagas de. *Uso de jornais e revistas na perspectiva da representação social de meio ambiente em sala de aula*. In: REIGOTA, Marcos (org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOFF, Leonardo. *Princípio – Terra: A volta à terra como pátria comum*. São Paulo: Ática, 1995.

BONES, Elmar & HASSE, Geraldo. *Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já editores, 2002.

BRANCO, Samuel Murgel. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Moderna, 1996.

BRANCO, Samuel Murgel. *O fenômeno Cubatão na visão do ecólogo Samuel Murgel Branco*. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1984.

BRAUDEL, Fernand. *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRÜGGER, Paula. *Educação ou adestramento ambiental?* Ilha de Santa Catarina: Letras contemporâneas, 1996.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BUBLITZ, Juliana. *Desmatamento civilizador: a história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. III Encontro das Anppas de 23 a 26 de maio de 2006. Brasília.DF. [www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA604-01032006-134852.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA604-01032006-134852.pdf). Acessado em 23/07/2007.

- BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa como fonte para a História do Brasil*. In: *Anais do V Simpósio dos Professores Universitários de História*. São Paulo: USP, 1971.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARNEIRO, Augusto. *A história do ambientalismo*. POA: Editora Sagra Luzzato, 2003.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação*. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004.
- CARVALHO, Marcos de. *O que é natureza?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CENTENO, Ayrton. *Roessler: o primeiro ecopolítico*. Porto Alegre: Já editores, 2006.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O massacre da natureza*. São Paulo: Moderna, 2005.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Saraiva, 1989.
- DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius (org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- DAJOZ, Roger. *Ecologia geral*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental, princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 1993.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DOCUMENTO DE PUEBLA. III conferência geral do episcopado latino-americano: A evangelização no presente e no futuro da América-latina – Conclusões: Puebla. São Paulo. Edições Loyola, 1979.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991. [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/84.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/84.pdf). Acessado em 15/01/2008.

DUARTE, Regina Horta. *História & natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FÉLIX, Loiva Otero. *Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias*. In: RAMBO, Arthur Blásio & FÉLIX, Loiva Otero (orgs). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos; Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCO, José Luiz de Andrade. *A primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional*. In: *Varia História* nº 26. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FRANCO, José Luiz de Andrade & DRUMMOND, José Augusto. *Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na primeira república brasileira*. In: *Textos de história*, vol. 12: dossiê história atlântica. Brasília: UNB, 2004.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1993.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. *O educativo nas ações, lutas e movimentos de defesa ambiental: uma história de descontinuidades*. Porto Alegre, 1998. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1998. (fotocopiada)

GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1983.

GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993.

HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das letras, 1995.

LAGO, Antonio & PÁDUA, José A. *O que é ecologia*. São Paulo: brasiliense, 1985.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coordenador). *Identidades da educação ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

- LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.
- LEGISLAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. CAVALCANTI, David (org). Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1978.
- LE GOFF, J. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. SP: Ed. 70, 1990.
- LE GOFF, J. *A civilização do ocidente medieval*. Vol. I. Lisboa: Estampa, 1983.
- LIEBMANN. *Terra um planeta inabitável? Da antiguidade até os nossos dias toda a trajetória poluidora da humanidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- LOVELOCK, James. *A vingança de gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.
- LUTZENBERGER, José. *Do jardim ao poder*. Porto Alegre: L & PM, 1992.
- LUTZENBERGER, José. *Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?* Porto Alegre: Movimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980.
- MARTINELLI, Maria Cavalcante. *Ecologia - ciência para a nova geração*. Goiás: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1984.
- MARTINES, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: Pesquisa e Ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MEDEIROS, Rodrigo. *Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil*. In: Ambiente & Sociedade. Campinas, vol. 09, nº1, 2006.
- MELO, José Marques de. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- MELLO, José R. *O cotidiano no imaginário medieval*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MENESES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente*. Campinas: Papyrus, 1986.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo. Hucitec, 1997.
- MOREIRA, Igor & COSTA, Rogério H. da. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, s/d.
- MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: USP, 1970.
- NOAL, F. & REIGOTA, M & BARCELOS, V. (org.). *Tendências da educação ambiental Brasileira*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.



- ORLANDI, Eni P. *Discurso & leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
- PÁDUA, José Augusto (org). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Jorge Zahar Ed., 2002.
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão. (org.). *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- PEREIRA, Nilton Salgado. *Terra - planeta poluído*. Porto Alegre: Sagra, 1977.
- PESAVENTO, Sandra J. *O Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: brasiliense, 1973.
- PRADO, Daniel Porciuncula. *Por uma eco-história a partir do ambiente Rio Grande do Sul*. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Sociedade e cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: Furg, 2005.
- PRADO, Daniel Porciuncula. *Operariado e meio ambiente: um estudo sobre os trabalhadores da indústria de Rio Grande e sua percepção ambiental*. Rio Grande: Furg, 2001.
- PRINGLE, Laurence. *Ecologia: A ciência da sobrevivência*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Brasília: edições MMA, 2005.
- RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: Ensaio de monografia natural*. Porto Alegre: livraria Selbach, 1956.
- REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1997.
- ROESSLER, Henrique Luiz. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia: crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre. Martins Livreiro, 1986.
- ROESSLER, Maria Luiza. *O homem do rio: paisagens de uma paixão*. Porto Alegre: AGE, 1999.

- RÜCKERT, Fabiano Quadros. *História e memória do ambientalismo no Vale dos Sinos*. São Leopoldo, 2007. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale dos Sinos/UNISINOS, 2007 (fotocopiada).
- RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). *Educação ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Theotônio dos. *Economia mundial; integração regional e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SANTOS, José Eduardo dos & SATO, Michèle. (org.). *A contribuição da educação ambiental à esperança de pandora*. São Carlos: Rima, 2001.
- SATO, Michele. *Educação ambiental*. São Carlos: Rima, 2002.
- SIMON, Cheril & DeFries, Ruth S. *Uma terra, um futuro: o impacto das mudanças ambientais na atmosfera, terra e água*. São Paulo: Makron Books, 1992.
- TAGLIEBER, José Erno & GUERRA, Antonio Fernando S. (org.). *Pesquisa em educação ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em educação ambiental*. Pelotas: Ed. Universitária/Ufpel, 2004.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 -1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a mãe-Terra: uma história narrativa do Mundo*. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1979.
- TOYNBEE, Arnold. *O desafio de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- VIEIRA, Eurípedes Falcão. *Rio Grande; geografia física, humana e econômica*. Porto Alegre: Sagra, 1983.
- VIEIRA, Eurípedes Falcão e RANGEL, Susana Regina Salum. *Rio Grande do Sul; geografia da população*. Porto Alegre: Sagra, 1985.
- VIOLA, Eduardo. *O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável*. In GOLDENBERG, Mirian (coord.) *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992
- WALDMAN, Maurício. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.
- WOSTER, Donald. *Para fazer a História Ambiental*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991. [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/85.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/85.pdf). Acessado em 15/01/2008.

## PERIÓDICOS “CORREIO DO POVO”

04/10/1957; 15/03/1957; 15/02/1957; 23/05/1958; 15/08/1958; 12/09/1958; 01/08/1958;  
 21/02/1958; 27/12/1958; 07/03/1958; 05/09/1958; 28/11/1958; 28/02/1958; 22/05/1959;  
 17/08/1959; 12/06/1959; 02/10/1959; 30/10/1959; 13/11/1959; 24/12/1959; 04/12/1959;  
 18/12/1959; 30/05/1959; 24/07/1959; 03/07/1959; 23/10/1959; 05/06/1959; 01/09/1959;  
 29/01/1960; 15/07/1960; 26/02/1960; 13/05/1960; 03/06/1960; 11/03/1960; 10/06/1960;  
 19/08/1960; 22/07/1960; 04/11/1960; 09/09/1960; 18/11/1960; 28/05/1960; 29/07/1960;  
 28/10/1960; 02/12/1960; 16/06/1960; 05/02/1960; 06/05/1960; 14/10/1960; 23/12/1960;  
 11/11/1960; 11/08/1961; 18/08/1961; 28/04/1961; 13/01/1961; 20/01/1961; 10/02/1961;  
 17/02/1961; 13/10/1961; 10/11/1961; 01/12/1961; 19/05/1961; 09/06/1961; 21/07/1961;  
 18/08/1961; 27/01/1961; 22/09/1961; 17/08/1962; 02/02/1962; 30/03/1962; 31/08/1962;  
 23/02/1962; 07/12/1962; 13/04/1962; 04/05/1962; 11/06/1962; 02/03/1962; 18/05/1962;  
 08/06/1962; 14/09/1962; 21/09/1962; 05/10/1962; 25/01/1963; 07/06/1963; 26/04/1963;  
 22/02/1963; 20/09/1963; 31/05/1963; 03/05/1963; 23/05/1963; 13/09/1963; 04/10/1963;  
 12/07/1963; 01/03/1963.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Edital “Campanha de proteção à natureza”, do Serviço Florestal. (01/01/1942)
- Panfleto “Convite à cooperação!”, da UPN. (s/d)
- Panfleto “V. sia. poderá ajudar a impedir a devastação das matas e o extermínio dos animais silvestres”, da UPN. (s/d)
- Panfleto “O reflorestamento obrigatório”, do Serviço Florestal. (05/1951)
- Panfleto “Aviso aos criadores de porcos”, do Serviço Florestal. (01/01/1952)
- Documento “Proibição do comércio de orquídeas nativas”, do Serviço Florestal. (24/07/1952)
- Panfleto “Combate aos transgressores do código de caça”, do Serviço Florestal. (15/07/1946)

# ANEXOS

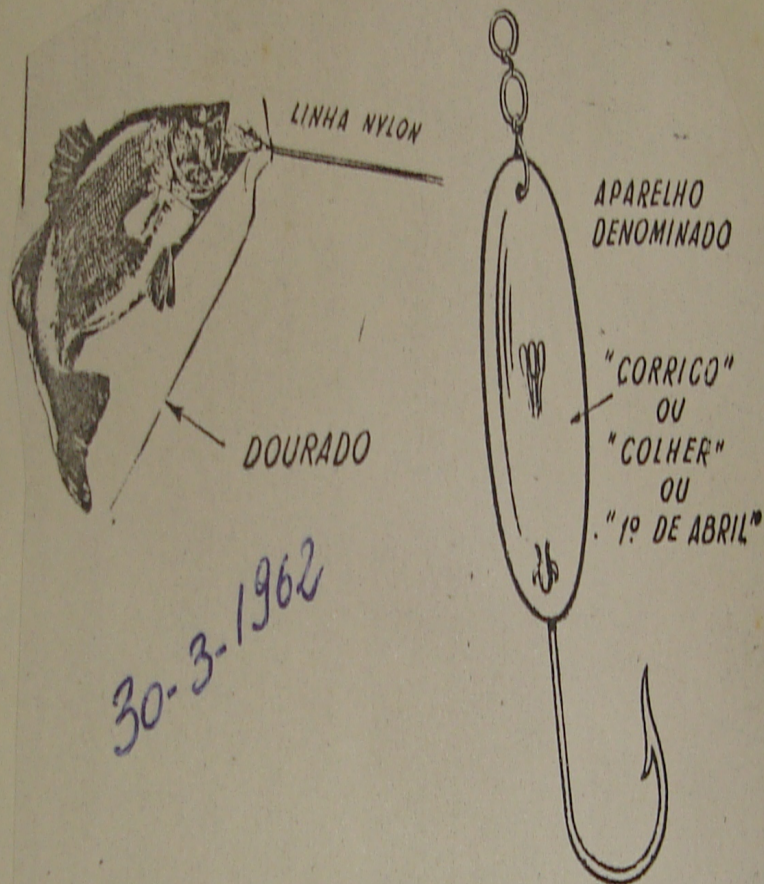
## LISTA DE ARQUIVOS CONSULTADOS

- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL
- ACERVO DA BIBLIOTECA RIOGRANDENSE
- BIBLIOTECA CENTRAL – FURG
- ACERVO DA SALA VERDE JUDITH CORTESÃO - FURG

## DOCUMENTOS EM ANEXO

- FRAGMENTO DE CRÔNICA DE HENRIQUE ROESSLER ACOMPANHADA DE ICONOGRAFIA
- DOCUMENTO DE POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA DA UPN
- DOCUMENTO DA UPN DIRECIONADO AOS ASSOCIADOS E SIMPATIZANTES
- CARTAZ DE CAMPANHA EDUCATIVA





30-3-1962

## PESCA NOCIVA COM "CORRICO"

**H. L. Roessler**

da UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA

Por mal dos pecados agora temos mais uma nova praga na pesca.

Pescar dourados de "corrigo" ou "colher", puxado a baíco-motor tornou-se nos últimos anos um esporte de esportistas ricos.

Sim, de ricos, porque só pode ser exercido por quem possui lancha-motor e não precisa considerar os gastos de gasolina, tudo fora do alcance de amadores de pesca de poucos recursos e dos profissionais da pesca, que são os maiores prejudicados.

Esse sistema de pesca tem se tornado desastroso nos rios de médio volume, povoados de dourados, como são a maioria

28 7 2008



# União Protetora da Natureza

FUNDADA EM 1.º DE JANEIRO DE 1955

Séde Provisória: Praça João Pessoa n.º 40 — São Leopoldo

CIRCULAR N.º 122

16 de Outubro de 1956

Ilmo. Sr. ....

Temos o prazer de levar ao conhecimento de V. Sia. que, atendendo o que dispõe os artigos 9 a 14 do Capitulo III dos Estatutos, relativo á Organização da Sociedade, procedeu-se em 15 do corrente, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, á eleição da Primeira Diretoria, na qual foram escolhidos os seguintes membros:

Patrono - Dr. PAULO COSTA DA SILVA COUTO - advogado - Prefeito Municipal

Presidente - HENRIQUE LUIZ ROESSLER - Funcionário federal

Vice-Presidente - Tte. Cel. MARIO FONSECA - Militar

Secretário - MILTON ROESSLER - Contabilista

Tesoureiro - ABEL IGNACIO DA SILVEIRA - Contabilista

Conselheiros Permanentes

NEWTON COELHO DE SOUZA - funcionário estadual

EUGENIO F. JUNG - comerciante

THOMAZ F. LIMA (João do Brejo) - escritor

DR. CARLOS COSTA MEIRA - veterinário

CURT MENTZ - silvicultor

EDGAR L. WOLFF - comerciante

DR. PAULO ANNES GONÇALVES - agrônomo

CAPITÃO ARTEMIN KARAN - militar

ADMAR ORLANDO ZANCHI - industrialista

ALCIDES DIAS DE ALMEIDA - comerciante

Conselheiros temporários - JOÃO T. P. SILVEIRA - aposentado

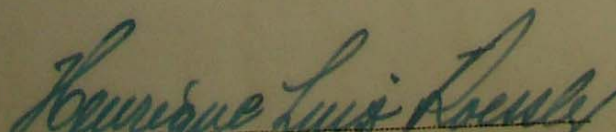
RUDI ALFREDO SPANDEL - mecânico


ALBERTO I. FETZNER - comerciante

Assistentes Jurídicos - DR. WALTER TSCHIEDEL E DR. CARLOS DE SOUZA MORAIS

Chefe da divulgação - PROFESSOR SIEGFRIED DIETCHI

Atenciosas Saudações

  
Presidente

  
Secretário

28  
7  
2008



# União Protetora da Natureza

FUNDADA EM 1.º DE JANEIRO DE 1955

Séde Provisória: Praça João Pessoa n.º 40 - São Leopoldo

Ofício Circular n.º 90

Em 15 de Agosto de 1956

Ilmo. Sr. \_\_\_\_\_

Certamente o prezado consócio já estranhou a falta de notícias sobre a nossa Sociedade.

Esclareço que os trabalhos de organização - tudo a cargo do fundador - visto não ter sido possível formar até esta data a primeira Diretoria, causaram essa demora.

Acontece que os 176 associados apoiam de boa-vontade nossas atividades protetoras e auxiliam generosamente com dinheiro e com o seu prestígio onde fôr necessário, mas receiam assumir cargos de direção, parece que devido seus demais afazeres.

Mas esperamos que em breve encontraremos voluntários para o comando.

Proteção às arvores e proteção aos animais são exigências culturais dos tempos modernos, problemas e preocupações humanas que atingem a todos com importância vital no seu senso de responsabilidade para com a posteridade.

Por isso, toda pessoa séria devia empregar suas forças espirituais e morais de maneira tal que suas ações ganhem sentido e valor duradouros na execução do programa da UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA, fundada com base nos sentimentos de amor, reverência, bondade e compaixão para com o mundo encantado de incomparável beleza, que é a maravilhosa flora e fauna com que Deus presenteou nossa Patria e que tanta atração exerce sobre as pessoas de corações sensíveis.

Lamentavelmente a natureza vai desaparecendo ou recuando cada vês mais com o desenvolvimento da civilização, pois o homem, conquistando a terra, derruba e queima as florestas e mata os animais silvestres, não imaginando que as funestas consequencia desses atos depredatórios serão a pobreza e doenças.

Os países desmatados e super-industrializados falam uma linguagem bem clara.

Não é licito esperar que o Governo, na sua habitual letargia em face aos grandes problemas administrativos e lutando com crônica escassez de verbas, possa defender eficientemente nosso insubstituível patrimônio natural contra o extermínio.

Em todo o Mundo, as Sociedades Protetoras, trabalhando em colaboração com as Instituições Oficiais, conseguiram magníficos resultados, verdadeiros milagres, porque a iniciativa privada, baseada no idealismo e no patriotismo, pode se desenvolver á margem do egoísmo e do materialismo, livre de injunções político-partidárias, etc.

Enquanto os outros teorizam, nós agimos praticamente, com muita fé, na solução do problema, que é fundamentalmente educacional.

O programa de ação dos protetores das ameaçadas riquezas botânicas e zoológicas é ancorar em vastos círculos nossas doutrinas pela educação da mocidade, orientação do povo, divulgação da literatura especializada e aperfeiçoamento da legislação e, especialmente, para formar um ambiente de oposição contra os insensíveis, inconcientes e malvados destruidores, denunciando seus atos perniciosos ás autoridades competentes, afim de serem processados.

Teremos que nos tornar duros e implacáveis contra os incorrigíveis inimigos da Natureza, para se evitar o pior, que é: a transformação da nossa terra num deserto, onde a vida será difícil, senão impossível.

Já estão refreadas as expansões assassinas e as devastações irracionais sem reflorestamento - mas muito ainda resta a fazer até que o homem realmente se civilize, até que fique justo e bom.

Em vista disso nunca deveremos esmorecer, embora nos chamem de «visionários e sonhadores»; embora classifiquem de «pieguices sentimentais» nossas ações; embora surjam obstáculos e sacrifícios sem fim. Vale a pena lutar por tão nobre causa.

Apelamos ao espirito de solidariedade dos companheiros para colaborarem ativamente, trazendo para o quadro social seus amigos que simpatizarem com a nossa campanha, porque de maior número de entusiastas e de maiores recursos financeiros depende a vitória da luta pela redenção das matas e de sua vida animal.

O prezado companheiro subscreveu expontaneamente a contribuição anual de Cr\$.....

Sua anuidade de 1955.....

Sua anuidade de 1956.....

A importância poderá ser remetida por qualquer Banco ou Vale Postal ou entregue pessoalmente na Séde da U. P. N

7  
008



# O REFLORESTAMENTO EM AÇÃO



## PLANTAR ÁRVORES

- é uma das mais nobres e patrióticas atividades rurais.
- constitui o mais garantido emprego de capital.
- significa um sólido seguro de vida.
- valoriza a terra e garante a água.
- é prova de inteligência e previdência do proprietário rural.

CAMPANHA EDUCATIVA

— DA —

UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA

28  
7  
2008